

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

THAYLIZZE GOES NUNES PEREIRA

**A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL: DILEMAS, PERSPECTIVAS E
ESTRATÉGIAS DAS FAMÍLIAS DO ASSENTAMENTO DANDARA.**

MARÍLIA

2020

THAYLIZZE GOES NUNES PEREIRA

**A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL: DILEMAS, PERSPECTIVAS E
ESTRATÉGIAS DAS FAMÍLIAS DO ASSENTAMENTO DANDARA**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Ciências Sociais – Universidade Estadual
Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP,
campus Marília, para obtenção de título de
Doutora em Ciências Sociais.**

Área de concentração: Ciências Sociais.

**Linha de pesquisa: Pensamento social, educação e
política públicas.**

**Orientador: Dr. José Geraldo Alberto Bertoncini
Poker.**

Marília, 15 de dezembro de 2020.

P436r Pereira, Thaylize Goes Nunes
A Reforma Agrária no Brasil: : dilemas, perspectivas e estratégias
das famílias do Assentamento Dandara / Thaylize Goes Nunes
Pereira. -- Marília, 2020
236 p. : tabs., fotos, mapas

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientadora: José Geraldo Alberto Bertoncini Poker

1. Políticas de Reforma Agrária. 2. Cooperativismo. 3. Movimentos
Sociais. 4. Assentamento Dandara. 5. Assentamento Reunidas. I.
Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de
Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL: DILEMAS, PERSPECTIVAS E ESTRATÉGIAS
DAS FAMÍLIAS DO ASSENTAMENTO DANDARA

AUTORA: THAYLIZZE GOES NUNES PEREIRA

ORIENTADOR: JOSE GERALDO ALBERTO BERTONCINI POKER

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Doutora em CIÊNCIAS SOCIAIS,
pela Comissão Examinadora:

Prof(a). Dr(a). JOSE GERALDO ALBERTO BERTONCINI POKER (Participação Virtual)
Departamento de Sociologia e Antropologia / Unesp, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

Prof(a). Dr(a). MIRIAN CLAUDIA LOURENÇÃO SIMONETTI (Participação Virtual)
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais / Unesp, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

Prof(a). Dr(a). SILVIA APARECIDA DE SOUSA FERNANDES (Participação Virtual)
Departamento de Ciências Políticas e Econômicas / Unesp, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

Prof(a). Dr(a). GABRIEL CUNHA SALUM (Participação Virtual)
Departamento de Direito / Faculdade de Direito da Alta Paulista

Dr(a). GABRIELA GARCIA ANGÉLICO (Participação Virtual)

-

Marília, 15 de dezembro de 2020

A handwritten signature in black ink, appearing to read "M. Del Rolo", is written over the printed name and title of the coordinator.

Prof. Dr. Marcos Tadeu Del Rolo
Coordenador do PPG em Ciências Sociais

*A Davi Miguel,
Pequenina luz, cuja centelha ilumina o mundo.
Quando te vi, amei-te já muito antes.
Nasci pra ti antes de haver o mundo.*

*À minha mãe,
Maria não ao acaso,
Transborda de ti força e amor
Maria, Maria, por sua fé inabalável.*

*A meu pai (in memoriam),
Homem sensível,
De brilho dos olhos, sorriso vasto,
E coração repleto de humanidade.*

AGRADECIMENTOS

Dizem que o Doutorado é uma etapa muito solitária em nossas vidas. Não compactuo desta afirmação, durante estes cinco anos houve momentos de extrema solidão, sobretudo acadêmica, mas, nunca sequer um dia estive só, sem o apoio, sem o cuidado, sem o carinho e incentivo aqueles que são essenciais em minha vida.

Agradeço a Deus e a minha Nossa Senhora Aparecida, por segurarem a minha mão e não soltarem, me dando clareza e discernimento para modificar as coisas que posso e aceitar as que não posso mudar.

Ao meu amado pai Nunes (*In Memoriam*), eu sei que esteve comigo, todos os dias. Você é a brisa da minha manhã, é a força que surge na lembrança, é toda sensação de paz que enche meu quarto e irradia em minha alma. Todas as vezes que pensei que não conseguiria chegar até aqui, li aquele bilhete que dizia “*Pode congelar a torta, Bye bye Moção*”.

À minha mãe Maria Célia, que sempre será meu maior exemplo de garra, força, e sobretudo fé! Obrigada por suas capacidades de amar, cuidar, respeitar, compreender e me apoiar. Agradeço a calma, a paciência, os potinhos de almoço e jantar, teu olhar sempre atento. À avó do Davi, Maria Célia, que por muitos dias voltou a ser mãe de um galeguinho muito esperto e agitado. Você foi meus olhos, ouvidos e braços, foi meu colo, meu cuidado, foi a mamadeira antes de dormir, a roupa limpa, a casa perfumada. Sem você eu não teria condições materiais e emocionais de finalizar esse trabalho. Você foi e sempre será essencial e indispensável para nós.

Vocês, pai e mãe, com o amor infinito e apoio incondicional são responsáveis por minha base pessoal, emocional e educacional. Sempre me fizeram entender que o futuro é construído todo dia, quando nos dedicamos aquilo que acreditamos!

Aos meus irmãos, Thayzze, Gladyson e Tainara por todo amor, carinho, paciência, compreensão, por confiarem em mim e suportarem meu mau humor peculiar e os picos de stress repentino. Obrigada por ficarem ao meu lado, em todos os momentos, a vida seria muito sem graça sem vocês. Obrigada também pela forma especial me dão força e coragem nos momentos de maior franqueza, onde só mesmo o amor poderia me colocar nos trilhos novamente.

Ao Tio Carlos, que por toda vida esteve acompanhando meus passos. Agradeço as orações, as palavras de apoio, os cuidados e o aconchego conosco. Sem você por perto as coisas seriam bem mais difíceis. Obrigada por escolher ficar conosco. Te amamos.

Ao CPEA e aos bons amigos que ali fiz (Alex, Drika, Cássinha, Bacana, Bru, Claudinha e tantos outros), não tenho palavras para agradecer todos os momentos e aprendizados que compartilhamos naquela sala de número 68 de frente para as escadas.

Aos amigos Bruno, Claudinha e Paula, que nossa parceria se estenda para além dessa vida! Era pra ser vocês! Nossos erros e acertos foram construindo nossos sonhos e projetos coletivos. Vocês me ensinaram muitas coisas, somos quatro opostos: razão, coração, furacão, leveza. Com vocês aprendi a encontrar o equilíbrio e a levar a vida de forma menos complexa e mais feliz. Obrigada pelas aulas de Yoga e Astronomia a luz do luar no Assentamento.

À Prof. Dra. Mirian, que sempre será minha orientadora, se não da acadêmica, dá vida! Você acreditou em mim, me ouviu pacientemente, compartilhou comigo as suas ideias, conhecimento e experiências. Desde 2009 estamos juntas, obrigada por não ter desistido quando viu minhas fragilidades. Admiro-te como ser humano, por sua competência profissional, pela sua sensibilidade que te diferencia como educadora. Agradeço pelas lições de humildade, amor ao próximo, pela amizade e apoio nos momentos que mais precisei e pela forma humana que conduziu minha orientação na universidade.

Ao meu orientador Profº Poker, por aceitar encarar essa empreitada no meio do caminho. Agradeço por confiar no meu trabalho, por sua humanidade e competências, por me mostrar outras possibilidades e me incentivar a prosseguir mesmo nos dias mais incertos que tive nos últimos anos.

À Profª Silvia que chegou de mansinho e conquistou a todos. Agradeço primeiramente pela amizade, e por poder contar sempre com você nos momentos de aflição. Agradeço também pela generosa contribuição em minha vida acadêmica. Nunca esquecerei que você foi os braços que acolheu o Davi, enquanto ele chorava no anfiteatro. Obrigada pela sensibilidade e empatia.

Aos funcionários da UNESP, em especial a Elizabeth (Biblioteca), Cidinha e Renato (Escritório de Pesquisa), Edna (DCPE), Eder (Pós-graduação), Norico (ADUNESP) vocês são o alicerce e o coração desta Universidade. Muito obrigada pela atenção e disponibilidade que sempre tiveram comigo.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo financiamento desta pesquisa.

As famílias do Assentamento Dandara e Assentamento Reunidas, por toda hospitalidade, dedicação, carinho. Por me permitirem contar uma parte dessa história de luta de vocês. Alice, Benê, Selma, Erika, Cássia, Joice, Andréia, entre tantos outros lutadores,

obrigada pelas lições de vida, pessoas como vocês me incentivam a acreditar em um mundo melhor.

A todos os jovens do Projeto Cinema Juventude e Ruralidade, foram anos de muitas partilhas, aprendi muito com vocês.

As amigas de infância e adolescência Tamires, Maria Janaina e Jamile, que mesmo em pensamento estiveram sempre presentes. Vocês são muito especiais para mim!

Aos amigos que fiz da UNESP para a vida. Eder, Beny, Sue, Xmit, Gelis, levo cada um no coração. Obrigada pela paciência, pelo sorriso, pelo abraço, pela mão que sempre se estendia quando eu precisava.

As minhas amigas mães e suas crias, Natalia e Lucca, Aline e Gael, Maiara e Lívia, Selma e Maria, Aline e Poema, Heliza e Helena Maria. Vocês me inspiram todos os dias, são parte da minha garra, da minha fé, da minha esperança em um mundo melhor, muito melhor para nossos pequenos. Obrigada por me ajudarem, por comemorarem a cada etapa vencida e por chorarem comigo quando o cansado da tripla jornada nos acometia.

Terminou esses agradecimentos me voltando a você, meu filho, Davi Miguel. Você ainda é muito pequeno para compreender tudo que passamos, um dia quando você crescer, vai saber que apresar de tudo que passamos a mamãe não desistiu, nem de você, nem de nós, nem te conquistar tudo que eu sabia que seria importante para seguirmos nossa vida. Você é a primeira voz que escuto ao acordar, e o último rosto que vejo ao dormir. É meu milagre! Sua sensibilidade, inocência, cuidado, amor e companheirismo são meus alimentos diários. Com você nada ficou mais fácil, mas tudo passou a ter um significado muito especial. Meu bebê loirinho de olhos claros e bochechas rosadas, você será um grande homem. Tenho muito orgulho de você, e espero que um dia você tenha muito orgulho de mim. Gratidão!

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”.

Número do Processo: 88882.433890/2019-01.

La utopía está en el horizonte. Camino dos pasos, ella se aleja dos pasos y el horizonte se corre diez pasos más allá. ¿Entonces para qué sirve la utopía? Para eso, sirve para caminar.

Eduardo Galeano

RESUMO

A pesquisa objetiva analisar as políticas de reforma agrária, com enfoque nas políticas e nas estratégias de permanência das famílias moradoras no assentamento Dandara, localizado no município de Promissão/SP para darem continuidade ao projeto de reforma agrária, mesmo num contexto de escassez de políticas públicas voltadas aos assentamentos e de expressiva expansão do agronegócio e de sua lógica de produção nesses territórios. O município possui um terço de sua área ocupado por assentamentos realizados em três momentos diferentes. São eles: Promissãozinha (1984), Reunidas (1988) e Dandara (2004). Analisar as diferentes políticas de reforma agrária, num mesmo território, e num longo período de tempo, permitiu que verificássemos as ações, mudanças, avanços, recuos, estratégias dos movimentos sociais, institutos governamentais e famílias assentadas. Nossa hipótese é que o PA Dandara se constitui em um momento em que as políticas para a permanência das famílias assentadas são mais efetivas visto que os movimentos sociais estão mais organizados. Além disso, se beneficia do conhecimento pregresso das famílias do PA Reunidas no desenvolvimento das estratégias utilizadas no associativismo e no cooperativismo que tem sido de fundamental importância para viabilizar a permanência das famílias no assentamento. A pesquisa empírica foi realizada no PA Reunidas onde foram realizadas entrevistas semiestruturadas com alguns assentados pré-selecionados por terem participado de alguma experiência coletiva de produção e comercialização e no PA Dandara onde foram entrevistados os assentados cooperados e também a presidente cooperativa e liderança do MST deste território.

Palavras-chave: Políticas de Reforma Agrária; Cooperativismo; Movimentos Sociais; Assentamento Dandara; Assentamento Reunidas.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the agrarian reform policies, focusing on the policies and strategies of permanence of families living in the Dandara settlement, located in the municipality of Promissão/SP, to promote further development of the agrarian reform project, in a context of scarcity of public policies aimed at settlements, and expressive expansion of agribusiness and its production logic in these territories. The municipality has a third of its area occupied by settlements established in three different times. They are: Promissãozinha (1984), Reunidas (1988), and Dandara (2004). Analyzing different agrarian reform policies in the same territory, and over a long period of time, allowed us to verify actions, changes, advances, setbacks, strategies of social movements, governmental institutes and settled families. Our hypothesis is that the PA Dandara was constituted at a time when policies for the permanence of settled families were more effective, since social movements were more organized. In addition, it benefited from the previous knowledge of the PA Reunidas families in the development of the strategies used in associationism and cooperativism, which has been of fundamental importance to enable families to remain in the settlement. The empirical research was carried out at the PA Reunidas where semi-structured interviews were conducted with some previously selected settlers that had participated in a collective experience of production and commercialization, and at the PA Dandara where the cooperative settlers were interviewed and also the cooperative president and MST leadership of the territory.

Keywords: Agrarian Reform Policies; Cooperativism; Social movements; Dandara Settlement; Reunidas Settlement.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Políticas de obtenção de terras – Famílias assentadas – Governo Lula 1 (2003-2006)	78
Gráfico 2 – Políticas de obtenção de terras – Famílias assentadas – Governo Lula 2 (2007-2009)	83
Gráfico 3 – Assentamentos Rurais –1985-2010 – Número de famílias em áreas obtidas.....	84
Gráfico 4 – Brasil – Número de Ocupações – 1998-2010.....	85
Gráfico 5 – Brasil – Número de Famílias em Ocupações – 1998-2010.....	86
Gráfico 6 – Número de Assentamentos Criados – 1985-2016.....	90
Gráfico 7 – Número de Famílias Assentadas – 1985-2016.....	91
Gráfico 8 – Área Desapropriada e Assentamentos Criados nos Governos FHC, Lula e Dilma.....	92
Gráfico 9 – Histórico dos Recursos do PRONAF e do Plano Agrícola e Pecuário.....	98
Gráfico 10 – Porcentagem de Recursos Investidos no PRONAF e do Plano Agrícola e Pecuário nos Governos Lula e Dilma.....	99
Gráfico 11 – Evolução da produção e da área plantada em grãos – Brasil.....	100
Gráfico 12 – Principais Produtos Exportados em 2003 e 2013.....	111
Gráfico 13 – Principais Destinos das Exportações do Agronegócio em 2013.....	112
Gráfico 14 – Participação das Unidades da Federação no Total de exportações do agronegócio Em 2013.....	116
Gráfico 15 – A distribuição da fome no mundo: número e proporção de pessoas sub-alimentadas por região 1990-1992 e 2012-2014.....	131
Gráfico 16 – Os números da Fome no Mundo de 2005 a 2017.....	132

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Cronograma de execução do II PNRA.....	76
Tabela 2 – Mudança da Estrutura Fundiária por Classes de Área 1998, 2003 e 2010.....	82
Tabela 3 – Utilização das terras (ha) de acordo com os Censos Agropecuários entre 1975 e 2017	113
Tabela 4 – Pessoal Ocupado de acordo com os Censos Agropecuários entre 1975 e 2017.....	114
Tabela 5 – Ranking das 30 maiores empresas do agronegócio no Brasil – 2015/2016.....	114
Tabela 6 – Número de estabelecimentos e área total (ha) de acordo com os Censos Agropecuários entre 1975 e 2017.....	129
Tabela 7 – Modelo dominante de agricultura e Modelo da Soberania Alimentar.....	134
Tabela 8 – Princípio de toda CSA.....	169

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Cultivo de Cana-de-açúcar no Brasil entre os anos de 1990, 1997, 2004 e 2012.....	117
Mapa 2 – Cultivo de Milho, Soja e Cana-de-açúcar no Estado de São Paulo nos anos de 1990, 1997, 2004 e 2012.....	118
Mapa 3 – Cultivo de Soja (em grão) no Brasil entre os anos de 1990, 1997, 2004 e 2012.....	122
Mapa 4 – Cultivo de Milho (em grão) no Brasil entre os anos de 1990, 1997, 2004 e 2012....	123
Mapa 5 – Principais cidades da região de Promissão/SP.....	138
Mapa 6 – Assentamento Dandara.....	139
Mapa 7 – Assentamento Reunidas dividido em agrovilas.....	180
Mapa 8 – Assentamento Reunidas e Assentamento Dandara.....	185

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Logo da cooperativa – COPROCAM.....	143
Imagem 2 – Cooperados da COPROCAM – Dia de plantio coletivo na Mandala.....	144
Imagem 3 – Curso de capacitação – COPROCAM.....	146
Imagem 4 – Curso de capacitação “Manejo de pasto – COPROCAM.....	146
Imagem 5 – Horta em formato de mandala.....	147
Imagem 6 – Horta dos Cooperados.....	147
Imagem 7 – Produção de frutas no SAF do cooperado.....	147
Imagem 8 – Colheita e Pré processamento da Mandioca – COPROCAM.....	148
Imagem 9 – Mural de prestação de contas aos cooperados.....	158
Imagem 10 – Logo da CSA – Lins.....	164
Imagem 11 – Dia de colheita no Assentamento Dandara.....	166
Imagem 12 – Separação e conferência dos alimentos que vão compor as cestas.....	166
Imagem 13 – Cestas no caminhão da COPROCAM separadas com os nomes dos Coprodutores.....	167
Imagem 14 – Entrega das cestas em ponto fixo na cidade.....	167
Imagem 15 – Cesta agroecológica fotografada por coprodutor em sua casa.....	168
Imagem 16 – Cestas do Projeto CSA Compartilhar Saúde aguardando a retirada das famílias	170
Imagem 17 – Cesta entregue a família do Projeto CSA Compartilhar Saúde.....	171
Imagem 18 – Alimentos arrecadados no Assentamento – Ação “Quem tem doa, quem não tem recebe”	172
Imagem 19 – Entrega dos alimentos arrecadados com a ação das famílias do Assentamento Dandara	172
Imagem 20 – Cartaz de divulgação do mutirão com fotos de vivências anteriores.....	174
Imagem 21 – Construção coletiva da Flora – Mutirão novembro/2019.....	174

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRA	Associação Brasileira de Reforma Agrária
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BAG	Banco Ativo de Germoplasma
CMA	Cúpula Mundial da Alimentação
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COPAJOTA	Cooperativa de Produção Agropecuária Padre Josimo Tavares;
CPEA	Centro de Pesquisa e Estudos Agrários e Ambientais
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única de Trabalhadores
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FHC	Fernando Henrique Cardoso
IBGE	Instituto Nacional de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
INOVAGRO	Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisas Aplicadas
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MG	Minas Gerais
MLST	Movimento de Libertação dos Sem Terra

MODERFROTA Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras

MOSLUTRA Movimento Social de Luta Pela Terra e Pela Reforma Agrária

MP Medida Provisória

MST Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTB Movimento Terra Brasil

MTBST Movimento Dos Trabalhadores Brasileiros Sem Terra

MTRSTB Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra Brasil

MTST Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

NERA Núcleo Estudos da Reforma Agrária

NMS Novos Movimentos Sociais

NPK Nitrogênio, Fósforo e Potássio

ODM Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

OMC Organização Mundial do Comércio

ONG Organização Não Governamental

PAA Programa de Aquisição de Alimentos

PAP Plano Agrícola e Pecuário

PCA Programa para a Construção e Ampliação de Armazéns

PCB Partido Comunista Brasileiro

PIB Produto Interno Bruto

PMDB Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNAE Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNRA Plano Nacional de Reforma Agrária

PPA Plano Plurianual

PPAIS Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social

PR Paraná

PRONAF Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONERA Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PSDB Partido da Social Democracia Brasileira

PT Partido dos Trabalhadores

RBs Relações de Beneficiários

SEAD Secretaria de Estado de Administração

UDR	União Democrática Ruralista
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UNICA	União da Indústria de Cana de Açúcar
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
Campo de pesquisa e metodologia.....	19
Estrutura da tese.....	25
Trajetória e a construção do objeto de pesquisa.....	27
1 A QUESTÃO AGRÁRIA: REFORMA AGRÁRIA, MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICA NO BRASIL.....	30
1.1 QUESTÃO AGRÁRIA E REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL.....	30
1.2 DEFINIÇÃO DE CONCEITO: MOVIMENTOS SOCIAIS.....	36
1.3 O SURGIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DO MST.....	45
1.4 A REFORMA AGRÁRIA NÃO DEMANDADA PELO ESTADO: O MST E SUA PROPOSTA DE REFORMA AGRÁRIA POPULAR.....	49
1.5 AS AÇÕES GOVERNAMENTAIS NA TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO DAS POLÍTICAS DE REFORMA AGRÁRIA: DO GOVERNO VARGAS (1951-1954) A DITADURA MILITAR (1964-1985).....	56
1.6 A POLÍTICA AGRÁRIA BRASILEIRA NO PERÍODO PÓS-REDEMOCRATIZAÇÃO DO PAÍS: O I PNRA E SEUS DESDOBRAMENTOS.....	61
2 AS POLÍTICAS DE REFORMA AGRÁRIA NOS GOVERNOS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES: AVANÇOS E RETROCESSOS.....	65
2.1 A POLÍTICA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES: DA TRAJETÓRIA DAS URNAS A SUBIDA A RAMPAS DO PLANALTO.....	65
2.2 PRIMEIRO PERÍODO DE GOVERNO DO PT: GOVERNO LULA (2003-2006) E O II PNRA.....	71
2.3 SEGUNDO PERÍODO DE GOVERNO DO PT: GOVERNO LULA (2007-2010) A CONTRA REFORMA AGRÁRIA E O FORTALECIMENTO DO AGRONEGÓCIO.....	81
2.4 TERCEIRO PERÍODO DE GOVERNO DO PT: GOVERNOS DILMA (2011-2016) E A CONSOLIDAÇÃO DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL.....	88
2.5 UM BALANÇO DO PLANO SAFRA DA AGRICULTURA FAMILIAR E O PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO NOS GOVERNOS PT (2003-2016).....	95
3 TERRA DE NEGÓCIO E TERRA DE TRABALHO.....	104
3.1 DEFINIÇÃO DE CONCEITO: TERRITÓRIO.....	104
3.2 SURGIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL.....	107
3.2.1 BRASIL, CELEIRO DO MUNDO: OS CULTIVOS DE MILHO, SOJA E CANA-DE-AÇÚCAR DE 1990 E 2012.....	116
3.3 OS DESAFIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL.....	125

3.4 A QUESTÃO AGRÍCOLA E A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NO BRASIL: DA REVOLUÇÃO VERDE A SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR.....	130
4 ASSENTAMENTO DANDARA: EXPERIÊNCIAS DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DA COOPERATIVA DOS PRODUTORES CAMPELINOS – COPROCAM.....	137
4.1 O ASSENTAMENTO DANDARA.....	137
4.2 COPROCAM – COOPERATIVA DOS PRODUTORES CAMPELINOS.....	142
4.3 RELATOS ORAIS: PRESIDENTE DA COPROCAM E LIDERANÇA DO MST.....	148
4.4 RELATOS ORAIS: COOPERADOS DA COPROCAM.....	151
4.5 PROGRAMAS INSTITUCIONAIS: PAA, PNAE, PPAIS E AS EXPERIÊNCIAS COLETIVIZADAS.....	159
4.6 VENDA DIRETA: A COMUNIDADE QUE SUSTENTA AGRICULTURA – CSA.....	163
5 COOPERAÇÃO E COOPERATIVISMO NAS TERRAS DE PROMISSÃO: O ASSENTAMENTO DANDARA ENQUANTO DESDOBRAMENTO DAS EXPERIÊNCIAS COLETIVAS DESSE TERRITÓRIO.....	177
5.1 FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ASSENTAMENTO REUNIDAS.....	177
5.2 RELATOS ORAIS: EXPERIÊNCIAS DO PA REUNIDAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA OS ASSENTAMENTOS.....	184
5.3 RELATOS ORAIS: CONTRADIÇÕES, POTENCIALIDADES E ESTRATÉGIAS NAS RELAÇÕES DE COOPERAÇÃO E COOPERATIVISMO.....	200
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	212
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	220

INTRODUÇÃO.

A presente pesquisa tem como objetivo analisar o Assentamento Dandara de modo a observar os rearranjos e estratégias das famílias para garantirem sua permanência e darem continuidade ao projeto de reforma agrária, mesmo num contexto de descontinuidade das políticas públicas voltadas aos assentamentos e de expressiva expansão do agronegócio e de sua lógica de produção. Partindo também da necessidade de compreender as disputas entre esses sujeitos sociais, em que, de um lado, temos o grande capital que se utiliza do território a fins da produção de mercadoria prioritariamente para exportação, sendo extremamente subsidiado pelos governos brasileiros, e, do outro, temos os camponeses e agricultores familiares espalhados por todo o Brasil, que mesmo sem o devido auxílio das políticas públicas, cultivam práticas diversificadas na policultura que além de resultar em uma paisagem heterogênea de seus territórios, permitir que esses vivam dos frutos da terra, apesar dos desafios existentes, em virtude, da territorialização do atual modelo de desenvolvimento do campo brasileiro.

Nossa hipótese é que os rearranjos e estratégias criadas pelas famílias têm sido de fundamental importância para a reprodução do campesinato e da agricultura familiar diante da presença cada vez mais intensa do agronegócio e de seu modelo de produção nesses territórios. Assim, pretendemos observar se entre as inúmeras estratégias utilizadas, a cooperação e o cooperativismo têm adquirido lugar de destaque, contribuindo para viabilizar a permanência das famílias no assentamento.

Campo de Pesquisa e Metodologia.

Para realizar a pesquisa que constitui esta tese, consideramos duas vertentes, divididas entre teórica e empírica. Neste subitem apresentarei detalhadamente como se desenvolveu esta construção.

A pesquisa teórica se fundamenta no método dialético, ficando aqui compreendido que os fatos não podem ser considerados fora do contexto histórico, social, político, econômico (SILVA, 2001; MINAYO, 1993). O embasamento teórico e metodológico está ancorado nos trabalhos e teorias desenvolvidas principalmente pelos autores: José de Souza Martins, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Rogério Haesbaert, Mirian Claudia Lourenção Simonetti, José

Geraldo Poker, Ariovaldo Umbelino de Oliveira e demais autores que possuem uma discussão sobre a problemática em análise e contribuíram para a elucidação desta pesquisa.

Ainda nesta primeira etapa do desenvolvimento da tese, analisamos os dados disponíveis nos Institutos de Pesquisa, tais como: Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Agrônômico (IA), Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), Núcleo Estudos da Reforma Agrária (NERA), dentre outros e também os dados do acervo do Centro de Pesquisa e Estudos Agrário e Ambientais (CPEA) o qual sou integrante. Nessa etapa também analisamos o I e II Plano Nacional de Reforma Agrária e as Políticas Públicas promovidas pelo Governo PT com ênfase no que diz respeito à Reforma Agrária.

A segunda etapa da pesquisa foi realizada através de uma abordagem qualitativa, que se centra na identificação das características de situações, eventos e organizações (LLEWELLYN; NORTHCOTT, 2007) com o intuito de alcançar um maior aprofundamento das questões analisadas, ou seja,

[...] o “valor” das evidências que podem ser obtidas e trianguladas através de múltiplas fontes, como entrevistas, observações, análise de documentos etc., permitindo ao pesquisador detalhes informais e relevantes não suscetíveis com o enfoque quantitativo, admitindo também uma relação bem mais próxima e sistêmica do objeto de estudo, diferentemente da abordagem quantitativa que procura interpretar determinado objeto de estudo a partir da definição de variáveis, que, às vezes, não podem ser totalmente identificadas e analisadas com a aplicação de ferramentas estatísticas. (LLEWELLYN; NORTHCOTT, 2007, sem paginação).

Assim, a abordagem qualitativa é viável quando o fenômeno em estudo é complexo, de natureza social e de difícil quantificação, entretanto, para a utilização adequada essa abordagem, o pesquisador deve aprender a observar, analisar e registrar as interações entre as pessoas e o território a qual estão inseridas (LIEBSCHER, 1998). De acordo com Silva & Menezes (2005), na pesquisa qualitativa ocorre uma interação dinâmica “entre o mundo real e o sujeito, isto é um vínculo indissociável do mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzida em números” (SILVA; MENEZES, 2005, p. 20), ou seja, o interesse do pesquisador nessa abordagem não é o de quantificar uma ocorrência ou analisar quantas vezes uma variável aparecerá, o interesse está voltado na qualidade em que elas se apresentam (MINAYO, 1994).

A pesquisa empírica foi realizada através da coleta de depoimentos dos assentados do assentamento Dandara, e, que também são cooperados da COPROCAM – Cooperativa de

Produtores Camponeses, da presidência da cooperativa e também liderança do MST, pertencente ao Estado de São Paulo, além, dos depoimentos de assentados do assentamento Reunidas que estão inseridos nesse território e nas discussões aqui apresentadas.

A escolha dos entrevistados se deu por participarem das discussões e das lutas no âmbito da reforma agrária, das políticas públicas e das cooperativas. Nossa análise se baseou nos anos entre 2003 – 2016, referente aos Governos Lula e Dilma.

Para a coleta dos depoimentos utilizamos o Método da História Oral, que teve por intuito entrevistar mais profundamente alguns sujeitos pré-selecionados da comunidade e não um conjunto amplo de membros da comunidade de uma maneira mais superficial.

Utilizando-nos da História Oral, concordamos com Queiroz, quando ela destaca que “[...] a narrativa oral uma vez transcrita, se transforma num documento semelhante a qualquer outro texto” (QUEIROZ, 1991, p. 5), de modo a incorporar o seu valor histórico a esse relato, e que ao “[...] registrar o que ainda não se cristalizara em documentação escrita, o não – conservado, o que desapareceria se não fosse anotado [...] o não – explícito, quem sabe mesmo o indizível” (QUEIROZ, 1991, p. 1-2).

Deste modo, resgatamos a “[...] forma mais antiga e mais difundida de coleta de dados orais, nas ciências sociais” (QUEIROZ, 1991, p. 6), que é a coleta de depoimentos, pois, somente desta forma conseguimos compreender uma parcela da realidade de nossos entrevistados, e a partir dos depoimentos constatar como esses sujeitos percebem e se concebem dentro desses territórios, assentamento e cooperativa, e também entender se existem e como se dão as relações de cooperação para além da cooperativa.

De acordo com Minayo (1994), a entrevista é um procedimento de coleta de informações referente a um determinado tema científico, realizada por iniciativa do entrevistador, que visa, adquirir informações pertinentes sobre o objeto de pesquisa em questão. Dito isto, para a realização da coleta dos depoimentos selecionamos assentados do PA Dandara e PA Reunidas, que se fizeram presentes como protagonistas na luta pela terra e nos processos retratados nesta pesquisa.

Deste modo, na primeira etapa do trabalho de campo entrevistamos a presidente da cooperativa, que é assentada, cooperada e da Direção Estadual do MST, além disso, é reconhecida como uma liderança por seus pares no Assentamento Dandara. O intuito dessa entrevista foi traçar um histórico sobre o surgimento do Assentamento e atualizar as informações do mesmo, construindo uma literatura pouco explorada ou até mesmo inexistente sobre esse território, e também, identificar os hábitos e as práticas da COPROCAM, dos cooperados e da comunidade.

Na segunda etapa do trabalho de campo foram entrevistados os assentados e cooperados da COPROCAM. Optamos por entrevistar quatro sujeitos desse segmento, visando compreender o processo de produção e comercialização da cooperativa, e ter um maior entendimento sobre as relações que esses desenvolvem com a cooperativa. Buscamos também nessa etapa observar se existe um processo de cooperação este território, e se ele se expande para além da cooperativa, em relações como assentados não cooperados e com os assentamentos que dividem aquele território.

Em decorrência dessa entrevista, compreendemos que seria necessário entender não só o assentamento Dandara e sua cooperativa, mas sim, o território em sua volta, que está submerso nas temáticas que tratamos nessa pesquisa, assim, para dar continuidade a pesquisa incorporamos a ela os assentados dos PA Reunidas. Este assentamento também se localiza na região Noroeste do Estado de São Paulo, e avaliamos que o mesmo obtém suas singularidades dentro do movimento de luta pela terra, visto que, o Assentamento Reunidas possui 33 anos, é um assentamento consolidado, e foi o primeiro a ser realizado no estado sob a égide do I Plano Nacional de Reforma Agrária, e, também por ter sido neste território que ocorreu umas das mais importantes experiências de cooperativismo, intitulada Cooperativa de Produção Agropecuária Padre Josimo Tavares – COPAJOTA.

Na terceira etapa do trabalho de campo, foram entrevistados quatro sujeitos pertencentes ao Assentamento Reunidas, sendo eles, uma assentada, ex-cooperada da antiga COPAJOTA e economista e que trabalha em uma cooperativa de laticínios; uma assentada, aposentada, ex-cooperada da antiga COPAJOTA, que atuou na construção da cooperativa; uma assentada, cooperada e técnica agrícola; um assentado, ex-cooperado ajudou na construção da cooperativa, e que produz individualmente.

Essas entrevistas foram necessárias para se compreender em uma escala local as dinâmicas existentes com relação a trabalhos com cooperação, produção, etc., pois, como é sábio, o assentamento Reunidas vivenciou um importantíssimo processo de construção coletiva que se findou em 1999, mas, que até hoje repercute nas ações e vivências dos assentados, não só deste assentamento, mas também do assentamento Dandara que se estruturou junto a este território, dividindo com ele essas relações tão peculiares, que vão além das territoriais.

Finalizando o trabalho de campo, na quarta etapa realizamos a entrevista com uma assentada, liderança estadual do MST e pertencente ao Setor de Formação¹, com intenção de

1 De acordo com o MST, as diversas formas de luta, por si só, já são um elemento fundamental na formação das pessoas. Porém, é preciso ir além e se aprofundar na compreensão do mundo e adquirir uma formação

ter um panorama mais global sobre as diretrizes pensadas pelo movimento com relação às cooperativas e os processos de cooperação, tendo em vista, que esta temática é muito presente no movimento, pois ele procura promover maior coletividade entre seus quadros.

Vale ressaltar que cada segmento de entrevistado deve ser compreendido dentro de seu contexto social, e que também acreditamos que o aprofundamento da pesquisa na escala local nos permitirá um maior entendimento das discussões e uma melhora compreensão do objeto de pesquisa, resguardando sobretudo suas especificidades.

Enfatizamos também que para realizar a coleta dos depoimentos das lideranças presentes nesta pesquisa, partimos do entendimento de que essas compreendem as temáticas abordadas em uma conjuntura mais global, assim, nosso intuito com a coleta desses depoimentos foi o de realizarmos uma avaliação mais abrangente referente ao universo de pesquisa, pois concordamos com Queiroz (2000), que:

Os discursos dos líderes constituem uma forma de discurso político. Trata-se de um gênero que tematiza as relações de poder em seu conteúdo e se constitui externamente em ato político por sua posição mesmo na estrutura ideológica de poder, sendo produzido na cena política. Tem uma base essencialmente polêmica, apresentando a hipertrofia da função argumentativa. (QUEIROZ, 2000, p. 13).

Em virtude dessas considerações, destaca-se que as lideranças por fazerem parte dessa comunidade possuam maior aproximação com o meio, pois, estão em seu dia a dia atuando junto com as famílias, participando dessa rotina junto a seus pares e vivenciando os avanços e as dificuldades desses processos.

Compreendemos também que analisando os sujeitos dessas quatro etapas já mencionadas encontramos uma dimensão de avaliação mais ampla e contextualizada. Optamos pelo estudo em escala local, pois, ela permite que nos aprofundemos nas investigações, assim, as especificidades retratadas nesta pesquisa compreendem a realidade desse território pertencente ao Estado de São Paulo, mas também, estabeleceremos um diálogo em âmbito nacional em relação às Políticas Públicas de Reforma Agrária e as estratégias utilizadas pelas famílias para produzir, escoar e garantir sua reprodução social nos assentamentos, de tal forma que, a partir das análises esta pesquisa, teremos também um panorama que, resguardando suas especificidades, poderá ser pensado para além deste território.

sociopolítica da qual, em geral, os trabalhadores foram privados. Para isso, existe o Setor de Formação, que tem a tarefa de organizar cursos de formação política. Mais informações acesse: <https://mst.org.br/quem-somos/>.

Para realizar a entrevista utilizamos como recurso o gravador, mas não àquele habitual de pesquisas acadêmicas e sim um aplicativo do celular que tem a mesma funcionalidade. Optei por substituir a utilização do gravador pelo celular, por observar que em muitos momentos os entrevistados sentiam-se meio receosos ou até mesmo, envergonhados, pois aquele objeto em si lhe causava estranheza, e já, como a utilização do celular, e em virtude da naturalização do mesmo nos dias atuais, as conversas se tornavam muito mais fluidas, arriscando-me a dizer que muitas das vezes até esqueciam que estávamos registrando o áudio daquela entrevista. Após, foram realizadas as transcrições das entrevistas, não correndo o risco assim de se perder no processo, detalhes que nos eram de fundamental importância, ou até mesmo as falas precisas dos entrevistados.

No trabalho de campo utilizamos também do caderno de campo, onde pudemos anotar com precisão tudo que não foi possível captar com o gravador, como o lugar, olhares, as expressões, os gestos, os sinais de reprovação ou concordância que surgiram ao longo dos depoimentos, não perdendo assim a riqueza da fala dos sujeitos entrevistados. Segundo Zanelli (2002, p.83), “[...] é muito importante prestar atenção no entendimento que temos dos entrevistados, nas possíveis distorções e no quanto eles estão dispostos ou confiantes em partilhar suas percepções”.

É importante destacar neste momento, que devido à pandemia do COVID-19 e da necessidade do distanciamento social, não pudemos ir a campo para realizar uma última etapa da pesquisa, esta quinta etapa estava planejada com o intuito de realizar alguns ajustes nas informações coletadas referente aos assentamentos, a cooperativa, e dinâmicas de comercialização. Com a impossibilidade de ir até os assentamentos para atualizar e complementar essas informações que já estavam em nosso domínio, utilizamos estrategicamente as ferramentas de interação que tínhamos disponíveis, sendo elas, conversas de texto, vídeo e áudio pelo *Whatsapp*, e, também, elaboramos um questionário com perguntas pontuais via plataforma *Google Forms* a fim de complementar alguns dados estruturais dos assentamentos.

Na primeira etapa do trabalho de campo também reordenamos nossos meus conhecimentos sobre meu campo de pesquisa, sobre as dinâmicas sociais ali inseridas e sobre as relações sociais que se dão na esfera local. Neste momento realizamos também uma entrevista teste para pensar em possíveis ajustes nos roteiros de entrevistas semiestruturadas que já havia elaborado. Esse roteiro foi construído com perguntas abertas e fechadas que juntas nortearam as entrevistas, mas que, não foram aplicados com rigidez em razão de permitirem as adaptações necessárias que surgiram no decorrer do trabalho de campo.

Este momento foi muito útil também, pois, estivemos em contato com sujeitos importantes dos assentamentos para o universo da pesquisa, e, aprofundamos o contato com duas assentadas, conseguimos selecionar quais seria meus possíveis entrevistados daqueles assentamentos. Elas passaram a ser nossas informantes, nos auxiliando e indicando quais seriam os sujeitos mais aptos à pesquisa (QUEIROZ, 1988).

De acordo com Yin, “[...] uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (YIN, 2005, p. 32), sua utilização é adequada quando “[...] as circunstâncias são complexas e podem mudar, quando as condições que dizem respeito não foram encontradas antes, quando as situações são altamente politizadas e onde existem muitos interessados” (LLEWELLYN; NORTHCOTT, 2007, p. 195). Em face dos motivos apresentados, salientamos que pesquisar fenômenos contemporâneos exige do pesquisador um olhar e participação no próprio contexto onde o fenômeno se demonstra, ou seja, “mediante um mergulho profundo e exaustivo em um objeto delimitado, o estudo de caso possibilita a penetração em uma realidade social, não conseguida plenamente por um levantamento amostral e avaliação exclusivamente quantitativa” (MARTINS, 2008, p. 11).

Vale ressaltar que sermos reconhecidos em vários momentos como parte da comunidade contribuiu exponencialmente para a realização das entrevistas que eram necessárias para a pesquisa. Como já tínhamos contato com alguns assentados, selecionamos os entrevistados que acreditávamos possuir reflexões importantes sobre as temáticas que seriam observadas nessa investigação. Deste modo, procuremos alguns assentados e eles concordaram em conversar um pouco sobre suas histórias de vida e sobre suas trajetórias, e sobre suas experiências referente a produção e comercialização nos assentamentos. Destaco que, a fim de preservar a identidade dos assentados, os nomes utilizados na pesquisa são fictícios.

Estrutura da Tese.

A estruturação se deu em cinco capítulos. No primeiro capítulo intitulado “*A Questão Agrária: Reforma Agrária, Movimentos Sociais e Política no Brasil*” apresentamos uma revisão bibliográfica de conceitos sobre a questão agrária e reforma agrária, que são conceitos-chave que permearam toda a nossa análise. Nesse capítulo fizemos uma

diferenciação entre uma reforma agrária realizada pelo Estado e as políticas públicas de reforma agrária que se tem sido realizadas no Brasil, por intermédio de pressões dos movimentos sociais junto ao Estado. Fizemos também uma breve introdução sobre a importância dos movimentos sociais e sobre o papel que o MST tem cumprido na luta pela reforma agrária, seja ela clássica ou popular. Percorremos brevemente desde o Governo Vargas até o período pós-redemocratização do Brasil, com a criação do I PNRA, focamos principalmente após 1994, para demonstrar entre outros posicionamentos, as tentativas de conciliação das políticas de reforma agrária.

No segundo capítulo *“As Políticas de Reforma Agrária nos Governos do Partido dos Trabalhadores: Avanços e Retrocessos”*, realizamos uma análise das políticas públicas de reforma agrária implementadas pelos governos Lula e Dilma. Parte desse estudo se concretizou através da análise dos investimentos realizados no Plano Safra para a Agricultura Familiar, e no Plano Agrícola e Pecuário. Analisamos também os números relacionados a implementação e consolidação dos assentamentos de reforma agrária, e algumas políticas públicas, tais como, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

No terceiro capítulo intitulado *“Terra de negócio e Terra de trabalho”*, fizemos uma breve revisão bibliográfica sobre os conceitos de agricultura familiar e o agronegócio, de forma a analisar a importância de cada um desses segmentos para a economia brasileira, no qual, por um lado, o agronegócio continua sendo cada vez mais privilegiado, dando destaque ao crescimento de algumas lavouras voltadas à exportação, e, de outro, encontramos a agricultura familiar que vem se tornando um segmento cada vez mais importante para a economia brasileira no que tange o abastecimento interno. Perpassamos também pela discussão da Questão Agrícola, Revolução Verde, Segurança e Soberania alimentar no Brasil.

No quarto capítulo intitulado *“Assentamento Dandara: Experiências de produção e comercialização da Cooperativa dos Produtores Camponeses – COPROCAM”* tivemos como foco o Assentamento Dandara e abordamos suas especificidades. Destacamos aspectos da origem e do funcionamento tanto do Assentamento Dandara, como da cooperativa e de seu processo de organização, produção, comercialização. Após, direcionamos nossa análise aos relatos orais da presidente e dos cooperados da COPROCAM, analisando suas formas de organização e as estratégias utilizadas pelos cooperados para garantirem sua permanência no assentamento. Finalizamos este capítulo enfatizando duas experiências coletivas desenvolvidas pela cooperativa, que nos foram apresentadas nos depoimentos, uma

relacionada aos programas institucionais, e outra, à comercialização direta via CSA – Comunidade que Sustenta Agricultura.

No quinto e último capítulo intitulado “*Cooperação e cooperativismo nas terras de Promissão: o Assentamento Dandara enquanto desdobramento das experiências coletivas desse território*”. Iniciamos o capítulo resgatando a luta pela terra na região de Promissão/SP, especialmente sobre o surgimento e consolidação do Assentamento Reunidas, buscando entender quais são as contribuições deste para as famílias assentadas naquele território, e especialmente, para compreender a influências que as experiências coletivas desenvolvidas no PA Reunidas exerceram sobre as realizadas posteriormente no PA Dandara. Após, destacamos de que forma a cooperação e o cooperativismo estão presentes no assentamento, discutindo aqui, as contradições, potencialidades e estratégias das famílias assentadas, para tanto, realizamos também uma breve revisão sobre os conceitos aqui já mencionados, que são de fundamental importância para a finalização de nossas análises.

Partimos, também nesta pesquisa da premissa da complexidade existente para a execução da reforma agrária no Brasil, pois, existe uma ampla diversidade de sujeitos sociais envolvidos com essa temática como: os movimentos sociais, os agricultores familiares, os camponeses, os latifundiários, o Estado, etc., exercendo cada segmento uma força e influência sobre as decisões, para que tais rumos fossem tomados ou não. Existindo sempre um confronto entre os sujeitos da história quando se trata de decisões sociais que beneficiariam a maior parte da população, ou seja, existe uma série de tensões que surgem em virtude de interesses diferentes e projetos distintos que não contemplam a grande parte da população do país (SIMONETTI, 2010). Desta forma, devemos entender a reforma agrária e toda a temática em torno desse trabalho, localizando-os sempre em um campo de disputa de poder, vinculado ao desenvolvimento desigual e combinado do capital.

Trajetória e a construção do objeto de pesquisa.

Gostaria de frisar que as questões aqui apresentadas, estão presentes em minha vida acadêmica desde meu ingresso na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP/Campus de Marília em 2009 no curso de Ciências Sociais, pois, ainda nos primeiros meses de Universidade, fui acolhida pelo Centro de Pesquisa e Estudos Agrários e Ambientais – CPEA, que esteve sob a coordenação da Professora Doutora Mirian Claudia Lourenção Simonetti até o ano de 2018. Hoje sua atual coordenação é exercida pela Professora Doutora

Silvia Aparecida de Sousa Fernandes. O CPEA possui uma trajetória de 32 anos de estudos, trabalhos de campo, pesquisas, projetos e parcerias nos Assentamentos Rurais de nossa região. Em especial, o Assentamento Reunidas e o Assentamento Dandara localizados na cidade de Promissão/SP, e o Assentamento Luiz Beltrame localizado na cidade de Gália/SP. Nas pesquisas realizadas no CPEA ao longo desses anos, temos analisado a chegada das famílias a esses novos territórios, reconstruindo modos de vidas, juntamente às novas práticas políticas e sociais.

Durante minha trajetória acadêmica realizando pesquisas, projetos e trabalhos de campo, especialmente nos Assentamentos da cidade de Promissão, sob os direcionamentos e orientações da Prof^a Mirian, Prof^o Poker e Prof^a Silvia, observei juntamente aos demais pesquisadores do CPEA, que um dos problemas centrais existentes estava relacionado à permanência. Esta permanência nos assentamentos de reforma agrária está associada diretamente ao acesso ao crédito e a políticas públicas, a assistência técnica especializada de qualidade, a uma infraestrutura adequada para a produção e escoamento, e também a sociabilidade e educação das crianças e jovens. Essas preocupações surgiram a partir de meu ingresso na UNESP, mas especialmente na entrada do Mestrado. Partindo desse conhecimento prévio, na dissertação defendida em 2016 no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacional – IPPRI/UNESP, sob a orientação da Professora Doutora Mirian Claudia Lourenção Simonetti, analisamos o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a sua relação com os dois Governos Lula. A pesquisa se constituiu por intermédio tanto da análise das Políticas de Reforma Agrária do Governo Lula entre os anos de 2003 – 2010, quanto por meio da visão que os protagonistas da luta pela terra no Estado de São Paulo tinham sobre essas políticas e consequentemente este governo. Comparando os depoimentos dos acampados, assentados e lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Assentamento Reunidas e do Acampamento Argentina Maria, localizados na cidade de Promissão/SP, confirmou-se nossa hipótese inicial de que existia uma tensionalidade nos segmentos que compõem o MST, visto que ele é constituído de segmentos diversificados, não havendo assim uma visão uniforme sobre as Políticas de Reforma Agrária do Governo Lula, pois, embora o movimento tenha o acesso à terra como objetivo maior de sua existência, existiam demandas diferentes com relação às políticas públicas entre os acampados e assentados.

De forma que se constatou nas entrevistas que as políticas desse governo tinham sido voltadas para a estruturação dos assentamentos e não para a criação de novos assentamentos,

assim, como se comprovou também através da literatura. Ficando nítida também nas falas dos entrevistados, a diferença que eles perceberam no tratamento que o governo teve em relação aos assentamentos e aos acampamentos, de forma que houve uma melhora relativa nas políticas públicas e nas condições de vida e o acesso a créditos nos assentamentos. Entretanto, para aqueles que ainda aguardam o acesso à terra, as políticas do governo foram extremamente insuficientes.

Assim, partindo dos resultados obtidos na dissertação foi possível observar um grande campo de pesquisas que merecia nosso enfoque, que vai desde a análise das políticas públicas de reforma agrária que foram realizadas ao longo dos últimos governos, mas, que não abrangeram a real necessidade dos acampados e assentados até ao levantamento de quanto se foi investido através de créditos, financiamentos e isenções por esses governos no agronegócio e de como essas ações repercutem no processo de territorialização do agronegócio, interferindo diretamente na permanência dos assentados e na consolidação dos assentamentos de reforma agrária.

1 A QUESTÃO AGRÁRIA: REFORMA AGRÁRIA, MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICA NO BRASIL.

Este capítulo tem como objetivo realizar uma revisão dos conceitos de questão agrária e reforma agrária, pois, embora no Brasil a questão agrícola esteja superada, a questão agrária continua sendo um dos principais responsáveis por evidenciar nossas desigualdades sociais. Demonstramos também que diferentemente de outros países, a reforma agrária no Brasil não foi pensada enquanto uma demanda do Estado que ajudaria no desenvolvimento do país, sendo pautada em virtude das pressões exercidas pelos movimentos sociais, de forma que, o maior obstáculo para a realização da mesma encontra-se no âmbito do aparelho de Estado. Analisamos também o papel que os movimentos sociais, mais precisamente o MST, têm exercido no processo de luta pela reforma agrária clássica, e mais recentemente, com sua proposta de reforma agrária popular. Demostramos algumas tentativas de conciliação das políticas de reforma agrária, analisando brevemente desde o Governo Vargas até o período pós-redemocratização do Brasil, com a criação do I PNRA. Concluimos com ênfase nos governos civis, principalmente após 1994, em que destacamos o avanço das políticas de reforma agrária, no entanto, limitadas, quando observarmos nossa herança agrária.

1.1 Questão agrária e Reforma Agrária no Brasil.

É evidente que existem muitas divergências relacionadas à realização da reforma agrária, sendo comum, a tentativa de solucionar as questões estruturais de nossa sociedade, com diferentes propostas para a implementação de políticas públicas de reforma agrárias pontuais. Nos anos eleitorais isto fica mais evidente, na medida em que essa questão parece resumida a escolha da proposta de um ou outro partido. Também é um erro e não inferior ao primeiro resumi-la a uma ação administrativa no âmbito do problema fundiário. De acordo com Martins (1999) o maior erro que poderíamos cometer ao analisá-la seria o de colocá-la fora dos desdobramentos históricos, políticos e sociais que os fazem pertencem à história do presente. Deste modo,

[...] a questão agrária tem a sua própria temporalidade, que não é o “tempo” de um governo. Ela não é uma questão monolítica e invariante: em diferentes sociedades, e na nossa também, surge em circunstâncias históricas determinadas e passa a integrar o elenco de contradições, dilemas e tensões que mediatizam a dinâmica social e, nela, a dinâmica política. É por isso

mesmo alcançada continuamente pelas condições cambiantes do fazer história. O próprio ato de intervir na questão, de um modo ou de outro, numa perspectiva ideológica ou noutra, já altera a questão agrária. Não só a atenua ou a agrava, como também muda-a qualitativamente, define as possibilidades de nela se continuar intervindo, as condições em que tal intervenção pode ser feita. *A questão é, portanto, essencialmente uma questão histórica.* (MARTINS, 1999, p. 98-99, grifo do autor).

Assim, a questão agrária está diretamente enraizada nos processos sociais e históricos, de modo que, ao tratarmos dessa temática obrigatoriamente devemos estar respaldados pela conjuntura histórica e fatores estruturais pertencentes a ela. Em virtude disto, compreendemos que um partido que não tem uma proposta alternativa, não possui consciência de sua ação na perspectiva histórica, respaldando-se apenas no cenário conjuntural, em que não considera as condições e consequências estruturais e históricas envoltas na temática da questão agrária brasileira (MARTINS, 1999).

É evidente que há no Brasil uma questão agrária. Mas, uma questão agrária que parece distanciada das condições históricas de sua solução definitiva, porque esta sociedade perdeu as poucas oportunidades históricas que teve para resolvê-la. Temos uma questão agrária administrada, sob controle, em grande parte porque, mesmo na máxima exacerbação da luta dos que reivindicam a reforma agrária, ela não se revela comprometedora para o funcionamento dos diferentes níveis do sistema econômico e do sistema político. Ela tende a aparecer residualmente como um problema social não referido a uma questão estrutural. (MARTINS, 1999, p. 102).

Analisando as políticas de reforma agrária e os rumos que esta seguiram ao longo dos anos, não podemos apenas realizar um recorte temporal de algumas décadas, pois, isto não resgataria a dimensão histórica apropriada. Existem várias vertentes e teóricos que tratam dessa temática, embasaremos nossa análise sobre a questão agrária respaldada nas teorias desenvolvidas por José de Souza Martins. Segundo ele, a questão agrária pode ser entendida como o bloqueio que a propriedade da terra representa ao desenvolvimento do capital, e, através disso, também pode-se compreender a reprodução ampliada do capital (MARTINS, 1999).

Esse bloqueio pode se manifestar de vários modos. Ele pode se manifestar como redução da taxa média de lucro, motivada pela importância quantitativa que a renda fundiária possa ter na distribuição da mais-valia e no parasitismo de uma classe de rentistas. Não é manifestamente o caso brasileiro, ou não o é especialmente, embora também o seja de um modo indireto. (MARTINS, 1999, p. 99-100).

Deste modo devemos situá-la no longo período histórico que perpassa pelos bloqueios e dificuldades para sua realização, na qual cabe ao Estado realizar uma revisão agrária que

altere a estrutura agrária brasileira (MARTINS, 1999). É necessário compreender que o alicerce para os governos não realizarem a reforma agrária até os dias atuais, está na própria estrutura do Estado, que cumpriu seu papel de transformá-las em fragmentadas políticas compensatórias no decorrer da história.

Convém não esquecer de que sendo a questão agrária mais do que a questão dos antagonismos de classes sociais, é também uma questão estrutural maior do que a das questões econômicas, a questão da pobreza, a questão das injustiças sociais. Uma reforma desse tipo interessa não apenas aos pobres, como frequentemente se supõe. [...] Estamos em face de um processo histórico em que claramente interesses contraditórios se combinam e forças contrárias se empenham numa certa mesma direção básica. (MARTINS, 1999, p. 101).

À vista disso, a questão agrária brasileira não pode ser analisada de maneira superficial, é necessário compreender o contexto do ciclo da expansão marítima portuguesa, e a exploração que ocorreu nessas terras. Eles dominaram os povos que aqui viviam, inseriram sua cultura, seu modo de vida, seu modo de produção, e suas leis arbitrariamente através de cooptação e repressão sobre aqueles que aqui já viviam. Consequentemente, com a chegada dos europeus, alterou-se a dinâmica da vida nessas terras, no qual passaram a subordinar os povos originários às leis do capitalismo mercantil que já dominava toda a Europa.

Em 1530 por necessidade da Coroa portuguesa proteger essas terras de futuras invasões estrangeiras, estrategicamente decidiram povoá-la, criando as capitanias hereditárias, ou seja, a “concessão de uso” com direito à herança para portugueses que viessem para esse território. Esta foi responsável por distribuir incalculáveis porções de terras a colonizadores de confiança da Coroa. Os que recebiam essas terras eram homens influentes na sociedade portuguesa e abastados de capital para investir nelas, pois, a contrapartida exigida pela Coroa era que esse território produzisse mercadorias para exportar ao mercado europeu.

Já em 1850, passados mais de três séculos, as elites agrárias que comandavam o país começaram a sofrer inúmeras pressões para substituírem a mão de obra escrava pela assalariada, que contribuiria para a expansão do mercado consumidor, fato que não ocorria com o padrão de mão de obra escravista. Entretanto, já se precavendo que seria promulgada a lei que aboliria o trabalho escravo, a Coroa criou a Lei nº 601 de 1850, conhecida como Lei de Terras. Essa lei foi de expressiva importância para regularizar a propriedade privada da terra, passando essa a ser tratada como mercadoria.

O principal objetivo da Lei de Terra era impedir que os trabalhadores libertos da escravidão tivessem acesso à terra, pois, não tinham dinheiro para comprá-las, de forma que esses continuaram à mercê dos Senhores e posteriormente se dirigiram as cidades portuárias

para vender sua força de trabalho ao preço que quisessem pagar. Assim, a Lei de Terras foi marco jurídico institucional, e também suporte ao período de transição do sistema de produção agroexportador para o novo modelo econômico, sendo esta parte fundante da formação da estrutura fundiária brasileira, pois, impediu que a classe trabalhadora tivesse acesso à mesma, concentrando-a nas mãos dos que já eram proprietários dos meios de produção.

Segundo Stédile,

[...] foi concebida no bojo da crise da escravidão e preparou a transição da produção com trabalho escravo – nas unidades de produção tipo plantation, utilizadas nos quatro séculos do colonialismo – para a produção com trabalho assalariado. A Lei de Terras representou a introdução do sistema da propriedade privada das terras, foi a transformação das terras em mercadorias. A partir de 1850, as terras podiam ser compradas e vendidas. Até então, eram apenas objeto de concessão de uso – hereditária – por parte da coroa àqueles capitalistas com recursos para implantar, nas fazendas, monoculturas voltadas à exportação. (STEDILE, 2005, p. 283).

Outro fato decorrente do fim da escravidão e da diminuição da mão de obra no campo foi o processo de migração de camponeses de outros países em busca de melhores condições de vida. Esses imigrantes eram camponeses pobres, excluídos pelo avanço do capital industrial no final do século XIX e que saíram de seus países iludidos com o discurso do “*Eldorado*” com terra fértil e barata no Brasil. Assim, a Lei de Terras e todos esses desdobramentos contribuíram para a formação do latifúndio excludente e socialmente injusto existente até hoje no nosso país.

[...] é preciso saber que um quinto do Brasil não pertence a quem cercou. Trata-se de terras públicas que devem ser destinadas à demarcação das terras indígenas reivindicadas, aos remanescentes de quilombos, aos pequenos posseiros, a reforma agrária e a preservação ambiental. (OLIVEIRA, 2008, p. 7-8).

Deste modo, podemos datar que nossa questão agrária surgiu em meados do século XIX, pois, a propriedade da terra passou a ser mais enrijecida e isso viabilizou a sujeição e degradação do trabalhador ao proprietário de terra, sendo que a mesma deveria ter sido atenuada para viabilizar o livre fluxo e reprodução do capital. A propriedade da terra se tornou instrumento de criação do exército de reserva, que é responsável por assegurar a exploração da força de trabalho, os baixos salários, entre outros. Assim, “[...] a questão agrária foi surgindo, foi ganhando visibilidade, à medida que escasseavam as alternativas de reinclusão dos expulsos da terra” (MARTINS, 1997, p. 12).

Todos os apontamentos históricos apresentados até aqui contribuíram para a concentração agrária brasileira, dando ao Brasil a posição de segunda maior concentração de terras de todo o mundo, além de colocá-lo na lista dos dez países que possuem o maior índice de desigualdade social.

Segundo Santos (2012),

O problema agrário no país está na concentração de terras, uma das mais altas do mundo, e no latifúndio que nada produz [...] em comparação com os vizinhos latino-americanos, o Brasil é um campeão em concentração de terras. Não sai da liderança nem se comparado com países onde a questão é explosiva, como Índia ou Paquistão. Juntando tanta terra na mão de poucos e vastas extensões improdutivas, o Brasil montou o cenário próprio para atear fogo ao campo. É aí que nascem os conflitos, que nos últimos vinte anos fizeram centenas de mortos. (SANTOS, 2012, sem paginação).

Assim, a questão agrária continua sendo um dos principais problemas sociais, econômicos e políticos a se resolver no Brasil, mas que sempre ficou à mercê de políticas compensatórias inacabadas que tem como finalidade apenas a mediação de conflitos e não sua solução estrutural. Deste modo Fernandes (2003), salienta que,

A reforma agrária ao atingir a estrutura fundiária concentrada, democratizando o acesso à terra, modificará essa conjuntura. As famílias beneficiadas poderão ser tanto de origem rural quanto de origem urbana. Uma política de reforma agrária não pode deixar de atender a população urbana interessada em construir suas vidas no campo. Hoje, nos assentamentos há famílias assentadas que nunca tinham vivido como produtoras agrícolas. Por meio da luta, elas encontraram na terra uma possibilidade de reconstruir suas vidas com dignidade. Pela história de grilagem da terra do Brasil, não é aceitável uma política de mercantilização de terra. Reforma agrária é desapropriação. É ação de Estado e não política de mercado. (FERNANDES, 2003, p. 25).

Porém, ao observar a questão agrária em nosso país, nota-se que ela é um conjunto de pontas desatadas em um longo processo histórico de exclusão e marginalização. Portanto, é indispensável confrontar as posições e possibilidades históricas para a realização da reforma agrária, pois, só através da análise desse processo histórico que conseguiremos compreender a questão agrária brasileira, e para, além disso, indagar se ainda é possível e necessária a realização dela.

Segundo Borges (1986), existem princípios básicos diretamente relacionados às condições fundamentais para a realização da reforma agrária que são:

(a) a reforma agrária deve ser um processo amplo, geral e massivo de redistribuição dos direitos sobre as terras e as águas; deve ser amplo para poder atingir com suas metas em um curto prazo (no máximo dez anos) toda uma região ou todo o país; precisa também ser geral para poder eliminar a

estrutura latifundiária e desenvolver em seu lugar um plano de democratização de acesso a terra e a água, tendo por base a produção camponesa; e ser massivo para poder beneficiar a totalidade dos camponeses sem terra, dos que possuem pouca terra e dos demais trabalhadores que desejarem ter acesso a terra; (b) a reforma agrária deve ser parte de um programa de desenvolvimento agrário e de um plano geral de desenvolvimento econômico e social nos quais, tenha previamente assegurada sua cota-parte no total dos investimentos programados; (c) a reforma agrária deve ser planejada, coordenada e executada em todos os seus aspectos por um órgão ou entidade pública com poderes, prestígio político e dotada recursos financeiros e humanos suficientes, com uma estratégia de execução participativa e descentralizada; (d) a reforma agrária deve mobilizar todas as forças políticas existentes – movimentos sociais, centrais sindicais, sindicatos de trabalhadores, instituições, entidades e organizações populares – que representam a massa dos camponeses e demais trabalhadores interessados, para participarem direta e intensamente da elaboração, implantação e gestão dos seus planos, programas e projetos; (e) a reforma agrária deve ser executada em cada área prioritária (território reformado) tendo como princípio fundamental os fatores sociais, políticos, econômicos, técnicos e institucionais específicos; garantindo-se a ação integrada de todos os órgãos e entidades públicas na área reformada; (f) a reforma agrária deve incidir preferencialmente sobre as grandes propriedades que não cumprem a função social da terra e nas quais existam condições favoráveis de exploração; (g) a reforma agrária deve limitar ao mínimo o pagamento das indenizações pela desapropriação da terra, através de uma nova conceituação do que seja o ‘justo valor’; devem fixar de forma progressiva, prazos mais longos para o resgate dos títulos da dívida agrária, quanto mais baixos os índices de produtividade; e suprimir a cláusula de garantia contra eventual desvalorização da moeda; (h) a reforma agrária deve criar uma nova estrutura da propriedade fundiária, apoiada exclusivamente (I) na pequena propriedade familiar camponesa integrada ou não em cooperativa ou outra forma associativa de produção agrícola; e (II) em unidades de produção de camponeses baseadas no direito real de uso da terra de propriedade da União; face à existência da empresa agrícola capitalista (pequena, média ou grande) assim qualificada segundo o grau de utilização dos recursos da terra, o uso da tecnologia moderna, o capital investido por unidade de área, e do emprego de mão-de-obra assalariada; (i) a reforma agrária deve modificar as relações de trabalho existentes no campo, de sorte à assegurar (I) mais justa distribuição de renda agrícola; (II) cumprimento integral da legislação pertinente; e (III) defesa dos direitos e garantias do trabalhador assalariado; (j) a reforma agrária deve adotar um sistema econômico de investimento que priorize a utilização dos camponeses e demais trabalhadores beneficiários da mesma; (k) a reforma agrária deve conservar e ampliar as áreas de proteção ambiental, bem como desenvolver uma agricultura saudável que não comprometa o uso sustentável dos recursos naturais (BORGES, 1986, p. 2).

Em suma, realizar a reforma agrária necessitaria de mudanças profundas na estrutura agrária de nosso país, em que um amplo processo de redistribuição de terras faria essas cumprirem seu papel social melhorando as condições socioeconômicas da população brasileira (OLIVEIRA, 2006). Isto ocorreria atrelado a duas políticas fundamentais, sendo elas: a política fundiária, que pode ser compreendida como o conjunto de instrumentos

políticos de distribuição de terras e melhoria da condição fundiária; e a política agrícola, que seria a responsável por fornecer os incentivos à produção agropecuária, criando um novo modelo agrícola apoiado na propriedade familiar e camponesa.

A medida do que foi evidenciado até aqui, destacamos a reforma agrária como um dos elementos da questão agrária, sendo ela “[...] uma política pública – de caráter institucional – da sociedade capitalista, cuja instituição competente para realizá-la é o Estado, no caso do Brasil: o governo federal” (FERNANDES, 2003, p. 23). De modo que as políticas públicas de reforma agrária que já foram realizadas no país sempre tiveram respaldo dos movimentos sociais e esses têm promovido grande pressão nas últimas décadas para que os governos realizem as políticas públicas de reforma agrária (FERNANDES, 2003). Por esta razão ressaltamos que as políticas públicas de reforma agrária só nasceram e foram incorporadas em muitas agendas governamentais graças por intermédio de ações dos movimentos sociais de luta pela terra e sua manutenção deriva da força política e social desses movimentos.

1.2 Definição de conceito: Movimentos Sociais.

Os debates teóricos das Ciências Humanas desde o início do século têm observado as alterações ocorridas na sociedade, na qual a realidade não pode ser apartada da análise conjuntural que a compõem. Nesse contexto observamos o estreitamento das relações sociais, o acirramento da luta por direitos e a emergência cada vez mais significativa de movimentos sociais. Segundo Touraine, para um grupo ou organização ser caracterizado como um movimento social, o mesmo deve conter algumas categorias nos termos da tipologia clássica, de acordo com três princípios fundamentais, sendo eles, possuir uma identidade, um opositor/adversário e articular-se ou fundamentar-se num projeto de sociedade (TOURAINÉ, 1973).

Segundo Scherer-Warren (1989), podemos definir os movimentos sociais como grupos sociais que se organizam para concretizarem suas demandas e também para superarem as distintas formas de opressão do Estado, sejam elas, políticas, econômicas, ou sociais, de forma que esses passam a atuar na construção de uma sociedade mais justa. Ainda de acordo com Scherer-Warren (1989, p. 20), os movimentos sociais são uma ação grupal para “[...] transformação (a práxis) voltada para a realização dos mesmos objetivos (o projeto), sob a orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (a ideologia) e sob uma organização diretiva mais ou menos definida (a organização e sua direção)”.

Gohn (2003) enfatiza que os movimentos sociais são “[...] ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas” (GOHN, 2003, p. 13). De forma que sua ação é um agir comunicativo e faz com que as ações coletivas realizadas por eles sejam discutidas dentro da esfera pública. Para Touraine (1998), os movimentos sociais são sujeitos sociais coletivos que devem ser pensados dentro de seus contextos conjunturais e históricos. Eles são capazes de disseminar na sociedade uma nova forma de pensar e se organizar (TOURAINÉ, 1998).

Historicamente se observa que eles têm contribuído para organizar e conscientizar a sociedade; apresenta conjuntos de demandas via práticas de pressão/mobilização; têm uma certa continuidade e permanência. Eles não são apenas reativos, movidos só pelas necessidades (fome ou qualquer forma de opressão), pois podem surgir e se desenvolver também a partir de uma reflexão sobre sua própria experiência. Na atualidade, muitos deles apresentam um ideário civilizatório que coloca como horizonte a construção de uma sociedade democrática suas ações são pela sustentabilidade e não apenas autodesenvolvimento. Lutam por novas culturas políticas de inclusão, contra a exclusão. Questões como a diferença e a multiculturalidade têm sido incorporadas para a construção da própria identidade dos movimentos. (GOHN, 2013, p. 16).

Os movimentos sociais também são os principais responsáveis por impulsionar a alteração das relações do Estado com a sociedade civil, no qual, em determinados momentos históricos, para minimizar os conflitos eles tendem a ceder e a incorporar os segmentos excluídos dos direitos previstos na Constituição de 1988. Paralelamente a isso, ocorreram também inúmeros processos de cooptação desses sujeitos políticos da sociedade civil pelo Estado, entre eles, dirigentes de alguns movimentos sociais. Fazendo com que eles deixem de cumprir o papel de organizadores de ações coletivas, e, passem a se mobilizarem a favor de políticas sociais institucionalizadas.

[...] Transformam-se as identidades políticas destes sujeitos – construídas em processos de lutas contra diferenciações e discriminações socioeconômicas – em políticas de identidades, pré-estruturada segundo modelos articulados pelas políticas públicas, arquitetados e controlados por secretarias de Estado, em parceria com organizações civis – tipo organizações não governamentais (ONGs), que desempenham o papel de mediadores. Cria-se, portanto, novos sujeitos sociopolíticos em cena, demarcados por laços de pertencimento territorial, étnico, de gênero etc., como partes de uma estrutura social amorfa e apolítica. A inversão da ordem dos termos: identidade política para política de identidade, muda radicalmente o sentido e o significado da ação social coletiva dos movimentos sociais [...]. (GOHN, 2013, p. 21).

Deste modo, os espaços existentes para as discussões e análises dos conflitos entre os agentes sociopolíticos e os sujeitos que deveriam ser protagonistas desses movimentos

desaparecem, sendo de fundamental importância para o Estado às intermediações e as deliberações de comandos horizontalizados, pois, assim eles conseguem obter maior controle social. “A interação do Estado por meio da ação de seus governos se faz mediante uma retórica que retira dos movimentos a ação propriamente dita [...] Ela se transforma em execução de tarefas programadas, tarefas que serão monitoradas e avaliadas para que possam continuar a existir” (GOHN, 2013, p. 22). Ficando evidente que o potencial emancipador existente nos movimentos sociais se compromete em virtude da institucionalização das ações coletivas pelo Estado (GOHN, 2003). Desta forma, muitos movimentos sociais realizam ações coletivas que os fazem retroceder de seu caráter emancipador à clientelistas do Estado, em que passasse a se fundir o papel que esses movimentos sociais deveriam exercer na sociedade com a esfera governamental (PEREIRA, 2016).

Apesar de Marx não ter escrito sobre essas ações coletivas em suas obras, ele nos deixou uma importante matriz teórica de análise para compreensão dos movimentos sociais, de forma que os trabalhadores pertencentes há esses movimentos devem ser compreendidos enquanto sujeitos históricos. “Ele não se dedicou a teorizar sobre as ações coletivas, mas delineou o perfil de um movimento social concreto, o do proletariado, dizendo que ele deveria ser compreendido para que se transformasse o mundo das relações sociais existentes” (GOHN, 2012, p. 27). Segundo Gohn (2012) existem três correntes que contribuíram para as temáticas relacionadas aos movimentos sociais, sendo elas: a corrente institucional/organizacional-comportamentalista, a corrente teórica histórico-estrutural, e a corrente culturalista-identitária, a qual daremos ênfase.

A corrente institucional/organizacional-comportamentalista desenvolveu-se basicamente nos Estados Unidos e têm suas bases nas teorias liberais dos séculos XVII e XVIII, em que destacamos John Locke, J. S. Mill, Adam Smith e também nas teorias utilitaristas; na antropologia e na sociologia, tendo como referências Radcliffe Brown, R. Merton e Parsons, no qual, este último merece destaque em virtude de sua teoria da ação social coletiva, que teve “[...] vários desdobramentos no campo da análise dos movimentos sociais concretos” (GOHN, 2012, p. 30).

Na corrente teórica histórico-estrutural encontramos autores como Gramsci, Rosa Luxemburgo, Lenin, Lefebvre e alguns autores da Escola de Frankfurt. Marx construiu uma das principais matrizes teóricas de análise que influenciou as denominadas como clássicas ou tradicionais sobre os movimentos sociais. Já no século XX ele escreveu sobre o movimento social de trabalhadores, que eram compreendidos enquanto sujeitos históricos, embora ele não tenha defendido uma teoria sobre as ações coletivas, foi delineado qual seria o perfil de um

movimento social concreto, daquele caso, o proletariado. Até a década de 1970 essa era considerada a corrente teórica mais relevante para a compreensão da realidade social, após esse período ocorreu um retrocesso nos estudos das temáticas relacionadas aos movimentos sociais e as teorias políticas relacionadas a esses autores. Entretanto, na academia ainda existem grandes intelectuais de esquerda que não romperam com essas, como, por exemplo, E. Hobsbawm, I. Mészáros, E. Sader, E.P. Thompson.

Já a corrente teórica culturalista-identitária é constituída por um conjunto complexo de autores, no qual podemos encontrar o idealismo kantiano, o individualismo nietzschiano, a fenomenologia e as teorias da sociologia weberiana, o romantismo rousseauiano, entre outros. Autores como Hegel, Bobbio, Giddens, Foucault, Habermas, Bordieu e outros teóricos da Escola de Frankfurt foram os grandes influenciadores dessas produções teóricas. A exemplo, temos outros teóricos que estão presentes ao longo de nossas análises como, Touraine, que produziu inúmeras teorias sobre os movimentos sociais; e Melucci (1980) que afirmou que os movimentos ofereciam um modo diferente para designar os conflitos do cotidiano e os códigos culturais, estando fundada em bases simbólicas das quais é possível construir identidades próprias; e também Habermas com o conceito de “mundo da vida” e suas definições sobre os novos movimentos sociais (MELUCCI, 1980; GOHN, 2008; 2012).

Os movimentos sociais são fenômenos históricos decorrentes de lutas sociais. Colocam atores específicos sob as luzes da ribalta e, períodos determinados. Com as mudanças estruturais e conjunturais da sociedade civil e política, eles se transformam. Como numa galáxia espacial, são estrelas que se acendem enquanto outras estão se apagando, depois de brilhar por muito tempo. São objetos de estudo permanente. Enquanto a humanidade não resolver seus problemas básicos de desigualdades sociais, opressão e exclusão, haverá lutas, haverá movimentos. E deverá haver teorias para explicá-los: esta é a nossa principal tarefa e responsabilidade, como intelectuais e cidadãos engajados na luta por transformações sociais em direção a uma sociedade mais justa e livre. (GOHN, 1997, p. 20).

De acordo com Gohn, os movimentos sociais carregam em si um projeto novo e emancipador, almejando uma sociedade democrática e com justiça social. Através da participação política eles alcançam sua autonomia que é à chave determinante para a emancipação social, na medida em que a consciência crítica se forma através da participação. Devemos compreender os movimentos sociais como sujeitos sociais coletivos, de forma que seria um erro pensá-los fora de seus contextos históricos (GOHN, 2003). Assim, a principal contribuição teórica dessa corrente foi introduzir a temática sobre as novas identidades e seus processos de identificação, e também as temáticas de como as demandas sociais influenciam nas ações sociais. Segundo Gohn (2012, p. 29) construiu-se através dessa corrente a chamada

novidade dos Novos Movimentos Sociais, “[...] ao destacar que as novas ações abriam espaços sociais e culturais, eram compostas por sujeitos e temáticas que não estavam na cena pública ou não tinham visibilidade, como mulheres, jovens, índios, negros, etc.”.

Ressaltamos que os autores pertencentes a essa corrente, deram ênfase na questão da identidade dos movimentos sociais que anteriormente tinha pouco espaço no mundo acadêmico, por isso, receberam severas críticas, pois, a corrente estrutural-ortodoxa analisava os movimentos sociais apenas no âmbito economicista, não se atentando as ações coletivas e de outros sujeitos sociais relevantes para a concretude da análise histórica (PEREIRA, 2016).

Em vista disso, na década de 1970 e 1980 surgiram novos autores na temática dos movimentos sociais, que contribuíram profundamente para seu desenvolvimento teórico, como, por exemplo, Machado da Silva e Ribeiro (1985), Francisco de Oliveira (1972), Paul Singer e Vinícius C. Brant (1981) (GOHN, 2012). Mas, só a partir dos anos 1990 em consequência da crise que passava as teorias marxistas no mundo, que as correntes teóricas foram se consolidando e tornaram-se hegemônicas, em que “[...] as referências passaram a ser não os sujeitos históricos predeterminados, com alguma vocação ou missão a desempenhar – como a categoria dos operários, por seu lugar na estrutura de produção, [...] mas homogêneo em termos de demandas sociais, modo de vida e consumo restrito” (GOHN, 2012, p. 35), em que as novas referências passaram a ser os pobres e os excluídos que não condiziam com a estruturação do mercado de trabalho.

[...] as novas contestações não visam criar um novo tipo de sociedade, mas, mudar a vida, defender os direitos do homem, assim como o direito à vida para os que estão ameaçados pela fome e pelo extermínio, e também o direito à livre expressão ou à livre escolha de um estilo e de uma história de vida pessoais. (TOURAINÉ, 1998, p. 262).

Os Novos Movimentos Sociais – NMS possuem algumas características gerais, uma delas é a construção de um modelo teórico baseado na cultura, pois, nessa nova teoria refuta a visão funcionalista da cultura que é determinada como um conjunto fixo e predeterminado de normas e valores herdados do passado e que continuam se reproduzindo (GOHN, 1997). Eles utilizam das bases marxistas, o conceito que compreende a cultura como ideologia, mas não aderem ao paradigma marxista de ideologia, na medida em que ele está associado à consciência da classe, e essa categoria, não possui relevância no paradigma dos NMS. A cultural passa a ser a categoria mais relevante, sendo apropriada e transformada no decorrer de sua utilização (GOHN, 1997).

Desta maneira, mesmo com as aproximações existentes entre a teoria dos novos movimentos sociais e o neomarxismo, que enfatiza a importância da ideologia, consciência,

lutas sociais e solidariedade na ação coletiva, descartou-se o marxismo enquanto teoria, por este ser capaz de respaldar as explicações da ação coletiva somente através do nível das estruturas, da ação das classes, de forma que seu enfoque prioriza as determinações macro da sociedade, deixando outros campos, como, por exemplo, o cultural sem conseguir ser analisados através desse instrumental. Segundo Gohn “É importante destacar que a negação do marxismo se refere a sua corrente clássica, tradicional, vista como ortodoxa, pois algumas de suas categorias básicas, como a da ideologia, influenciaram a fundamentação do conceito central dos NMS, a cultura” (GOHN, 1997, p. 122).

[...] o novo sujeito que surge é um coletivo difuso, não-hierarquizado, em luta contra as discriminações de acesso aos bens da modernidade e, ao mesmo tempo, crítico de seus efeitos nocivos, a partir da fundamentação de suas ações em valores tradicionais, solidários, comunitários. (GOHN, 1997, p. 122).

Assim, o paradigma dos Novos Movimentos Sociais define-se através da identidade coletiva, em que se defende a hipótese que eles são novos porque não têm uma clara base classicista, existindo neles interesses difusos, algo que não era observado nos “velhos”, como, por exemplo, nos movimentos operários, camponeses, etc., que eram fundados, sobretudo enquanto um movimento de classe. Ainda de acordo com Gohn “[...] o que há de novo realmente é uma nova forma de fazer política e a politização de novos temas” (GOHN, 1997, p. 124).

Desta maneira, os NMS não fazem uma política de cooperação entre as agências estatais e os sindicatos e mantém o foco de suas lutas sob o compromisso de assegurar direitos sociais, garantindo que os já conquistados não sejam revogados, e também a obtenção de outras pautas. A estratégia utilizada é a de mobilizar a opinião pública a seu favor, pois, quanto mais adesões tiverem mais estarão respaldados de força para pressionarem “[...] os órgãos e políticas estatais. Por meio de ações diretas, buscam promover mudanças nos valores dominantes e alterar situações de discriminação, principalmente dentro de instituições da própria sociedade civil” (GOHN, 1997, p. 125).

Gohn (1997) destaca também que Habermas foi o autor que melhor desenvolveu a análise interpretativa da vida cotidiana, usando para tal análise o conceito de “mundo da vida”.

Segundo Arato e Cohen (1994), o mundo da vida possui duas dimensões distintas; de um lado, "ele se refere a um reservatório de tradições implicitamente conhecidas e de pressupostos automáticos que estão imersos na linguagem e na cultura e são utilizados pelos indivíduos na vida cotidiana. Por outro lado, o mundo da vida, de acordo com Habermas, contém três

componentes estruturais distintos: a cultura, a sociedade e a personalidade. (GOHN, 1997, p. 137).

De acordo com Habermas (1987), a cultura deve ser entendida como o acúmulo do conhecimento em que os atores buscam a compreensão sobre algo no mundo; a sociedade compreendida como as ordens legítimas que regulam suas relações no grupo social; e a personalidade são as competências que nos permitem falar e agir, que fazem com que possamos compor nossa própria personalidade (GOHN, 1997). Deste modo, ele ressalta a existência de uma relação direta entre ação comunicativa, que reproduz as estruturas simbólicas – cultura, sociedade, personalidade – pertencentes ao mundo da vida. De forma a corroborar com a transmissão e renovação do saber cultural, propiciando a interação social entre os atores e também contribuindo para formação da personalidade individual.

Assim, ao compreenderem e concordarem sobre suas condições, partilham uma tradição cultural, e na medida em que orientam suas ações através de normas intersubjetivamente reconhecidas, tornam-se membros de um grupo social solidário (GOHN, 1997). No entanto, “[...] os indivíduos que crescem no interior de uma tradição cultural e participam da vida de um grupo internalizam orientações valorativas, adquirem competência para agir e desenvolvem identidades individuais e sociais” (GOHN, 1997, p. 137). Segundo Habermas para compreender o mundo da vida, deve-se anteriormente compreender a consciência, sendo esta compreensão inseparável das circunstâncias materiais, de modo que:

A reprodução de ambas as dimensões do mundo da vida envolve processos comunicativos de transmissão da cultura, de integração social e de socialização” (Arato e Cohen, 1994: 153). O mundo da vida é diferenciado dos sistemas econômico e estatal. Ele é um subsistema da sociedade civil, é parte dela e não sua totalidade, engloba várias formas institucionais - permanentes ou não - que atuam como organismos de limitação e de mediação entre o Estado e o mercado. [...] Assim, o mundo da vida é fundamental para a análise da sociedade civil, e está última possui duas lógicas: uma dada pelo sistema econômico-político mais amplo, outra dada pelo mundo da vida. (GOHN, 1997, p. 137).

A teoria dos movimentos sociais teve importantes contribuições de Habermas ainda nos anos 1970. De acordo com ele, os movimentos sociais são responsáveis por desenvolver novas relações sociais e também novas formas de produção, na medida em que eles buscam solucionar seus problemas comuns através de soluções alternativas (GOHN, 1997). Segundo o autor, o mundo do trabalho teria perdido sua centralidade no capitalismo tardio, de forma a esvaziar consistentemente a formação de movimentos operários ou de cunho classista para uma “*nova zona de conflito*” presente no mundo da vida, dando origem aos “novos

movimentos sociais”, que não são solidificados por demandas redistributivas, e sim respaldados por uma luta simbólica que permeia resistir à colonização do mundo da vida (ALONSO, 2009).

O sociólogo nos chama a atenção para sua particularidade: estes novos movimentos de emancipação em nada se assemelham àqueles movimentos dos trabalhadores do século XIX ou início do século XX. Diferente dos velhos movimentos que visavam a derrocada da ordem do capital através supressão da propriedade privada dos meios de produção, os novos movimentos “surtem em outras frentes”, localizadas “nos pontos de sutura entre o mundo da vida e o sistema”, afirmando assim o deslocamento dos conflitos sociais da esfera da produção para a esfera da interação. (ASSENCIO, 2014, p. 147).

Trata-se da mudança de uma “velha política” que tinha sua centralidade nos problemas relativos à produção e reprodução da vida material, substanciados pela economia e seus desdobramentos sociais, para uma “nova política” que avança nas discussões relativas aos direitos iguais, a qualidade de vida, a autorrealização individual, a participação e aos direitos humanos, entre outros, cujo seu enfoque não é as lutas econômicas e sim a infinidade de lutas particulares. Agregando os movimentos sociais que se debruçam sobre as causas de gênero e sexualidade, os de causas ecológicas e ambientais, os relacionados à religião, ou até mesmo os que defendem as crianças, idosos, entre outros (ASSENCIO, 2014).

Habermas, contudo, distingue dois tipos. Os “movimentos de liberação”, de caráter emancipatório, demandantes da universalização de direitos, na tradição burguesa-socialista, teriam ainda caráter ofensivo [...] Os genuinamente “novos” movimentos sociais seriam os insurgentes contra a colonização do mundo da vida, contra os papéis institucionalizados de consumidor da sociedade de mercado, de cliente dos serviços públicos do Welfare State, e mesmo de cidadão, fazendo a crítica das instituições políticas. Seriam propositores de novas formas de cooperação e de comunidade. (ALONSO, 2009, p. 62-63).

Ele dividiu os novos movimentos sociais em três tipos de potenciais, sendo eles, o de emancipação, de oposição e de fuga, classificando-os de acordo com suas reivindicações. No movimento emancipatório temos, por exemplo, a luta de gênero, que é uma luta que pode ser caracterizada por incorporação de direitos. Enquanto os movimentos sociais de oposição e de fuga temos o movimento ecológico, que busca garantir direitos já conquistados através do “[...] represamento de esferas de ação estruturadas comunicativamente, não à conquista de novos territórios” (ASSENCIO, 2014, p. 147).

Touraine, Habermas e Melucci têm teorias particulares, mas confluem para o mesmo postulado central. As reivindicações teriam se deslocado dos itens redistributivos, do mundo do trabalho, para a vida cotidiana, demandando a democratização de suas estruturas e afirmando novas identidades e valores.

Os novos movimentos sociais seriam, então, antes grupos ou minorias que grandes coletivos. Suas demandas seriam simbólicas, girando em torno do reconhecimento de identidades ou de estilos de vida. Recorreriam à ação direta, pacífica, baseada numa organização fluída, não hierárquica, descentralizada, desburocratizada. Não se dirigiriam prioritariamente ao Estado, mas à sociedade civil, almejando mudanças culturais no longo prazo. Esses analistas, portanto, entendem que a ênfase cultural é uma característica distintiva das novas mobilizações, razão pela qual usaram o advérbio “novo” para distingui-los dos “velhos”. (ALONSO, 2009, p. 68).

Criou-se assim, novos modelos participativos que teriam suas bases nas “contra instituições”, atrelando-se aos modelos de autogestão respaldados por partidos de massa, pela indústria cultural e pelos meios de comunicação livres e que fariam uma política “[...] desvinculada de qualquer demanda por bens ou cargos políticos, e voltada para a afirmação de identidades e para a preservação da autonomia e de formas de vida sob ameaça da racionalização sistêmica levada a cabo pelo Estado e pelo mercado” (ALONSO, 2009, p. 63).

Todavia, conforme os movimentos sociais foram se adaptando a nova conjuntura global, em que passaram a pensar estratégias de ação que alterassem seu cotidiano, emergiram contradições oriundas das origens dos movimentos sociais, que em alguns casos se misturam com o nascimento também de alguns partidos políticos, e com o pessoalismo e regionalismo de um dirigente com o movimento social, trazendo a cena, o clientelismo e a antiga troca de favores. Um breve exemplo que poderíamos citar é o caso MST e do PT e a difícil desvinculação dos mesmos, algo nitidamente notável nos oito anos do Governo Lula, ficando o MST praticamente paralisado, não conseguindo realizar suas mobilizações contra esse governo para a execução de suas pautas.

Contudo, mesmo os movimentos sociais e suas ações se tornando cada vez mais objeto de estudo e conquistando espaço no mundo acadêmico, ainda sim, permanecem algumas lacunas na literatura sobre a temática que passam a contribuir, de certa forma, para algumas divergências de posicionamento, na medida em que não se tem uma definição concreta. Algumas dessas lacunas na temática dizem respeito, por exemplo, ao próprio conceito de movimento social que até hoje não conseguimos delimitar com clareza: a forma de como seria possível qualificar como novos determinados movimentos sociais e outros não; o que exatamente distingue as ações dos movimentos sociais de outras ações coletivas, ou de outras organizações sociais; como seria possível diferenciar os movimentos sociais que nascem e são fruto de um processo que tem como foco um projeto de sociedade e nasce assim, do seio da sociedade civil, de outros que se autodenominam movimentos; e principalmente, qual seria o papel hoje dos movimentos sociais diante da sociedade civil, e principalmente frente ao

Estado. São essas e outras questões que nos deparamos ao avançarmos na discussão sobre os movimentos sociais e a realidade política social brasileira (GOHN, 2013).

1.3 O surgimento e consolidação do MST.

Um grande marco dos processos organizacionais de luta pela terra foi à criação da Comissão Pastoral da Terra em 1975, e de um espaço dinâmico de socialização política que contribuiu para a articulação de homens e mulheres sem terras de todo o país. Os anos 1980 foram marcados mais intensamente pelo processo de redemocratização com a derrubada dos governos ditatoriais. Foi nesse período que as organizações políticas e sociais começaram a ganhar mais destaque, dando origem, por exemplo, ao Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983, e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em 1984, movimentos este que daremos ênfase agora.

As origens imediatas do MST estão ligadas à amarga luta pela sobrevivência frente às políticas agrícolas implementadas pelo regime militar que governou o Brasil de 1964 a 1985. Os trabalhadores rurais sem terra no estado brasileiro do Rio Grande do Sul começaram a organizar-se para reivindicar no começo dos anos 80. Outras pessoas sem terra adotaram suas reivindicações nos estados vizinhos do Paraná e Santa Catarina. Eles se apoiaram em uma longa tradição de resistência rural e rebelião que remonta ao estabelecimento de quilombos (grandes assentamentos de escravos fugitivos no interior) e à famosa rebelião dos pobres camponeses de Canudos na década de 1980. Em tempos mais recentes, tal tradição inclui as famosas Ligas Camponesas do empobrecido Nordeste brasileiro, nos anos 50 e início dos 60 e a Revolta do Capim no Rio Grande do Sul e outros nos anos 70. (VANDEN, 2011, p. 164).

O MST foi fundado oficialmente no Primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra realizado em Cascavel/PR entre 21 a 24 de janeiro de 1984. Nesse período o Brasil passava pela reabertura da política nacional, de forma que o movimento se originou no interior das lutas dos trabalhadores contra a expropriação no início da década de 80 (FERNANDES, 2000). O objetivo desse encontro foi discutir e mobilizar a população para reivindicar a realização da Reforma Agrária. Foi nesse período também que as lutas que aconteciam separadamente começaram a tomar um formato massivo e mais tarde se articularam ao MST (VANDEN, 2011).

Deste contexto, ele realizou de 29 a 31 de janeiro de 1985 seu I Congresso Nacional que originou os lemas e palavras de ordem “Terra para quem nela trabalha” e “Ocupação é a única solução” em que se reafirmou a necessidade das ocupações e foi reiterada sua

legitimidade pelos trabalhadores rurais. Estavam presentes 1.500 delegados, representando 23 estados do Brasil. Eles definiram os objetivos fundamentais desse movimento e também algumas diretrizes, como: que à terra só deveria estar nas mãos de quem nela trabalha; lutar por uma sociedade sem exploradores e sem explorados; organizar os trabalhadores rurais na base; dedicar-se à formação de lideranças e construir uma direção política dos trabalhadores; articular-se com os trabalhadores da cidade e com os camponeses da América Latina; etc.. Este congresso ocorreu em meio as “Diretas Já”, dando-o maior visibilidade, e foi também nesse período que surgiu a proposta de elaboração do I Plano Nacional da Reforma Agrária (MST, 2014).

O MST faz parte do movimento histórico da luta camponesa no Brasil e foi se fortalecendo e ganhando representatividade na medida em que a população se identificou com seus objetivos, pois, o acesso à terra era um dos problemas mais evidentes enfrentados no país, por isso, cada vez mais trabalhadores, entre eles, arrendatários e posseiros, aderiram a essa luta por terem perdido o acesso à terra no processo de modernização conservadora. Segundo Fernandes, o movimento “[...] nasceu em um processo de enfrentamento e resistência contra a política de desenvolvimento agropecuário, implantada durante o regime militar” (FERNANDES, 1998, p. 16).

A maior instância organizativa do MST é o Congresso Nacional que se repete a cada cinco anos. A Coordenação Nacional é a instância operacional máxima da organização, contando com cerca de 120 membros. Ele adota o princípio da direção colegiada em que todos os dirigentes têm o mesmo nível de responsabilidade tendo sua estrutura organizacional baseada na verticalidade que se inicia nos núcleos, compostos por 500 famílias, seguindo pelas brigadas, que são constituídas de grupo de até 500 famílias, e da direção-regional, estadual e nacional.

Por sua expressiva representatividade ele também é articulado com a organização internacional de camponeses denominada Via Campesina, que representa 164 organizações locais e nacionais, em 73 países de quatro continentes, onde também encontramos outros movimentos de luta pela terra, como, por exemplo, Movimentos dos Agricultores Sem Terra (MAST), Movimento Social de Luta Pela Terra e Pela Reforma Agrária (MOSLUTRA), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MTST), Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), Movimento Terra Brasil (MTB), Movimento Dos Trabalhadores Brasileiros Sem Terra (MTBST), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra Brasil (MTRSTB), entre outros (PEDON, 2009; VIA CAMPESINA, 2011).

Hoje o MST é, possivelmente, o maior e mais poderoso movimento social da América Latina. O número de associados passa de 200.000 e talvez chega ao dobro disso. Ele possui alta capacidade de mobilização local, estadual e nacionalmente. Em 1997, por exemplo, a organização foi capaz de mobilizar 100.000 pessoas para uma marcha em Brasília. (VANDEN, 2011, p. 164).

Uma de suas principais lutas é acabar com a concentração fundiária e com as grandes corporações. O principal instrumento utilizado por eles nesse processo é a ocupação das terras improdutivas, ou com denúncia de trabalho escravo, ou que se enquadrem nos critérios de desapropriação. Apesar de suas práticas dividirem opiniões no âmbito da sociedade civil, esse é um instrumento de luta que efetivamente coloca em visibilidade a demanda por reforma agrária e as injustiças sociais existentes no rural brasileiro, em decorrência da inaplicabilidade das leis no que se refere à função social da propriedade, que foi assegurada com a criação da Constituição Federal de 1988 (FERNANDES, 2000).

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: [...]

II – propriedade privada;

III – função social da propriedade. (BRASIL, 1988).

De acordo com a Constituição a função social da propriedade rural deve atender simultaneamente aos requisitos do art. 186 da CF/88.

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I – aproveitamento racional e adequado;

II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. (BRASIL, 1988).

De forma que o não cumprimento das condições mencionadas acima, permite que a propriedade seja desapropriada pelo Estado, passando esta a ser um território passível de redistribuição e realização da reforma agrária, assim, como está descrito no art. 184 da CF/88:

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

§ 1º – As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro.

§ 2º – O decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União a propor a ação de desapropriação.

§ 3º – Cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação.

§ 4º – O orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária no exercício.

§ 5º – São isentas de impostos federais, estaduais e municipais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária. (BRASIL, 1988).

Ressalta-se, que a Constituição Federal de 1988 considerou a propriedade como um direito fundamental e não individual, de modo que ela passou a ser vista como uma instituição de ordem econômica, não podendo mais ser considerada absoluta e de pleno direito individual, isto porquê, fundamentou-se que seu objetivo central seria o de assegurar a todos uma vida digna, incluindo-a no rol dos direitos fundamentais, este foi o grande diferencial das Constituições anteriores, que continham o direito de propriedade dentro dos direitos em geral.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...]

XXII – é garantido o direito de propriedade;

XXIII – a propriedade atenderá a sua função social;

XXIV – a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição. (BRASIL, 1988).

Observa-se, que a Carta Magna de 1988 limita o direito de propriedade de acordo com o artigo 5º, inciso XXII, de modo que esse “limite” pode ser observado no que se refere ao alcance da função social que a propriedade estar submetida. Entretanto, temos clareza que o papel que o Estado cumpre não é de um agente que promoverá a reforma agrária, caminhando este para tal fim apenas a reboque das ações dos movimentos sociais. Conclui-se assim, que a Constituição de 1988 é a frente de seu tempo, no tocante de promover a questão social da propriedade, mas em termos práticos temos um Estado omissor que atua na inconstitucionalidade.

É importante salientar também que, a luta desses trabalhadores por reforma agrária nos revela algo novo em relação à questão agrária no país. “Trata-se, pois, de uma luta de expropriados que, na maioria das vezes, experimentaram a proletarização urbana ou rural, mas resolveram construir o futuro baseado na negação do presente” (OLIVEIRA, 2001, p. 194). Vale ressaltar que a identificação e receptividade na sociedade civil não são favoráveis a eles,

tendo se intensificado a repressão conta esse movimento nos últimos anos, de modo que muitos de seus integrantes já foram brutalmente reprimidos, assassinados e aprisionados.

Acampamentos e assentamentos são novas formas de luta de quem já lutou ou de quem resolveu lutar pelo direito à terra livre e ao trabalho liberto. A terra que vai permitir aos trabalhadores – donos do tempo que o capital roubou e construtores do território comunitário e/ou coletivo que o espaço do capital não conseguiu reter à bala ou por pressão – reporem-se/reproduzirem-se no seio do território da reprodução geral capitalista. Nos acampamentos, camponeses, peões e boias-frias encontram na necessidade e na luta, a soldagem política de uma aliança histórica. Mais do que isso, a transformação da ação organizada das novas lideranças abre novas perspectivas para os trabalhadores. (OLIVEIRA, 2001, p. 194).

Em suma, o MST caracteriza-se por ser um movimento de massas que luta pela realização da reforma agrária, de forma que suas ações contribuíram para que o Estado realizar algumas ações efetivas para a distribuição de terras no país. Porém, a reforma agrária almejada pelo movimento, diz respeito a uma reforma agrária abrangente, que altere não só a estrutura agrária do país, mas, também o modelo de produção agrícola, e não somente o que tem sido feito, na esfera as políticas compensatórias. Assim, o movimento parte da compreensão de que não é impossível desenvolver um país sem desenvolver uma sociedade democrática, e, desta maneira, só seria possível acabar com as desigualdades sociais no campo findando o latifúndio, problemática que já era apresentada nos anos 2000 com a palavra de ordem “Por um Brasil sem latifúndio”.

No quinto e último Congresso realizado em 2014, em Brasília, cujo lema foi “Lutar, Construir Reforma Agrária Popular!” em que o entendimento alcançado foi que só acontecerá uma Reforma Agrária de fato se ela for parte de um projeto popular que transforme as estruturas sociais e econômicas do Brasil, caso contrário a lutar seguirá na conquista de políticas públicas pontuais.

1.4 A Reforma Agrária não demandada pelo Estado: O MST e sua proposta de Reforma Agrária Popular.

Como já foi destacada, a questão agrária é um dos problemas estruturais do capitalismo, na qual a realização da reforma agrária contribuiria para diminuir as desigualdades sociais, expulsões e expropriações no campo, que findam em uma situação de vulnerabilidade e discrepância econômica e social.

Deste modo, compreende-se que a relação entre agricultura familiar e agronegócio está envolta de conflitualidades, na qual o campesinato e a agricultura familiar estão subordinadas a esse grande capital, mas, resistem buscando estratégias para sobreviverem dentro desse modelo. Utilizando-se como instrumentos as ocupações de terra, os sem-terra questionam a existência dos latifúndios, e os assentados começam a incorporar em seus lotes a produção agroecologia, que vai à contramão do modelo de produção agrícola predominante (FERNANDES, 2001).

Com o Estatuto da Terra criado em 1964 foi apresentada institucionalmente a questão da reforma agrária no Brasil, definindo-a como o conjunto de medidas que visariam contribuir para maior “[...] distribuição da terra mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção” (BRASIL, 1964). Em termos práticos essa ação se desdobraria em inúmeras outras, melhorando significativamente a vida da população do campo e da cidade, a exemplo, podemos citar, a democratização da estrutura fundiária; produção de alimentos básicos mais baratos e saudáveis; geração de ocupação e renda; combate à fome e à miséria; redução da migração campo-cidade, fator esse que diminuiria drasticamente alguns problemas das cidades grandes como emprego, moradia, etc.; democratização das estruturas de poder; entre outros.

Esse modelo clássico de reforma agrária em que o Estado brasileiro seria o responsável por realizar a democratização das terras foi defendido pelo MST desde sua formação, perpassando pela elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária até o período entre o IV e V Congresso Nacional entre 2000 e 2007. Esses dois Congressos marcaram as principais mudanças de diretrizes do movimento na história recente. No IV Congresso se levantou a palavra de ordem “Por um Brasil sem latifúndio”, sendo o último que cogitou a realização da reforma agrária clássica. A partir de então o movimento passou a construir bases para um novo projeto de reforma agrária. No V Congresso do MST (2007), adotou-se a palavra de ordem “Reforma agrária: por justiça social e soberania alimentar”, e nesta ocasião foi elaborado o Programa Agrário do MST, que reconheceu a necessidade de construir um projeto de Reforma Agrária Popular no Brasil.

No passado, a expressão reforma agrária era entendida por muitos apenas como desapropriação de uma fazenda e distribuição dos lotes de terra. Essa reforma agrária funcionava quando o modelo econômico era dominado pelas indústrias. E, portanto, os camponeses se integravam com a indústria e conseguiam sair da pobreza. Era a chamada reforma agrária clássica, que a maioria dos países industrializados fizeram. Agora, o capitalismo dominante é o do capital financeiro e das empresas transnacionais, também na

agricultura, com o chamado agronegócio. Assim, eles conseguem aumentar o lucro e a produção sem os camponeses. (STEDILE, 2012).

O movimento propôs essa mudança após uma longa análise de conjuntura que constatou no final da década de 1990 o avanço do capital na agricultura brasileira e o fortalecimento cada vez maior do modelo de produção do agronegócio, que concentra grandes extensões de terra com uso intensivo de agrotóxicos, e também precarizar e subordinar cada vez mais famílias do campo, intervindo drasticamente nos assentamentos rurais. Aliado à tese de que a reforma agrária não seria mais viável no Brasil, em virtude do nosso sistema de produção ter se desenvolvido nos moldes da Revolução Verde, já ter suprido as necessidades de abastecimento alimentar de nossa sociedade.

Desta forma, a proposta de reforma agrária popular surge com a concepção de,

Combater o modelo das elites, que defende os produtos transgênicos, as importações de alimentos, os monopólios e as multinacionais. Projetar na sociedade a reforma agrária que queremos para resolver os problemas de: trabalho, moradia, educação, saúde e produção de alimentos para todo povo brasileiro.[...] Desenvolver linhas políticas e ações concertas na construção de um novo modelo tecnológico, que seja sustentável do ponto de vista ambiental, que garanta a produtividade, a viabilidade econômica e o bem esta social. [...] Realizar ações de massa contra os símbolos do projeto deles e deixar claro qual é o nosso projeto para a sociedade. (Resoluções do IV Congresso).

Segundo João Pedro Stédile (2007), liderança nacional do MST, ao analisar as mudanças que o Brasil e, especialmente, o campo tem vivenciado nas últimas décadas, em decorrência do avanço e predomínio dos investimentos no agronegócio, constata-se que o Brasil alcançou nas mudanças econômicas e estruturais de produção que eram necessárias, de tal modo que, se pensarmos apenas na realização da reforma agrária clássica, ela já não se faz necessária se seu único viés for esse desenvolvimento econômico.

Não cabe a reforma agrária clássica. Então, o que sobrou do MST? Acabou o MST? Esse foi um debate que fizemos nos últimos sete anos. Então, qual é o patamar, qual a dimensão que a luta exige agora? A reforma agrária popular. Por que ela é popular? Porque ela não será mais feita. Veja, na medida que a burguesia tolera a reforma agrária, vai ter setores da classe média, da pequena burguesia, que vão apoiar a reforma agrária. Na medida em que não há mais esse apoio, então do ponto de vista de classe ela só interessa aos trabalhadores. Por isso ela é popular. Ela não será feita com o apoio, com a concordância e tolerância da burguesia. É popular, é dos trabalhadores. Mas ela é popular também porque ela não poderá ser feita unicamente pelos camponeses. Nós somos minoria na sociedade brasileira. Ela tem que ter necessariamente o apoio dos trabalhadores urbanos. Por isso também que ela é popular. E porque o trabalhador urbano e o trabalhador rural serão os maiores beneficiados. Isso que caracteriza a reforma popular. Ela interessa

exclusivamente à classe trabalhadora. E ela é diametralmente oposta ao projeto do agronegócio. (Miguel Stédile, Entrevista).

Com essa proposta de reforma agrária popular, o MST busca contrapor-se ao bloco de poder que é composto por empresas transnacionais (Monsanto, Syngenta, Bunge, Bayer, entre outras); latifundiários; bancos, e até mesmo a mídia que possui um importante papel ideológico na composição do bloco, por introduzir na sociedade o discurso modernizador do agronegócio, maquiando suas contradições e os danos irreversíveis que ele tem causado a natureza e ao homem. Podemos citar, por exemplo, uma campanha muito bem elaborada que ganhou grande visibilidade no cenário nacional em junho de 2016 através as emissoras Rede Globo de Televisão e Bandeirantes que dizia que o “*Agro é Tech, Agro é Pop, Agro é tudo*”.

Precisamos pensar melhor em como atender a demanda interna e externa para resguardar a estabilidade de preços nos produtos alimentares. Hoje, pensamos em resolver o equilíbrio externo, exportar a qualquer custo para obter superávit na balança comercial e o menor déficit possível na balança corrente. E o resíduo das exportações fica com o mercado interno para resolver as questões de estabilidade. Essa equação está equivocada e precisa ser reformulada. [...] Os assentamentos de Reforma Agrária e o campesinato em geral tem uma especialização na produção de alimentos. Esse setor, se for devidamente fomentado, pode produzir em grande quantidade os produtos da cesta básica. É uma via importante e necessária a ser trabalhada. Mas não me parece que o governo esteja muito atento a isso, pois para ele o agronegócio resolve tudo, o que não é verdade. (DELGADO, 2013, entrevista).

O MST propõe com a Reforma Agrária Popular outra forma de agricultura que não seja respaldada por empresas transnacionais, associadas ao capital financeiro. Dados analisados da ABRA (2013) e IPEA (2013) comprovam que o modelo de produção utilizado no Brasil tem produzido menos alimentos no correr dos anos, não só no ramo do agronegócio, mas também nos segmentos da agricultura familiar. Esse risco potencial para a segurança alimentar em nosso país foi agravado pelas discontinuidades das políticas governamentais, que reforçaram a lógica de produção do agronegócio em meio a uma grande parcela dos agricultores familiares.

Os dados nos demonstram que de 1990 a 2011 as áreas plantadas com arroz caíram 31%, com feijão, 26%, com mandioca, 11% e com trigo, 35%, mas em contraponto a esses números as áreas plantadas de cana-de-açúcar aumentaram 122% e as de soja 107%. Completando essa análise, comparamos os dados de 2003 e 2012², referente aos números de

2 O volume de recursos ofertados pelo PRONAF durante o período teve um aumento exponencial no qual em 2003-04 foram disponibilizados R\$5,4 bilhões, aplicados R\$3,5 bilhões (64%) em 1.091.850 contratos, já em 2012-13 foram anunciados R\$18 bilhões, aplicados R\$18,6 bilhões (106%) em 2.141.262.

contratos de custeio do PRONAF, e observamos que as operações relativas a produção de arroz declinaram de 34.405 para 7.790 (-77.4%), de feijão de 57.042 para 10.869 (- 81%), e os de mandioca passaram de 65.396 para 20.371 (-68,8 %) (TEIXEIRA, 2013; MDA, 2015).

O que precisa ser feito mesmo é rever a política agrícola e fazer a Reforma Agrária. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) está completamente esgotado. Ele realizou uma política de inclusão social nas políticas agrícolas, que aproximou a agricultura familiar do agronegócio. Precisamos rever essa política e colocar o Pronaf não como uma estratégia de inclusão, mas de diferenciação para habilitar realmente o agricultor a produzir alimentos de qualidade. (TEIXEIRA, 2013, entrevista).

Justifica-se assim a construção de um Projeto de Reforma Agrária Popular embasada em um modelo agrícola que vai além da democratização da terra, no qual o ponto-chave seja a construção e fortalecimento de um sistema agrícola que incentive a agricultura familiar a produzir os alimentos da cesta básica e não *commodities* valorizadas no mercado internacional, diferentemente do que tem sido feito através dos incentivos governamentais, pois, esses têm levado a agricultura familiar a investir nas mesmas culturas do agronegócio, por segurança de mercado e valorização dos preços. Segundo o MST, a Reforma Agrária Popular não abandonaria as ocupações de latifúndios e a luta pela terra, que segue como sendo a necessidade primordial, mas se tornaria essencial também fortificar a luta por políticas públicas e créditos agrícolas que valorizarem a agricultura familiar a produzir os alimentos da cesta básica regional.

Entretanto, deve-se destacar que esse projeto só conseguirá atingir seus objetivos se o movimento conseguir unir-se a sociedade, construindo uma aliança mútua entre o campo e a cidade; entre camponeses, agricultores e classe trabalhadora. O MST reconhece que esse projeto só se concretizará nessas condições e estrategicamente tem buscado construir um diálogo com a população, tendo como ponte de acesso à produção saudável e sustentável de alimentos, respaldada na matriz produtiva agroecológica e popular, que permite oferecer uma diversidade ampla de alimentos de qualidade e preço acessível para a população da cidade.

No Caderno de Debates nº1 publicado pelo MST no ano 2009, já encontrávamos uma nova definição do objetivo principal da agricultura. Nele foram ampliadas as pautas que contemplariam a produção agroecológica, livres de agrotóxicos, produzida através de métodos e técnicas que contribuiriam para a preservação ambiental. Assim, o programa agrário proposto pelo MST tem buscado mudanças estruturais no uso dos bens da natureza, pois, partilha do entendimento que esses pertencem a toda sociedade e devendo ser preservados. À

vista disso, foi fundamentado o programa de Reforma Agrária Popular, que apresentou os seguintes eixos e objetivos.

1. Terra. A terra e todos os bens da natureza, em nosso território nacional, devem estar sob controle social e destinados ao benefício de todo povo brasileiro e das gerações futuras. [...]
2. Bens da natureza. A água e as florestas nativas são bens da natureza e eles devem ser tratados como um direito de todos os trabalhadores. Eles não podem ser tratados como mercadorias e nem ser objeto de apropriação privada. [...]
3. Sementes. As sementes são um patrimônio dos povos a serviço da humanidade e não pode haver sobre elas propriedade privada ou qualquer tipo de controle econômico. [...]
4. Produção. Toda produção será desenvolvida com o controle dos trabalhadores sobre o resultado de seu trabalho. As relações sociais de produção devem abolir a exploração, a opressão e a alienação. [...]
5. Energia. a) Devemos construir formas para que se desenvolva a soberania popular sobre a energia em cada comunidade e em todos os municípios brasileiros. b) Desenvolver de forma cooperativada a produção de energia a nível local, com as mais deferentes fontes de recursos renováveis para atender as necessidades de todo povo brasileiro. [...]
6. Educação e Cultura. O conhecimento deve ser um processo de conscientização, libertação e de permanente elevação cultural de todos e todas que vivem no campo. [...]
7. Direitos sociais. Os trabalhadores/as rurais sob regime de assalariamento devem ter todos os direitos sociais, previdenciários e trabalhistas garantidos e equivalentes aos trabalhadores urbanos e as relações de trabalho devem ser construídas sobre a base da cooperação, gestão social e de combate a alienação. [...]
8. Condições de vida para todos e todas. O campo deve se constituir num local bom de viver. Onde as pessoas tenham direitos, oportunidades e condições de vida dignas. [...] (MST, 2013, p. 35-38).

Baseado nesses fundamentos o MST elaborou a proposta de reforma agrária popular na qual anseia construir uma nova sociedade amparada nos princípios da igualitária, solidária, humanista e também ecologicamente sustentável, em que seria necessário um amplo processo de mudanças estruturais, superando a exploração e a destruição da natureza, e almejando a emancipação humana com dignidade e igualdade entre as pessoas (MST, 2010).

A reforma agrária tem por objetivos gerais:

- a) Eliminar a pobreza no meio rural.
- b) Combater a desigualdade social e a degradação da natureza que tem suas raízes na estrutura de propriedade e de produção no campo;
- c) Garantir trabalho para todas pessoas, combinando com distribuição de renda.
- d) Garantir a soberania alimentar de toda população brasileira, produzindo alimentos de qualidade, desenvolvendo os mercados locais.
- e) Garantir condições de participação igualitária das mulheres que vivem no campo, em todas as atividades, em especial no acesso à terra, na produção, e

na gestão de todas as atividades, buscando superar a opressão histórica imposta às mulheres, especialmente no meio rural.

f) Preservar a biodiversidade vegetal, animal e cultural que existem em todas as regiões do Brasil, que formam nossos biomas.

g) Garantir condições de melhoria de vida para todas as pessoas e acesso a todas oportunidades de trabalho, renda, educação e lazer, estimulando a permanência no meio rural, em especial a juventude. (MST, 2010, p. 1).

Segundo Caldart (2012) nessas propostas estão sintetizadas as principais bandeiras do movimento quanto ao modelo de agricultura que ele defende para o campo brasileiro, que seria respaldado por uma distribuição massiva de terras, que culminaria no processo de alteração de poder, na qual se constituiria uma aliança entre governos de natureza popular, nacionalista e os camponeses (CALDART, 2012). Desse modo, o programa é uma estratégia de resistência ao modelo atual, mas ele só terá sucesso se respaldado pela sociedade, e para isso as pautas de reivindicações e de lutas tem que corresponder às necessidades da base social (MST, 2013).

Deste modo, através do Programa de Reforma Agrária Popular, o Movimento defende:

1. A democratização da terra

1.1. Democratizar o acesso à terra, aos bens da natureza e aos meios de produção na agricultura, a todos os camponeses.

1.2. Assegurar que a democratização do uso, posse e propriedade da terra e dos bens da natureza, esteja vinculada aos interesses e necessidades sociais, econômicas, culturais e políticas da população camponesa, especificamente, e, de modo geral, de toda a população brasileira.

2. Água: um bem da natureza em benefício da humanidade

2.1 A água é um bem da natureza e deve ser utilizada em benefício de toda humanidade. Exigir que a posse e o uso da água estejam subordinados aos interesses e às necessidades de toda população.

3. A organização da produção agrícola

3.1. Priorizar a produção de alimentos saudáveis para todo o povo brasileiro, garantindo o princípio da soberania alimentar, livres de agrotóxicos e de sementes transgênicos.

4. Uma nova matriz tecnológica que mude o modo de produzir e distribuir a riqueza na agricultura

4.1. Exigir do Estado políticas de créditos, financiamentos subsidiados, pesquisas e aprendizados tecnológicos voltados para a produção agrícola de matriz agroecológica e com o incentivo à adoção de técnicas que aumentem a produtividade do trabalho e das áreas, em equilíbrio com a natureza.

5. A industrialização

5.1. O programa de Reforma Agrária popular deverá ser um instrumento para levar a industrialização ao interior do país

6. Política agrícola

6.1. Exigir do Estado o uso de todos os instrumentos de política agrícola – garantia de preços rentáveis para o agricultor, compra antecipada de toda produção de alimentos dos camponeses, crédito rural adequado, seguro rural,

assistência tecnológica, armazenagem – para incentivar e qualificar a agricultura camponesa e agroecológica na produção de alimentos saudáveis.

7. A educação do campo

A educação é um direito fundamental de todas as pessoas e deve ser atendido no próprio lugar onde elas vivem e respeitando o conjunto de suas necessidades humanas e sociais. E o acesso à educação pelos trabalhadores é uma das condições básicas da construção do projeto de Reforma Agrária Popular.

Priorizamos a luta pelo acesso à educação escolar porque esse acesso ainda não é garantido para todo o povo em nosso país, especialmente às pessoas que trabalham no campo.

8. O desenvolvimento da infra-estrutura social nas comunidades rurais e camponesas

8.1. Desenvolver um amplo programa de construção e melhoria das moradias no campo, respeitando as especificidades da cultura camponesa em cada região, conjugado com acesso à energia elétrica de fontes alternativas, à água potável, saneamento básico, transporte e acesso às estradas trafegáveis.

9. Mudanças na natureza do Estado e em sua estrutura administrativa

9.1. A realização do programa de Reforma Agrária Popular exige mudanças democráticas na forma de organização e funcionamento atual do Estado burguês. Levando em consideração a natureza antidemocrática do Estado burguês e sua burocracia que impedem políticas públicas favoráveis à classe trabalhadora em geral, o avanço das nossas conquistas para beneficiar os camponeses/as e a imensa maioria da população do campo, somente se dará se enfrentarmos a natureza do Estado burguês. (MST, 2013, p. 40-48).

Em suma, a almejada Reforma Agrária Popular é o grande desafio colocado pelo MST, pois, se opõe ao modelo hegemônico do agronegócio, das empresas transnacionais e do capital financeiro (PEREIRA, 2016). Essa proposta perpassa todas as dimensões, desde a tecnologia, a comercialização, saúde, educação, etc., e não se finda após a distribuição de terras, objetivando também organizar cooperativas de produção e agroindústrias nos assentamentos, e garantindo que essas tenham como matriz tecnológica a agroecologia e que valorize a educação do campo (STEDILE, 2012). No entanto, essas mudanças dependem da correlação de forças existentes para contrapor o sistema vigente e da reinvenção do Movimento que tem passado com uma constante crise reconhecimento e aprovação popular.

1.5 As ações governamentais na tentativa de conciliação das Políticas de Reforma Agrária: do Governo Vargas (1951-1954) a Ditadura Militar (1964-1985).

No século XX o Brasil vivenciou diferentes políticas e o acirramento cada vez maior das lutas de classes, que deram respaldo aos conflitos sociais até o começo desse século. O início do debate sobre a questão agrária permeia a década de 1950, período em que as lutas

camponesas começaram a aflorar envoltas de questões econômicas e sociais, impulsionando o surgimento das ligas camponesas, sindicatos rurais e outros tipos de organizações. Na década de 1960 também surgiram diversos movimentos, como a União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), e o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), movimentos estes que tinham como bandeira a justiça social no campo e contribuíram para que a temática da reforma agrária tivesse visibilidade no período (STÉDILE, 2011). Os governos anteriores a este período, apostavam em uma política de modernização, seguindo os modelos de desenvolvimento da economia e inserindo o país no mercado internacional, mas, os governos de Getúlio Vargas (1950-1955) e Juscelino Kubitschek (1956-1960) criaram uma estratégia de gerir o Estado e seu projeto modernizador para desenvolver o Brasil.

A eleição de Jânio Quadros em 1960, criou-se uma grande expectativa na população, pois, seu programa de governo expressava que aconteceriam mudanças estruturais que eram essenciais para o desenvolvimento do Brasil. No entanto, sete meses após sua diplomação, Jânio renunciou ao cargo sem esclarecer os reais motivos que o levaram a essa decisão, mas é evidente que as posições ambíguas, principalmente no âmbito das relações exteriores, não agradou os setores mais conservadores da União Democrática Nacional (UDN), partido que o tinha eleito. Nesta conjuntura, João Goulart, ex-ministro do Trabalho de Vargas e vice de Juscelino, foi empossado presidente, mas por pressão dos ministros militares foi inserido um regime parlamentarista, de modo que Goulart não governaria sozinho. O real motivo para tal feito, foi por considerarem-no um líder esquerdista³. Mesmo diante desse cenário de repressão Goulart elaborou e apresentou seu programa de governo, o intitulou de “reformas de base”, e respaldado pela social-democracia, propôs o Estado de Bem-Estar Social (FERREIRA, 2007, p. 521).

Essas “reformas de base” propostas por João Goulart vislumbravam alterar as estruturas econômicas e sociais existentes, e possibilitaria ao país um desenvolvimento econômico autônomo, sem a forte dependência do mercado internacional. Goulart propôs entre as principais alterações a reforma fiscal, tributária, bancária, administrativa, universitária, urbana e agrária. Para além dessas reformas, ele também propôs a legalização do PCB (Partido Comunista Brasileiro), o controle do capital estrangeiro e o monopólio estatal de setores estratégicos da economia para garantir a soberania nacional (FERREIRA, 2007).

3 Considerado erroneamente um esquerdista, dado que vinha de uma família de grandes latifundiários no Rio Grande do Sul.

Porém, após o discurso realizado por Jango em 13 de março de 1964, na Central do Brasil, o clima político se acirrou ainda mais. Neste discurso ele afirmava que,

O caminho das reformas é o caminho do progresso pela paz social. Reformar é solucionar pacificamente as contradições de uma ordem econômica e jurídica superada pelas realidades do tempo em que vivemos (...) A reforma agrária não é capricho de um governo ou programa de um partido. É produto da inadiável necessidade de todos os povos do mundo. Aqui no Brasil, constitui a legenda mais viva da reivindicação do nosso povo, sobretudo daqueles que lutaram no campo.

A reforma agrária é também uma imposição progressista do mercado interno, que necessita aumentar a sua produção para sobreviver. (Jango, Central do Brasil, Rio de Janeiro, 13 de março de 1964).

Neste mesmo dia ele assinou em praça pública o Decreto nº 53.700 que autorizava a desapropriação a fins de interesse social das áreas rurais que ladeavam os eixos rodoviários federais, os leitos das ferrovias nacionais, e, além disso, também decretou a desapropriação das terras inexploradas ou exploradas em desacordo com a função social. Vale destacar que foi em resposta a esse decreto, ao discurso e as ações adotadas por ele, que surgiu a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em São Paulo.

Tais mudanças fizeram o tema da reforma agrária emergir como um dos pontos de maior disputa e oposição. Entidades como a Sociedade Nacional de Agricultura e a Sociedade Rural Brasileira lançaram-se em defesa do intocável “direito a propriedade privada”. Jango, buscando amenizar os conflitos encaminhou ao Congresso um projeto de reforma agrária que continha a possibilidade de indenização aos proprietários rurais, mas essa não era a proposta defendida pela esquerda, que exigia uma reforma agrária radical em que não ocorresse nenhum tipo de pagamento pelas terras (MENDONÇA, 2010, p. 32).

No dia 01 de abril de 1964 o governo foi tomado por um Golpe de Estado em defesa da ordem e da legalidade, que foi apoiado pela burguesia agrária e reivindicando como uma “Revolução”. Os conservadores estavam unidos para barrar as reformas de base, especialmente a que dizia respeito à reforma agrária e estrutura fundiária. Desta forma, “Em 1964 a reforma agrária é banida do cenário político ‘*manu-mitari*’ pondo-se em seu lugar o projeto de ‘modernização conservadora’ da agricultura [...] mediante articulação dos complexos agroindustriais, mercado de terras e sistema de crédito público” (DELGADO, 2014, p. 33).

Após o Golpe, em novembro daquele mesmo ano, foi criado pelo regime militar sob a gestão do Marechal Castelo Branco, o Estatuto da Terra pela lei 4.504. Esse fazia parte da orientação política da Aliança para o Progresso e foi criado como mecanismo de controle das

tensões sociais para contribuir no apaziguamento do rural brasileiro e dar sustentação ao modelo do patronato rural (STÉDILE, 2011), pois, o governo e a elite na época temiam uma grande revolução camponesa, como já havia acontecido em Cuba (1959), e também da instauração popular de reformas agrárias com vinham acontecendo em diversos países da América Latina, a exemplo, o México e a Bolívia. Foram essas as verdadeiras intenções do regime militar com a criação do Estatuto da Terra.

No Estatuto da Terra foi decretado:

Art. 1º Esta Lei regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola.

§ 1º Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

§ 2º Entende-se por Política Agrícola o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país.

Art. 2º É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei.

§ 1º A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:

- a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;
- b) mantém níveis satisfatórios de produtividade;
- c) assegura a conservação dos recursos naturais;
- d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam. (BRASIL, 1964).

Estabeleceu-se através do Estatuto da Terra eixos básicos de ações para o Governo, entre eles, a realização da reforma agrária e o massivo desenvolvimento da agricultura no país, em que se aprovava a desapropriação de terras que não cumprissem sua função social, mas, na prática, o Estatuto não foi incorporado em nenhum plano de ação durante o período militar. Todavia, no quesito desenvolvimento da agricultura houve um grande salto principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento empresarial, através da incorporação dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde, incluindo o aumento do uso de maquinário e o consumo de NPK (Nitrogênio, Fósforo e Potássio). Desta forma, a *Aliança para o Progresso*, criada pós-golpe, conseguiu fazer as alterações que propunha para o campo, transformando a tradicional produção agrícola em um modelo de produção mais produtivo e rentável que se

adequasse melhor a nova dinâmica de desenvolvimento imposta pelo governo militar para o país.

Segundo Mendonça, a particularidade do Estatuto da Terra está no fato dele conter duas tendências contraditórias, sendo uma ‘distributivista’, voltada para a democratização da propriedade da terra, e a outra, ‘produtivista’ e concentradora, que se intensificou na década de 1970, com a chamada ‘modernização conservadora’ da agricultura (MENDONÇA, 2010).

Deste modo, o governo militar conseguiu realizar o desenvolvimento da produtividade agrícola, sem que ocorressem alterações na estrutura agrária do país, sendo este processo apresentado para a sociedade brasileira como “a moderna agricultura”. “A isso tem se dado o nome de desenvolvimento. Mas tudo não passou do que podemos chamar de modernização conservadora” (CANUTO, 2004, p. 1), pois, com esse avanço o problema da questão agrícola foi resolvido, mas a estrutura agrária permanecia inalterada. Vale ressaltar que os setores agrários que sustentaram o golpe demandavam por uma política agrícola que os beneficiassem trazendo maior infraestrutura no campo, de tal forma que para manter a aliança entre governo, latifúndio e capital, a concentração fundiária deveria permanecer concentrada. Consequentemente, mesmo existindo uma política agrária nos planos de governo, a ampla base social desse novo regime realizava intensa oposição, combatendo a proposta de reforma agrária e de desapropriações de propriedades como autorizava o Estatuto da Terra.

Resumidamente, a década de 1960 foi composta por uma política econômica de recessão, pelo combate a inflação, pela instabilidade política de governos, e por um regime militar que conseguiu camuflar a questão agrária brasileira. Destaca-se que mesmo as organizações e movimentos de trabalhadores rurais serem perseguidos, a luta pela terra não parou nem mesmo no período mais sombrio da ditadura militar.

Ao final de 1970 o grande projeto de modernização proposto pelo regime militar estava concluído. Neste ano também foram criados o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), que seriam as ferramentas para a operacionalização da reforma agrária. Deste modo, o Brasil tornou-se um país moderno, porém, hipotecado ao retrocesso que foi teoricamente chamado por Oliveira como “vanguarda do atraso” (OLIVEIRA, 1998). Nesse período as tensões políticas acirraram-se e surgiram às primeiras ocupações de terra, não como um movimento organizado, mas sim articuladas principalmente através da ala progressista da Igreja Católica, que resistia bravamente à ditadura, e em decorrência desse contexto de luta, em 1975 criou-se a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Como já foi destacado, nos anos 1980 o Brasil viveu uma conjuntura de lutas pela abertura política, pelo fim da ditadura e de intensas mobilizações operárias nas cidades, na qual começaram a se formar alguns dos principais instrumentos de organização da classe trabalhadora do período, a exemplo, o Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em 1984. Aflorava no Brasil a luta por um projeto popular e democrático, tendo como base a classe trabalhadora e a suas antigas reivindicações que foram silenciadas pela ditadura. Neste contexto de fim do regime militar, com a industrialização e modernização da agricultura brasileira, o debate da realização da reforma agrária reaparece no cenário político nacional e foi aprofundado posteriormente, a partir da construção do I Plano Nacional de Reforma Agrária (ENGELMANN, 2011), que contemplara nossa análise a seguir.

1.6 A Política Agrária Brasileira no período pós-redemocratização do país: O I PNRA e seus desdobramentos.

Antes da Ditadura Militar de 1964, a grande pauta da agenda nacional era a questão agrária e essa só voltou ao debate mais assíduo no período pós-redemocratização do país. Os debates avançaram e a Reforma Agrária foi apresentada como a chave para o reordenamento territorial que melhoraria as condições de vida da população e a produção agrícola. Processo esse que até hoje não foi concretizado e, por isso sempre gerou uma infinidade de análises sobre a ineficiência de resultados e as falhas na execução de projeto de Reforma Agrária. Tais polêmicas quanto aos métodos e meios de realização da mesma repercutem também sobre a elaboração e efetivação dos Planos Nacionais de Reforma Agrária dos Governos Sarney (1985) e Lula (2003), e para além disso, resta-nos sempre a indagação de qual seria a importância da reforma agrária no desenvolvimento no campo brasileiro.

Os debates relacionados à realização da Reforma Agrária sempre estiveram imbuídos de polêmicas e polarizações, seja pela criminalização dos movimentos sociais, sendo o mais emblemático entre eles, o MST, seja, pelo pífio quadro orçamentário e técnico destinado para a execução de tal projeto.

Entretanto, no período de redemocratização do Brasil ocorreram inúmeras mobilizações de trabalhadores rurais que apresentavam como sua principal reivindicação a realização da Reforma Agrária. Com a posse definitiva da Presidência da República em 21 de abril de 1985, o governo Sarney atravessou um longo período de mobilizações que

impulsionaram a elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária aprovado por este governo em outubro de 1985.

Em 1985, a ‘Nova República’ assumiu o governo para realizar a ‘Transição Democrática’ da ditadura. Assim, fez novas alianças no seio do poder do Estado com a anuência militar. Mas, aparentemente de forma contraditória, colocou como um de seus projetos prioritários a Reforma Agrária. [...] Foram feitas articulações para a elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária, aprovado em 1985, segundo o Estatuto da Terra de 1964. Seus autores foram em termos os idealizadores do Estatuto. (OLIVEIRA, 2007, p. 126).

No PNRA aprovado, as regras contra os imóveis rurais considerados improdutivos ficaram mais flexíveis, visto que, no Decreto – Lei 2.363 de 1987, os imóveis que produzissem não seriam desapropriados para fins de reforma agrária, contradizendo neste ponto o Estatuto da Terra (MEDEIROS, 2003). Porém, mesmo com essa “adaptação” feita na PNRA, ele foi recebido com forte repressão pelos proprietários de terra, organizados na União Democrática Ruralista (UDR).

O eixo central do PNRA era de assentar os trabalhadores rurais em imóveis desapropriáveis, utilizando-se do Estatuto da Terra para viabilizar a Reforma Agrária até o final do mandato que acabaria em 1989. A proposta do PNRA era de assentar 1,4 milhão de famílias em uma área de 43.090.000 hectares, subdividas em 140 mil famílias em 10.080.000 ha na região Norte, 630 mil famílias em 18.900.000 ha na região Nordeste, 210 mil famílias em 7.560.000 ha na região Centro-Oeste, 280 mil famílias em 4.370.000 ha na região Sudeste, e 140 mil famílias em 2.180.000 ha na região Sul (OLIVEIRA, 2007).

Em 1985 com a implantação do plano, passou a ocorrer forte luta entre a UDR (União Democrática Ruralista), o governo Sarney e os camponeses sem-terra, posseiros, etc. O objetivo da UDR foi a inviabilização da implantação do I PNRA. Os números referentes ao primeiro ano do Plano (85/86) traziam já, o fracasso da reforma agrária da ‘Nova República’ de José Sarney. Havia sido atingido apenas 5% das metas das famílias assentadas e da área desapropriada. Depois, no segundo ano (86/87) o ritmo continuou lento. [...] O governo Sarney, passou a investir na propaganda governamental para alimentar a ilusão de que um dia a Reforma viria. [...] Depois de dois anos, menos de 10% das metas do I PNRA tinham sido implantadas. O motivo: a falta de vontade política e a prevalência da defesa dos interesses dos latifundiários organizados na UDR – União Democrática Ruralista. (OLIVEIRA, 2007, p. 126-127).

Entretanto, mesmo com a União Democrática Ruralista interferindo e modificando o plano de acordo com os interesses do latifúndio, as ações realizadas no I PNRA foram muito inferiores às expectativas iniciais, não ocorrendo o cumprimento do plano de metas traçado

pelo Governo, em que foram assentadas apenas 89.950 famílias, ou seja, 6,4% da meta para o período (FERNANDES, 1996).

Os resultados do I PNRA mostraram que haviam sido assentadas apenas 89.950 famílias (6,4% da meta) em uma área desapropriada de 4,8 milhões de hectares, ou seja, 1,5% da previsão. [...] Menos de um décimo da meta prevista para o número de famílias a serem assentadas pelo I PNRA, chegaram à terra, ficava provada, portanto, demagogia populista do governo Sarney com relação à Reforma Agrária e, mais uma vez, consolidava-se na estrutura do poder do Brasil, a política agrária dos latifundiários. (OLIVEIRA, 2007, p. 129).

Assim, o PNRA foi apresentado com o discurso que colocava a Reforma Agrária como uma das “prioridades absolutas no contexto da política de desenvolvimento do país, caracterizando-se como programa da área social orientado para atender a população de baixa renda, migrantes ou moradores de zonas de tensão social e, de um modo geral, os produtores rurais” (BRASIL, 1985, p. 16), mas ao final desse mandato pouca coisa havia se alterado.

No Governo Collor/Itamar (1990-1994), já existia o respaldado da Constituição de 1988, que estabelecia as desapropriações mediante a indenização em Títulos da Dívida Agrária, mas ocorreram muitas reivindicações da ala ruralista que quiseram com que o valor pago pelas terras desapropriadas fosse com base no valor de mercado, sendo essa uma grande perda acerca das discussões do I PNRA. Tivemos a submissão do INCRA ao Ministério da Reforma Agrária, que estava no comando dos ruralistas, e foram formuladas metas ainda menores que as do governo anterior, pretendendo assentar 500 mil famílias, ou seja, 35% da proposta do I PNRA do Governo Sarney, mas, foram assentadas apenas 30 mil famílias nos dois primeiros anos desse governo (OLIVEIRA, 2007). Após o *impeachment* de Collor, Itamar Franco (1993) assumiu a presidência. Nesse governo realizou várias alterações via decretos e leis que intensificaram os ataques a Reforma Agrária, como, por exemplo, que ficaria impossibilitada a desapropriação de áreas onde o proprietário implantasse algum projeto técnico e que não seria mais passível de confisco as propriedades que fossem flagradas se utilizando de trabalho escravo (RAMOS FILHO, 2008).

Criou-se uma grande expectativa por parte das multinacionais e latifundiários quando Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) foi eleito presidente, pois, o setor o reconhecia com um defensor da continuação das políticas liberais no Brasil e o mesmo trabalharia para ampliar essas políticas no cenário nacional. Em contraponto existia também os movimentos sociais que eram totalmente contrários a esse governo e as políticas liberais. Durante esse governo houve uma pressão popular muito grande por parte dos movimentos sociais, porém, destacasse desse período à criminalização das lideranças dos movimentos sociais e a violência

com que esse governo tratou esses movimentos, a exemplo, podemos citar o histórico massacre de Eldorado dos Carajás no Pará em 1996.

No Governo FHC foi criado Ministério Extraordinário de Política Fundiária e depois transformado no Ministério do Desenvolvimento Agrário e também iniciou à chamada reforma agrária de mercado, realizada através de acordos financeiros entre o Estado brasileiro, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, para criar projetos e programas governamentais, tais como: Projetos de Reforma Agrária e Alívio da Pobreza Cédula da Terra (1996); o Fundo de Terras e da Reforma Agrária, conhecido como Banco da Terra, via Lei Complementar n°93, de 04 de fevereiro de 1998; e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1994 (RAMOS FILHO, 2008), tratando a Reforma Agrária apenas no universo das políticas compensatórias.

A reforma agrária de mercado foi incorporada como um instrumento que beneficiária o pequeno agricultor, mas fez parte de uma política voltada ao fortalecimento cada vez maior dos grandes proprietários de terras, latifundiários e agroexportadores, pois, além deles conseguirem captar a grande parte dos créditos destinados à produção agrícola, ainda foram amparados pela Lei 87/96, que desobrigava ao pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) (OLIVEIRA, 2007).

Em suma, é notório que no Governo FHC (1995-1998) e (1999-2002) houve um grande aumento no número de assentamentos, em contraponto aos Governos anteriores de Sarney, Collor e Itamar. Porém, devemos ter clareza do momento histórico em que cada governo se constituiu. Por conseguinte, quando trabalhamos com dados quantitativos, devemos estar cientes que uma prática rotineira que vem imperando no Brasil é a de contabilizar como novos assentamentos os que já haviam sido criados em governos anteriores. A exemplo, o governo passa a incluir no rol de novos assentamentos, os assentamentos que já existiam, mas que passaram pelo processo de regularização, procedimento este que intencionalmente inflar os números e mascarar a quantidade real de novos assentamentos criados e famílias assentadas.

2 AS POLÍTICAS DE REFORMA AGRÁRIA NOS GOVERNOS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES: AVANÇOS E RETROCESSOS.

Neste capítulo realizamos um balanço das políticas públicas de reforma agrária implementadas pelos governos Lula e Dilma, analisando os investimentos realizados por eles através do Plano Safra para a Agricultura Familiar, ou também conhecido como Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e, contrapomos o mesmo com o Plano Agrícola e Pecuário, cujo seu destino é o financiamento do agronegócio. Analisamos os números desses governos com relação à implementação e consolidação dos assentamentos de reforma agrária apresentando algumas políticas públicas que acreditamos ser de fundamental importância para o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária, tais como, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que correspondem as políticas de produção e comercialização. Observamos que o maior mérito desses governos não foi a criação de assentamentos – exceto do Primeiro Mandato do Governo Lula – mas sim de valorização e desenvolvimento de políticas públicas para os assentamentos já existentes, no qual foi possível minimamente estruturá-los, dinamizando a agricultura familiar. Concluímos destacando que esses governos contribuíram para melhorar a produção e a qualidade de vida dos assentados, entretanto, o que foi investido nesses nem se compara aos bilhões disponibilizados em investimentos para o agronegócio ao longo desses 14 anos, corroborando para concentração fundiária permanecer inalterada.

2.1 A Política do Partido dos Trabalhadores: Da trajetória das urnas a subida a rampa do Planalto.

O Partido dos Trabalhadores surgiu no inflame das greves do ABC paulista, seio do movimento operário nacional entre o final da década de 1970 e início dos anos 1980. Este período foi marcado por um forte contexto político, econômico e social junto às intensas mobilizações que apontavam para um líder sindical, Luiz Inácio Lula da Silva, que posteriormente seria também fundador do PT. Esse contexto também ficou marcado pelas lutas de redemocratização do Brasil, no qual o movimento *Diretas Já* lutava pelo retorno das eleições diretas no país, após um longo período de um regime autoritário e castrador das potencialidades de luta e de atendimento das demandas democráticas.

O PT foi fundado em 10 de fevereiro de 1980 no Colégio Sion como um partido de massas, de grande representação para os sindicalistas, os intelectuais, a esquerda católica, as organizações operárias, e também para os camponeses e os pequenos proprietários de terra, por ter um programa de caráter classista que atraiu as demandas dos movimentos sociais que lutavam contra a política neoliberal. Seu posicionamento como um partido de esquerda que defendia os interesses das massas agregou diversos setores sociais, mas, também por existir nele a singularidade de reunir em um único partido, uma base operária e uma política de caráter classista, em um período de profunda crise da esquerda em nível mundial (OLIVEIRA, 1986). O próprio surgimento do MST em 1984 teve vínculo direto com o PT em virtude da crescente desigualdade social e do exponencial aumento da violência no campo, que contribuiu para a organização dos trabalhadores rurais (FERNANDES, 2000).

Ao longo de sua história o PT participou de oito processos eleitorais pleiteando a Presidência da República, sendo eles, 1989, 1994, 1998, 2002 e 2006 com Lula; 2010 e 2014 com Dilma; e 2018 com Haddad, em que saíram vitoriosos por quatro vezes consecutivas nos anos 2002 e 2006 com Lula, e nos anos 2010 e 2014 com Dilma. Nas três primeiras disputas eleitorais que o PT não conseguiu se eleger a presidência (1989, 1994, 1998) ele utilizou-se de estratégias de campanhas nada eficazes, isto, porque as propostas que eles apresentavam faziam verdadeiros ataques ao plano neoliberal que já tinha sido implantado no país, mas, esse era o posicionamento político do partido (PIRES, 2010).

O PT, que na campanha eleitoral de 1982 tinha um discurso de classe direto – o lema famoso: ‘vote no 3, o resto é burguês’ –, viu, no seu fracasso eleitoral, o motivo para a sua revisão. Nas campanhas de 1988 e 1989, o partido assumiu uma referência classista metonímica: pobres, marginalizados, excluídos. (FARIAS, 2013, p. 377).

Na eleição de 2002 ocorreu uma grande mudança na estratégia de campanha de Lula, no qual ele e o partido fizeram uma campanha explícita como sendo uma opção menos à esquerda do que em suas campanhas anteriores. Eles montaram uma chapa eleitoral de centro-esquerda, tendo como Vice-Presidente, o Senador mineiro do Partido Liberal, José Alencar (CERQUEIRA, 2007). Tal indicação para compor a Vice-presidência da república com Lula resultou na formulação de um programa de governo diferenciado dos anos anteriores, em que se compararmos as propostas apresentadas não encontraremos grandes rupturas, e sim, uma trajetória de maior moderação e adaptação ao sistema, que demonstraram claramente as mudanças do posicionamento político do partido ao longo dos anos (CERQUEIRA, 2007).

A adaptação política pode ser observada ao analisarmos o item “crescimento e distribuição de renda” das propostas eleitorais apresentadas pelo PT, nota-se que no ano de

1989 a proposta era de dobrar o valor real do salário mínimo em um ano; em 1994 era da elevação gradual e permanente do salário mínimo com meta de dobrá-lo no menor tempo possível; em 1998 era de dobra o poder de comprar do salário mínimo em quatro anos; e com alteração mais visível em 2006, a proposta era de continuar com a recuperação progressiva do salário mínimo acima da inflação (CERQUEIRA, 2010). Essas mudanças nas propostas eleitorais fizeram com que Lula não se apresentasse mais como um “candidato da oposição radical ao modelo econômico e político então vigente, apresentou-se como um candidato de conciliação” (PIRES, 2010, p. 314), conseguindo dialogar com os empresários e a classe média, além de manter toda a base popular que o apoiava desde o início do PT.

Em contraste com os processos eleitorais anteriores, o arco de alianças da candidatura Lula foi resolutamente redefinido. Anteriormente, Lula optara por uma aliança de centro-esquerda que abrangia pequenos partidos de esquerda (PCdoB), forças nacionalistas de feição social-democrata, como o Partido Socialista de Miguel Arraes e o Partido Democrático Trabalhista, liderado por Leonel Brizola. Em 2002, a composição da aliança foi não apenas ampliada, mas substancialmente redefinida, contando com a inclusão de setores do grande capital internacionalizado. No período da inscrição da chapa, a coalizão abrangera setores da chamada ‘burguesia nacional’, periférica em relação aos segmentos mais estreitamente vinculados ao capital internacional, que, majoritariamente, preferiam o candidato do PSDB, José Serra. (LEHER, 2006, p. 82).

Completando a estratégia de campanha eleitoral, no dia 22 de junho de 2002 foi lançada pelo PT a *Carta aos brasileiros*, que também ficou conhecida como *Carta aos banqueiros*. Com ela Lula selava o compromisso de manter e fortalecer a política macroeconômica que foi implantada pelo governo anterior, na qual se compromissava a continuar a reduzir as taxas de juros, manter o equilíbrio fiscal e o superávit primário. O maior objetivo da circulação dessa carta era o de acalmar o mercado financeiro, em virtude das incertezas sobre o que seria efetivamente esse governo perante a iminente vitória que Lula teria nas urnas (CERQUEIRA, 2007).

Segundo Ricci (2010) a *Carta ao Povo Brasileiro* foi até então o exemplo mais elucidativo da ruptura da postura política do PT, iniciando um novo paradigma econômico petista, como podemos observar no trecho abaixo.

[...] O PT e seus parceiros têm plena consciência de que a superação do atual modelo, reclamada enfaticamente pela sociedade, não se fará num passe de mágica, de um dia para o outro. Não há milagres na vida de um povo e de um país. Será necessária uma lúcida e criteriosa transição entre o que temos hoje e aquilo que a sociedade reivindica. [...] O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a

um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade. Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação. [...] Quero agora reafirmar esse compromisso histórico com o combate à inflação, mas acompanhado do crescimento, da geração de empregos e da distribuição de renda, construindo um Brasil mais solidário e fraterno, um Brasil de todos. [...] As mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais. [...] O Brasil precisa navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. É com essa convicção que chamo todos os que querem o bem do Brasil a se unirem em torno de um programa de mudanças corajosas e responsáveis. (SILVA, 2002, sem paginação).

Em sua campanha eleitoral Lula não se apresentou mais como um candidato radical, e sim, flexível com a demanda da burguesia e do capital financeiro. Foi lançado também nesse período o programa partidário eleitoral do PT que teve como tema *Um Brasil para Todos: Crescimento, Emprego e Inclusão Social*, sendo dividido em eixos centrais que nortearam as ações do governo, tais como: Crescimento, Emprego, Inclusão Social, Desenvolvimento, Distribuição de Renda e Estabilidade, Infraestrutura e Desenvolvimento Sustentável. O pilar que sustentava o programa era o crescimento econômico que projetaria a redução das desigualdades sociais.

Em 2002, com a vitória de Lula a presidência do país deu-se início a um novo período na história política brasileira, através do transformismo de grupos ou classes sociais de oposição. Essa vitória também foi fruto da cooptação de grupos através de concessões e vastas promessas da ampla campanha eleitoral que foi realizada, permitindo que ao assumir a presidência Lula tivesse o apoio de “fração reacionária da burguesia brasileira, boa parte de seus políticos tradicionais e uma vasta legião de arrivistas” (COGGIOLA, 2004, p. 12). De tal forma que o PT que sempre tinha sido identificado como oposição, após sua mudança de posicionamento político – pois deixou claro para esses segmentos que seu governo teria mais elementos de continuidade com o anterior do que de ruptura – passou a agradar até mesmo a oposição, conseguindo a adesão de uma grande parcela empresarial que foi importantíssima para findar sua vitória nas urnas (PINHEIRO, 2003).

Após assumir a presidência ficava a cada dia mais evidente a complexidade com que esse governo tinha se estruturado, sendo composto por uma base muito ampla e contraditória em muitos posicionamentos, isto, em virtude das alianças eleitorais que o tornaram elegível. Segundo Abranches (2000) o governo Lula se consolidou através do “presidencialismo de coalizão”, existindo uma dinâmica única entre as coalizões partidárias que sustentaram o governo e a figura do presidente. Essas alianças se respaldavam em uma via de mão dupla, em

que os partidos da coalizão presidencial apoiavam no Congresso a agenda que o presidente queria aprovar, mas, em contrapartida, esses partidos também participavam das decisões da agenda do governo. Desta forma, passa-se a ter um complexo arranjo “[...] que dificulta decisões rápidas e pode afetar a estabilidade política. [...] Para enfrentar sua agenda de problemas, todo presidente tem de governar com uma coalizão multipartidária. É o presidencialismo de coalizão” (ABRANCHES, 2000, p. 129-130).

Essas medidas conseguiram assegurar a aprovação das principais propostas no Congresso, dando ao Presidente Lula governabilidade para cumprir sua agenda, fato que poderia não ocorrer caso a oposição fosse maioria, pois, ela paralisaria politicamente o governo. Porém, tamanhas foram as alianças realizadas no período eleitoral, que ao se eleger a presidência do Brasil, o PT entraria para a história como o governo que realizou a maior coalizão em uma gestão federal. Fato marcante foi que essa coalizão lulista contribuiu para a desmobilização política da sociedade, em que as demandas e as pautas passaram a ser negociadas diretamente com entidades da sociedade civil (RICCI, 2008).

Deste modo, Lula construiu uma base política para se sustentar na presidência, e isso só se concretizou em virtude do que sua imagem representava, principalmente para a população mais pobre, iniciando segundo Marques e Mendes (2006) “um novo populismo” no Brasil, sendo este a “[...] ‘ação política que toma como referência e fonte de legitimidade o cidadão comum, cujos interesses pretende representar’ ou ‘política fundada no aliciamento das classes sociais de menor poder aquisitivo’ [...].” (MARQUES; MENDES, 2006, p. 70).

Desta forma, o grande ensejo de Lula foi utilizar sua história política de militância em prol da classe trabalhadora para inibir que essa e seus movimentos reivindicatórios paralisassem seu governo. Assim, Lula governou em nome do povo, mas não obrigatoriamente em função dele (MARQUES; MENDES, 2006), postura essa que foi totalmente nova em se tratando dos posicionamentos políticos que fizeram o PT surgir e se consolidar enquanto um partido dos trabalhadores. Esse fato contribuiu para o descenso dos movimentos sociais e de organização da classe trabalhadora, pois, existia uma maior facilidade no diálogo governamental no período, permanecendo como a principal dificuldade conseguir construir uma pauta política que envolvesse de fato a sociedade civil (BEZERRA, 2013).

Entretanto, ao longo da história constatamos que o Estado sempre atuou no lugar das classes sociais conduzindo as transformações que eram necessárias, ele executava a tarefa de dominar politicamente das classes economicamente dominantes, mascarando sob uma forma de “dirigir” as mesmas (COUTINHO, 1985). É por isso que as transformações políticas

sociais, sempre estiveram respaldadas no deslocamento da função hegemônica, passando de uma fração da classe dominante para outra nas quais essas nunca obtiveram função hegemônica nas massas populares, ficando à mercê do Estado a função de domínio e controle dos subalternos. Vale destacar que o modelo de revolução passiva⁴ de Gramsci, foi à forma que a burguesia encontrou de fazer a transição para o capitalismo no Brasil.

Gramsci coloca que se a hegemonia é um dos elementos-chave para a luta política, para a de classes, ou seja, a classe que quer se tornar dirigente precisa alcançar hegemonia. Então, ela tem diferentes batalhas a serem travadas que não se limitam à esfera econômica, mas que se ampliam para a esfera política. Nesse sentido, existe uma batalha cultural a ser travada. (BEZERRA, 2013, sem paginação).

O fato é que pelo seu histórico de surgimento nas greves do ABC, Lula sempre carregou consigo a imagem de um representante da classe trabalhadora, sendo reconhecido internacionalmente como uma liderança popular que tinha seu princípio político pautado em um sistema democrático-popular em defesa da classe trabalhadora, mas, que durante sua trajetória até a presidência da República foi se enquadrando no modelo político e econômico vigente no país que tanto era combatido por ele e pelo seu partido, pois, fragilizava as massas e exaltar o capital.

Em pouco mais de trinta anos, Lula migrou do mundo do trabalho industrial para subir a rampa do Planalto. Lá, no passado, ficou estancada a sua viva espontaneidade. Antes dessa crise estonteante, imaginava-se como o Messias que vinha do povo e seria capaz de “ensinar” e “converter” as elites. Não conseguiu perceber que foi tranquilamente tragado por elas. E que hoje depende do PSDB e dos bancos para permanecer onde está. (ANTUNES, 2006, p. 90).

Para Antunes (2006) esses “inimagináveis desvios de rota de seu governo e partido” trouxeram mudanças ideológicas sobre a concepção política do PT e através dessas conseguiram adentrar a institucionalização chegando ao mais alto cargo do Estado brasileiro, no qual governou para as massas através de políticas compensatórias que estimulavam a economia nacional e na contramão garantiu as alianças que haviam assegurado durante a campanha eleitoral com o grande capital.

4 O conceito de revolução passiva de Gramsci compreende a formação do Estado burguês moderno na Itália. Em síntese, poderíamos dizer que revolução passiva é uma forma de revolução burguesa, na qual se exclui o momento radical de tipo jacobino. Tratando-se de uma forma de transformação das sociedades com vistas à objetivação do modo de produção capitalismo sem que seja necessária uma participação popular. No Brasil, tal conceito é imprescindível para compreendermos a trajetória de constituição do nosso modelo de capitalismo que tem o Estado como protagonista.

Recorrendo a Gramsci, afirmamos que o Estado possui um caráter de classe, sendo nele a esfera na qual se efetiva a unificação e o exercício da dominação de classe, através da distinção entre a sociedade civil e a sociedade política, e, que respectivamente encontramos um movimento político organizativo nas quais as concepções de mundo são passíveis de serem disputadas; e a esfera de coerção, as agências de coercitivas. Assim, avalia-se que o Estado tece uma combinação ambígua entre coerção e produção de consentimento; repressão e direção política (direção de consentimento), na qual compreendemos que essas duas sociedades fazem partes do Estado ampliado e as articulações entre elas ocorrem por meio de disputas políticas em que é necessário que o Estado promova concessões de alguns direitos para manter a população sob consenso (GRAMSCI, 1976; GRUPPI, 1978).

Em suma, devemos entender a hegemonia em sua amplitude reconhecendo que ela “[...] opera não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer” (GRUPPI, 1978, p. 3). Na qual, ela só é passível de se concretizar se houver uma liderança ideológica e cultural de uma classe no plano da superestrutura, na medida em que essa classe manterá consenso e adesão à agenda apresentada pelo Estado. Porém, se tal adesão à agenda for realizada através de coerção não há como falar em domínio hegemônico, na medida em que esse só pode ser garantido através do consenso.

Deste modo, o poder exercido pelas classes dominantes sob as classes dominadas não estão subscritos apenas ao controle dos aparatos repressivos do Estado, o poder só pode ser garantido através da hegemonia que a classe dominante exerce sobre a dominada, por intermédio de mecanismos de controle, tais como, as instituições – a igreja, a escola – os meios de comunicação, etc., ocorrendo a constante submissão desta classe e tornando nulo seu potencial revolucionário. Em suma, ao tratarmos de hegemonia e contra-hegemonia devemos “[...] pensar no antagonismo entre as classes sociais que, a partir de sua posição dominante ou subalterna no interior da sociedade e do Estado de classes, exercem, sofrem e disputam permanentemente o poder” (DANTAS, 2008, p. 91).

2.2 Primeiro Período de Governo do PT: Governo Lula (2003-2006) e o II PNRA.

No dia 1º de janeiro de 2003, Luiz Inácio Lula da Silva tomou posse da Presidência da República sendo eleito pelo Partido dos Trabalhadores. Em seu Discurso de Posse no Congresso Nacional, ele reafirmou uma de suas promessas de campanha enfatizando que a

reforma agrária seria realizada “[...] em terras ociosas, nos milhões de hectares hoje disponíveis para a chegada de famílias e de sementes, que brotarão viçosas com linhas de crédito e assistência técnica e científica” (LULA, Brasília, 2003), salientando que não afetaria de modo algum as terras produtivas, pois, estas segundo Lula se justificavam por elas mesmas, e que em seu governo elas também receberiam incentivos para aumentarem mais sua produção.

Com Lula eleito presidente, renovam-se as esperanças na realização de uma efetiva reforma agrária e, ao mesmo tempo, esta bandeira, apesar de integrar as prioridades de governo, passa também a ser um dos seus grandes desafios. Os trabalhadores rurais, principalmente os sem terras, esperam muito mais deste governo do que de governos anteriores, principalmente em razão da trajetória histórica de apoio aos movimentos sociais. A não realização da reforma agrária prometida pode ser, igualmente, transformada em decepção maior do que aquelas que os trabalhadores já experimentaram repetidas vezes. Contudo, esta renovada esperança não se transformará na espera passiva pela realização das promessas de campanha, como se pode verificar nas mobilizações e jornadas de lutas que os movimentos sociais do campo realizaram no decorrer de 2003 e vêm fazendo em 2004. (HEINEN, 200?, p. 5).

Sobretudo, analisando o contexto ao qual esse governo estava inserido, podemos concluir que muitas das contradições referentes à reforma agrária refletem a concepção que esse governo tinha dela e da sua importância para o cenário nacional. Além do mais “[...] trata-se de decisão política cuja implementação depende evidentemente do respaldo legal. Não basta, portanto, a vontade política” (HEINEN, 200?, p. 5). Porém, naquele momento histórico em que um ex-operário que sempre defendeu as causas sociais, chegava à presidência do país, não tinha como não se criar esperanças por parte daqueles que acreditavam na realização da reforma agrária. Entretanto, o Partido dos Trabalhadores e Lula realizaram muitas alianças durante o processo eleitoral, nas quais muitas delas resultaram no não enquadramento de algumas propostas da plataforma política eleitoral de Lula em seu plano de governo. A começar pela proposta para a realização da reforma agrária, que sempre esteve resumida a realização de algumas políticas públicas pontuais voltadas ao campo.

No Plano Plurianual⁵ (PPA 2004-2007) intitulado *Brasil de Todos – inclusão e participação* apresentado a sociedade brasileira frisou-se que este governo teria sua gestão a partir do debate desenvolvido pela sociedade e por suas deliberações, e se ressaltou que esse seria “[...] um novo padrão de relação entre Estado e sociedade, marcado pela transparência,

5 Previsto no artigo 165 da Constituição Federal, e regulamentado pelo Decreto 2.829, de 1998. Trata-se de um plano de médio prazo, que estabelece as Diretrizes, Objetivos e Metas a serem seguidas pelos Governo Federal, Estadual ou Municipal ao longo de um período de quatro anos.

solidariedade e com responsabilidade. A implementação de mecanismos que ampliem a participação da sociedade nas escolhas de políticas públicas [...]” (BRASIL, 2003, p. 3). Resumidamente, o PPA se norteou através de cinco dimensões: democrática, social, econômica, ambiental e regional, pautando-se de forma mais direcionada nos seguintes objetivos: 1 – Inclusão social e redução das desigualdades sociais; 2 – Crescimento com geração de emprego e renda ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais; 3 – Promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia (ARANDA; SENNA, 2007).

A base do governo tinha um convicto entendimento de que a reforma agrária e o fortalecimento da agricultura familiar no país seriam indispensáveis e indissociáveis do PPA, pois, para se cumprir as metas estabelecidas de construir uma sociedade com maior inclusão e menor desigualdade social, e com avanços consideráveis na economia, emprego e no meio ambiente, seria necessário à incorporação de um novo padrão de desenvolvimento no campo brasileiro. Deste modo, na construção do II PNRA o objetivo principal era a superação da concentração fundiária no Brasil, que é a mais elevada do mundo, e teria como desdobramento a valorização e crescimento da agricultura familiar. Entretanto, na elaboração do que se findaria em II PNRA ocorreu uma disputa de duas concepções diferentes de um programa de reforma agrária, no qual estavam em disputa, dois modelos de desenvolvimento diferentes para o campo.

De um lado tínhamos os que pensavam a reforma agrária enquanto uma política social compensatória que tinha o papel de auxiliar o Programa Fome Zero e outros programas de caráter social de continuidade do Governo FHC, apoiando essa vertente estava a Secretaria Agrária do PT que defendia o modelo monocultor e agroexportador; o *agribusiness*, como forma de aumentar o superavit primário, e através disso captar mais recursos para investir no país (HEINEN, 2007.), do outro, os defensores do modelo que compreendiam a reforma agrária como uma política emancipatória, na qual deveria existir liberdade em relação à exploração, à opressão e a desigualdade. Segundo Giddens, a política emancipatória é capaz de libertar o homem das limitações que influenciam de forma negativa sua existência. Em que, “Ela envolve dois elementos principais: o esforço por romper as algemas do passado, permitindo assim uma atitude transformadora em relação ao futuro; e o objetivo de superar a dominação ilegítima de alguns indivíduos e grupos por outros” (GIDDENS, 2002, p. 194).

Dentro desta vertente estava a equipe de Plínio de Arruda Sampaio junto aos movimentos sociais rurais, que compreendiam a reforma agrária como política de desenvolvimento territorial, e não como política compensatória, sendo ela prioritária em sua

execução e uma alternativa viável para o país nos quesitos, econômicos, ambientais e sociais. “Para estes, o desenvolvimento rural sustentável passa necessariamente por uma reforma agrária que altere efetivamente a atual estrutura fundiária, excludente e mais concentrada do mundo, democratizando o acesso à terra e fortalecendo a agricultura familiar” (HEINEN, 2007, p. 08). De modo que com a implementação dessa proposta ocorreria à desconcentração da estrutura fundiária, através da desapropriação de terras para a realização da reforma agrária, e paralelamente a essa ação, seriam implementadas políticas de financiamento e fortalecimento da agricultura familiar, na qual os assentamentos já existentes e criados nesse período conseguiriam desenvolver suas forças produtivas, porém, dentro dos moldes de um desenvolvimento sustentável (FERNANDES, 2008).

Deste modo, “[...] foram elaboradas duas versões do II PNRA, uma era coordenada por Plínio de Arruda Sampaio, e tinha metas muito superiores da elaborada pela equipe de Miguel Rosseto” (PEREIRA, 2013, p. 69). Em 02 de setembro de 2003, o governo demitiu Marcelo Rezende, que era presidente do INCRA e defendia a mesma proposta que Plínio. Tal ação fez essa vertente perder forças, e os movimentos sociais não tiveram mais um representante político no governo naquele momento (PEREIRA, 2013).

A versão aprovada no II PNRA foi da equipe de Miguel Rosseto. As perdas nesse plano se deram desde o número de familiar que ele tinha como meta assentar sendo 600 mil famílias a menos que o anterior, número este que não cumpriria sequer a demanda existente no período. Ou seja, o II PNRA foi aquele que melhor representou as intenções do governo, e essas não visava alterar a estrutura fundiária, mas sim, contribuir com a modificação do regime de posse e uso da terra no Brasil (RAMOS FILHO, 2008).

Assim sendo, o II Plano Nacional de Reforma Agrária foi apresentado em novembro de 2003 na Conferência da Terra em Brasília, se concretizando através de um amplo diálogo social que foi resultado da construção coletiva entre servidores, técnicos, movimentos sociais e acadêmicos (INCRA, 2012). Como se não tivesse ocorrido nenhum conflito de interesses em sua elaboração, ele foi apresentado como um plano eficiente, prático e executável dentro dos prazos desse governo.

Entretanto, adotou-se a concepção de um novo modelo de reforma agrária, mas, tendo como proposta também “fazer dos assentamentos espaços de produção e de qualidade de vidas integrados ao desenvolvimento territorial” (II PNRA, 2004, p. 15). Articulou-se dentro do II PNRA a necessidade de um substancial desenvolvimento dos assentamentos rurais, fortalecendo-os através da elaboração de políticas públicas estratégicas que dialogassem entre si, agregando qualitativamente esses territórios desenvolvimento e qualidade de vida. Uma

das ações que estavam previstas era da articulação com outros setores produtivos que permitiria um maior leque na comercialização, sendo possível desenvolver também o processamento dos alimentos que em sua grande maioria são comercializados apenas *in natura*, não agregando valor aos mesmos. Porém, esta proposta não foi executada em virtude do modelo e estratégia de desenvolvimento que se pensou para o rural brasileiro.

Entretanto, mesmo com toda essa divergência na construção do II PNRA acreditava-se por parte dos movimentos sociais que ocorreriam avanços na reforma agrária, visto que a história do PT sempre foi construída em aliança com esses movimentos sociais que sempre respaldaram o partido e dividiram pautas sociais.

As 11 metas estabelecidas no II PNRA para serem cumpridas entre 2003-2006 eram bem demarcadas e objetivas como podemos constatar abaixo:

- 1ª meta: 400 mil famílias assentadas;
- 2ª meta: 500 mil famílias com posses regularizadas;
- 3ª meta: 150 mil famílias beneficiárias pelo Crédito Fundiário;
- 4ª meta: Recuperar a capacidade produtiva e a viabilidade econômica dos atuais assentamentos;
- 5ª meta: Criar 2.075.000 novos postos permanentes de trabalho no setor reformado;
- 6ª meta: Implementar o cadastramento georeferenciado do território nacional e regularizar 2,2 milhões de imóveis rurais;
- 7ª meta: Reconhecer, demarcar e titular as áreas de comunidades quilombolas;
- 8ª meta: Garantir o reassentamento dos ocupantes não índios de áreas indígenas;
- 9ª meta: Promover a igualdade de gênero na Reforma Agrária;
- 10ª meta: Garantir assistência técnica e extensão rural, capacitação, crédito e políticas de comercialização a todas as famílias das áreas reformadas;
- 11ª meta: Universalizar o direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas. (BRASIL, 2004, p. 38).

Para dinamizar a execução do plano o MDA elaborou-se um cronograma anual detalhado e foram traçadas as metas que deveriam ser cumpridas. Entretanto, mesmo com esse aporte tanto para o II PNRA como para o PPA, com relação à concretização da reforma agrária, o governo tornou-se esvaziado em suas propostas e não convincente nos resultados divulgados.

Tabela 1 – Cronograma de execução do II PNRA.

	2003	2004	2005	2006	TOTAL GOVERNO LULA	TOTAL PPA 2004/2007
ASSENTAMENTOS NOVOS (REFORMA AGRÁRIA)	30.000	115.000	115.000	140.000	400.000	520.000
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	0	150.000	150.000	200.000	500.000	650.000
PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO	15.000	37.500	37.500	37.500	127.500	150.000
TOTAL BENEFICIADOS (nº de famílias)	45.000	302.500	302.500	377.500	1.027.500	1.320.000
TOTAL DAS OCUPAÇÕES (postos criados)	135.000	607.500	607.500	732.500	2.082.500	2.660.00

Fonte: MDA, II Plano Nacional de Reforma Agrária – II PNRA, 2003.

Analisando os resultados referentes às metas estipulas no II PNRA constatamos que das 400 mil famílias da 1ª meta do plano que deveriam ser assentadas através de uma política de desapropriações com finalidade social, compra, e também retomada de terras públicas ocupadas ilegalmente e/ou terras griladas, só foram assentadas, conforme os dados do DATALUTA 85.026 novas famílias, ou seja, 21% da 1ª meta. Mas pelos números apresentados o II PNRA, o governo alegou ter assentado 448.954 famílias nesse período, números esses que não coincidem com a realidade na medida em que a meta diz respeito às novas famílias assentadas e o montante de 448.954 famílias, divulgado pelo governo não corresponde apenas a essa condição, mas também as famílias que foram reassentadas ou que realizaram a regularização fundiária (OLIVEIRA, 2008). Porém, Oliveira (2007) ao contestar tais dados, fez um levantamento dos números divulgados e descobriu que juntamente aos dados de famílias assentadas em 2005 havia mais de mil famílias de um assentamento que havia sido criado em 1942, no período de Getúlio Vargas. Deste modo, o governo Lula não assentou essas famílias e sim as reconheceu como tal, e, por assim dizer, estas não poderia ser contabilizadas como novas famílias assentadas (OLIVEIRA, 2007, entrevista).

Tenho escrito que esses dados divulgados pelo governo Lula sobre a reforma agrária, referem-se às Relações de Beneficiários emitidas, as ‘famosas’ RBs. Assim, continuo a tarefa de esclarecer a todos que as RBs não se referem apenas aos assentamentos novos, elas são emitidas também para os assentamentos relativos à regularização fundiária [...]. As RBs são também emitidas para regularizar as situações das famílias dos assentamentos antigos reconhecidos pelo Incra para que os assentados tenham acesso às políticas

públicas. Elas são inclusive emitidas para regularizar a situação de assentados em decorrência de herança, daqueles que compraram lotes de boa fé, e daqueles que foram substituídos nos assentamentos antigos por abandono ou outros motivos permitidos por lei etc. (OLIVEIRA, 2007, entrevista).

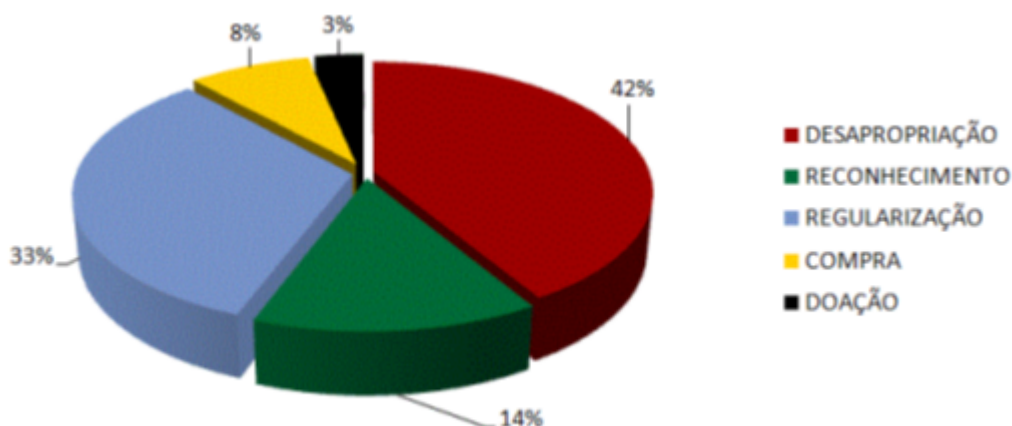
Por esta razão não poderíamos basear nossas análises através dos dados divulgados pelo INCRA e/ou MDA e demais setores do governo, pois, nos depararíamos com um número muito maior de novas famílias assentadas que não corresponde a realidade. Porém, o que se pensava erroneamente era que seria completamente impossível o não cumprimento desta 1ª meta que se comparada com a realidade era deficitária (OLIVEIRA, 2006).

Referente a 2ª meta que era de realizar a regularização da posse da terra de 500 mil famílias, conseguiu-se cumprir apenas 23%, regularizando a posse de apenas 113 mil famílias (OLIVEIRA, 2008). Contudo, assim como foi destacado por Rossetto, Ministro do Governo na época, e por Oliveira (2006), a regularização e o crédito fundiário são políticas complementares, que só mantêm sua importância se forem acompanhadas pela política principal que é de assentar novas famílias, pois, a regularização fundiária, por exemplo, não pode ser caracterizada como um programa de acesso à terra, e deve ser entendida que através dela que se tem a garantia do acesso, pois, o processo de existir enquanto assentamentos, mesmo que irregular já se findou.

Assim como muitos intelectuais, tais, Oliveira, Fernandes, o MST também contestou os números oficiais divulgados pelo governo e afirmou que o governo não estava realizando a reforma agrária, pois, não estava alterando a estrutura fundiária existente. Toda via, quando falamos de reforma agrária, não a entendemos pelo simples ato de assentar novas famílias, mas sim assentá-la em áreas desapropriadas que passem a cumprir a função social da terra.

No Gráfico 1, podemos ter um panorama do Primeiro mandato deste governo, acerca da política de obtenção de terras, na qual podemos destacar que das famílias assentadas no período de 2003-2006, 42% foram através da desapropriação de terras, porém, 33% e 14% foram através de regularização fundiária e reconhecimento respectivamente.

Gráfico 1 – Políticas de obtenção de terras – Famílias assentadas – Governo Lula 1 (2003-2006).



Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra – DATALUTA, 2010. Organização: Rafael de Oliveira Coelho dos Santos

As demais nove metas do plano também não foram cumpridas, das quais só algumas metas ainda tiveram seus resultados oficiais divulgados, porém, em se tratando de um II PNRA o governo tinha a obrigação de criar um relatório no final do quadriênio, divulgando um balanço das metas alcançadas ou não, realizando desta forma, um estudo de acertos e erros das políticas e das estratégias aplicadas. Entretanto, nada disso foi divulgado, nem pelo INCRA, nem pelo MDA, pois, esse balanço do II PNRA comprovaria o fracasso desse governo na execução do mesmo. Porém, ao término do primeiro mandato, o MDA divulgou o documento “Desenvolvimento agrário como estratégia: MDA Balanço 2003-2006”, das quais, entre outras coisas, constava que o governo havia cumprido 95,35% da 1ª meta do plano.

Segundo Oliveira,

Estamos diante de uma realidade cruel. Lula sempre defendeu, pessoalmente, a reforma agrária. O PT sempre defendeu em seus programas a reforma agrária, mas agora que está no governo não a faz. Isso é um paradoxo, que se explica pelo fato de que a estratégia do governo durante o primeiro mandato foi feita em cima do Fome Zero⁶, e a reforma agrária era um dos componentes menos importantes do programa, que trazia uma concepção sobre o campo e sobre a reforma agrária de José Graziano da Silva, assessor especial de Lula. (OLIVEIRA, 2007, entrevista).

Desta forma, a reforma agrária no governo Lula não foi entendida como uma necessidade histórica e concebida como política de desenvolvimento econômico e social, tratando-a apenas nesse último viés com o enfoque de contribuir para amenizar o problema da

⁶ Foi um programa do governo federal criado para assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. O programa tem bases na promoção da segurança alimentar e nutricional buscando a inclusão social e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome.

fome no Brasil (OLIVEIRA, 2007). Assim, podemos constatar que desde a elaboração do II PNRA, a reforma agrária não foi colocada como uma prioridade para este governo, contrariamente ao que tinha sido evidenciado na campanha eleitoral. Um dos fatores que podemos destacar com essa mudança de estratégia do governo foram às alianças que ele construiu para conseguir se eleger, e, por esta razão, não entraria em conflito com o agronegócio, com a bancada ruralista, a burguesia, etc., pois, esses também eram bases de seu governo e tinham muita força em suas decisões.

Por meio de uma vigorosa guinada ao centro, Lula da Silva capitalizou os anseios de mudanças, elegendo-se presidente com mais de 60% dos votos. Os movimentos sociais iniciaram o ano de 2003 vivendo uma situação inteiramente nova: um governo cuja história se confunde com as lutas sociais das duas últimas décadas, porém empunhando uma política econômica em continuidade com a de Cardoso. Os embates sociais assumem, portanto, novas feições, recolocando a importância da autonomia de classe e a necessidade de perseverar na construção de projeto alternativo ao neoliberal. (LEHER, 2006, p. 82).

O MST diante dessa conjuntura política avaliou corretamente o total apoio que estava sendo dado para o agronegócio e que se intensificaria ainda mais após a reeleição, de forma que o posicionamento que esse governo vinha exercendo já adiantava a forma que ele compreenderia a reforma agrária, como se essa estivesse apartada da necessidade histórica. Assim, em 22 de dezembro de 2005, a Coordenação Nacional do MST, veio a público e lançou uma nota para toda a sociedade, e nela dizia:

1. Assim como a política econômica do governo Lula, a política de Reforma Agrária nada tem de original e repete os mesmos passos do governo Fernando Henrique Cardoso: inflaciona números; contabiliza a reposição de lotes em assentamentos antigos como novos assentamentos e assentamentos precários no norte do país em terras públicas, preservando os grileiros da região. A divulgação desses números tem como objetivo provar que o governo estaria fazendo a reforma agrária. No entanto, Reforma Agrária é desconcentrar a propriedade da terra e resolver os problemas dos pobres do campo.
2. A falta de originalidade repete-se na submissão às políticas do Banco Mundial para área agrícola, mantendo a fracassada política do Banco da Terra, rebatizado de Crédito Fundiário, uma premiação aos latifundiários improdutivos que têm suas terras compradas à vista, enquanto milhares de agricultores iludidos acumulam dívidas para pagá-las [...].
3. Lamentavelmente, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, comemora hoje uma política que não desconcentra a propriedade da terra e premia o latifúndio, por meio de iniciativas que parecem mais com os projetos de colonização da Amazônia do regime militar (1964-1985) do que qualquer política que pudesse ser chamada de Reforma Agrária.
4. Por outro lado, esperávamos que o governo explicasse porque cerca de 200 mil famílias de pobres do campo ainda vivem nos acampamentos em beiras de estrada e em latifúndios improdutivos. E também esperam as

estatísticas comemoradas pelos governantes. Enquanto isso, vivem sob condições precárias debaixo de barracos de lona e sem qualquer assistência para produção [...]. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2005 APUD SOARES, 2015, p. 123-124).

Conforme demonstrou a análise de Sabourin (2008) as políticas de reforma agrária ou mais precisamente as desapropriações e criações de assentamentos rurais no Brasil só ocorreram por meio das lutas dos movimentos sociais, inclusive do MST e o grande fracasso da reforma agrária tem sido à inadequação dos instrumentos de políticas públicas e de sua aplicação ao modelo agrícola que o próprio governo estimulou ao longo desses anos. Assim, contraditoriamente, uma política de reforma agrária jamais deveria estar associada ao agronegócio, pois, esses possuem conflitualidades que perpassam o viés da produção.

O Brasil é um país continental, o quinto do mundo em extensão e com grande potencial agropecuário, e possui desigualdades tão grandes quanto seu território. Parte dessas desigualdades é gerada pela hegemonia do modelo do agronegócio no desenvolvimento da agricultura, que controla os territórios de duas formas: pelo monopólio do território camponês e pela territorialidade do capital em território camponês, onde as técnicas e as tecnologias de produção agropecuária são determinadas pelo agronegócio, que, evidentemente, capitaliza a renda produzida pelas famílias camponesas. Essa relação entre capital e campesinato produz um paradoxo em que a produção agropecuária camponesa aparece nos resultados econômicos do agronegócio, e a maior parte da riqueza produzida é desviada para as corporações que industrializam e comercializam os produtos camponeses. Esses processos aumentam as desigualdades causadas pela reprodução ampliada do capital, que centraliza territórios e tecnologias e, portanto, intensifica a concentração de riquezas, e geram a modernidade e a barbárie com a espoliação territorial, em que as pessoas são excluídas de todas as formas de autonomia e subjugadas ao modelo de desenvolvimento hegemônico. (FERNANDES, 2013, p. 202).

Em suma, este governo antes das eleições já nos dava sinais que não seria uma de suas prioridades resolver as questões relativas às desigualdades do campo, pois, aliava-se cada vez mais o agronegócio, passando a pensar as políticas de reforma agrária apenas como políticas setoriais, na qual elas contribuiriam para melhorar os números do Brasil no ranking da fome no mundo, mas também, enquanto suporte para o modelo agrícola vigente. Por esta razão, para o segundo mandato não foi elaborado nenhum outro plano de reforma agrária, ficando essa à mercê das lutas dos movimentos sociais, e passando o governo a adotar deliberadamente políticas compensatórias a fim de minimizar os conflitos sociais.

2.3 Segundo Período de Governo do PT: Governo Lula (2007-2010) a contra reforma agrária e o fortalecimento do agronegócio.

Como já foi destacado, nos primeiros quatro anos de governo, o PT desenvolveu, guardadas as proporções, uma democracia mais participativa, em que estabeleceu uma política governamental voltada aos interesses da classe trabalhadora e das pessoas em situação de maior vulnerabilidade social (SAMUELS, 2009), mas, equitativamente, respondeu com clareza e pontualidade aos interesses do grande capital e das alianças realizadas em sua campanha eleitoral. Este governo apresentou a peculiaridade de atrair a burguesia interna, seja ela bancária, industrial ou voltada ao agronegócio, como, também constituiu uma forte aliança política com a classe trabalhadora, na qual, se concretizaram algumas reformas progressistas. Tal singularidade culminou na reeleição de Lula a presidência, respaldado também pela polarização que ocorreu na campanha eleitoral entre esquerda e direita, em que no confronto de classes, a imagem de Lula era associada à defesa dos pobres e a de seu adversário político Geraldo Alckmin à dos ricos (FARIAS, 2013).

Ao se reeleger Lula manteve as duas frentes de governança que vinha desenvolvendo no primeiro mandato, de um lado, melhorando inquestionavelmente a situação da classe trabalhadora e por outro, intensificando ainda mais os investimentos aos representantes do capital, sendo, um desses o agronegócio, executando o que Oliveira (2013) denominou de contra reforma⁷ agrária, pois, além de não cumprir as metas que haviam sido estabelecidas até então, “[...] no segundo mandato abandonou a política de reforma agrária e passou adotar deliberadamente uma política de contra reforma agrária, destinando terras públicas constitucionalmente terras da reforma agrária, para os latifundiários as ocupam ilegalmente (os grileiros)” (OLIVEIRA, 2013, p. 2).

Dando continuidade ao processo de desmonte da reforma agrária, instituíram-se duas medidas provisórias – 422 (Lei nº 11.763 – 1º/08/2008) e 458 (Lei nº 11.952 – 25/06/2009), que alteravam os limites legais da área ocupada em terras públicas por grileiros, no qual ficou respaldado seu direito de preferência para alienação não importando as dimensões que essas tivessem, facilitando exponencialmente a regularização das terras griladas⁸ da Amazônia

⁷ Usaremos a expressão contra-reforma agrária como Oliveira (2013) descreve no artigo “Não Reforma Agrária e Contra Reforma Agrária no Brasil do governo Lula”. In: *Dinámica de los Espacios Rurales y Sustentabilidad: Articulaciones del espacio rural*. 2013. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal13/Geografiasocioeconomica/Geografiaagraria/04.pdf>

⁸ Grilagem de terras é o nome dado a apropriação de terras públicas feita de modo indevido e por meio de falsificação de documentos de titularidade da terra.

Legal. Deste modo, a MP 458 subsidiou a criação do Programa Terra Legal que promoveu a regularização fundiária das terras públicas federais que haviam sido griladas pelo agronegócio na Amazônia Legal. O objetivo claro do programa era emitir até 300 mil títulos de terras em

[...] 93% dos imóveis (minifúndios e pequenas propriedades) com área inferior a 4 módulos fiscais ocupam 40% das terras públicas. Os outros 7% restantes, ou seja, 20 mil imóveis – médios e grandes – declaram no Cadastro no INCRA que apropriaram-se ilegalmente de 60% destas terras, o que equivale a uma área de 25 milhões de hectares. Os grandes imóveis, apenas 6,8 mil, apropriaram-se de 42% da área, ou seja, 17,7 milhões de hectares de terras públicas do INCRA e da reforma agrária. É este lado do programa Terra Legal que o MDA, propositalmente, não mostra à sociedade brasileira: a terra pública continua, desde o período colonial, sendo entregue a grandes latifúndios do país (OLIVEIRA, 2010, p. 22).

Em virtude dessa mudança na lei, quase 183 milhões de hectares de terras públicas devolutas ou não, foram entregues a grileiros. Essa alteração repercutiu notavelmente na estrutura fundiária do país, pois, as médias e as grandes propriedades foram as que tiveram maior regularização de área (ha) e no número de imóveis, por exemplo, no ano de 2003 existiam 22 imóveis com 100.000 ou mais (ha), e passando para 196 imóveis em 2010, como demonstra a tabela 2 abaixo (OLIVEIRA, 2010).

Tabela 2 – Mudança da Estrutura Fundiária por Classes de Área 1998, 2003 e 2010.

Classes de Área (ha)	1998		2003		2010	
	Nº de Imóveis	Área (ha)	Nº de Imóveis	Área (ha)	Nº de Imóveis	Área (ha)
TOTAL	3.586.525	415.548.886,60	4.290.531	418.483.332,30	5.181.645	571.740.919,42
Menos de 1	68.512	35.181,90	81.995	43.409,10	107.572	54.516,68
1 a menos de 2	118.926	160.875,80	141.481	191.005,50	161.313	218.441,69
2 a menos de 5	440.708	1.483.892,60	559.841	1.874.158,80	702.979	2.357.993,06
5 a menos de 10	515.823	3.737.828,60	626.480	4.530.025,20	772.676	5.584.385,37
10 a menos de 25	939.198	15.265.972,30	1.109.841	18.034.512,20	1.316.237	21.345.231,82
25 a menos de 50	573.408	20.067.945,60	693.217	24.266.354,60	814.138	28.563.707,07
50 a menos de 100	403.521	27.902.893,30	485.956	33.481.543,20	578.783	40.096.597,35
100 a menos de 200	239.219	32.260.122,40	272.444	36.516.857,80	332.817	44.898.322,02
200 a menos de 500	166.686	51.491.978,60	181.919	56.037.443,20	230.529	71.258.207,77
500 a menos de 1.000	62.643	43.317.666,40	68.972	47.807.934,80	85.305	59.299.369,71
1.000 a menos de 2.000	30.325	41.651.744,70	35.281	48.711.363,10	40.046	55.269.002,25
2.000 a menos de 5.000	20.120	59.497.823,80	26.341	77.612.461,90	31.218	91.775.306,94
5.000 a menos de 10.000	4.758	33.839.004,90	5.780	41.777.204,40	6.084	43.642.939,54
10.000 a menos de 20.000	1.648	22.485.749,70	635	8.600.834,20	1.026	14.088.771,59
20.000 a menos de 50.000	768	22.468.684,80	294	8.502.361,60	595	17.742.882,69
50.000 a menos de 100.000	154	10.504.269,00	32	2.181.546,40	131	9.131.626,72
100.000 e mais	108	29.377.251,20	22	8.314.316,30	196	66.413.617,15
ÍNDICE DE GINI	0,838		0,816		0,838	

Fonte: DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra, 2016. www.fct.unesp.br/nera

Com a não execução do II PNRA e implementação da MP era nitidamente observável os rumos desse mandato que tornou o agronegócio seu carro-chefe e a reformar agrária uma

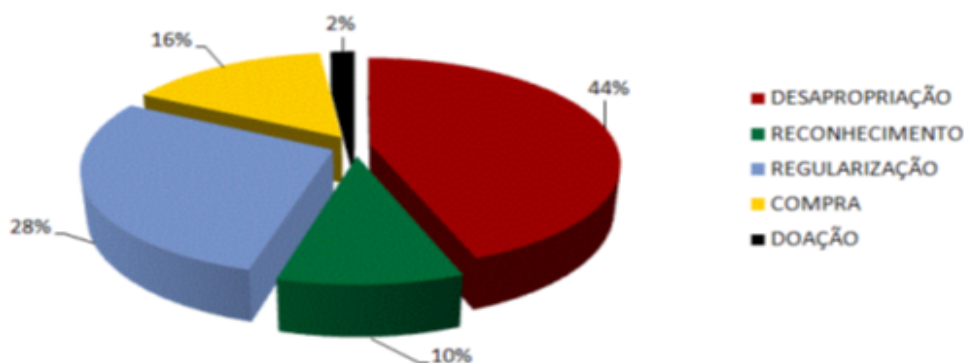
política marginal e compensatória. Segundo Oliveira (2008), as políticas de reforma agrária estão vinculadas a dois princípios fundamentais:

Não fazê-la nas áreas de domínio do agronegócio e fazê-la apenas nas áreas onde ela possa ‘ajudar’ o agronegócio. Ou seja, a reforma agrária está definitivamente acoplada à expansão do agronegócio no Brasil. É como se estivesse diante de uma velha desculpa: o governo Lula finge que faz a reforma agrária e divulga números maquiados na expectativa de que a sociedade possa também fingir acreditar. (OLIVEIRA, 2008, entrevista).

Segundo Fernandes (2010) o governo Lula realizou a reconceitualização do que seria a reforma agrária, no qual ele passou a realizar as desapropriações através da política de incorporação, pois, deste modo, não ocorreria enfrentamento direto com o agronegócio. Assim, onde existiam terras explicitamente griladas, mas, que estavam sobre o domínio do agronegócio, o governo não realizou a desapropriação, fortalecendo seu pacto de apoio político ao agronegócio e realizando a reforma agrária apenas nas terras que não interferissem diretamente nas relações estabelecidas *a priori* (FERNANDES, 2008).

No gráfico 2 observa-se como foram obtidas as terras para a reforma agrária nos três primeiros anos do segundo mandato. Comparando com o gráfico 1 do primeiro mandato, a compra de terras dobrou, passando de 8% para 16%. Observa-se também que um dos frutos dessa aliança com o agronegócio, foi a queda do número de desapropriações passando de 44% para 42% das famílias assentadas. Porém, o dado que merece maior destaque é o da regularização fundiária que passou de 28% para 32%, na medida em que o governo utiliza esses dados para inflar os números referentes aos novos assentamentos e novas famílias assentadas, uma vez que o governo não dissocia os números para realizar a divulgação dos resultados.

Gráfico 2 – Políticas de obtenção de terras – Famílias assentadas. Governo Lula 2 (2007-2009).

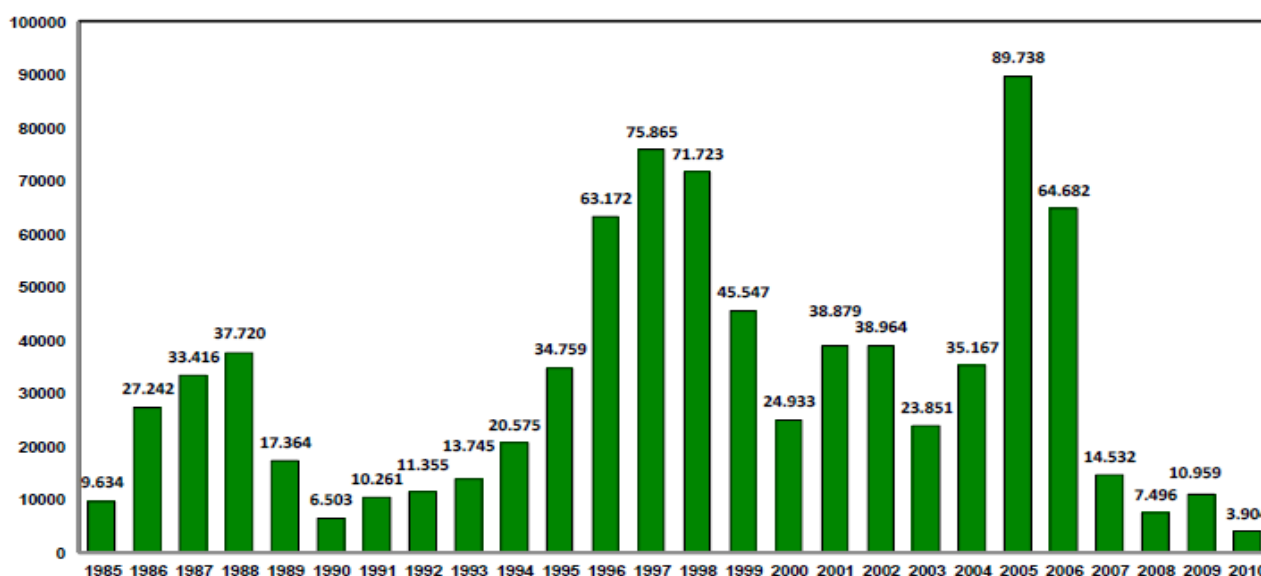


Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra – DATALUTA, 2010. Organização: Rafael de Oliveira Coelho dos Santos.

Apesar do gráfico acima não contemplar o último ano deste mandato, pouca coisa se alterou, sendo, esses quatro anos marcados pela significativa diminuição da implantação dos assentamentos, na qual a política de reconhecimento e regularização contribuiu para mascarar os resultados obtidos. Compreendemos a importância das políticas de regularização e o reconhecimento de terras, incluindo-as como políticas de reforma agrária, entretanto, a não obtenção de novas áreas para criação de novos assentamentos não permite que novas famílias tenham acesso à terra, e somente com a realização da reforma agrária através da desapropriação de terras improdutivas e devolutas⁹ atingiríamos seu objetivo social, econômico e político e modificaríamos a estrutura fundiária do país.

Assim como na elaboração das metas no II PNRA, o governo deveria ter trabalhado simultaneamente em três frentes: novos assentamentos, reconhecimento e regularização fundiária, de forma que as metas deveriam ter sido divulgadas separadamente para sabermos seu real alcance, porém, invés disso tentou-se contornar os dados para encobrir o que era nítido, que não se cumpriu as metas da realização de novos assentamentos. Incluindo alguns dados complementares em nossa análise, abaixo temos o gráfico 3 que apresenta o número de famílias que foram assentadas desde o início da Nova República até o fim do Governo Lula em 2010.

Gráfico 3 – Assentamentos Rurais (1985-2010) – Número de famílias em áreas obtidas.



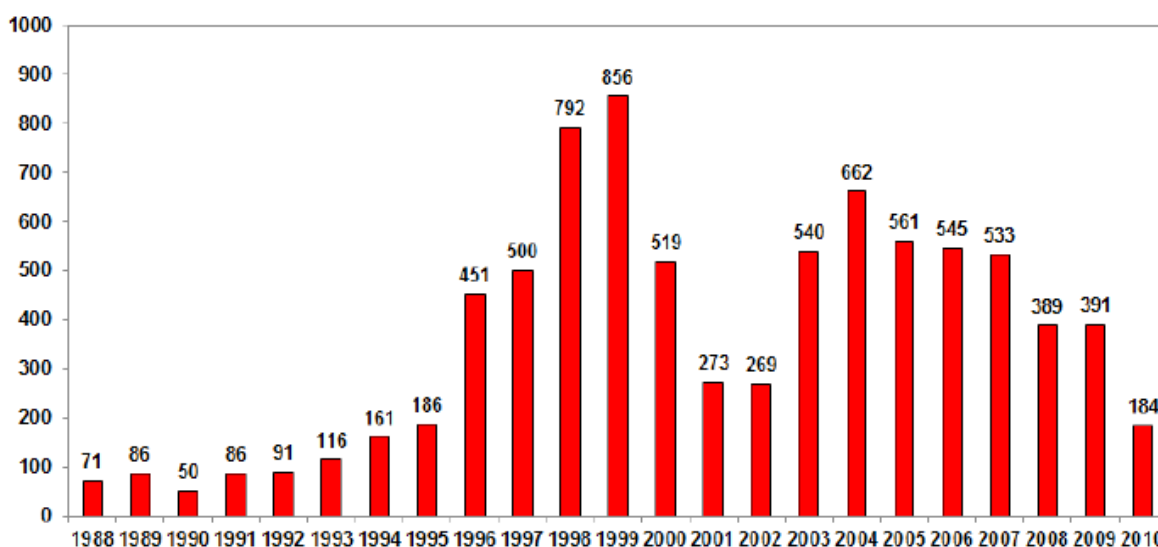
Fonte: DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra, 2011. www.fct.unesp.br/nera

9 As terras devolutas são terras públicas, que em nenhum momento integraram o patrimônio particular, ainda que estejam irregularmente em posse de particulares. O termo "devolutas" relaciona-se ao conceito de terra devolvida ou a ser devolvida ao Estado. O fato de não haver registro da terra não caracteriza que sejam devolutas, devendo o poder público comprovar a existência e propriedade delas.

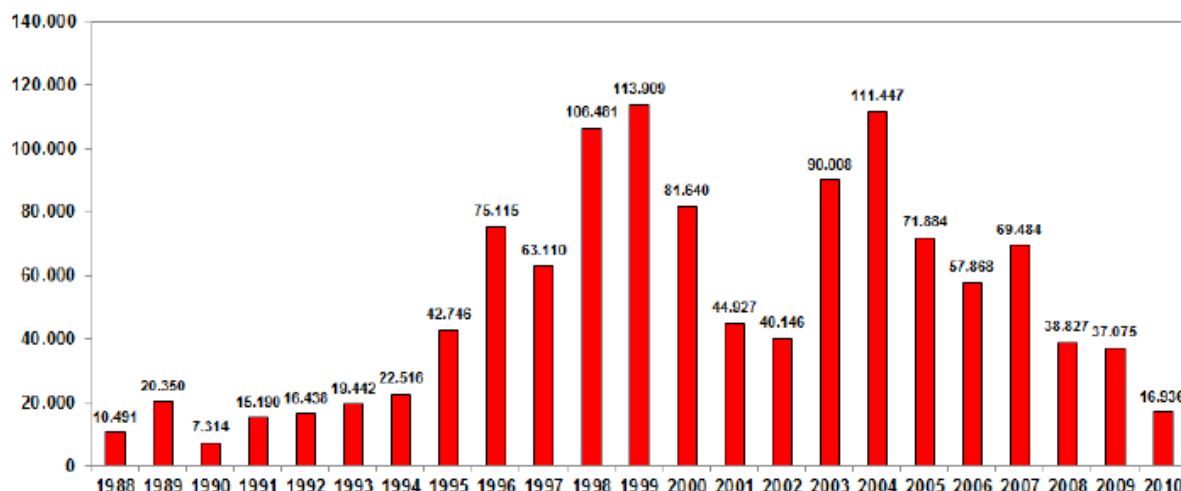
Analisando esse gráfico podemos ter mais clareza do processo de abandono da reforma agrária no segundo mandato deste governo, por exemplo, em 2010, o número de famílias assentadas eram de 3.904, sendo o menor número registrado desde 1985, ficando atrás até mesmo do primeiro ano de mandato de Collor de Melo. Conforme os dados do DATALUTA (2011) no primeiro mandato tivemos a criação de 2.088 assentamentos que foram compostos por 213.438 famílias, em contraposto a isso, no segundo mandato houve a criação de 470 assentamentos que contemplaram 36.891 famílias. Observa-se assim, a propensão que o segundo mandato tomou inclinando-se totalmente a atender as demandas do agronegócio.

Outro fator relevante que deve ser destacado, pois, contribuiu para os decrescentes números da reforma agrária neste período foi o aparelhamento do Estado com os movimentos sociais de luta pela terra. Segundo Secco (2011), este governo conseguiu amenizar a luta de classes na medida em que trouxe os conflitos sociais para serem resolvidos no aparelho do Estado, sendo concedido pela primeira vez na história um Ministério (MDA) a um representante dos movimentos sociais. Fator este que influenciou diretamente as mobilizações e ocupações de terra no período, principalmente no segundo mandato reduziu quantitativamente suas ações e o número de famílias envolvidas, ocorrendo seu auge no ano de 2004 com 662 ocupações com 111.447 famílias ocupadas, contra as 184 ocupações com 16.936 no último ano de governo, que representou o menor número de mobilizações desde o último ano do Governo de Itamar Franco em 1994.

Gráfico 4 – Brasil – Número de Ocupações – 1998-2010.



Fonte: DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra, 2011. www.fct.unesp.br/nera

Gráfico 5 – Brasil – Número de Famílias em Ocupações – 1998-2010.

Fonte: DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra, 2011. www.fct.unesp.br/nera.

A declinante das mobilizações este governo é passível de explicação, pois, ele conseguiu criar um fator de contenção da emergência desses movimentos, visto que esses tinham neste governo e na imagem de Lula uma representatividade de classe que foi especialmente utilizada pelo governo, na medida em que ele se apresentava como parte integrante dessa classe e desses movimentos, fazia com que esses perdessem o poder de luta e de articulação contra o governo (COGGIOLA, 2004). Assim o governo Lula desenvolveu “[...] um politicismo policlassista para fazer mediações e disputas no espaço institucional da ordem e não contra a ordem do capital” (PINHEIRO, 2013, p. 3), em que ele paralelamente atendia os interesses de várias frações de classe da burguesia e dos trabalhadores, amenizando os conflitos sociais.

Na análise de Stédile, o MST vinha fazendo a leitura que existiria uma coalizão de classes nesse governo, porém, acreditavam que a vitória de Lula a presidência daria um ânimo novo ao povo brasileiro e as mobilizações, contribuindo para inflamar um movimento de massas, porém, ao contrário do que se previa, ocorreu um retrocesso nas mobilizações, em especial do próprio MST. Concluindo que governos identificados como populares ou de esquerda “[...] não são necessariamente a véspera de uma irrupção das massas: dependendo das circunstâncias políticas nacionais e internacionais podem ser um fator de desmobilização e de retrocesso maior do que um governo da direita burguesa” (COGGIOLA, 2013, p. 04).

Segundo as análises de Oliveira (2010) Lula ao chegar à presidência por duas vezes consecutivas realizou as políticas que seriam o avesso do mandato de classes que ele recebeu nas urnas eleitorais, executando uma hegemonia às avessas, pois [...] recebeu um mandato

revolucionário dos eleitores e sua Presidência apenas se rendeu ao capitalismo periférico. Mas o mandato, sem dúvida, era intensamente reformista no sentido clássico que a sociologia política aplicou ao termo [...] (OLIVEIRA, 2010, p. 369).

[...] a hegemonia lulista é o ponto comum entre duas formas sociais distintas de consentimento: a *ativa* e a *passiva*. ‘Vanguarda do atraso’ ou ‘atraso da vanguarda’? O governo Lula apoia-se em uma forma de hegemonia produzida por uma revolução passiva empreendida na semiperiferia capitalista que conseguiu desmobilizar os movimentos sociais ao integrá-los à gestão burocrática do aparato de Estado em nome da aparente realização das bandeiras históricas desses mesmos movimentos, que passaram a consentir ativamente com a mais desavergonhada exploração dirigida pelo regime de acumulação financeiro globalizado. Por seu turno, emaranhada em uma rede de dependências das políticas públicas governamentais, parte considerável das classes subalternas brasileiras consente passivamente, esgotada por uma década e meia de cruentas lutas sociais ofensivas somada a outra década e meia de obstinadas lutas sociais defensivas. (BRAGA, 2010, grifos do autor).

Esta hegemonia lulista descrita por Braga (2010) contempla a teoria desenvolvida por Gramsci, na qual se articula a “conservação”, que diz respeito ao subvencionismo das massas e a “inovação” que contribuiu para manter a conservação através do cumprimento de parte das demandas das massas. Estaria presente aqui “[...] uma dialética multifacetada entre, ‘inovação/conservação’ e ‘revolução/restauração’, que catalisa um reformismo ‘pelo alto’ ou conservador, porém, dinâmico para não reproduzir o já existente, mas sendo capaz de apontar caminhos para mudanças de cunho progressistas” (OLIVEIRA, 2010).

Essas mudanças sempre se alinham também a discursos que respaldam ideias universalistas como justiça, democracia, cidadania, entre outros, nos quais esses discursos ideológicos contribuem para uma reprodução automática e fragmentada de seus conceitos pelas classes subalternas. Desta forma, podemos afirmar que o pensamento das classes dominantes tem direta correlação sobre as classes subalternas, e que é através das classes dominantes que são transmitidos os valores ideológicos e políticos que atuam sobre as massas, transformando seu modo de pensar, de agir, e seus valores, e sua forma de ver o mundo (GRAMSCI, 1999). Assim, para manter esse sistema em funcionamento é papel do Estado não contribuir para a formação do “homem coletivo” e sim para um processo de “conformismo social” moldando “[...] as massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção” (GRAMSCI, 2000, p. 23), que só é possível se houver um consenso passivo das massas.

Desta maneira, constatamos que o governo Lula exerceu uma política de conciliação de classes para amenizar os conflitos existentes e trabalhou paralelamente com os interesses

tanto dos latifundiários e do agronegócio como dos movimentos sociais, porém, na disputa de poder, quem tinha mais força, mais alianças e maior bancada na câmara dos deputados obviamente seria maior representado, e nesses quesitos não há como disputar com o agronegócio e com a bancada ruralista que o sustenta.

Nesse sentido, Machado (2008) demonstra que,

Se nos primeiros meses do início do governo Lula se tinha esperança de que este daria uma tintura político-ideológica popular à sua administração, atualmente não cabem muitas ilusões: habilmente deu um alento importante ao desgastado projeto neoliberal, garantindo-lhe mais tempo de sobrevivência com apoio das camadas mais pobres e desorganizadas da população. As mudanças político-ideológicas do PT ao longo dos anos provavelmente trazem dificuldades para resgatar seus compromissos históricos com as classes trabalhadoras. Essas mudanças contribuíram para que as classes dominantes aceitassem a eleição de um ex-operário à presidência da república e proporcionaram alterações na estrutura de poder no Brasil ao favorecerem a readequação das frações hegemônicas e manterem intactos os interesses monopolistas. O impacto desse processo para as classes populares ainda merecerá muitas análises, mas, pelo visto, as bandeiras históricas dos movimentos populares (antimonopolistas, antiimperialistas e antilatifundiárias) continuarão sendo içadas por um longo tempo. (MACHADO, 2008, p. 32-34).

Em suma, Lula representava a classe operária, os camponeses e os pobres do país por sua longa trajetória e representatividade política, mas, após assumir a presidência, o PT começou a se afastar de seus princípios originários, não pautando mais a radicalização de reformas políticas e estruturais, e sim, acalmando os setores populares com medidas que defendiam os interesses capitalistas, consolidando as políticas de conciliação de classes. Afinal, o que seria mais eficiente para a construção de uma hegemonia do que ela ser liderada por um presidente da República ex-militante sindical. De modo que sua imagem remonta um momento histórico importante para uma parcela significativa da população brasileira, e ela acreditava “[...] que estaria elegendo um trabalhador e que isso levaria à transformação social e da sua situação explorada” (SILVA, 2006, p. 397-398).

2.4 Terceiro Período de Governo do PT: Governos Dilma (2011-2016) e a consolidação do agronegócio no Brasil.

Como vimos anteriormente, o PT assumiu em campanha eleitoral o compromisso de realizar a reforma agrária no Brasil, mas, apesar dos avanços principalmente na área social durante os dois mandatos do Governo Lula, a estrutura agrária brasileira permaneceu

altamente concentrada. O Governo de Dilma Rousseff iniciado em 2011 trouxe também expectativas na realização da reforma agrária no país – ainda que menores que no de Lula – uma vez que o seu discurso estava fortemente vinculado à erradicação da pobreza extrema e à criação de oportunidades para todos, mas, também voltado ao fortalecimento do agronegócio. Entretanto, diferentemente do que foi frisado pelo discurso de posse de Lula, Dilma em nenhum momento, nem no período eleitoral, muito menos no pós-eleitoral mencionou que a reforma agrária seria o caminho utilizado por ela para intensificar a luta de erradicação da pobreza.

Porém, partimos do pressuposto que não há como acabar com a pobreza extrema existente no Brasil sem priorizar a realização da reforma agrária, pois, esta alteraria a altíssima concentração fundiária existente, que por sua vez influenciaria na especulação e a renda da terra, reafirmando-a enquanto uma política de inclusão social. Porém, como já ficou claramente comprovado no decorrer desse trabalho, numa tivemos no Brasil um programa de reforma agrária, o que foi realizado até agora foram programas de assentamento rurais e algumas políticas públicas de reforma agrária, que contribuíram para implementação e permanência dessa população nos assentamentos e no campo brasileiro.

Segundo Wanderley (2011), a pobreza e até a miséria profunda que é encontrada em nosso país é resultado do modelo de desenvolvimento ao qual estamos inseridos, que não prioriza a agricultura familiar, que concentra à terra e a renda da terra, que respalda o agronegócio e todo se pacote tecnológico que empobrece o campo e expulsa o trabalhador rural para a cidade. Deste modo, “Muitas políticas buscam compensar problemas causados sobre as camadas de excluídos pelas dinâmicas econômicas, em geral, por exemplo, via transferência de renda, condicionada ou não” (MALUF Y MATTEI, 2011, p. 22), porém, só será possível avançar nessa pauta e erradicar a pobreza extrema investindo em políticas universais, como, por exemplo, com a realização da reforma agrária associada as políticas públicas que já foram implementadas nos governos anteriores e poderiam ser ampliadas, tais como, PNAE, PAA, Luz para Todos, PRONERA, PRONATER, entre outros. Só uma ação conjunta poderia de fato erradicar a pobreza no Brasil (SOUZA & BERGAMASCO, 2013).

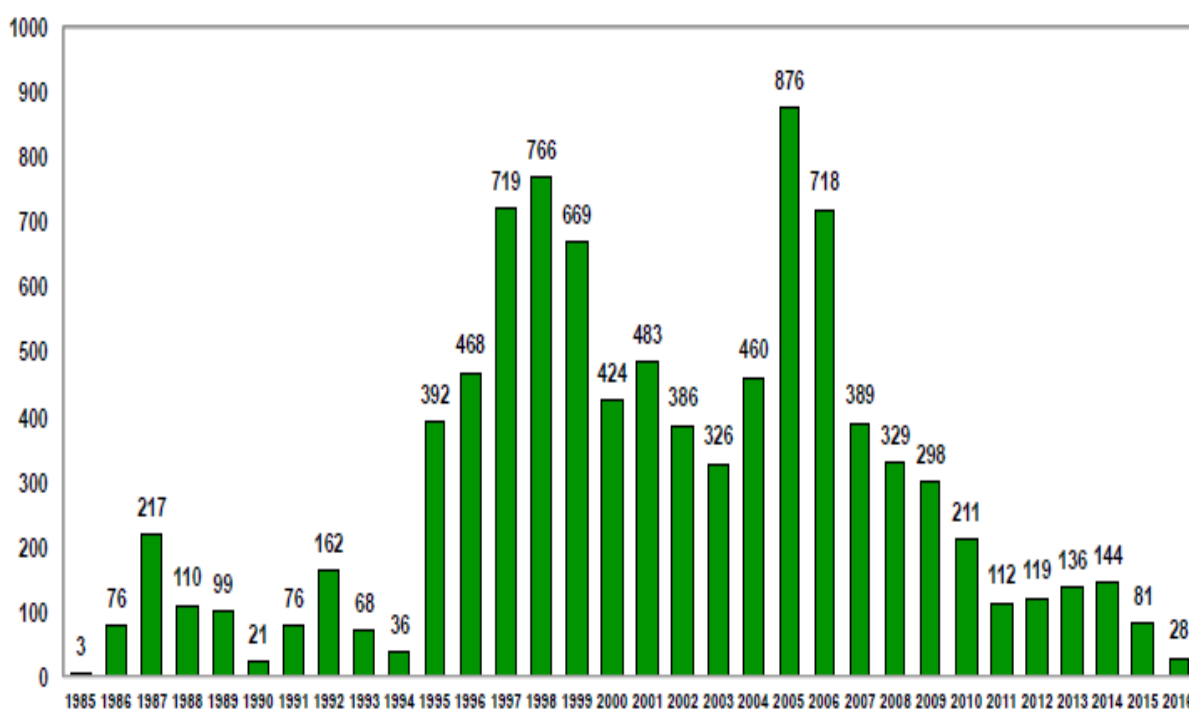
Todavia, este governo a reforma agrária é entendida como um processo mais amplo que não está atrelada obrigatoriamente a desapropriações de terras para criação de assentamentos. A visão tecnocrática que Dilma Rousseff tem sobre o que seria a reforma agrária tem grande influência nas tomadas de decisão do governo, uma vez que eles passam a inseri-la como parte de um processo desenvolvimentista, não contribuindo para o avanço da mesma, principalmente no quesito de concentração de renda no campo. Assim, Sanson,

relatou em uma entrevista que, “O foco de Dilma é economia, emprego e desenvolvimento. E o campo nessa equação entra como uma ação base exportadora” (LIMA, 2017, sem paginação).

Essa estratégia de desenvolvimento refletiu no pior resultado no número de famílias assentadas desde 1993, onde foram assentadas apenas 9.649 famílias em 112 assentamentos, no primeiro ano do governo Dilma. Em 2012, seu segundo ano de governo também não evoluímos nesse quesito, na qual foram assentadas apenas 7.751 famílias em 119 assentamentos. Em 2013, tivemos um crescimento considerável dentre os números que esse governo vinha apresentando, assentando 13.164 famílias em 136, porém, ainda muito abaixo do necessário. Em 2014 foram criados 144 assentamentos para 10.850 famílias.

Os dois anos subsequentes que deram início e fim a segundo mandato do governo Dilma tiveram números ainda piores, em 2015 foram criados 81 assentamentos que comportaram apenas 5.490 famílias assentadas, número muito aquém das 38 mil famílias que estavam acampadas naquele ano (DATA LUTA, 2016). Em 2016¹⁰, foi registrado o menor número de assentamentos criados desde o governo Collor, totalizando 28 assentamentos para 1.012 famílias, como é possível analisar nos gráficos 6 e 7 abaixo.

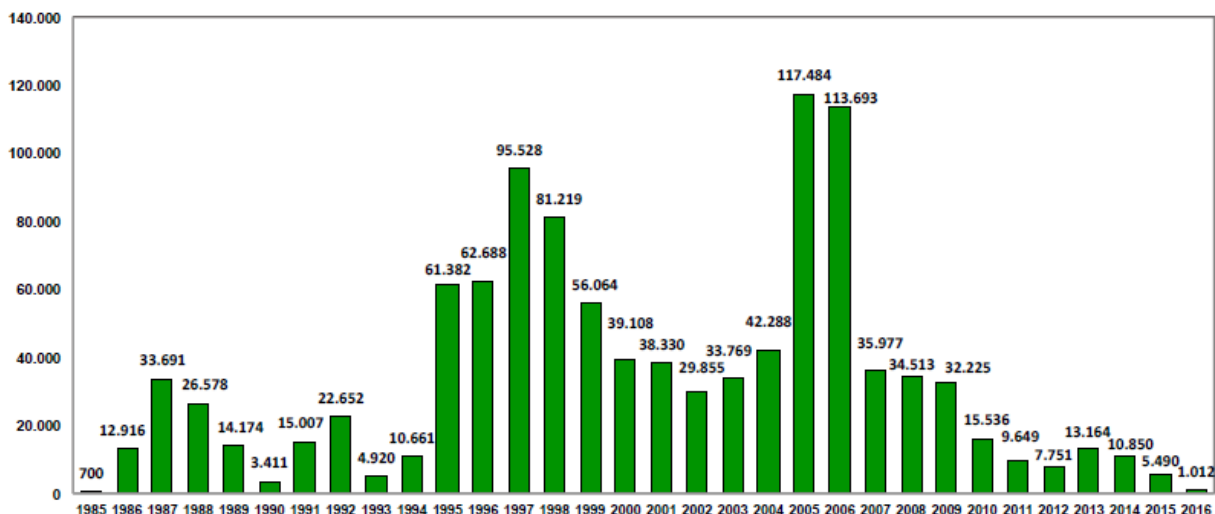
Gráfico 6 – Número de Assentamentos Criados – 1985-2016



Fonte: DATA LUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra, 2017. www.fct.unesp.br/nera

Gráfico 7 – Número de Famílias Assentadas – 1985-2016

10 O segundo mandato da Presidente Dilma Rousseff se encerrou no dia 31 de agosto de 2016.



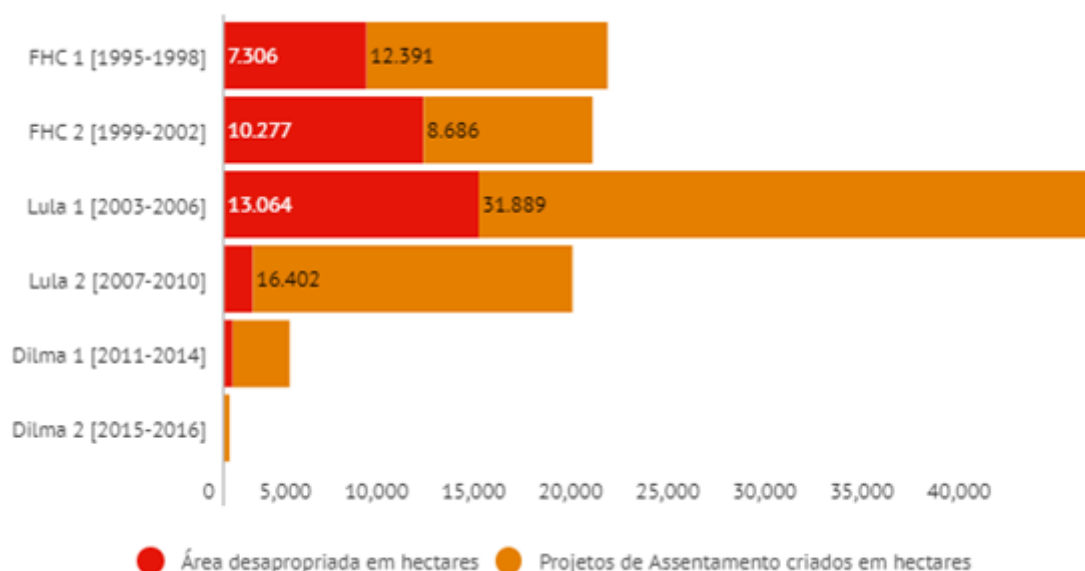
Fonte: DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra, 2017. www.fct.unesp.br/nera

Constata-se neste governo uma diminuição brusca dos assentamentos e famílias assentadas que foi fruto das políticas neoliberais que se alinharam na manutenção do latifúndio e no fortalecimento do agronegócio. Em contraponto ocorreu neste período o aumento do número de famílias em ocupações, algo que não era visualizado desde 2008.

Analisando os dados apresentados é possível notar uma redução drástica no processo de criação de projetos de assentamentos. Nos dados divulgados pelo INCRA apesar de toda divergência que já foi apresentada anteriormente sobre a veracidade, entre os anos de 2011 e 2015, teriam sido assentadas 133,6 mil famílias. Para termos a dimensão da diminuição desses números resgatamos os dados referentes ao 1º e 2º mandato de Lula, em que, segundo o INCRA teriam assentado 381,4 mil famílias e, 232,6 mil famílias, respectivamente.

Porém, como demonstra Oliveira, esse número é infimamente menor, pois, os números de novas famílias assentadas são misturados aos casos de famílias reassentadas, reconhecimento de assentamentos antigos, que passam a inflar e mascarar os números reais. Assim, desagregando esses dados e separando apenas o número de novas famílias assentadas no Governo Dilma chegaria a somente 20,5 mil famílias, ou seja, o número real é de entorno apenas de 15% de famílias assentadas em comparação com os dados divulgados pelo INCRA, comprovando a tendência que já se apresentava desde o segundo mandato do governo Lula. Podemos confirmar os dados analisando o gráfico 8 abaixo.

Gráfico 8 – Área Desapropriada e Assentamentos Criados nos Governos FHC, Lula e Dilma.



Fonte: INCRA, 2015-2016. Organização: Instituto Socioambiental – ISA, 2016.

Esses números trouxeram críticas severas ao Governo de Dilma, uma delas foi de Rubem Siqueira, da coordenação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) que alegou que “A política agrária do governo de Dilma conseguiu ser a pior de todos os governos desde a Ditadura Civil-Militar”, na qual sua análise expressou que enquanto o Governo Lula conseguiu na medida do possível realizar uma conciliação de classes e de interesses, investindo na agricultura familiar e no agronegócio, o governo Dilma teria abandonado essa política de conciliação e se voltado totalmente aos interesses do agronegócio e do capital.

Segundo João Pedro Stédile, da coordenação nacional do MST, “Os números de assentamentos durante o mandato de Dilma foram pífios e, praticamente, paralisou-se a criação de novas áreas [...]” (ISA, 2016, entrevista). Constatando que embora os movimentos sociais tenham feito campanha eleitoral para este governo, ele intensificou ainda mais as alianças de fortalecimento do agronegócio no Brasil em detrimento da reforma agrária e da agricultura familiar.

Assim, Marés destaca que “[...] os setores do agronegócio e do ruralismo, junto com o Judiciário, começam a tomar cada vez mais posições francamente contrárias à reforma agrária” (MARÉS, 2016, entrevista). Tomando posicionamento para proteger seus pares e aprovar as modificações que os beneficiassem, no qual o grande marco desse processo para os movimentos sociais, foi quando no segundo mandato de Dilma, a Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) foi nomeada para o Ministério da Agricultura, nomeação essa que contribuiu para o estreitamento de laços com o agronegócio, visto que ela é ex-presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), sendo considerada uma das

principais figuras do ruralismo, alegava que no Brasil não existia mais latifúndio e que era necessária apenas a realização de uma reforma agrária pontual (Folha de S. Paulo, em janeiro de 2015).

Segundo Oliveira, o PT não acreditava mais que a reforma agrária era necessária no Brasil na medida em que a grande propriedade conseguiu produzir alimentos através do empenho de tecnologia para o mercado interno e para a exportação. Assim, esses governos deixaram de compreender o poder econômico que a realização da reforma agrária traria, tratando-a como uma função social que seria realizada apenas nos casos em que não entraria em confronto com o agronegócio e/ou para respaldá-lo (ISA, 2016, entrevista). Assim, enquanto alguns estudiosos e partidos políticos afirmavam haver um esgotamento da reforma agrária no país, os movimentos sociais reafirmavam que a estagnação da divisão de terras teria sido uma opção clara e direcionada pelos últimos governos ao fortalecimento do agronegócio e da hegemonia do seu modelo de produção que pelo bem ou pelo mal tem alavancado as exportações brasileiras através da intensificação do processo de comoditização de grãos e cana-de-açúcar, por exemplo.

No ano de 2015, primeiro ano do segundo mandato do governo Dilma existiam mais de 38 mil famílias lutando por terra no Brasil e organizadas em 21 movimentos diferentes (DATALUTA, 2015). No entanto, Navarro (2016), afirma que,

Reduziu-se fortemente a demanda social por terra no Brasil, a partir dos anos mais recentes. O meio rural vem observando um crescente esvaziamento populacional e, por esta razão, os salários rurais vêm subindo. Somado às políticas de transferência de renda (Bolsa Família e outros), foi se tornando desafiador arregimentar famílias rurais pobres para as ações de pressão. Daí a redução da demanda por terra, o que veio coincidir com o relativo desinteresse do governo Rousseff pelo tema e, mais recentemente, as dificuldades de alocar recursos para tal finalidade. (SOUZA, 2016, sem paginação).

Ainda segundo Navarro (2016), o Brasil continua sendo o segundo país com maior concentração da terra no mundo perdendo apenas para a África do Sul. Nosso índice de Gini permanece praticamente inalterado desde meados do século XX, localizando-se em 0,840, sendo que esse número era de 0,839 em 1960; 0,843 em 1970; 0,854 em 1975; 0,857 em 1980; 0,857 em 1985; 0,856 em 1995; e 0,854 em 2006 (MDA, 2001; IBGE, 1985; 2006).

No ano de 2016, Dilma Rousseff, primeira mulher eleita democraticamente para assumir a presidência do Brasil sofreu um processo de impeachment marcado pelo avanço e fortalecimento das forças conservadoras e do neoliberalismo no país. Tal contexto colocou em pauta novamente a luta pela democracia e pela permanência de direitos sociais e trabalhistas

conquistados desde o governo Vargas. A situação dos movimentos sociais e da reforma agrária que já era extremamente conturbada no atual governo tornou-se ainda mais ofensiva e criminalizatória pelos governos que a sucederam e pela sociedade civil (SINGER, LOUREIRO, 2016).

Nesse contexto tivemos a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; a retirada dos dados de produção e trabalho familiar do Censo Agropecuário 2017; os cortes quase que totais do orçamento de políticas públicas para o campo, tais com, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA; Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, que entre 2016-2017 perdeu cerca de 170 milhões de reais; houve também a rescisão de contratos de assistência técnica em quase mil empreendimentos e 170 mil famílias que seriam beneficiadas com a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB.

Além disso, ocorreu também a formulação de propostas de lei e medidas provisórias como a PVL 12/2017 e MPV 759/2016, que dizem respeito à regularização das áreas de reforma agrária concedendo cerca de 750 mil “novos” títulos de propriedade da terra até o ano de 2018 as famílias assentadas em projetos de reforma agrária, fato esses que tem gerado intensas discussões na medida em que titulando as terras, o Estado passa a não ter nenhuma obrigação legal com essas famílias, como, por exemplo, a manutenção de assistência técnica, de políticas públicas específicas para a reforma agrária, como créditos bancários sem alienação das terras como garantia de pagamento, que certamente ocorrerá assim que a propriedade das mesmas deixarem de ser do Estado, tornando-se uma propriedade privada com garantias de alienação fiduciária (MAPA, 2016; BRASIL, 2017).

Neste acirramento das conflitualidades especialmente no campo da reforma agrária respalda toda a luta pela terra nos governos pós-neoliberalismo (governos Lula e Dilma) na medida em que foi se intensificando o fracasso da conciliação de classes que esses governos tentaram construir. Ficando cada vez mais evidenciado que de fato não existe nenhum interesse em manter ou consolidar uma política de desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil, na medida em que o único modelo de desenvolvimento do campo que é incentivado pelo Estado é o que tem suas matrizes atreladas ao grande capital.

2.5 Um balanço do Plano Safra da Agricultura Familiar e o Plano Agrícola e Pecuário nos Governos PT (2003-2016).

Todos nós hoje somos testemunha de que o Brasil está dando certo. Está dando certo porque eu não tenho vergonha de chegar em qualquer país do mundo e defender o algodão brasileiro, defender a cana e o álcool brasileiro, defender a soja brasileira, defender o milho brasileiro, defender o empresário brasileiro. Não tenho nenhuma vergonha e muito menos demérito. Sinto orgulho de defender as coisas que este país faz. (Lula, 07.06.2010, Lançamento do Plano Agrícola e Pecuário 2010/2011. Brasília/DF).

A agricultura brasileira passou por grandes transformações nos últimos 60 anos. Podemos relembrar, por exemplo, a política de valorização do café nos anos 1950; ou a política de autossuficiência do trigo entre os anos de 1960-1987; e a mais recente modernização agropecuária implementada nos governos militares, e constatamos que em todos esses períodos foram elaborados planos anuais de safra para o desenvolvimento de políticas agrícolas pelo Estado. (DELGADO & DA CONCEIÇÃO, 2011).

Nossa legislação dispõe da Lei nº 8.171/1991 que regulamenta política agrícola brasileira, na qual está subscrito que:

Art. 8º O planejamento agrícola será feito em consonância com o que dispõe o art. 174 da Constituição, de forma democrática e participativa, através de planos nacionais de desenvolvimento agrícola plurianuais, planos de safras e planos operativos anuais observados as definições constantes desta lei.

§ 3º Os planos de safra e os planos plurianuais, elaborados de acordo com os instrumentos gerais de planejamento, considerarão o tipo de produto, fatores e ecossistemas homogêneos, o planejamento das ações dos órgãos e entidades da administração federal direta e indireta, as especificidades regionais e estaduais, de acordo com a vocação agrícola e as necessidades diferenciadas de abastecimento, formação de estoque e exportação.

§ 4º Os planos deverão prever a integração das atividades de produção e de transformação do setor agrícola, e deste com os demais setores da economia. (BRASIL, Lei nº 8.171 de 17 de janeiro de 1991, 1991).

Deste modo, o Plano Agrícola e Pecuário – PAP é um programa de planejamento de políticas agrícolas compostas de medidas de apoio à comercialização, de gestão de risco rural e de linhas de crédito para custeio e financiamento direcionado ao setor agropecuário e a agricultura empresarial. O plano tem por objetivo favorecer o desenvolvimento das atividades relacionadas à agropecuária brasileira em que são elaboradas estratégias respaldadas por um sistema de financiamento que proporciona maior segurança da tomada de decisão quanto a como, quando e quanto produzir (TELLES & TELLES, 2011).

Anualmente, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) é responsável por publicar o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) que também é conhecido como Plano Safra. Ele é respeitado e reconhecido por proporcionar ao segmento um grande avanço na adoção de medidas de apoio, tais como, nas condições de infraestrutura produtiva, no

controle inflacionário por meio da estabilidade de preço dos alimentos, além de financiar tecnologias, produção, comercialização e seguro rural.

Dentre as prioridades da política agrícola, na alocação desses recursos, se destacam os financiamentos de custeio e o incentivo à retomada dos investimentos, notadamente na aquisição de máquinas e implementos agrícolas, na ampliação da capacidade de armazenagem e na inovação tecnológica nas propriedades rurais, no âmbito do Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (MODERFROTA), do Programa para a Construção e Ampliação de Armazéns (PCA) e do Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção (INOVAGRO). (BRASIL, 2017, p. 9).

Assim, o Plano tem como objetivo o fortalecimento da política agrícola voltada ao modelo de produção do agronegócio. Através dele são elaboradas ações que assegurariam o avanço do setor, não só aumentando a produtividade, mas também assegurando o escoamento da produção nos mercados interno e externo. O crescimento da produção agrícola é evidente entre os anos de 2000 a 2015, atingindo a taxa de 3,9% para a produção total. Se destacarmos apenas a produção de grãos, observaremos que a safra 2016/2017 teve um aumento de produção de 27,6% em relação à safra anterior atingindo 238,2 milhões de toneladas.

O aumento expressivo da produção está diretamente relacionado aos investimentos que o Governo Federal tem feito no setor, de forma que os créditos disponíveis mais que quintuplicaram na última década, passando de R\$ 27 bilhões da safra 2003/2004 para R\$ 156 bilhões na safra 2014/2015 (MAPA, 2014).

Em contrapartida ao PAP, que desde seu surgimento tem respaldado agricultura empresarial, foi desenvolvido pelo governo sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) o Plano Safra da Agricultura Familiar, sendo projetado especificamente para fortalecer a Agricultura Familiar no país, visto que hoje ela é responsável pela produção de 70% dos alimentos consumidos no território nacional, além de ser um segmento importante no país na medida em que gera empregos e renda no meio rural, contribuindo para a diminuição para a desigualdade social. O Plano Safra da Agricultura Familiar é colocado em prática através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que foi criado em 2002 cujo foco:

[...] desenvolve-se em pequenas propriedades, com a utilização direta da mão de obra familiar. Voltado para a melhoria da produção de alimentos, a garantia de abastecimento e estabilidade dos preços aos consumidores e a geração de renda aos pequenos agricultores e assentados da reforma agrária, o programa possui as mais baixas taxas de juros entre os financiamentos rurais e uma das menores taxas de inadimplência entre os tomadores de crédito do país. (BRASIL, 2015, sem paginação).

Além de disponibilizar recursos para financiamento e crédito rural, ele também é responsável por assegurar assistência técnica qualificada e proteção da produção e da renda. A Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER¹¹ proporciona aos assentados da reforma agrária e a agricultores familiares apoio com a produção agrícola, assistência técnica específica, além de qualificação aos participantes do Pronaf. No ano de 2003 foram investidos em ATER um orçamento de R\$ 56 milhões, chegando esse número a R\$ 1,1 bilhão em 2014 quando foram beneficiadas 684,4 mil famílias, destas 404,9 mil eram de assentamentos da reforma agrária, sendo esse o auge atingido ao longo da história da reforma agrária com relação à assistência técnica (BRASIL, 2015).

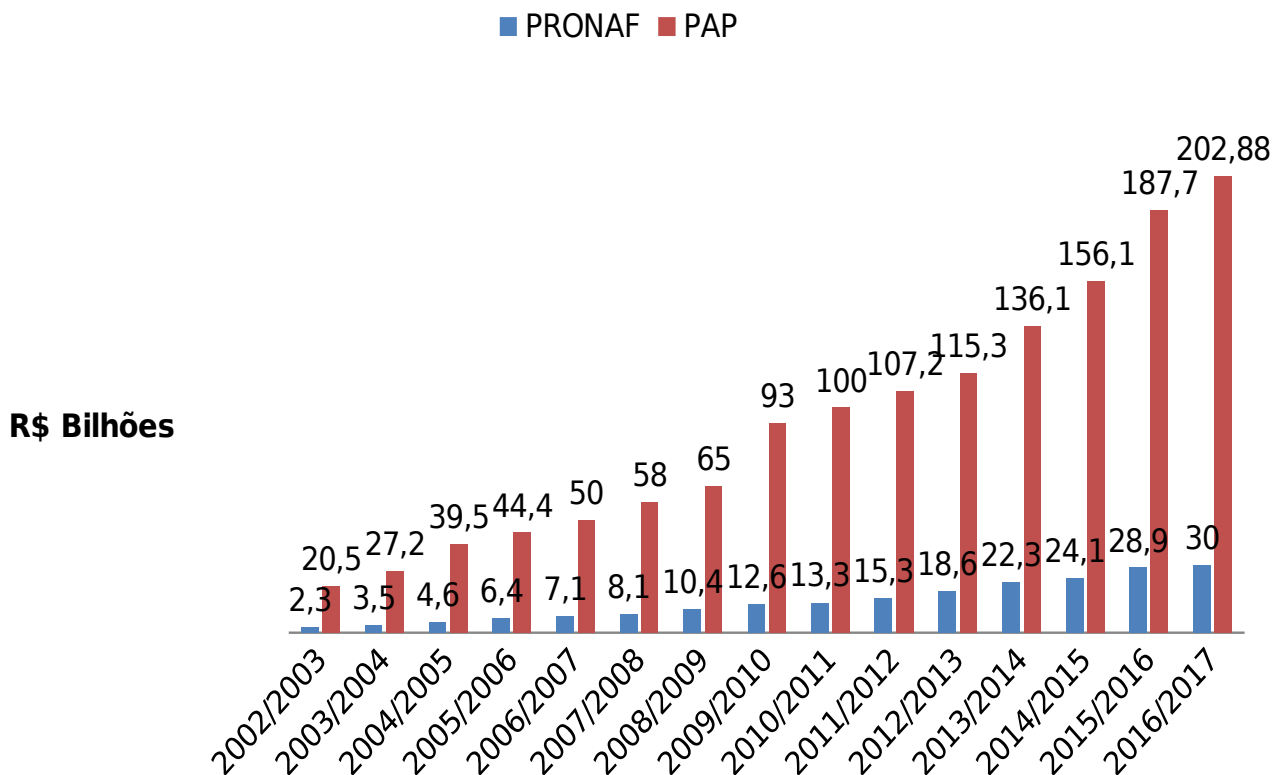
O PRONAF é o maior programa desenvolvido no Brasil para o financiamento de custeio de safra, e o investimento perpassa a compra de máquinas, serviços e equipamentos ou infraestrutura de produção. O programa beneficia diretamente mais de 2,6 milhões de famílias de agricultores, estando presente em mais de 5.400 municípios brasileiros. Os investimentos do governo federal no programa saltaram de R\$ 2,3 bilhões em 2002/2003, para R\$ 24,1 bilhões em 2014/2015, e com relação ao plano de 2013/2014 houve um crescimento de 14,7% nos investimentos (BRASIL, 2015).

Tanto o PAP quanto o Plano Safra da Agricultura Familiar tem como princípios norteadores orientar os investimentos agropecuários no Brasil no período que se refere ao calendário agrícola anual. No geral, os dois planos seguem a mesma lógica de funcionalidade através da oferta de instrumentos, tais como, crédito rural; zoneamento agrícola; seguro rural; comercialização; e programas especiais de fomento setorial.

O questionamento que daremos ênfase aqui tange ao viés da disponibilização de recursos e investimentos alocados para os dois planos. No gráfico 9 podemos observar o histórico de créditos que foram disponibilizados para o Plano Safra da Agricultura Familiar ou PRONAF e para o Plano Agrícola e Pecuário – PAP ao longo dos governos Lula e Dilma.

Gráfico 9 – Histórico dos Recursos do PRONAF e do Plano Agrícola e Pecuário.

11 Presta serviços de assistência técnica com o objetivo de ampliar o conhecimento e a tecnologia dos agricultores e de elevar a produtividade e a renda. Articulado com outras políticas públicas, como o PAA e PNAE.

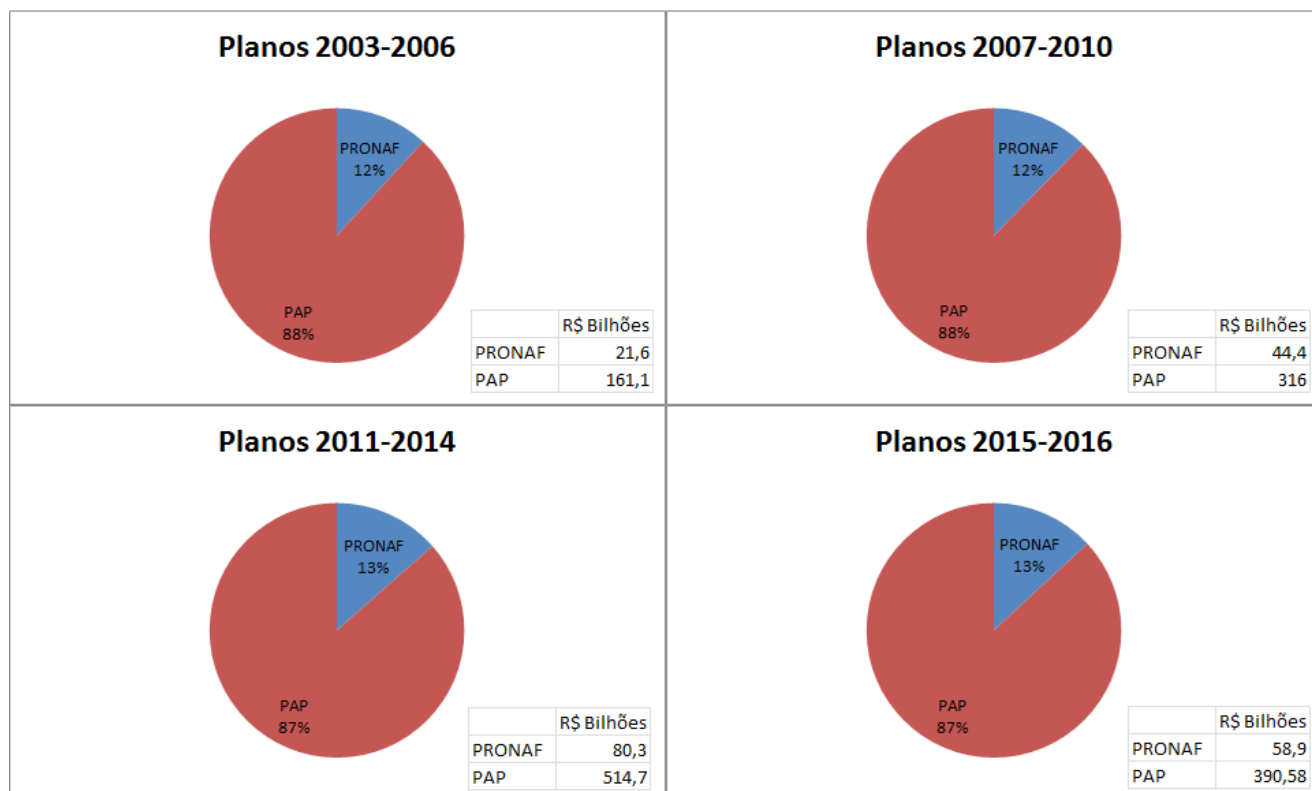


Fonte: MDA (2002-2016); MAPA (2002-2016). Elaboração: Thaylize Goes Nunes Pereira.

Pode-se observar que houve um aumento significativo com relação ao montante dos valores investidos no setor agrícola brasileiro nos últimos 15 anos. No último ano do governo FHC foram investidos apenas 2,3 bilhões na agricultura familiar e 20,5 bilhões na agricultura empresarial. Dois anos após, nos planos de 2004/2005, os valores já haviam dobrado, passando para 4,6 bilhões para a agricultura familiar e 39,5 bilhões para a agricultura empresarial.

Entretanto, temos que destacar a brutal disparidade de orçamento entre o Plano Safra para a Agricultura Familiar e o Plano Agrícola e Pecuário, na qual, por exemplo, a diferença de investimento nos dois planos em 2003/2004 que era de 24 bilhões ultrapassou os 172 bilhões nos planos 2016/2017, referindo-se ao que foi disponibilizado para investir no agronegócio e na agricultura familiar no período.

Gráfico 10 – Porcentagem de Recursos Investidos no PRONAF e do Plano Agrícola e Pecuário nos Governos Lula e Dilma.



Fonte: MDA (2002-2016); MAPA (2002-2016). Elaboração: Thaylize Goes Nunes Pereira.

Mesmo afirmando que os investimentos para a agricultura familiar aumentaram em bilhões ao longo desses governos e fizeram uma expressiva diferença no campo brasileiro, principalmente nos assentamentos de reforma agrária que nunca antes tinham acessado a uma política pública de tamanha abrangência que subsidiasse sua produção e permanência no campo, é necessário questionar que percentualmente os números dessas quatro gestões – 1º e 2º Mandato do Governo Lula e 1º e 2º Mandato do Governo Dilma – mantiveram o percentual do investimento destinado à Agricultura Familiar ao longo desses 14 anos permanecendo praticamente inalterada, variando de 12% para 13% do valor montante que seria disponibilizado no mesmo período para o Agronegócio. Demonstrando de forma mais didática a proporcionalidade os orçamentos, ao somarmos todo o investimento feito ao longo de todo o governo Lula e Dilma no PRONAF chegaríamos ao montante de apenas 205,2 bilhões, número bem próximo aos 202,88 bilhões que foram investidos somente no PAP de 2016/2017 pelo governo Dilma.

Assim, com o volume de investimentos disponibilizados pelos governos Lula e Dilma, que chegaram a multiplicar os créditos ao setor cerca de cinco vezes mais do que vinha sendo investido no governo FHC, o agronegócio brasileiro tornou-se um gigante mundial, elevando o Brasil ao patamar de um dos maiores produtores e exportadores de alimentos do

mundo, fazendo com que o segmento ano após ano batesse recordes na produção de grãos, como podemos observar no gráfico 11.

Gráfico 11 – Evolução da produção e da área plantada em grãos¹² – Brasil.



Fonte: CONAB e LSPA/IBGE. Elaboração: AGE/MAPA.

Como podemos analisar através dos dados disponibilizados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ocorreu um crescimento de 98% na produção de grãos entre a safra 2001/2002 que colheu 96 milhões de toneladas e as 191 milhões de toneladas referente à safra 2013/2014. Apesar do crescimento da safra no período ser de 98%, o aumento da área cultivada não ultrapassou os 40%, e isto está diretamente relacionado os investimentos em pesquisas e tecnologias agrícolas (MAPA, 2014).

Quando nós chegamos no governo, em 2003, lembro que a política agrícola tinha limitações fortes. Primeiro da disponibilidade de crédito, e a segunda no nível de juros. A gente esquece as coisas, mas sabe quanto era o total de recursos de crédito para agricultura na safra de 2002/2003? O que foi realizado, vou falar, foram R\$ 27 bilhões. 27 hoje é quase todo o programa de armazenagem. Hoje, R\$ 27 bilhões mostra que não era compatível com as necessidades da agricultura deste país. Nessa safra, nós nos comprometemos com R\$ 136 bilhões. E dissemos o seguinte: se gastar mais, tem mais. (Dilma, 11.02.2014, Abertura oficial da colheita da safra 2013/2014. Lucas do Rio Verde/MT).

Assim, o crescimento exorbitante dos investimentos no agronegócio ocasionou aumento das produções agrícolas, supersafras e colocou o Brasil na liderança das exportações

12 Refere-se a algodão, arroz, aveia, canola, centeio, cevada, feijão, girassol, marnona, milho, soja, sorgo, trigo e tritcale.

de café, milho, soja, açúcar, além das carnes bovinas e de aves, em que chegamos ao surpreendente número de ser produzido no Brasil um a cada quatro produtos agrícolas consumidos no mundo. Deste modo, a estratégica política macroeconômica adotada pelo Partido dos Trabalhadores inspirou-se num receituário neoliberal, nas quais as contas externas do país passaram a ser controladas pelas exportações obtidas através do agronegócio, construindo nele um dos principais pilares da economia brasileira, e assim, propiciando a cada ano que adentrava maior investimento, pois, tinham nele a garantia de fortalecimento e expansão tanto da produção como do mercado externo. Vale destacar que entre os anos de 2003 e 2008 o segmento obteve taxas de crescimento superiores a 20% ao ano (BRASIL, 2009).

Em contra ponto a expansão inimaginável que alcançou o agronegócio, intensificou-se de forma mais drástica o problema agrário brasileiro, acarretado pela exploração predatória dos recursos naturais, pela expansão da fronteira agrícola e avanço sobre território de comunidades tradicionais ou de preservação ambiental, trazendo consigo todo o padrão destrutivo de acumulação do capital. Assim, dentro desse cenário, “[...] o campesinato pobre, que corresponde aos camponeses sem-terra ou com pouca terra, reivindica a desapropriação das terras ociosas e uma política agressiva de abertura de novos assentamentos” (BOITO JR., 2013, p.33), entretanto, a realização da reforma agrária já não era mais passível de ser concretizar, pois, “[...] o agronegócio tem um peso importante na política neodesenvolvimentista fato que bloqueia a política de desapropriações” (BOITO JR., 2013, p.33), justificando assim, o reduzido número de desapropriações de terras realizados nos governos Lula e Dilma.

Segundo Boito Jr (2013),

O campesinato também está presente na frente neodesenvolvimentista e também de forma organizada. [...] com a ascensão de Lula da Silva, esses movimentos tiveram seu direito à reivindicação reconhecido pelo governo. Organizações de luta pela terra, a começar pela mais importante, que é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e organizações baseadas em camponeses e em trabalhadores rurais assalariados, como a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), representam o trabalhador do campo. O camponês remediado está presente, principalmente, na Contag e também no setor de camponeses assentados do MST. Reivindica assistência técnica, financiamento para a produção, mercado e preço para seus produtos. Os governos neodesenvolvimentistas têm atendido, em parte, essas reivindicações, com o financiamento à agricultura familiar, que cresceu muito quando comparado com o que havia na era FHC, e com programas de compras governamentais da produção camponesa. (MST, 2009). (BOITO JR., 2013, p.33).

Deste modo, juntamente aos investimentos realizados no agronegócio, os governos Lula e Dilma conseguiram estimular e desenvolver a agricultura familiar brasileira, respaldados sobre tudo pelo PRONAF, mas, também através em outras políticas públicas, como, o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE¹³ e o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA¹⁴ que foram responsáveis por viabilizar um mercado de compras institucionais, com disponibilidade de recursos e pagamento de preços na produção até mesmo acima do valor de mercado.

Desta forma, através de uma política que se apresentava como contraditória, esses governos conseguiram investir no agronegócio, assegurando o crescimento da produção de *commodities* para exportação, e, fortalecendo a balança comercial, enquanto também investiram na agricultura familiar, garantindo a ela um respaldo econômico de dimensões nunca alcançadas na história desse país, intensificando assim, sua produção para o abastecimento do mercado interno, na qual, seu papel seria de aliada e subalterna ao agronegócio, ou seja, ocupando os espaços que o mesmo destinou a ela e contribuindo com o avanço desse modelo de produção. Assim, com a reforma agrária abandonada, deu-se lugar a algumas políticas públicas específicas que correspondiam aos interesses do agronegócio, realizando a reforma agrária apenas em áreas em que o agronegócio pudesse se beneficiar de tal feito.

Ou seja, a reforma agrária está definitivamente acoplada à expansão do agronegócio no Brasil. É como se estivesse diante de uma velha desculpa: o governo Lula finge que faz a reforma agrária e divulga números maquiados na expectativa de que a sociedade possa também fingir acreditar. (OLIVEIRA, 2008, sem paginação).

É sabido que esses governos favoreceram exorbitantemente o agronegócio. Observando os dados entre os anos 2003-2016 é evidente a queda nos números de famílias assentadas e também das áreas desapropriadas, não efetivando desta forma uma política para a realização da Reforma Agrária (DATALUTA, 2017), entretanto, não podemos negar que os investimentos realizados na agricultura familiar contribuíram para a melhoria das condições de vida no campo, no qual ocorreu um processo de estruturação nos assentamentos rurais e através das políticas públicas conseguiu-se dinamizar economicamente a agricultura familiar.

Conforme Marés (2016),

13 Os alimentos são adquiridos pelas prefeituras e são direcionados para o abastecimento da rede pública de ensino, onde pelo menos 30% de alimentos comprados tem que proceder da agricultura familiar.

14 Prevê a aquisição de alimentos da agricultura familiar por órgãos públicos federais, estaduais e municipais para o atendimento de populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. Também objetiva a inclusão social dos produtores e o fortalecimento da agricultura familiar.

A outra coisa que o governo Lula fez e também a Dilma deu continuidade foi a reorganização, reestruturação ou organização dos assentamentos existentes. Portanto, não é fazer reforma agrária, mas é melhorar as condições de vida dos assentados. Isso se deu em dois níveis: o primeiro é o de apoio institucional, de políticas públicas; o segundo nível através do investimento, que começou com o governo FHC, mas foi ampliado, melhorado e requalificado de forma bastante intensa pelo governo Lula, que é o Pronaf. Ele não é só para reforma agrária, é para toda a agricultura familiar, mas tem um impacto extraordinariamente grande nas áreas que já passaram pela reforma agrária. (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2016, sem paginação).

Em suma, apesar de não ter ocorrido avanços substanciais na quantidade de famílias assentadas e nas desapropriações, a avaliação dos movimentos sociais, principalmente do MST, é que ocorreram importantes avanços aos longos governos do PT, com destaque para o primeiro mandato do governo Lula. Reafirmamos, porém, que o agronegócio teve toda a complacência por parte dos governos PT em detrimento da luta histórica pela terra no Brasil. Deste como, conforme demonstrou Machado (2009, p. 33), as mudanças político-ideológicas pelas quais o PT passou ao longo dos anos consolidando-se no governo Lula – e mais tarde no governo Dilma – dificultaram o resgate dos compromissos históricos que o PT um dia teve com as classes trabalhadoras.

3 TERRA DE NEGÓCIO E TERRA DE TRABALHO.

O objetivo desse capítulo é realizar uma revisão dos conceitos de agricultura familiar e o agronegócio compreendendo a importância de cada um desses segmentos para o Brasil, observando como eles constroem suas estratégias de comercialização. Segundo MAPA a agricultura familiar é a maior produtora de alimentos no país, advindo 70% da produção agropecuária desse segmento, já o agronegócio foi responsável por alcançar um recorde de 237,67 milhões de toneladas na safra total de 2016/17, no qual, os principais produtos foram a soja, o milho, que são destinados ao mercado externo (CONAB, 2019). Demonstramos também que no que tange as políticas públicas, o agronegócio continua sendo cada vez mais privilegiado, na qual destacamos o crescimento de algumas lavouras de bases produtivas latifundiárias e de produtos (*in natura* ou processados) voltados à exportação. Constatamos também que mesmo com incentivos públicos cada vez mais escassos, a agricultura familiar se desenvolveu, tornando-se um segmento importante para a economia brasileira. Deste modo, nos debruçamos na discussão em torno da questão agrícola, que perpassou a Revolução Verde e a forma como esse modelo de produção afeta a segurança e soberania alimentar do país, na medida em que o Brasil é destaque no sistema alimentar globalizado, seja como grande exportador de *commodities* agrícolas e produtos agroalimentares semi-processados, seja porque seus padrões de produção refletem as principais características do sistema global.

3.1 Definição de conceito: Território.

Não há como definir um grupo, uma comunidade, uma sociedade ou até mesmo um indivíduo sem inseri-los no contexto social, mas também não tem como o fazer fora de um contexto territorial (HAESBAERT, 2004). O Território é o lugar onde afluem todas as ações, paixões, forças, franquezas e poderes, pois, é no território que o homem constrói sua história através das cotidianas manifestações existenciais (SANTOS, 2007). Deste modo, para analisarmos a agricultura familiar e o agronegócio é necessário compreendermos o conceito de território, pois, este embasa toda discussão que trataremos neste capítulo.

Assim, devemos compreender que território não é apenas um conjunto de sistemas naturais, aqui, o território é entendido como *território usado*, não somente como material ou como um *território em si*. “O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o

lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (SANTOS, 2007, p. 14).

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 50).

Sendo assim, o território é a consequência da relação entre homem e espaço, devendo ser entendido como o espaço em que o homem projetou um trabalho, deste modo, o território é a “prisão original” que os homens constroem para si e deve ser entendido como uma produção do homem, a partir do espaço, não estando apartada de todas as relações existentes e que resultam numa estrutura de poder (RAFFESTIN, 1993).

O território e os processos de territorialização são frutos das interações entre “[...] relações sociais e controle de/pelo espaço, relações de poder em sentido amplo, ao mesmo tempo, de forma mais concreta (dominação) e mais simbólica (um tipo de apropriação)” (HAESBAERT, 2004, p. 235), de modo que as relações sociais não são alheias aos territórios, e sim produzidas por ele, da mesma forma em que o território também se produz através delas. Assim, os sujeitos produzem seus próprios territórios e a destruição desses territórios levaria a destruição dos sujeitos, de suas identidades, de seus grupos sociais, na medida em que suas relações estão fundadas em seus territórios.

Segundo Bonnemaïson e Cambrézy,

Pertencemos a um território, não o possuímos, guardamo-lo, habitamo-lo, impregnamos-nos dele. [...] Enfim, o território não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser. Esquecer este princípio espiritual e não material é se sujeitar a não compreender a violência trágica de muitas lutas e conflitos que afetam o mundo de hoje: perder seu território é desaparecer (BONNEMAISON; CAMBRÉZY, 1996, p. 13-14 apud HAESBAERT, 2004, p. 72-73).

Por isso “[...] a abordagem territorial é um caminho para se compreender as relações e complementaridades que acontecem entre os espaços urbano e rural, seus conflitos, as redes, as relações de poder [...]” (SAQUET, 2007, p.160). Esses conflitos emergem quando ignoramos as particularidades de cada grupo nos processos, a exemplo, os camponeses, os quilombolas, que na grande maioria das vezes não têm suas singularidades e sua reprodução social respeitada pelo Estado. Em suma, a desterritorialização dos sujeitos significa sua destruição, de modo que é através desses processos que surgiram inúmeras lutas e os mais diversos tipos de resistências por parte das populações atingidas. Deste modo, ao analisarmos o avanço e territorialização do agronegócio no Brasil fica nítida a presença de uma

pluralidade de conflitos e de embates travados por distintos sujeitos sociais (FERNANDES, 1999).

À vista disso, as lutas sociais no Brasil devem ser contextualizadas a partir das grandes transformações sociais e econômicas que perpassamos, mas, também compreendidas no contexto das mudanças ao nível mundial. O surgimento dos movimentos sociais está vinculado a essas transformações que favoreceram o aparecimento desses grupos sociais que se organizam em virtude de suas demandas, para superarem as formas de opressão, seja, política, social ou econômica, contribuindo na construção de uma nova sociedade, mais justa e modificada, como já enfatizamos no capítulo anterior (SCHERER-WARREN, 1989). Nesse sentido, a desterritorialização dos sujeitos de seus territórios significa sua destruição, e é nesse processo que surgem as lutas e os mais diversos tipos de resistência proveniente desses povos. Para Fernandes (1999) a territorialização acontece através da espacialização dessa luta pela terra e pela conquista de frações do território.

O território é marcado pelas relações de poder e pelas correlações de forças que estão implícitas e explícitas nas relações sociais. Assim, entendemos a Soberania Alimentar como um território que explicita leituras da questão agrária por meio do território material e também do imaterial, que não é somente uma analogia ao pensamento. O conceito de território carrega no seu interior noções como o poder, a ideologia, a disputa e o conflito. As manifestações, as ocupações, as políticas públicas, os agrishows, entre outros instrumentos dos movimentos socioterritoriais, das organizações patronais e do Estado territorializam os seus objetivos todos os dias e assim criam e recriam territórios imateriais, através do aparato simbólico, que por sua vez irão influenciar na consolidação/manutenção ou rompimento de uma determinada lógica nos territórios materiais (CUBAS, 2009, Não paginado).

Analisando especificamente os assentamentos rurais, é nítida a pluralidade de conflitos de interesses que os diferenciam de outros segmentos da agricultura nacional. De forma que seus territórios estão cada vez mais acometidos pelo modelo de produção hegemônico que amplia inevitavelmente os conflitos territoriais, fazendo re florir as lutas dos agricultores e camponeses por retorno e/ou a permanência na terra (FREITAS, 2012). Em suma, para compreendermos esses processos devemos inseri-los em um campo de disputa de poder, em que, o campesinato e a agricultura familiar para perdurarem buscam se (re)territorializar, e conforme o momento político e econômico vivenciado no país, eles reflorescem, recuam e avançam criando estratégias e rearranjos que garantam sua existência.

A fim de compreender a complexidade dos protagonistas envolvidos com a temática da reforma agrária e as suas territorialidades, abrimos um diálogo com o sociólogo Pierre Bourdieu (1989). Esse autor trabalha os conceitos *habitus* e de *campo* como espaço social especializado no qual se defrontam agentes sociais que travam relações de força em busca do poder ou da

hegemonia sobre um capital específico em disputa. Esse autor nos abre a possibilidade de desvendar a trama de relações sociais, reveladora de tensões entre as práticas e as racionalidades/territorialidades dos diferentes agentes (assentados, técnicos, agentes políticos, empresários, movimento sociais e outros mediadores) e o campo do poder, campo de forças sociais que disputam os destinos da reforma agrária (SIMONETTI, 2011, não paginado).

Conclui-se aqui que os assentamentos são o lugar conquistado através da luta pela terra, que possibilitou que esses homens e mulheres tivessem o controle mesmo que parcialmente sobre seus territórios, ou seja, “[...] é o lugar conquistado, onde buscam desenvolver suas vidas de acordo com seus sonhos e desejos” (SIMONETTI, 1999, p. 8). Ele é o território conquistado e representa a territorialização desses sujeitos.

3.2 Surgimento e Consolidação do Agronegócio no Brasil.

Nos últimos 50 anos ocorreram inúmeras mudanças em nossa sociedade que foram responsáveis por alterar o cenário nacional e internacional quanto ao seu caráter social, político, ideológico, econômico, cultural e tecnológico. Ainda na década de 70 se iniciou a internacionalização de um modelo de produção agrícola que após ficaria conhecido como Revolução Verde. Assim, ao longo desses anos o espaço agrário brasileiro modificou-se exponencialmente, sua dinâmica de produção que se concentrava na região centro-sul deslocou-se para as regiões norte e nordeste, sendo, modificado também o conteúdo de sua produção, que deixou de produzir uma diversidade de alimentos e investiu em alguns cultivos de grãos, na cana-de-açúcar e na pecuária.

Deste modo, a agricultura brasileira passou por diversas transformações orientadas não apenas pela Revolução Verde, mas, também pela abertura da economia internacional que permitiu que houvesse maiores condições de competir no mercado. O agronegócio nesta ocasião foi inteiramente reestruturado através das inovações tecnológicas que permitiram a ele se diferenciar do restante da agricultura brasileira (EMBRAPA, 2003), e com o avançar dos anos tornou-se uma potência no segmento que o levou ao reconhecimento mundial.

Dentre as transformações mais recentes, a emergência do conceito de agronegócio deriva da necessidade de ampliar a abrangência do significado histórico da palavra agricultura. Assim, desde sua origem, este novo conceito incorpora a dimensão tecnológica como vetor fundamental da competitividade atual e futura do agronegócio, motivo pelo qual será utilizado no presente trabalho que visa a construção de cenários do ambiente de atuação das organizações públicas de pesquisa, desenvolvimento e

inovação para o agronegócio brasileiro, no horizonte dos próximos 10 anos (EMBRAPA, 2003, p.9).

Conceitualmente o agronegócio deve ser interpretado como uma rede que envolve todos os segmentos da cadeia produtiva vinculada à agropecuária e que perpassa o conjunto das atividades de produção, processamento, distribuição e comercialização dos produtos agrícolas (OLIVEIRA, 2005). No final dos anos 1980 o termo agronegócio começou a ser utilizado no Brasil pelo governo, mídia e pesquisadores ao se referirem das grandes propriedades modernas que se dedicavam à monocultura e através da implantação de tecnologia, reduziam a mão de obra utilizada, maximizavam os lucros e destinavam grande parte da produção ao mercado externo ou às agroindústrias (MATOS e PÊSSOA, 2011).

Em meados dos anos 2000, Marcos SawayaJank, Presidente da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (UNICA), em entrevista ao Estado de São Paulo definiu que,

O agronegócio nada mais é do que um marco conceitual que delimita os sistemas integrados de produção de alimentos, fibras e biomassa, operando desde o melhoramento genético até o produto final, no qual todos os agentes que se propõem a produzir matérias-primas agropecuárias devem fatalmente se inserir, sejam eles pequenos ou grandes produtores, agricultores familiares ou patronais, fazendeiros ou assentados. (Estado de São Paulo, 1º Caderno, 05/07/2005, p. A2).

Segundo SawayaJank, o agronegócio seria o que existe de mais eficiente e avançado no desenvolvimento da agricultura brasileira, mas, de acordo com Fernandes e Welch (2004), todo esse avanço foi construído a partir da exploração, não só da natureza, mas, também do homem. Deste modo, eles destacam que o agronegócio é o novo nome lícito do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista. Esse modelo teve sua origem no sistema *plantation*, na qual grandes propriedades eram utilizadas para produção e depois exportação. Em vista disso, salientamos que esse sistema não é novo, pois, desde o início do capitalismo e em suas diferentes fases, ele vem passando por adaptações e modificações sempre visando o aumento da produtividade, da acumulação e do lucro, tendo como consequências diretas dessas ações, o aumento da exportação e devastação da terra e do próprio homem. Em suas palavras,

Agronegócio é uma palavra nova, da década de 1990, e é também uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista. O latifúndio carrega em si a imagem da exploração, do trabalho escravo, da extrema concentração da terra, do coronelismo, do clientelismo, da subserviência, do atraso político e econômico. É, portanto, um espaço que pode ser ocupado para o desenvolvimento do país. Latifúndio está associado com terra que não produz, que pode ser utilizada para reforma agrária.

A imagem do agronegócio foi construída para renovar a imagem da agricultura capitalista, para “modernizá-la”. É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. Da escravidão à colheitadeira controlada por satélite, o processo de exploração e dominação está presente, a concentração da propriedade da terra se intensifica e a destruição do campesinato aumenta (FERNANDES & WELCH, 2004, p. 2).

Segundo Oliveira (2006); Stédile (2005), o agronegócio é caracterizado pela produção de monocultura em larga escala voltada as *commodities*, na qual sua produção quase total é destinada à exportação. Caracteriza-se também pelo uso expressivo de agroquímicos, máquinas, equipamentos e das tecnologias, em geral, além disso, os preços desses produtos não são mais definidos de acordo com os custos da produção, e, sim, pelos mercados de ações, ou seja, pelo capital financeiro. Isto se deu em razão da modernização de parte da agricultura que a transnacionalizou e a inseriu definitivamente na divisão internacional do trabalho. Porém, com a internacionalização da agricultura ocorreu à padronização dos sistemas produtivos, e, ainda que o Brasil e outros países do Mundo tenham uma diversidade incontestável de espécies de plantas, grãos, etc., o que se sobressai é um único padrão produtivo para todo o mundo (SILVA apud AGRA e SANTOS, 2007).

Assim, por exemplo, da mesma maneira que se fala no carro mundial, fala-se no frango mundial, no novilho mundial. Se pegarmos, por exemplo, um suíno que é engordado na Holanda, na ração dele tem soja brasileira e trigo canadense, a gaiola é de aço indiano e os medicamentos alemães ou são feitos em outro lugar qualquer (SILVA apud AGRA e SANTOS, 2007, p. 4).

De acordo com a Embrapa Milho e Sorgo localizada em Sete Lagoas – MG, o Brasil tem aproximadamente quatro mil tipos de milho preservados no Banco Ativo de Germoplasma (BAG) que é mantido pela Embrapa, porém, existem muitos outros tipos que não estão sob o domínio da Embrapa. Entretanto, se pegarmos os números relacionados à produção por espécies no país, poderemos notar claramente esse processo de padronização. Com o passar dos anos o mercado de sementes de milho tem se tornado cada vez mais oligopolizado, isso se deu graças às fusões das empresas de sementes com indústrias do setor de agroquímicos. Assim, o Brasil tem seguido um modelo de produção baseado nos Estados Unidos com a utilização de sementes híbridas, que possuem um maior potencial de rendimento (relacionado ao seu melhoramento genético), maior uso de fertilizantes e defensivos agrícolas e maquinários agrícolas mais eficientes.

Os números da safra de 2009/10 nos revelam que naquele ano se produziu 325 cultivares de milho (CRUZ & PEREIRA FILHO, 2009). Com o aumento da tecnologia e

especialização do segmento, ao longo dos anos muitos cultivares de milho foram sendo substituídos por outros que já tinham um índice maior de produtividade, assim, na safra 2017/2018 foram relacionadas 298 cultivares, das quais 195 são transgênicos e os demais 103, são convencionais. Isso significa que a safra de 2017/2018 65,43% dos cultivares de milho foi composta de transgênicos e apenas 34,56% de convencionais. Entretanto, o mais espantoso é que esses 298 cultivares de milhos correspondem somente a quatro diferentes espécies que são, milho grão, silagem, pipoca e milho-verde comum, confirmando o acentuado processo de padronização (EMBRAPA, 2018).

Desta forma, através do processo de modernização da agricultura se deu a formação dos complexos agroindustriais e modernização do latifúndio. No entanto, a imagem que nos foi vendida do agronegócio foi de um modelo agrícola de sucesso, apoiado no argumento de ser o modelo da modernização, porém, como retrata Canudo (2004), o que presenciamos no Brasil foi um modelo de modernização conservadora, pois, não foi alterada a estrutura agrária brasileira. De modo que a modernização conservadora resolveu o problema agrícola, mas a problemática agrária brasileira permaneceu intocada.

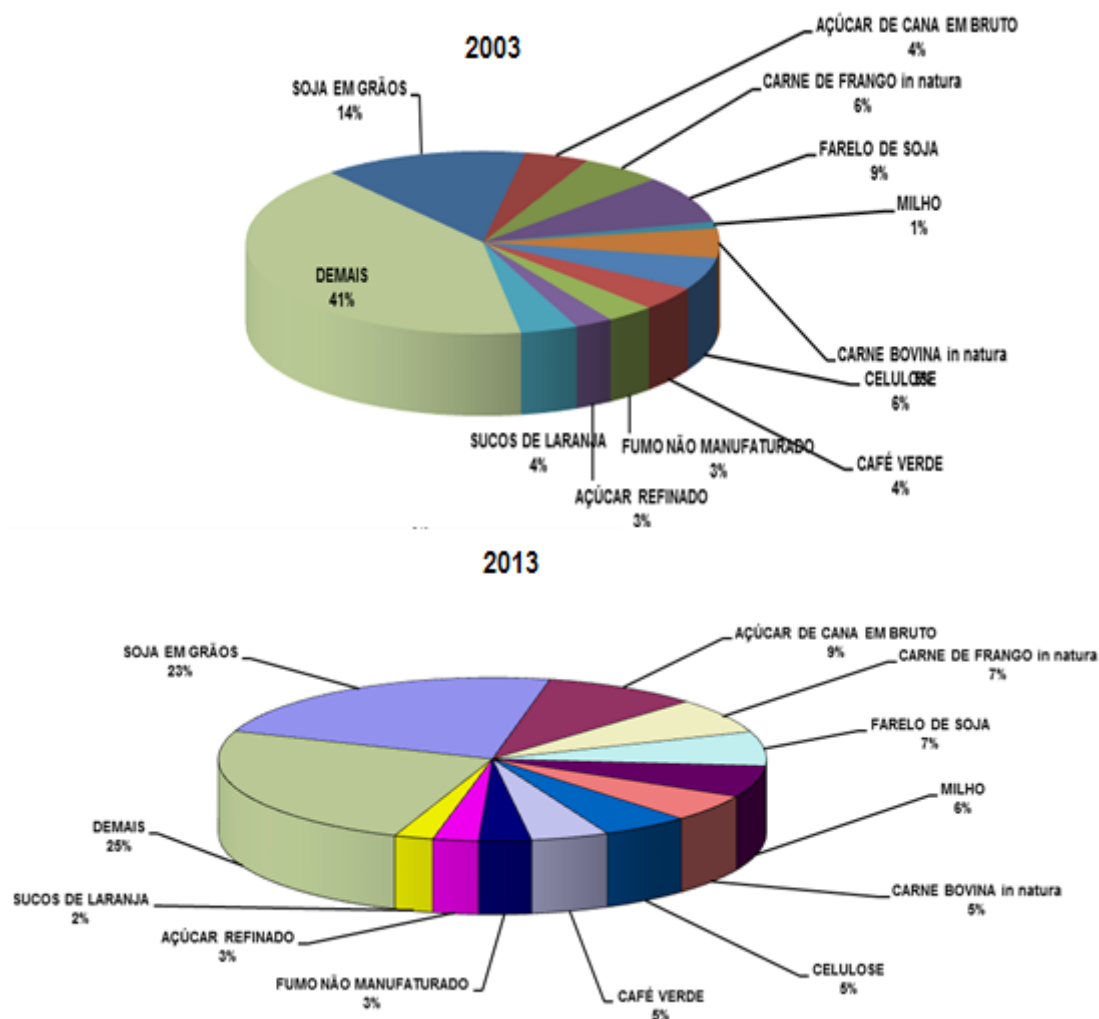
A exemplo do fato supracitado, a partir dos anos 2000 ocorreu o processo de reestruturação do modelo de modernização conservadora no Brasil. De forma que, grande parte do crescimento obtido pelo agronegócio e seus segmentos diretos, nesse período ocorreram em decorrência dos grandes incentivos financeiros que os Governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016) designaram ao setor. Segundo Delgado, “Esse projeto, articulado externamente pela ‘reprimarização’ do comércio exterior brasileiro, organiza-se internamente como pacto de poder entre cadeias agroindustriais, grande propriedade fundiária e o Estado, sob forma de uma hegemonia política [...]” (DELGADO, 2014, p. 34).

Assim, entre os anos de 1975-1985 o Brasil utilizou 375 milhões de hectares em sua produção agrícola (CENSO, 2006), e entre os anos de 1996-2006 utilizou apenas 330 milhões de hectares (BRASIL, 2009), deste modo, o Brasil tem utilizado entre 39% e 44% de sua área agricultável, sendo ela ainda uma das maiores do mundo. Contudo, o agronegócio assumiu um papel de destaque na economia brasileira, segundo o MAPA (2013) de julho de 2012 a junho de 2013 o agronegócio representou o equivalente a 42% do total das exportações brasileiras, ultrapassando R\$ 100 bilhões de reais e fechando o ano com a crescente de 4,2% nas exportações.

Dito isso, o Brasil continua sendo um dos países agrícolas mais importantes do mundo, e é o líder mundial na produção de soja, café, milho, laranja, fumo, açúcar, feijão,

carne bovina, frango. O Gráfico 12 mostra os principais produtos exportados respectivamente em 2003 e 2013, nele é possível observar o aumento desses cultivos no período de 10 anos.

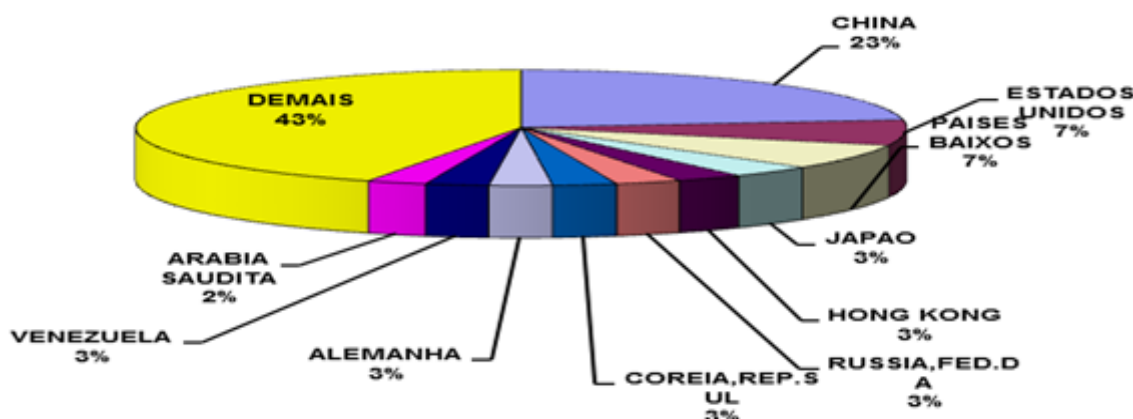
Gráfico 12 – Principais Produtos Exportados em 2003 e 2013.



Fonte: AgroStat Brasil a partir de dados da SECEX/MDIC

De forma que não há como questionar o importante papel que o agronegócio tem cumprido na economia brasileira através da exportação de *commodities* para o mercado mundial, onde, os principais países de destino são China, Estados Unidos, Países Baixos, Japão, Hong Kong, Rússia, Coreia do Sul, Alemanha, Venezuela, Arábia Saudita (Gráfico 13). Entretanto, se por um lado o agronegócio vem ganhando destaque por todos os atributos aqui já citados, por outro, não devemos esquecer que o foco do agronegócio está na produção para o mercado externo e não em alimentos para consumo da população local, sendo esse mercado abastecido pela agricultura familiar (OLIVEIRA, 2006).

Gráfico 13 – Principais Destinos das Exportações do Agronegócio em 2013.



Fonte: AgroStat Brasil a partir de dados da SECEX/MDIC. Elaboração: CGOE/ DPI/ SRI/ MAPA.

Consequentemente, o Brasil tornou-se um dos grandes competidores no mercado externo e atraiu para o país, nomeadas empresas estrangeiras. Em 2008, das 100 maiores empresas voltadas ao agronegócio que atuavam no Brasil, 38 delas tinham capital predominantemente estrangeiro. (Anuário do agronegócio/Revista Exame, junho 2008). No ano de 2013 o Produto Interno Bruto (PIB) do setor cresceu 3,8%. Entre os anos de 2003 e 2013 o crescimento total foi de 34% de acordo com MAPA (ONDEI & SANTIAGO, 2014). Nesse período, o Governo Lula aproveitou o aquecimento do comércio internacional e estimulou a produção e exportação de *commodities*, porém, não intensificou com a mesma precisão às políticas públicas que auxiliariam a pequena produção que era voltada ao abastecimento interno (BARREIRA, 2014), no qual a política de exportação brasileira subordinou-se ainda mais ao grande capital financeiro, não atendendo as demandas populares.

Nesse período, porém, existia uma conjuntura internacional favorável ao desenvolvimento da economia brasileira para que fosse apostado em outros segmentos da economia, entretanto, a postura macroeconômica adotada pelo governo limitou nosso desenvolvimento apenas ao que tange ao setor agrário explorador. Com essa estratégia o Brasil não encontrou possibilidade para deixar de ser apenas o “Celeiro do Mundo”; o gigante do segmento primário, de forma que não foi possível inseri-lo numa trajetória de desenvolvimento econômico dinâmico. Nesta lógica continuamos exportando produtos não industrializados e de baixa e média tecnológica, não ocorrendo significativos avanços em termos industriais para a inserção desse mercado brasileiro no comércio internacional (FILGUEIRAS E GONÇALVES, 2007).

Em 2014, o Brasil produziu cerca de 195 milhões de toneladas de grãos e fibras, 15 milhões de toneladas de papel e celulose e 50 milhões de sacas de café, fora a gigantesca variedade de alimentos básicos fornecidos pela agricultura familiar. Se somadas, a área total cultivada nesse ano foi de 8,6% das terras brasileiras, ou seja, dos 851 milhões de hectares do território nacional, as culturas anuais ocuparam cerca de 50 milhões de hectares; 17 milhões pertenceram às culturas permanentes, e 6 milhões ocupados por florestas plantadas (ONDEI & SANTIAGO, 2014).

Comparando os Censos de 2006 e 2017 nota-se que ocorreu um aumento de mais de 50% na produção de grãos que passou de 117 milhões de toneladas para 240 milhões de toneladas. Porém, vale ressaltar que esse aumento de produção não se deu pelo aumento de área que foi de só 5%, mas sim pela inserção de tecnologia no setor, com a implementação de colheitadeiras, máquinas e equipamentos, melhoramento de sementes, etc. Porém, apesar de não ter ocorrido grandes incorporações de terras que justificassem esse aumento de produção, muitos territórios que pertenciam à agricultura familiar foram incorporados pelo agronegócio, e passaram a produzir através desse modelo de produção (CENSO 2006, CENSO 2017). Foi constatada também a diminuição de 5 milhões de cabeças de gado no período, porém, a produção de carne bovina aumento de 9 milhões de toneladas em 2016, para 9,4 milhões de toneladas em 2017, esse mérito sendo atribuído ao avanço das tecnologias para o setor, e, também de 11 milhões de hectares de área ocupada, sendo essas substituídas por lavouras, contribuindo também para o aumento da produção de grãos. Esses dados podem ser observados na tabela 3 a seguir.

Tabela 3 – Utilização das terras (ha) de acordo com os Censos Agropecuários entre 1975 e 2017.

Dados estruturais	Censos					
	1975	1980	1985	1995-1996	2006	2017 (1)
Utilização das terras (ha)						
Lavouras permanentes (2) (3)	8 385 395	10 472 135	9 903 487	7 541 626	11 679 152	7 982 183
Lavouras temporárias (3) (4)	31 615 963	38 632 128	42 244 221	34 252 829	48 913 424	55 383 875
Pastagens naturais	125 950 884	113 897 357	105 094 029	78 048 463	57 633 189	46 847 430
Pastagens plantadas (3) (5)	39 701 366	60 602 284	74 094 402	99 652 009	102 408 873	111 775 274
Matas naturais (3) (6)	67 857 631	83 151 990	83 016 973	88 897 582	95 306 715	106 211 639
Matas plantadas	2 864 298	5 015 713	5 966 626	5 396 016	4 734 219	8 485 503

Fonte: CENSO, 2017.

Desta maneira, com o aumento da produtividade, avanço da tecnologia e inserção de muitos maquinários no segmento que substituíram a mão de obra, nos é evidente que o número de trabalhadores no campo tenha diminuído em 1,5 milhão de pessoas, passando de 16 568 205 para 15 036 978 (CENSO 2006; CENSO 2017).

Tabela 4 – Pessoal Ocupado de acordo com os Censos Agropecuários entre 1975 e 2017.

Anos	Pessoal ocupado
1975	20 345 692
1980	21 163 735
1985	23 394 919
1995-1996	17 930 890
2006	16 568 205
2017	15 036 978

Fonte: CENSO, 2017. Org.: Thaylize Goes Nunes Pereira.

No ano de 2015 as 10 maiores empresas de agronegócio do Brasil juntas faturaram mais de US\$ 56 bilhões (JULIBONI, 2016). Em 2016 as 400 maiores empresas do agronegócio no Brasil juntas tiveram a receita de 220 bilhões de dólares, com lucro de quase 3,8 bilhões de dólares, sendo 108% maior do que o registrado no ano anterior (REVISTA EXAME, 2017). Na tabela 5 observamos as 30 primeiras colocadas desse ranking.

Tabela 5 – Ranking das 30 maiores empresas do agronegócio no Brasil – 2015/2016

EMPRESA / SEDE	ORDEM POR RECEITA LÍQUIDA		VENDAS LÍQUIDAS				EXPORTAÇÃO	
	2016	2015	SEGMENTO	VALOR (em milhões de reais)	VALOR (em US\$ milhões)	CRESCIMENTO NTO (em %)	VALOR (em US\$ milhões)	% DAS VENDAS
Cargill, São Paulo, SP	1	1	Óleos, farinhas e conser.	32.960,10	10.113,20	-7,1	6 702,7	66,3
BRF, Itajaí, SC	2	4	Aves e suínos	29.405,60	9.022,60	-1,1	4 381,1	48,6
Bunge, São Paulo, SP	3	2	Óleos, farinhas e conser.	29.377,80	9.014,10	-9,1	5 294,9	58,7
JBS, São Paulo, SP	4	3	Carne bovina	28.322,80	8.690,40	-11,9	3 172,0	36,5
JBS Foods, São Paulo, SP	5	5	Aves e suínos	18.545,50	5.690,40	NA	NI	NI
ADM, São Paulo, SP	6	7	Algodão e grãos	13.892,80	4.262,80	NA	NI	NI
Louis Dreyfus, São Paulo, SP	7	6	Óleos, farinhas e conser.	13.544,40	4.155,90	-9,5	3 333,2	80,2
Copersucar-Cooperativa, São Paulo, SP	8	9	Açúcar e álcool	12.102,80	3.713,50	-1,4	NI	NI
Coamo, Campo Mourão, PR	9	13	Atacado e com. exterior	10.883,00	3.339,30	-2,7	1 154,3	34,6
Amaggi Commodities, Cuiabá, MT	10	8	Algodão e grãos	10.692,80	3.280,90	-15,1	2 173,4	66,2
Yara Brasil, Porto Alegre, RS	11	14	Atributos e defensivos	10.103,50	3.100,10	-4,3	65,1	2,1
Suzano, Salvador, BA	12	12	Madeira e celulose	9.331,40	2.863,20	-16,9	1 901,2	66,4
Unilever Brasil, São Paulo, SP	13	10	Óleos, farinhas e conser.	9.295,90	2.852,30	NA	NI	NI
Copersucar, São Paulo, SP	14	20	Açúcar e álcool	8.577,90	2.632,00	20,5	NI	NI
Basf, São Paulo, SP	15	16	Atributos e defensivos	8.164,00	2.505,00	-14,9	255,9	10,2
Bayer, São Paulo, SP	16	11	Atributos e defensivos	8.072,50	2.476,90	-25	65,9	2,7
Aurora Alimentos, Chapecó, SC	17	18	Aves e suínos	7.961,80	2.442,90	3,6	630,8	25,8
Syngenta, São Paulo, SP	18	15	Atributos e defensivos	7.791,80	2.390,80	-20,8	70	2,9
Nidera Sementes, Patos de Minas, MG	19	17	Sementes	7.574,80	2.324,20	-9,4	NI	NI
Klabin, São Paulo, SP	20	27	Madeira e celulose	7.160,20	2.197,00	14,5	874,7	39,8
Mosaic, São Paulo, SP	21	21	Atributos e defensivos	6.948,00	2.131,90	-2,2	43,3	2
C. Vale, Palotina, PR	22	31	Aves e suínos	6.908,20	2.119,70	14,2	296,9	14
Raízen Energia, São Paulo, SP	23	29	Açúcar e álcool	6.863,40	2.105,90	11,4	1 477,2	70,1
Minerva Foods, Barretos, SP	24	24	Carne bovina	6.378,10	1.957,00	-8,7	1 286,9	65,8
Cofco Agri, São Paulo, SP	25	32	Algodão e grãos	6.108,80	1.874,40	NA	NI	NI
Marfrig, São Paulo, SP	26	25	Carne bovina	6.089,60	1.868,50	-10	788,8	42,2
Souza Cruz, Rio de Janeiro, RJ	27	23	Fumo	5.996,40	1.839,90	NA	NI	NI
Valefert, Uberaba, MG	28	19	Atributos e defensivos	5.847,20	1.794,10	-19,9	NI	NI
M. Dias Branco, Eusébio, CE	29	34	Óleos, farinhas e conser.	5.442,80	1.670,00	5,8	7,3	0,4
Heringer, Viana, ES	30	22	Atributos e defensivos	5.306,80	1.628,30	-24,4	10,3	0,6

Fonte: Revista Exame, 2017. Organização: Thaylize Goes Nunes Pereira.

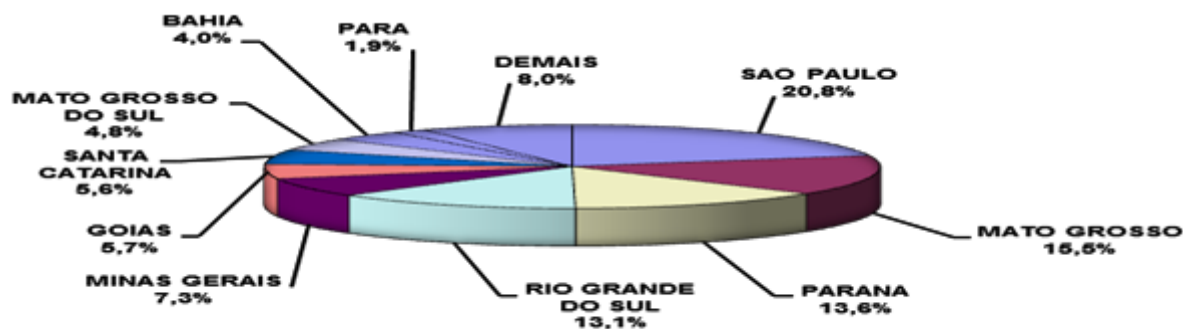
Em 2017 as 500 maiores empresas do agronegócio atuantes no Brasil registraram a receita de 725,5 bilhões de reais, um considerável aumento de 34,2% referente aos números de 2013, correspondendo a uma taxa média anual de crescimento de 6%, que é superior à taxa de crescimento do PIB nacional. Cargill, era a empresa que ocupava o primeiro lugar nesse ranking em 2017, tendo seu capital de origem nos EUA, em contraposto a isto estavam nas últimas 20 colocações empresas nacionais, variando em seus faturamentos a diferença abissal de 34,2 bilhões de reais e 60 milhões de reais. Se afivelarmos esse ranking para as 50 maiores (10%), a receita líquida seria de 491 bilhões de reais (68%), sendo possível observar uma concentração brutal.

Ainda, vale destacar que 54% dessas empresas tem seu capital de origem em países do exterior e a maioria brutal está concentrada nos segmentos da indústria de soja, óleos e *tradings*, complexo de carnes, distribuição de alimentos e bebidas, fertilizantes e agrotóxicos. Em oposição aos números apresentados acima, entre as 450 seguintes do *ranking* apenas 38 (8,5%) têm origem de capital fora do Brasil, sendo a grande maioria de capital nacional. Um fator interessante a se observar é que entre as 500 maiores não constavam nenhuma que produzisse apenas insumos de origem natural, orgânica ou mineral (DAHER, 2018).

Segundo Blairo Maggi, Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, as projeções indicam que até o ano 2050 o setor crescerá de três a quatro vezes mais que os concorrentes globais, consolidando ainda mais o *status* do Brasil como celeiro do mundo. E reafirma que “Nós temos hoje uma agricultura de ponta. Somos os maiores produtores de grãos e estamos entre os maiores produtores de proteína animal do mundo. Temos totais condições de atender a qualquer mercado sem o risco de desabastecimento interno” (MAGGI, 2018).

Com relação aos Estados da federação brasileira existem os que se destacam na produção para a exportação, onde, São Paulo, Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Goiás, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Bahia, Pará tem maior relevância nesse segmento como podemos observar no Gráfico 14.

Gráfico 14 – Participação das Unidades da Federação no Total de exportações do agronegócio em 2013.



Fonte: AgroStat Brasil a partir de dados da SECEX/MDIC. Elaboração: CGOE/ DPI/ SRI/ MAPA.

Entretanto, é necessário enfatizar que apesar do agronegócio possuir a maior parte das terras do país, é as pequenas e médias propriedades que fornecem a maior parte dos alimentos responsáveis por abastecer o mercado interno.

O Atlas Fundiário Brasileiro, publicado pelo Incra, indicava que 62,4% da área dos imóveis cadastrados fora classificada como não-produtiva e apenas 28,3% como produtiva. Estas informações revelam, pois, a contradição representada pela propriedade privada da terra no Brasil, retida para fins não-produtivos. Inclusive na prática, o único compromisso social que os latifundiários deveriam ter seria o pagamento do imposto territorial rural (ITR), mas não é o que ocorre (OLIVEIRA, 2001, p. 187).

Desta maneira, mesmo estando em desvantagem com relação à quantidade de terras e incentivos do governo, são os camponeses e a agricultura familiar que abastecem a mesa dos brasileiros. Como exemplo, podemos citar que são eles que produzem mais da metade de toda mandioca, tomate, banana, feijão, batata-inglesa, caju, café, guaraná, cacau, uva, ovos, leite, rebanho suíno, aves, entre outros, além de produzirem a maioria absoluta dos legumes e hortaliças, consumida no Brasil. Aprofundaremos esse assunto nos subcapítulos seguintes.

3.2.1 Brasil, celeiro do mundo: Os cultivos de Milho, Soja e Cana-de-açúcar de 1990 e 2012.

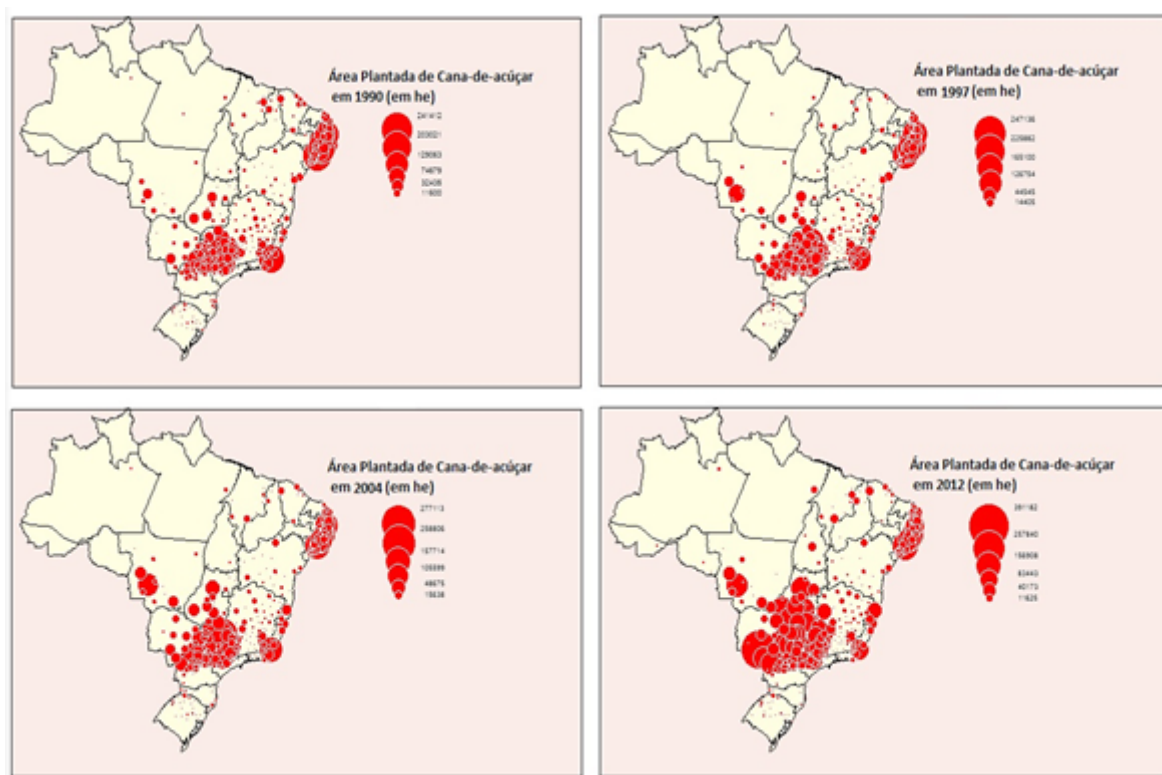
Nos últimos anos o agronegócio empenhou-se progressivamente na produção de *commodities*, fazendo jus ao título empregado ao Brasil de atual celeiro do Mundo. Partindo dessa afirmação direcionamos nosso foco as três principais culturas produzidas no país pelo

agronegócio, sendo elas, o milho, a soja e a cana-de-açúcar, de forma a concretizar um esboço do processo de territorialização dessas culturas ao longo de diferentes anos em nosso território.

O açúcar, a primeira cultura analisada aqui, passou a ser uma das *commodities* com maior crescimento da cotação internacional nos últimos anos, perdendo apenas para o petróleo, o óleo de soja e o óleo de girassol, e, sendo o Brasil responsável por produzir 47%, ou seja, quase metade da produção mundial de cana-de-açúcar (INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2014).

O mapa 1, refere-se a produção de cana-de-açúcar no Brasil entre o período de 1990, 1997, 2004 e 2012, anos respectivos aos Governos Collor, FHC, Lula e Dilma. Constata-se a crescente na produção do setor sucroalcooleiro, de modo que ele passou a ocupar um lugar de destaque na economia brasileira representando cerca de 0,8% do PIB e 6,0% do total das exportações do país.

Mapa 1 – Cultivo de Cana-de-açúcar no Brasil entre os anos de 1990, 1997, 2004 e 2012.

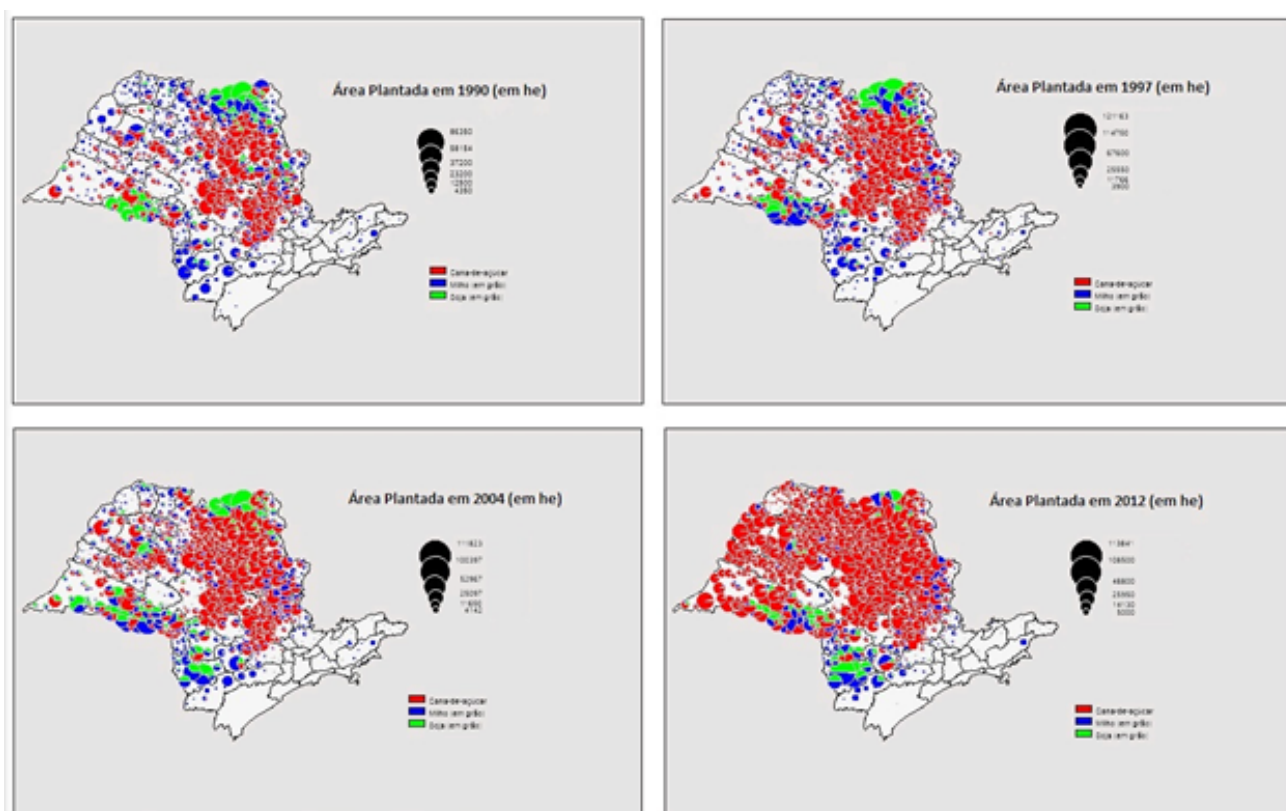


Fonte: Elaborado com Software de Cartografia Philcarto. Dados: IBGE – Produção Agrícola Municipal.
Organizadoras: Thaylizze Goes Nunes Pereira; Daiane Carlos Hohn.

Como podemos observar em 1990 as áreas de maior concentração da produção de cana-de-açúcar eram na região Sudeste, com expressiva produção no estado de São Paulo, e

em parte do Nordeste, porém, com o passar dos anos e com os grandes incentivos do governo para o setor, chegamos a 2012 com uma produção parecida com a anterior na região Nordeste, porém, na região Sudeste acentuou-se massivamente a produção, ganhando espaço também na região Centro-oeste. Essa crescente pode ser explicada também devido ao lançamento dos veículos flex-fuel no mercado doméstico, aumentando o uso do etanol a partir de 2003 no Brasil e em outros países.

Mapa 2 – Cultivo de Milho, Soja e Cana-de-açúcar no Estado de São Paulo nos anos de 1990, 1997, 2004 e 2012.



Fonte: Elaborado com Software de Cartografia Philcarto. Dados: IBGE – Produção Agrícola Municipal.
Organizadoras: Thaylize Goes Nunes Pereira; Daiane Carlos Hohn.

Com o mapa 2, observa-se com mais clareza a crescente expansão da produção de cana-de-açúcar no estado de São Paulo, que passou a substituir a produção de soja e milho em alguns territórios, além, também de substituir as demais culturas como laranja e café, que eram presentes nessa região, assim, observa-se como essa cultura foi gradativamente se territorializando.

Até por volta da década de 1990 a produção da cana se concentrava nos estados no Norte e Nordeste do país, e em alguns do Centro-sul, com maior enfoque em São Paulo. Atualmente já se expandiu para estados como Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso. Minas Gerais e São Paulo são hoje os dois

estados que mais produzem açúcar e álcool oriundos da cana-de-açúcar, e consequentemente são os estados concentradores das usinas sucroalcooleiras do país. O governo de Minas Gerais tem incentivado a territorialização de usinas juntamente com a iniciativa privada desde meados de 1990, e desde então tem crescido o número delas, principalmente no Triângulo Mineiro, onde as condições climáticas e relevo são propícias para o cultivo da cana-de-açúcar. (MATOS & OLIVEIRA, 2012, p. 2).

Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT) dos 5 milhões de hectares plantados de cana-de-açúcar no estado de São Paulo apenas 20% é proveniente de pequenos e médios produtores. Os principais destinos de exportações são a Rússia com 16% da produção e a China com 10% da produção do açúcar bruto, que tem pouco valor agregado e retoma a discussão sobre a reprimarização das exportações brasileiras. Já o açúcar refinado tem como maiores compradores o Oriente Médio e a África, onde os Emirados Árabes importam o total de 14% dessa produção. Já o álcool tem como principais importadores os Estados Unidos, com 34%, a Coreia do Sul e o Japão com 15% cada (INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2014).

Como observado no mapa acima, a produção sucroalcooleira concentra-se principalmente na região Sudeste que possui 61,5% da área plantada de cana-de-açúcar do país e corresponde a 64,1% da produção total ao nível nacional, números que colocam o Sudeste como a região de maior produtividade no setor, seguido da região Centro-oeste que produz 18% e o Nordeste, 11% da produção nacional. Em relação ao destino da safra, a produção de açúcar e do etanol é bastante equilibrada, de acordo com a CONAB, metade de toda a safra é destinada à produção do açúcar e a outra metade ao etanol, porém, regionalmente, o Norte e o Centro-oeste são os responsáveis por produzir mais etanol, enquanto o Nordeste, o Sudeste e o Sul produzem mais açúcar (INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2014).

Um dado relevante a ser destacado é que o etanol produzido através da cana-de-açúcar tem seu custo de produção muito abaixo do custo da gasolina que é produzida através do petróleo. Porém, como os dois têm o mesmo uso, o etanol começou a ser comercializado a um preço que oscila em torno do preço médio da gasolina. Isso nos revela que esse setor vem gerando uma mais-valia extraordinária, o que faz com que o segmento esteja mais propício a produzir energia no lugar de comida por questões estritamente financeiras (GONÇALVES, 2007).

Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) além da cana-de-açúcar, os grãos também têm sido um destaque de produção e faturamento do agronegócio, inclusive a soja que ano após ano bate seus próprios recordes de produção, no qual a safra de 2008/09

foi de 57.161,6 milhões de toneladas, em 2009/10 de 68.688,2 milhões de toneladas, em 2010/11 de 75.324,3 milhões de toneladas, em 2012/13 81.456,7 milhões de toneladas.

Deste modo, a soja tem conquistado um amplo território para o seu cultivo no Brasil, de forma que não é por acaso que ela lidera as *commodities* no quesito produção, nas quais foram produzidos 95,070 milhões de toneladas em 2014, em uma área plantada de 31,573 milhões de hectares, ocupando o segundo lugar de maior produtor mundial do grão, e perdendo apenas para os EUA que teve uma produção de 108,014 milhões de toneladas em uma área plantada de 33,614 milhões de hectares. Vale acrescentar que a produção mundial de soja em 2014 foi de 317,253 milhões de toneladas em uma área plantada de 118,135 milhões de hectares (USDA; CONAB).

Os últimos números da safra 2018/19 de soja nos revelam que o Brasil nessa safra deverá bater todos os recordes e se tornar o maior produtor de soja do mundo, produzindo o montante de 122 milhões de toneladas. O Brasil também deve conseguir envios recordes no ano comercial de 2018/19, exportando cerca de 81 milhões de toneladas no qual 51,71 milhões de toneladas irão para os EUA (MENDES, 2018).

Outro dado importante a destacar é relativo ao aumento de áreas plantadas destinadas ao agronegócio que fez com que entre os anos de 2003 a 2012 o preço médio do hectare no Brasil aumentasse 227%, o que corresponde ao dobro da inflação registrada no mesmo período, de forma que um hectare passou a custar em média de R\$ 7.470,00. Os números dessas valorizações das terras são tão absurdos que superaram os investimentos tradicionais em ouro, dólar e até mesmo na bolsa de valores. O principal vilão dessa supervalorização e superaquecimento do mercado de terras é sem dúvidas o agronegócio e seu crescimento exponencial que tem injetado gigantescos lucros no mercado internacional com as exportações de *commodities*, além do fenômeno etanol.

Segundo Fernandes esta reconfiguração fundiária que vem ocorrendo no Brasil e no mundo impacta direta e negativamente a pequena agricultura, encarecendo o preço da terra e de tudo que é ligado a ela, pois, o agronegócio só se respalda no lucro e produz *commodities* em larga escala visando tal fim, enquanto esses outros produtores têm sua pertença, seu modo de vida e de produção que não considera apenas o lucro da terra, existindo assim, muita diferença entre a forma de uso desses territórios (FERNANDES, 2013).

Segundo Haesbaert (2012) esses territórios são concebidos como uma fonte de identificação cultural e possuem referências simbólicas que perderiam o sentido transformando-se em um não lugar. Assim, “[...] estes ‘não territórios’, culturalmente falando, perdem o sentido/o valor de espaços aglutinadores de identidades, na medida em que as

“pessoas não mais se identificam simbolicamente e afetivamente com os lugares em que vivem” (HAESBAERT, 2012, p. 131).

Assim, segundo Santos (2012) que diz,

O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Mesmo a análise da fluidez posta a serviço da competitividade, que hoje rege as relações econômicas, passa por aí. De um lado, temos uma fluidez virtual, oferecida por objetos criados para facilitar essas fluidez e que são, cada vez mais, objetos técnicos. Mas os objetos não nos dão senão uma fluidez virtual, porque a real vem das ações humanas, que cada vez mais ações informadas, ações normatizadas. (SANTOS, 2012, p. 138).

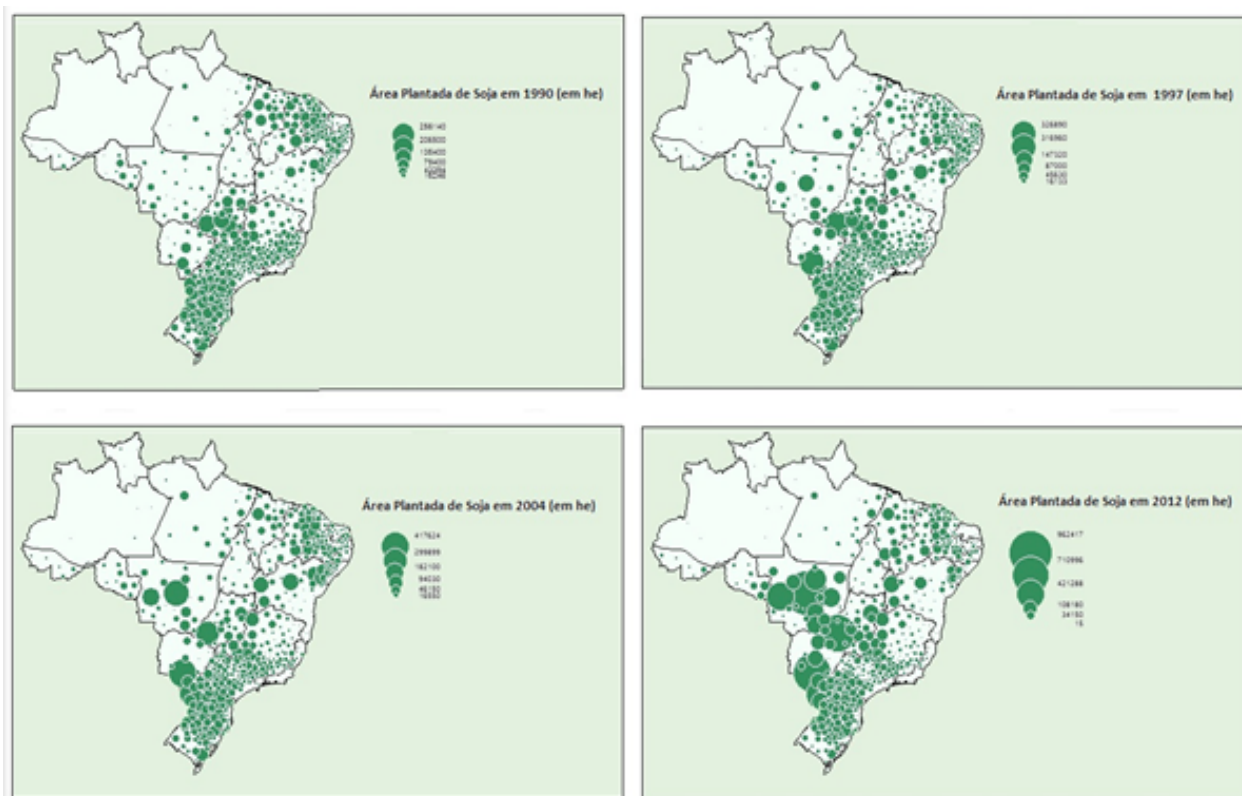
E conclui,

O território deve ser considerado em suas divisões jurídico-políticas, suas heranças históricas e seu atual conteúdo econômico, financeiro, fiscal e normativo. É desse modo que ele constitui, pelos lugares, aquele quadro da vida social onde tudo é interdependente, levando, também, à fusão entre o local, o global invasor e o nacional sem defesa (no caso do Brasil). (SANTOS, 2002, p. 84).

Santos (2002) também utiliza-se de uma definição na qual ele separa o território como abrigo e o território como recurso, de modo que, enquanto os sujeitos hegemônicos veem o território enquanto uso, fonte apenas de recursos; os sujeitos hegemonzados, o veem como abrigo e estão a todo momento modificando e recriando métodos e estratégias a fim de sobreviverem em seus territórios.

No mapa 3 podemos observar as áreas de produção de soja de nosso país e sua territorialização. Nele observamos o aumento exorbitante das áreas plantadas de soja nas últimas duas décadas. Em 1990 o cultivo era mais presente na região Sul, Sudeste e em parte do Nordeste, e no decorrer dos anos começou a se especializar por todo o território, salvo apenas a região Norte. De 2004 para 2012 houve um aumento exponencial dessas áreas de cultivo nas regiões que ela já tinha predominância, como podemos observar na região Sul, Sudeste e Centro-Oeste, confirmando os dados já apresentados anteriormente. Hoje ela é cultivada principalmente nas regiões Centro-Oeste e Sul do país.

Mapa 3 – Cultivo de Soja (em grão) no Brasil entre os anos de 1990, 1997, 2004 e 2012.

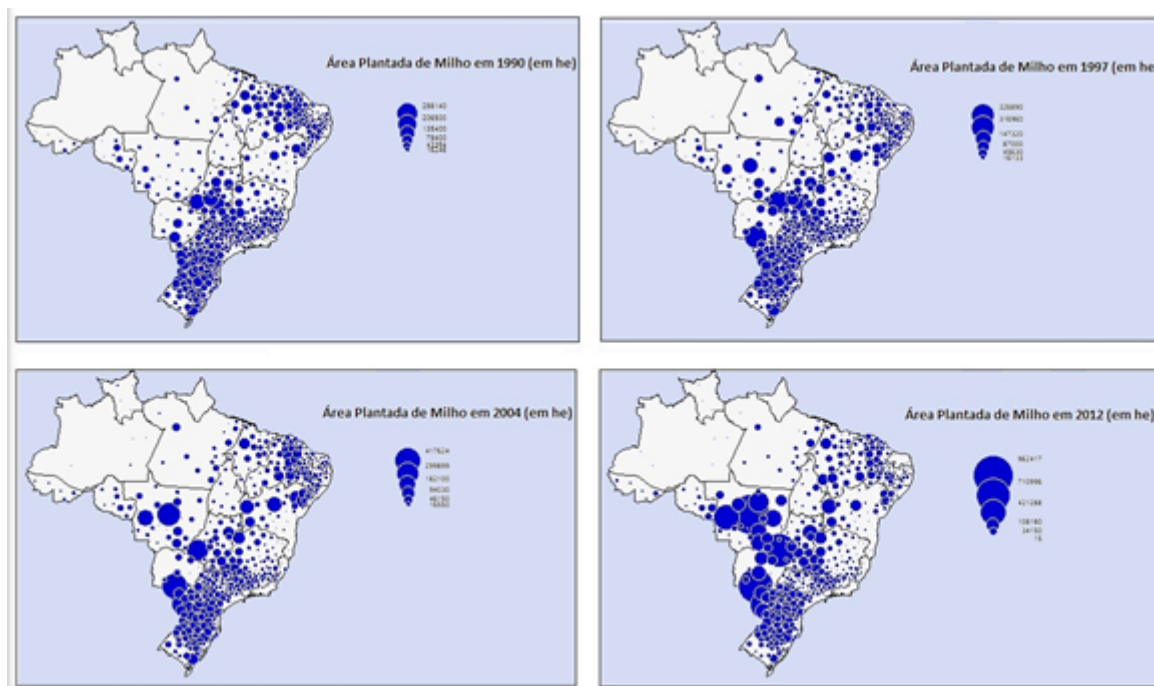


Fonte: Elaborado com Software de Cartografia Philcarto. Dados: IBGE – Produção Agrícola Municipal.
Organizadoras: Thaylize Goes Nunes Pereira; Daiane Carlos Hohn.

Essa territorialização da soja por diferentes estados brasileiros revela simultaneamente a expansão da fronteira agrícola e os interesses da economia mundial, entretanto, vale destacar o papel que as políticas públicas tiveram nesse processo, pois, essas inibiram a produção de outros gêneros agrícolas oriundos da agricultura camponesa, que passaram a sofrer fortes especulações em função da ampliação da fronteira agrícola (FERREIRA, 2012).

Outra cultura com grande expansão é a do milho. Em 2010, o Brasil já era o terceiro maior produtor mundial de milho com 53,2 milhões de toneladas referentes à safra 2009/2010, sendo o foco de destino dessa produção as indústrias de rações para animais (MAPA, 2014). Ele tem sido cultivado em diferentes sistemas produtivos, mas, é plantado principalmente nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Brasil, assim como podemos observar no mapa 4.

Mapa 4 – Cultivo de Milho (em grão) no Brasil entre os anos de 1990, 1997, 2004 e 2012.



Fonte: Elaborado com Software de Cartografia Philcarto. Dados: IBGE – Produção Agrícola Municipal. Organizadoras: Thaylize Goes Nunes Pereira; Daiane Carlos Hohn.

A produção da safra 2013/14 foi de 80.051,7 milhões de toneladas e da safra 2014/15 foi de 84.672,4 milhões de toneladas. Na safra de 2015/16 houve uma queda nas áreas de produção e na produtividade que repercutiu em uma safra de 66.530,6 milhões de toneladas. Porém, esse número voltou a subir atingindo a marca de 97.842,8 milhões de toneladas na safra seguinte, e 88.006,7 milhões de toneladas na safra 2017/18, uma diminuição de 10,1% entre essas duas últimas safras. As quedas se justificam quando analisamos os preços recebidos pelos produtos. Comparando os preços de janeiro de 2017 e janeiro de 2018, observa-se que eles tiveram uma queda média de 22,19%, de forma que podemos observar que as lavouras de milho tiveram uma redução de 15,8% na área plantada, que foi substituída principalmente pelas lavouras de soja.

Segundo a Datagro, o Brasil produzir 94,1 milhões de toneladas na safra 2018/19, constatando-se um aumento de 15% com relação à safra anterior. Projeções realizadas pelo MAPA indicam que a safra do milho teve um aumento de 19,11 milhões de toneladas entre a safra de 2008/2009 e 2019/2020, e também que a safra 2019/2020 produzirá 70,12 milhões de toneladas (MAPA, 2014).

De acordo com DuPont Pioneer (2014) a produtividade brasileira aumentou em mais de 200%. Se analisarmos regionalmente, o Centro-Oeste e Sul têm as maiores produtividades,

na qual os dois maiores estados produtores são o Mato Grosso e o Paraná com 30% e 17% da produção nacional respectivamente. Desta forma, a produção do milho no Sul e no Centro-Oeste tomou um caráter totalmente comercial e a participação do Brasil no mercado internacional tem estimulado ainda mais a produtividade nestas regiões.

Porém, é importante destacar que para chegar a esse aperfeiçoamento de produção foi utilizado um conjunto de tecnologias como sementes melhoradas, plantio direto, utilização de inseticidas, herbicidas, adubação química que tem impactos sobre o meio ambiente e sobre o homem. Deve-se lembrar que onde a fronteira agrícola se expande, ela expulsa a população que ali vivia, tirando-os de seus territórios e dando lugar a esse outro tipo de cultivos e tratamento com a terra.

Conclui-se que a safra agrícola de 2019 deverá totalizar 238,4 milhões de toneladas, 1% a mais em relação ao resultado de 2018, perdendo apenas para supersafra de 2017 que ficou conhecida como a maior safra da história (IBGE, 2018). A safra total de 2018/19 deve alcançar um recorde de 238,4 milhões de toneladas, superando a maior marca já atingida anteriormente de 237,67 milhões em 2016/17, no qual os principais produtos responsáveis por esses números são, a soja, o milho, o arroz e o algodão, que correspondem as maiores culturas do país e juntas somam 95% da produção total de grãos e oleaginosas (CONAB, 2019).

Como podemos observar nos três cultivos apresentados há uma expansão territorial em curso com a finalidade de produzir *commodities* pelo agronegócio, sendo um objetivo ainda mais estratégico, o controle do território. Saindo da discussão sobre a apropriação territorial para a constituição de cadeias produtivas – quando tratávamos da apropriação do território pelas *tradings*, para a discussão sobre a reprodução funcional do território agrícola. Trata-se, nesse caso, de uma relação indissociável, pois, as empresas do agronegócio se apropriam da cadeia produtiva ao mesmo tempo, em que se apropriam do território funcionalmente, onde, o campo, a cidade, as infraestruturas de transporte e energia, e os sistemas públicos de educação e saúde são organizados e reorganizados para atender suas demandas.

Deste modo, o território do agronegócio é efetivado pela relação contratual das empresas com as propriedades agrícolas e pela receptividade do Estado e da sociedade, na qual a relação de dominação se amplia com o interesse expansionista das empresas que concentram as propriedades de forma absoluta. Essa articulação empresarial tem sido tão bem-sucedida que nem mesmo as atuais crises do setor têm intimidado seu poder de apropriação do território.

3.3 Os desafios da Agricultura Familiar no Brasil.

O Brasil é o quinto maior país do mundo em extensão territorial e possui 8.515.767,049 quilômetros quadrados (km²) de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019) e mantêm uma das estruturas fundiárias mais concentradas do mundo, em que a maior parte desse território encontra-se sob o domínio das grandes corporações, sejam elas, nacionais ou multinacionais, fator que repercute sob os índices sociais e coloca o Brasil na lista dos países com maior índice de desigualdade social como aponta nosso índice de *Gini* de 0,854 (FERNANDES, 2014).

Essas corporações controlam em todo território nacional as políticas de desenvolvimento da agricultura, na medida em que elas detêm a maior parte dos créditos agrícolas que deveriam ser instrumento de desenvolvimento para toda a agricultura e não monopólio de um único segmento. Elas também são responsáveis por monopolizar os mercados que na maioria das vezes só produzem tecnologias para esse modelo de produção agropecuária, deixando a mercê os pequenos produtores que necessitam realizar adaptações em seu processo produtivo, pois, as tecnologias desenvolvidas não correspondem a suas necessidades. Vale ressaltar que de acordo com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) nove em cada dez propriedades agrícolas mundiais, cerca de 570 milhões, estão sobre controle da agricultura familiar e produzem cerca de 80% dos alimentos do mundo (MDA, 2017).

O Censo Agropecuário de 2006 também afirmou o tamanho de nossa desigualdade territorial ao compararmos a agricultura familiar¹⁵ com o agronegócio.

O Censo registrou 5.175.489 estabelecimentos, dos quais 84,4% (4.367.902) são unidades familiares e 15,6% (805.587) são capitalistas. A área total das unidades familiares era de 80.250.453 hectares e a área total dos estabelecimentos capitalistas, 249.690.940 hectares. Embora o agronegócio ou agricultura capitalista tenha utilizado 76% da área agricultável, o valor bruto anual da produção foi 62%, ou 89 bilhões de reais, enquanto o valor bruto da produção camponesa foi de 38%, ou 54 bilhões de reais, utilizando apenas 24% da área total (FERNANDES, 2014, p. 18).

Ou seja, foram identificados 4.367.902 estabelecimentos pertencentes à agricultura familiar, número que corresponde a 84,4% dos estabelecimentos e que ocupam apenas 24,3%

15 A Lei 11.326/2006 diz que agricultores familiares são aqueles que praticam atividades no meio rural, possuem área de até quatro módulos fiscais, mão de obra da própria família e renda vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento por parentes. Também entram nessa classificação silvicultores, agricultores, extrativistas, pescadores, indígenas, quilombolas e assentados da reforma agrária.

da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros, cerca de 80,25 milhões de hectares. De forma, constata-se que a brutal concentração na estrutura agrária permanece se intensificando no Brasil na medida em que os 15,6% do total dos estabelecimentos são não familiares e ocupam cerca de 75,7% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. De forma que a área média dos estabelecimentos familiares é de 18,37 hectares, contra 309,18 hectares dos não familiares (CENSO, 2006).

Esses dados demonstram nossa catastrófica concentração que perpétua a desigualdade social existente em nosso país, corroborando para que à terra não cumpra sua função social. Com a concentração de terras e riquezas nas mãos de uma ínfima parcela da população, cria-se um contingente imensurável de pessoas que não possuem meios de produção, restando a elas venderem suas forças de trabalho aos preços disponíveis no mercado. Esta é a lógica contraditória do desenvolvimento capitalista que faz com que o mesmo se perpetue. (OLIVEIRA, 2001).

O Censo Agropecuário de 2006 ainda nos demonstra que dos 4,3 milhões de estabelecimentos de agricultores familiares, 3,2 milhões são efetivamente proprietários das terras (74,7%), de forma que os outros 691 mil produtores pertencem à categoria de acesso temporário à terra, sendo 196 mil produtores arrendatários, 126 mil produtores parceiros e 368 mil produtores ocupantes de terras. Entretanto, enfatiza-se que 170 mil produtores se apresentaram na condição de “assentado de reforma agrária, sem titulação definitiva” (CENSO, 2006). Outro destaque da agricultura familiar é que 13,7%, ou seja, 600 mil estabelecimentos familiares eram dirigidos por mulheres, sendo um número expressivo se comparado aos 7% da agricultura não familiar (CENSO, 2006).

Registrou-se também que 12,3 milhões (74,4%) de pessoas têm seu trabalho vinculado à agricultura familiar, dos quais 11 milhões (90%) tinham laços de parentesco com o produtor, sendo esta uma característica importante da agricultura familiar, pois, a cada 10 postos de trabalho no meio rural, sete pertencem à agricultura familiar, em contraponto aos 4,2 milhões (25,6%) de pessoas têm seu trabalho vinculado a estabelecimentos não familiares. Vale ressaltar também que 26% dos estabelecimentos familiares não tinham seu produtor com dedicação exclusiva em suas terras, e parte do seu tempo era dedicado em atividades fora de suas terras, entretanto, dedicar-se a um trabalho fora do próprio estabelecimento rural é uma prática comum e estratégia de permanência no campo (CENSO, 2006).

Em se tratando de obtenção de financiamento, no ano de 2006 o total de 781 mil estabelecimentos familiares fizeram financiamentos, dos quais 405 mil foi utilizado para custeio, 344 mil para investimento, 8 mil para comercialização e 74 mil para manutenção do

estabelecimento. Porém, mais de 3,5 milhões de estabelecimentos pertencentes à agricultura familiar não captaram nenhum tipo de financiamento alegando “não precisaram” ou por “medo de contraírem dívidas” (CENSO, 2006).

De acordo com Glênio Martins de Lima Mariano, presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG) é lamentável que os governos ainda não tenham criado um mecanismo para mensurar separadamente o Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário específico da agricultura familiar (ANATER, 2018), de forma que os dados apurados remetem à agricultura familiar, 35% do PIB, sendo ela também a base econômica de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes.

A agricultura familiar também corresponde a um terço das receitas dos estabelecimentos agropecuários, porém, apenas três milhões (69%) dos produtores familiares declararam obtenção de ganhos durante o ano de 2006, ou seja, a porcentagem total caiu porque quase um terço da agricultura familiar declarou que não tinham obtido receita. Nesses que declararam seus ganhos, a renda média foi de R\$ 13,6 mil, dos quais 67,5% foram obtidas através da venda de produtos vegetais, 21% da venda de animais e seus produtos, e o restante através da prestação de serviços agropecuários ou não, assim, mais de 1,7 milhão de produtores familiares declararam ter recebido outra receita além daquela extraída da terra, tais como, aposentadorias, pensões ou salários (CENSO, 2006).

Deste modo, a agricultura familiar tem um importante papel social e econômico no país, possuindo dinâmicas e características distintas em comparação à agricultura não familiar, sendo ela diversificada, adaptável, geradora de emprego e grande parte dos alimentos consumidos no país. Segundo Fernandes (2014), apenas pertence ao campesinato e a agricultura familiar à parcela que o capital não se interessou e permitiu pertencer, pois, como foi demonstrado apenas 15% do crédito agrícola, são divididos por 74% dos agricultores, que estão em uma área agricultável de 24%, mas produzem cerca de 38% do valor bruto, enquanto,

[...] 85% do crédito agrícola, controla 76% da área agricultável, produz 62% do valor bruto e emprega cerca de 26% das pessoas. É muita terra e pouca gente para ficar com a maior parte dos recursos empregados na agropecuária e com a riqueza produzida [...]. (FERNANDES, 2014, p. 49).

Observa-se também essa disparidade ao analisarmos o uso da terra e sua produção, no qual dos 80,25 milhões de hectares da agricultura familiar, 45% eram destinados a pastagens, 28% a área com matas, florestas ou sistemas agroflorestais e o menor percentual, 22% as

lavouras. Na agricultura não familiar as pastagens correspondem a 49%, as matas e/ou florestas são cerca de 28%, e a área para lavouras é de 17%. Assim, mesmo a agricultura familiar cultivando em uma área menor com lavouras (17,7 milhões hectares) e pastagens (36,4 milhões de hectares) que o agronegócio, ela é responsável por garantir a segurança alimentar do país, sendo um importante fornecedor de alimentos para o mercado interno, enquanto o agronegócio possui um papel importantíssimo na economia nacional, com sua produção voltada para o mercado mundial (CENSO, 2006; SEAD, 2019).

A agricultura familiar também contribui para o controle da inflação dos alimentos, na medida em que mais de 50% dos alimentos pertencentes a cesta básica brasileira, e 70% dos alimentos que chegam à mesa da população são produzidas por ela, tornando-a responsável pela segurança alimentar e contribuindo para a erradicação da fome (MDA, 2017; SEAD, 2019). Sendo responsável pela produção nacional de: 97% da uva, 92% do guaraná, 87% da mandioca, 85% da banana, 77% do tomate, 74% da batata-inglesa, 74% da pimenta-do-reino, 73% do agave, 72% do caju, 70% da de feijão (sendo 77% do feijão-preto, 84% do feijão-fradinho, 54% do feijão de cor), 67% do coco, 60% do mamão, 46% do milho, 38% do café, 35% da maçã, 34% do arroz, 21% do trigo, e ainda, 58% do leite de vaca, 67% do leite de cabra, 64% da produção de ovos, além de possuir 59% do plantel de suínos, 50% do plantel de aves, 30% dos bovinos e a maioria absoluta ultrapassando os 90% da produção dos hortigranjeiros. Constatou-se também que entre a sua menor produção está à soja com 16% (CENSO, 2006; OLIVEIRA, 2007; SEAD, 2019).

Comparando os números do Censo Agropecuário 2006 e 2017, são notáveis as mudanças no setor agrário brasileiro, ocorridas nos últimos 11 anos. Algumas informações merecem destaque como, por exemplo, o aumentou em 16,3 milhões de hectares, cerca de 5% na área ocupada pelos 5 milhões de estabelecimentos rurais, totalizando 350 milhões de hectares ocupados no país, correspondendo a um pouco mais de 40% do território. Vale destacar que o número de estabelecimentos rurais com mais de mil hectares aumentaram, acrescentando-se as estatísticas 3.287 novas propriedades com essa característica (CENSO 2006, CENSO 2017). Podemos observar esses dados na tabela 6, a seguir.

Tabela 6 – Número de estabelecimentos e área total (ha) de acordo com os Censos Agropecuários entre 1975 e 2017.

Dados estruturais	Censos					
	1975	1980	1985	1995-1996	2006	2017 (1)
Estabelecimentos	4 993 252	5 159 851	5 801 809	4 859 865	5 175 636	5 072 152
Área total (ha)	323 896 082	364 854 421	374 924 929	353 611 246	333 680 037	350 253 329

Fonte: CENSO, 2017.

A agricultura familiar teve o faturamento anual de US\$ 55,2 bilhões, ficando no 8º lugar no ranking mundial entre os maiores produtores de alimentos. Somando toda a produção do país, a do agronegócio e da agricultura familiar, chega-se a um faturamento de US\$ 84,6 bi por ano, que alcança a 5ª posição. Esses números nos evidenciam que o crescimento do país passa também pela agricultura familiar e que esse segmento deveria ser mais valorizado e estimulado com políticas públicas desenvolvidas pelo governo da mesma forma que o fazem para o agronegócio (MDA, 2018).

Segundo Delgado (2013) as agroestratégias que envolvem o agronegócio estão assentadas “[...] na captura e superexploração das vantagens comparativas naturais” (DELGADO, 2013, p. 64) e/ou na renda fundiária, o que justificam as intensas lutas por território que temos observado. Porém, é necessário ter clareza que a hegemonia do modelo do agronegócio no desenvolvimento da agricultura controla os territórios primeiramente através do monopólio do território (OLIVEIRA, 1991), mas também através do processo de incorporação de capital em território camponês e/ou de agricultura familiar, e, a cada dia está mais difícil subverter a dessa lógica, pois, todo aparato utilizado para a produção agropecuária, a exemplo, sementes, insumos, maquinários, é controlado e determinado pelo agronegócio.

Outro fator importante a ser destacado nessa relação capital – campesinato, é a reprodução do “paradoxo da subsistência”, em que muitas vezes a produção agropecuária camponesa aparece nos resultados econômicos do agronegócio, mas a riqueza produzida pertence às corporações que fazem o processo de industrializar e comercializar desses produtos (FERNANDES, 2014).

Equitativamente, também devemos compreender as disputas existentes entre os sujeitos sociais aqui já destacados. De um lado temos os agricultores familiares que possuem práticas diversificadas na policultura, com uma paisagem heterogênea nos seus territórios,

utilizando-se prioritariamente de trabalho familiar. Por outro lado, tem o grande capital, representado pelo agronegócio, que por sua vez, utiliza-se de seu território a fins somente da obtenção de lucros, e é caracterizado por possuir uma produção homogeneizada, por receber altos incentivos financeiros do Estado por meio de políticas que privilegiam seu modelo de produção. Deste modo, conclui-se, que a agricultura familiar e campesinato brasileiro têm um importante papel de embate frente ao agronegócio, na qual podemos observar a existência de dialética na coexistência dos mesmos, pois, o agronegócio inconsolidado porções desses seguimentos, fazendo com que eles desenvolvam estratégias de sobrevivência dentro dessa lógica de produção, sendo-nos evidente a potencialidade de produção agrícola da agricultura familiar e campesinato mesmo com todos os percalços para garantirem sua reprodução social.

3.4 A Questão Agrícola e a produção de alimentos no Brasil: Da Revolução Verde a Segurança e Soberania alimentar.

O debate sobre a Segurança Alimentar surgiu após o fim da Primeira Guerra Mundial, no qual se constatou que para dominar um país bastava ter o controle dos alimentos fornecidos a ele, transformando assim, a produção de alimentos em uma estratégia nacional, pois, os países teriam que conseguir produzir alimentos suficientes para sua população não dependendo de fatores externos a ele. Esse debate perdurou até a década de 70 sendo pauta da 1ª Conferência Mundial de Segurança Alimentar promovida pela FAO em 1974, em que se reforçou o debate que a Segurança Alimentar era intrinsecamente importante para a autossuficiência dos países. Nesse período também ocorreram grandes perdas de produção e os países passaram por uma intensa crise de desabastecimento de alimentos, fato que contribuiu para reforçar o argumento da indústria química em defesa da Revolução Verde.

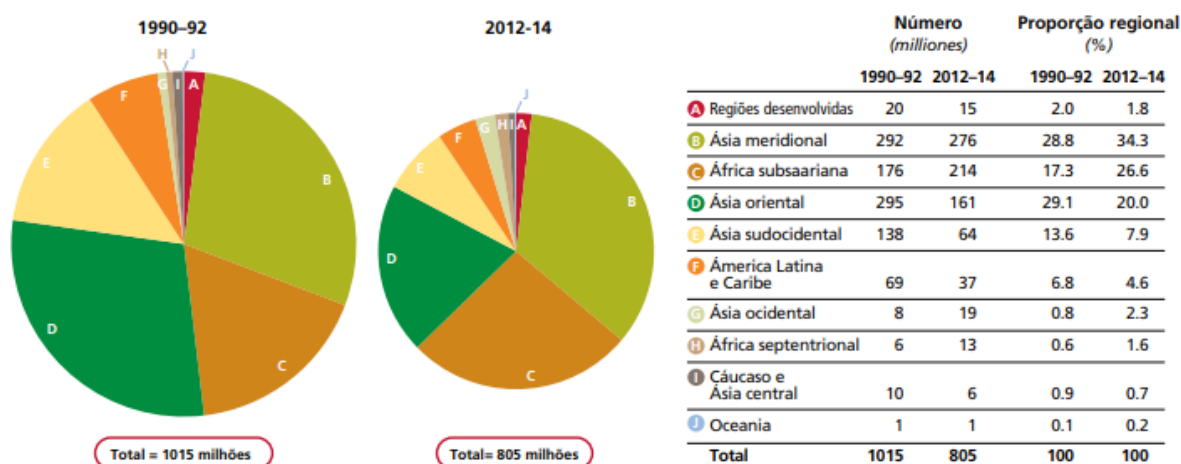
A Revolução Verde foi apresentada como um discurso mágico de resolução dos problemas da fome e desabastecimento no mundo, baseada na estratégia de aumentar a produção de alimentos através da incorporação de fertilizantes e agrotóxicos nas lavouras. A Revolução Verde recuperou sem dúvida a produção agrícola, mas ela não foi capaz de solucionar os problemas da fome e desnutrição que continuaram sendo marcantes em uma grande parcela da população mundial. Isto levantou a discussão de que não era necessário apenas ter produção de alimentos para erradicar a fome, e sim que as populações tivessem acesso aos alimentos em todo o mundo, tornando a segurança alimentar uma ponte crucial a ser construída.

Instalou-se também uma problemática quanto a esse desenvolvimento agrícola, tanto ao nível dos organismos internacionais, quanto das ONGs, na qual se questionava que, “A fome é tanto a consequência de uma produção alimentar insuficiente, como da marginalização econômica de certas populações. Consequentemente, a prioridade não é tanto aumentar a produção dos que já produzem muito, mas dar a todos os meios necessários para produzir” (CHONCHOL, 2005, p. 33-34).

Actualmente, os níveis globais da fome continuam a aumentar. O número de pessoas a sofrer de fome tem vindo a aumentar desde 1996, atingindo os 854 milhões de pessoas em 2006. Apesar de todos os compromissos assumidos pelos Governos, em 1996, na primeira Cimeira Mundial de Alimentação e, novamente, na Cimeira do Milénio, em 2000, quase nenhum progresso se registou na redução da fome. Mais de 6 milhões de crianças ainda morrem todos os anos antes dos 5 anos de idade. (Jean Ziegler, Relator Especial das Nações Unidas para o Direito à Alimentação, Seminário Internacional sobre Direito à Alimentação e Desenvolvimento Rural, 2007).

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) o total de 805 milhões de pessoas passavam fome em todo o mundo entre os anos de 2012-2014. Esses números no período de 1990-1992 eram ainda maiores totalizando 1015 milhões. Essa população está localizada nas regiões mais pobres do planeta, em especial na África, e em alguns países da Ásia e da América Latina. Outros dados podem ser analisados no Gráfico 15 (FAO, 2014).

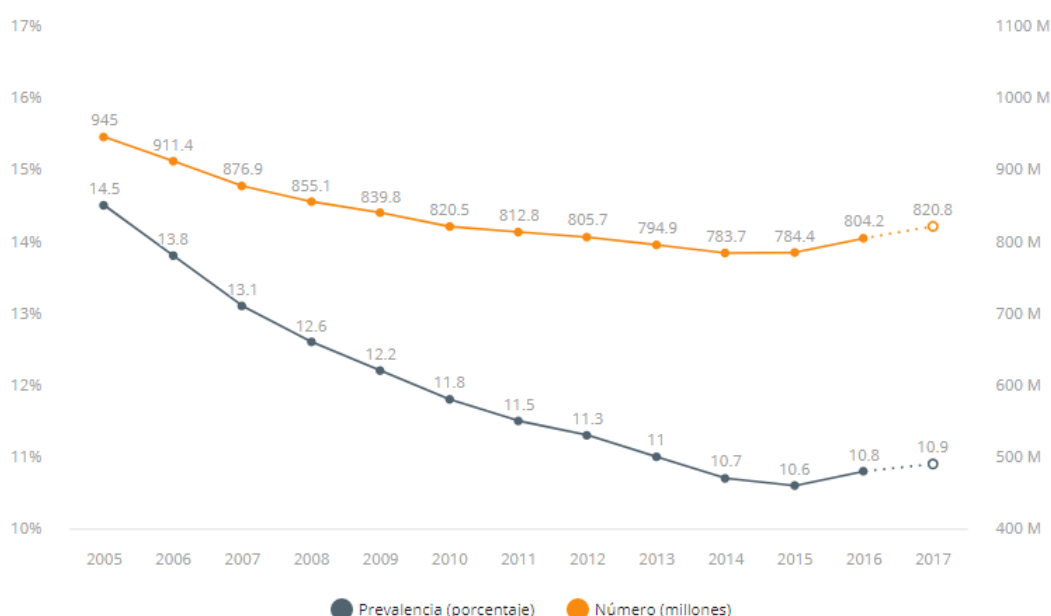
Gráfico 15 – A distribuição da fome no mundo: número e proporção de pessoas subalimentadas por região 1990-1992 e 2012-2014.



Fonte: FAO, 2014.

Os números mais recentes divulgados pela FAO nos revelam que aumentou pelo terceiro ano consecutivo o número de pessoas que passam fome no Mundo, chegando a 821 milhões em 2017, como podemos observar no gráfico 16 (FAO, 2018). De modo que toda tecnologia desenvolvida para o setor agrícola não é suficiente para acabar com a fome se não vier respaldada de políticas sociais e econômicas que contribuam com a melhora da distribuição de renda da população.

Gráfico 16 – Os números da Fome no Mundo de 2005 a 2017.



Fonte: FAO, 2018.

No Brasil, o projeto de modernização conservadora da agricultura começou a ser incorporado após a reforma agrária ser banida do cenário político em 1964 com a Ditadura Militar. Esse projeto foi executado através da articulação dos complexos agroindustriais, mercado de terras e sistema de financiamento público. Com esse modelo o Brasil, assim como em outros países conseguiram alavancar a produtividade agropecuária, mas sem realizar qualquer alteração na estrutura agrária (DELGADO, 2014).

Entretanto, os movimentos sociais do campo vinham reivindicando ações concretas do governo e questionando essas políticas agrícolas neoliberais que vinham sendo implementadas na América Latina e no Mundo através da Organização Mundial do Comércio – OMC e Banco Mundial. Foi quando na década de 90 surgiu o conceito de soberania alimentar. Antes disso, os movimentos sociais juntamente a FAO debatiam o conceito de

segurança alimentar, sendo este definido em um âmbito bem restrito, no sentido de executar políticas de combate a fome, no qual o carro-chefe seria a produção de alimentos em larga escala. Porém, os movimentos sociais começaram a levantar inúmeros questionamentos sobre o conceito de segurança alimentar defendido pela FAO, e apresentaram uma proposta distinta para a segurança alimentar, alegando que essa era baseada no modelo neoliberal que favorecia o agronegócio e as grandes corporações.

Segurança alimentar significa que cada criança, cada mulher e cada homem devem ter a certeza de contar com alimento suficiente para cada dia. Porém este conceito não diz nada com respeito a procedência do alimento ou a forma como é produzido. Desse modo, Washington, pode argumentar que a importação de alimentos baratos dos Estados Unidos é uma excelente maneira que tem os países pobres de alcançar a segurança alimentar, mas sem a produção de alimentos próprios (CAMPOS, 2006, p. 155).

Em razão disto, a Via Campesina começou a levantar vários questionamentos alegando que era necessário garantir alimento a população, mas, sobretudo, que esses tivessem qualidade, que não fossem padronizados e que respeitasse a diversidade cultural alimentar dos povos, e propôs um novo conceito que denominou de Soberania Alimentar, que corresponde ao,

[...] direito dos povos de definir sua própria política e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito a alimentação para toda a população com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade de modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuário, de comercialização e de gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental. A soberania alimentar favorece a soberania econômica, política e cultural dos povos. Defender a soberania alimentar é reconhecer uma agricultura com camponeses, indígenas e comunidades pesqueiras, vinculadas ao território; prioritariamente orientada a satisfação das necessidades dos mercados locais e nacionais [...] (CAMPOS, 2006, p. 154-155).

Ou seja,

[...] enquanto a segurança alimentar tem a ver com a obrigação dos Estados nacionais em garantir o acesso aos alimentos em quantidades suficientes, sem se por em questão a origem dos mesmos, inclusive podendo contar com ajudas internacionais; a ideia e o conceito de Soberania Alimentar está erigido à partir da defesa do direito dos povos e dos países de definir suas próprias políticas e estratégias de produção de alimentos destinados ao abastecimento de sua população, antes mesmo da necessidade mercadológica e de exportação, como imperante e crescentemente marcado no cenário global (THOMAZ JR., 2007, p. 9).

Deste modo, o conceito de Soberania Alimentar se transformou em uma bandeira política da Via Campesina e de todos os movimentos sociais que a compõem, entre eles, o

MST. Defendendo entre outras coisas, a diversidade alimentar cultural dos povos e as sementes como patrimônio da humanidade, lutando contra os transgênicos e pela reforma agrária popular, garantindo o direito à terra e aos frutos dela a quem nela trabalha, para que estes possam produzir e abastecer as populações locais de acordo com seus hábitos alimentares e biodiversidade regional. De forma que a Soberania Alimentar vai além da produção de alimentos saudáveis a população, ela é colocada como alternativa ao agronegócio e a seus impactos destrutivos ao meio ambiente, garantindo sustentabilidade ambiental e econômica para o país. Rosset (2003) sistematizou diversos aspectos do modelo dominante de agricultura ao qual estamos inseridos e comparou com o modelo que seria baseado na soberania alimentar de acordo com a Via Campesina.

Tabela 7 – Modelo dominante de agricultura e Modelo da Soberania Alimentar.

Item	Modelo dominante de agricultura	Modelo da Soberania alimentar
Comércio	Livre-comércio em tudo	Alimento e agricultura fora de acordos comerciais
Prioridade da produção	Agroexportação	Alimento para mercados locais
Preços de colheita	“Os que o mercado ditar”	Preços justos que cubram custos de produção e permitam aos agricultores uma vida digna
Acesso ao mercado	Acesso a mercados estrangeiros	Acesso a mercados locais; fim do deslocamento de agricultores de seus mercados pela agroindústria
Subsídios	São permitidos muitos subsídios nos EUA e na Europa, mas somente pagos aos maiores agricultores	Aceitáveis subsídios que não prejudiquem outros países pelo dumping (i. é., subsídios concedidos somente para pequenos agricultores, para comercialização direta)
Alimento	Predominantemente um só produto; na prática isso significa alimento processado.	Um direito humano: especificamente deveria ser saudável, nutritivo, acessível, culturalmente apropriado e produzido localmente
Aptidão para produzir	Uma opção para os economicamente eficientes	Um direito de populações rurais
Fome	Devido à baixa produtividade e desigualdade	Problema de acesso e distribuição, devido à pobreza
Segurança alimentar	Alcançada pela importação de alimentos de onde são mais baratos	Maior quando a produção do alimento está nas mãos do faminto, ou quando é produzido localmente
Controle dos recursos de produção (terra, água, etc.)	Privatizado	Local, a comunidade controla
Terra	Um fator de produção, uma mercadoria	Um direito da população rural
Acesso à terra	Pelo mercado	Pela reforma agrária autêntica
Sementes	Mercadoria patenteável fiduciariamente pelas comunidades e culturas rurais	Herança comum da humanidade, conservada
Crédito e investimento rural	De bancos privados e corporações	Do setor público, para apoiar a agricultura familiar
Dumping	Não é problema	Precisa ser proibido
Monopólio	Não é problema	A raiz da maioria dos problemas
Superprodução	Por definição, não existe isso necessidade de políticas de abastecimento nos EUA e na EU	Leva à queda dos preços e agricultores à pobreza;
Tecnologia rural	Industrial, monocultura, uso intensivo de substâncias químicas; OGMs	Agroecológica, métodos agrícolas sustentáveis, nenhum Organismo Geneticamente modificado (OGM)
Agricultores	Anacronismo; os incompetentes desaparecerão	Guardiões da cultura e do germoplasma das sementes; ecônomos dos recursos produtivos; acumuladores de conhecimento; desenvolvimento econômico inclusivo
Organismos geneticamente Modificados (OGMs)	A onda do futuro	Maléficos para a saúde e o meio-ambiente; uma tecnologia desnecessária
Outro mundo (alternativas)	Não é possível; não interessa	Possível e amplamente comprovado

Fonte: Rosset, 2003. Traduzido e Adaptado.

Assim, compreende-se que,

A soberania alimentar envolve a implementação de processos radicais de reforma agrária massiva, adaptada primordialmente às condições de cada país e região e que propicie ao camponês e sitiante – com oportunidades iguais para indígenas e mulheres – acesso equitativo a recursos produtivos, primordialmente a terra, água e florestas, bem como aos meios de produção, financiamento, treinamento e capacitação para administração e negociação.

A reforma agrária, acima de tudo, deveria ser reconhecida como uma obrigação de governos nacionais... sob o arcabouço dos direitos humanos e como uma política pública eficiente de combate à pobreza. Os processos de reforma agrária devem ser controlados por organizações camponesas... e têm de garantir direitos individuais e coletivos de agricultores em terras compartilhadas, sendo integrada em uma política agrícola e comercial coerente. Opomo-nos às políticas e aos programas de comercialização de terra promovidos pelo Banco Mundial em lugar de verdadeiras reformas agrárias pelos governos. Declaração final do Fórum Mundial de Soberania Alimentar (Reunião preparatória da sociedade civil para a Cúpula Alimentar Mundial + 5).

Entretanto, o Estado brasileiro adota para suas diretrizes o conceito de segurança alimentar e nutricional que está alocada na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), no Artigo 3º, onde está escrito que:

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis.

É importante frisar que o conceito de segurança alimentar e nutricional adotado pelo Estado, não é tão abrangente quanto o de Soberania Alimentar, mas, evidentemente vai além de apenas solucionar o problema da fome ou da qualidade dos alimentos. Ele foi instituído de forma íntegra em que as dimensões correspondentes aos processos de produção, comercialização, acesso, e consumo de alimentos, obrigatoriamente tem que ser correlacionados, pois, esses influenciam na qualidade dos alimentos.

Na LOSAN também foi reconhecido o Direito Humano à Alimentação Adequada, a Emenda Constitucional nº 64 que incluiu a alimentação entre os direitos sociais, fixados no artigo 6º da Constituição Federal de 1988, no ano de 2010, após uma longa mobilização de responsabilidade do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), onde se instituiu que, (Art. 2º):

A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as

políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população.

Segundo a FAO, o Brasil atingiu às duas metas correspondentes à fome, estabelecidas nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e na Cúpula Mundial da Alimentação (CMA). Os números do combate à fome no Brasil ganharam um novo rumo quando em 2003, o Governo Lula colocou no centro de seu programa político uma estratégia nacional para erradicação da fome no país. Mundialmente conhecido o Programa Fome Zero, era dotado de uma estratégia integral para promover a segurança alimentar alinhando o apoio produtivo à proteção social (FAO, 2017).

Assim, entre os anos 2000 a 2002 e 2004 a 2006, os números da fome no país caíram de 10,7% para menos de 5%. Só foi possível chegar a esses números porque o país compilou políticas econômicas, programas de proteção social com programas para a agricultura familiar, isto, acelerou a economia do país, criando empregos, aumentando os salários, e tendo como consequência direta a diminuição da fome. O alinhamento dessas políticas com a melhora da economia fez com que a pobreza caísse de 24,3% em 2001 para 8,4% em 2012, e a pobreza extrema caísse de 14% para 3,5% respectivamente. Mas, com a crise econômica, a diminuição dos programas sociais, principalmente o Programa Fome Zero, os números do último levantamento da FAO revelaram um aumento ainda que pequeno no número de pessoas desnutridas no país, chegando a 5,2 milhões de brasileiros entre os anos 2015-2017, em comparação com os 5,1 milhões dos triênios 2014-2016 e 2013-2015 e 5 milhões de 2010-2012, porém, nada comparado aos 18,8 milhões de brasileiros que sofriam com a fome entre os anos de 2000-2002 (FAO, 2017).

Deste modo, valorizar a agricultura familiar local, incentivando a produção de alimentos de qualidade que respeitem a biodiversidade e a cultura regional, através de políticas agrárias, agrícolas e alimentares, para que os produtores locais não sejam meros fornecedores de matérias-primas, e formar consumidores empenhados em fazer um consumo crítico e responsável no seu dia a dia é parte da estratégia da Soberania Alimentar e dos movimentos sociais de luta pela terra.

4 ASSENTAMENTO DANDARA: EXPERIÊNCIAS DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DA COOPERATIVA DOS PRODUTORES CAMPEVINOS.

Neste capítulo teremos como foco o Assentamento Dandara e abordaremos suas especificidades resgatando desde seu processo de surgimento até os dias atuais. Em seguida, o direcionaremos nosso olhar a COPROCAM – Cooperativa dos Produtores Campevinos, analisando suas formas de organização e as estratégias utilizadas pelos cooperados para garantirem sua permanência no assentamento. Observaremos essas estratégias via cooperativa, através da análise dos relatos orais, tanto de sua presidente e também liderança local vinculada a Direção Regional do MST, como dos cooperados da COPROCAM. Após, daremos destaque às duas experiências de produção e comercialização coletivas, desenvolvidas por esta cooperativa que mais se destacaram nos relatos dos cooperados, dos Programas Institucionais, tais como, PAA, PNAE e PPAIS, e, de venda direta realizada via CSA – Comunidade que Sustenta Agricultura.

4.1 O Assentamento Dandara

A antiga Fazenda Floresta que originou o Assentamento Dandara foi ocupada em 21 de novembro de 1997 na cidade de Promissão/SP com aproximadamente 250 famílias. Os trabalhadores que acamparam aquelas áreas chegaram ali através de um grande trabalho de base desenvolvido pelo setor de Frente de Massa do MST em várias cidades da região, como, por exemplo, Marília, Cafelândia, Lins, José Bonifácio, entre outras. No dia 07 de dezembro de 1997 ocorreu a primeira reintegração do acampamento, e junto a isso, tivemos outro grande marco que foi a morte da assentada¹⁶ Argentina Maria, vítima de um atropelamento na BR-153 em frente do acampamento Dandara.

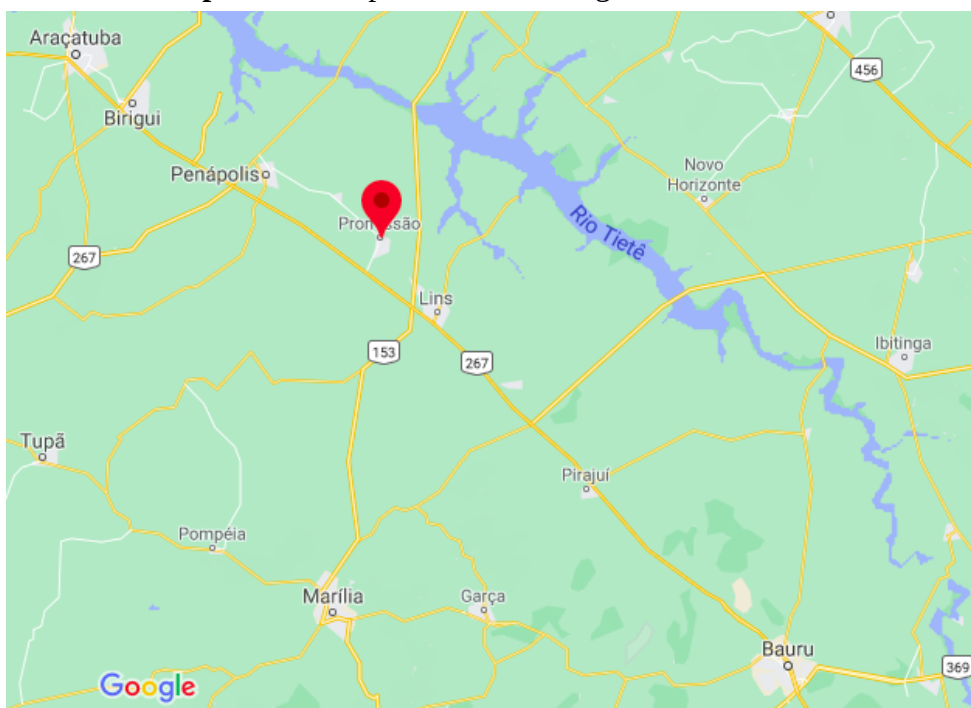
Este período, que se remete ao Governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, foi marcado por intensa criminalização e repressão dos movimentos de trabalhadores. Essa

¹⁶ Argentina Maria era assentada no Assentamento Reunidas que se encontra aos redores do Assentamento Dandara. Argentina Maria era uma aguerrida militante e sempre contribuía na organicidade do acampamento, entre outras funções contribuía nas celebrações das missas no Acampamento Dandara. Hoje, dentro das terras do Assentamento Reunidas e as margens da mesma rodovia de seu atropelamento, existe um acampamento que leva seu nome em sua homenagem.

conjuntura fez com que o acampamento passasse por inúmeras ocupações e despejos reivindicando a desapropriação da Fazenda Floresta.

Após a aprovação da MP 2027/2000¹⁷ a situação dos acampamentos em todo país ficou ainda mais enfraquecida, pois, de acordo com a medida provisória as terras que estivessem ocupadas não seriam mais vistoriadas para fim de desapropriação para Reforma Agrária. Tal medida transformou o principal instrumento de pressão que os movimentos sociais tinham contra o Estado em uma ferramenta do próprio Estado para enfraquecer a luta pela Reforma Agrária no Brasil. Tal medida fez com que as famílias que reivindicavam aquelas terras ficassem acampadas por mais de sete anos em barracos de lona as margens da Rodovia Transbrasiliana 153 (BR-153). Essas famílias só foram assentadas em 24 de novembro de 2004, no segundo ano do mandato do Governo Lula.

Mapa 5 – Principais cidades da região de Promissão/SP.



Fonte: Google Maps (2020).

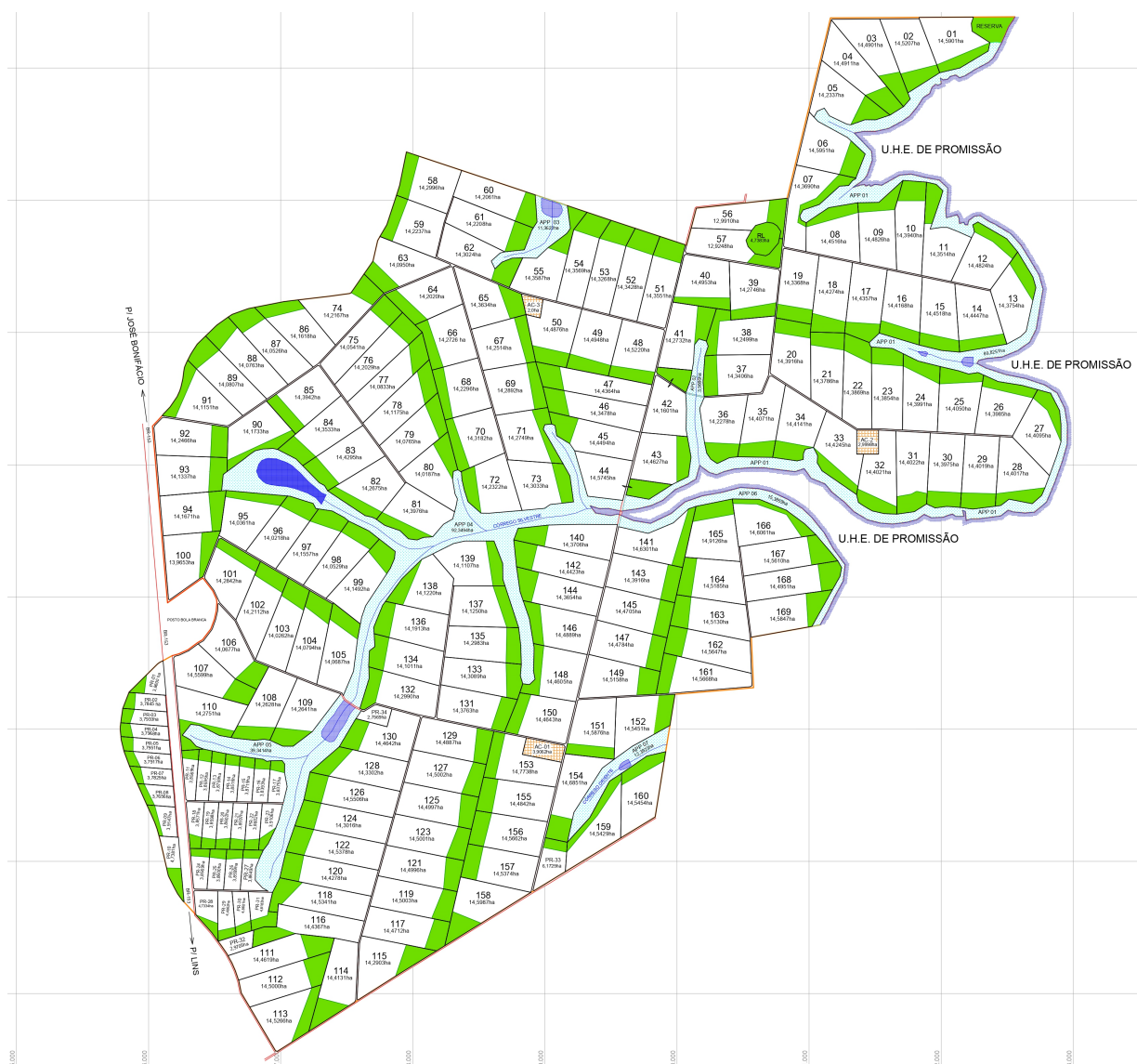
O Assentamento Dandara compõe uma região privilegiada no estado de São Paulo, além de estar às margens da BR-153, rodovia de referência para o escoamento de produção no

17 Surge com a intenção de proteger o latifúndio e dificultar uma das formas de luta mais eficazes dos movimentos sociais de luta pela terra, a ocupação de terras. Com o pacote de medidas chamado no período de “anti-invasão” criou-se a MP mais importante da época que previu que o imóvel rural objeto de esbulho possessório não seria vistoriado nos dois anos seguintes a sua desocupação. Outras medidas também foram sancionadas como a que dizia respeito a não dar o direito a ser incluída no Programa de reforma Agrária à pessoa que participasse direto ou indiretamente de uma ocupação de terras.

país, está a 18 quilômetros da cidade de Promissão/SP, fazendo divisa com outros dois assentamentos, Reunidas e Promissãozinha, que juntos ocupam 1/3 da área de Promissão, totalizando 25.000 hectares de terra, com mais de 800 famílias e mais de 5.800 pessoas. Esses assentamentos modificaram o município, pois através da agricultura familiar, alavancaram também o comércio local, ocorrendo uma melhora econômica significativa para a cidade. (PREFEITURA DE PROMISSÃO, 2019).

O Assentamento Dandara possui 203 lotes de 6 alqueires cada – cerca de 14 a 15 hectares – e é subdividido em três agrovilas: Agrovila Irmã Dorothy, Agrovila Floresta e Agrovila Dourados, onde vivem cerca de 350 famílias e aproximadamente 1.400 pessoas. No assentamento também encontramos a presença de movimentos sociais, em especialmente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

Mapa 6 – Assentamento Dandara.



Fonte: Arquivos cedidos pela COPROCAM.

O diferencial da composição desse assentamento é que as famílias que o compuseram, em sua maioria, eram arrendatários na região e já trabalhavam com agricultura, experiência que repercutiu na diversidade de sistemas produtivos e de renda do assentamento, de forma que, grande parte das famílias se dividem na produção de grãos, hortifrúti granjeiro e leite, chegando este a produção de 7 mil litros por dia (PREFEITURA DE PROMISSÃO, 2019).

As famílias do Assentamento Dandara foram aos poucos se estruturando através de políticas públicas voltadas aos assentamentos que foram criadas durante o Governo Lula, entre elas, fomento e custeios para investir na moradia e estruturar o lote e a produção, mas ainda sim, tiveram dificuldades para conseguir acessar essas políticas públicas, dificuldades essas que não podem ser comparadas com as enfrentadas pelos homens e mulheres que chegaram nesse território nos anos de 1986 e 1987 encampando a luta do que viria a ser chamado de Assentamento Reunidas.

No que diz respeito a infraestrutura social, a organização das moradias é através de agrovilas que contém os lotes individuais, todas as famílias possuem energia elétrica em suas casas, e elas são predominantemente construídas de alvenaria. Nele existem igrejas, sedes de associações e cooperativas, e também um pavilhão para festas, onde também acontecem algumas reuniões da comunidade. Os assentados apontaram a inexistências de algumas estruturas que eles julgam essenciais, tais como, campos de futebol, ginásio de esportes, ponto de cultura, além de um posto de saúde e de uma escola que pertença a este assentamento, diminuindo as distâncias percorridas pelos adoentados e estudantes.

As principais fontes de renda das famílias é, em primeiro lugar o trabalho no assentamento, seguido do trabalho fora do assentamento, cujo, a principal faixa etária das pessoas que exercem trabalho fora do assentamento, é de 25 a 35 anos, e também complementam as rendas familiares alguns Programas Sociais. Uma observação importante a ser feita é que por se tratar de um assentamento de 2004, ele não possui uma população tão envelhecida quanto o Assentamento Reunidas, deste modo, as fontes de renda relacionadas a previdência social, tais como, aposentadorias e pensões não são muito representativas.

A avaliação sobre a produtividade do assentamento, segundo os próprios assentados é média, pois, muitas famílias não têm uma produção expressiva, mas ressaltam que, suas produções alavancaram desde que viraram cooperados. De modo geral, os principais produtos comercializados pelo assentamento são: o leite, as hortaliças, grãos e cereais, ficando como itens secundários: ovos, frutas, chás e temperos.

Os principais problemas enfrentados na produção do assentamento são respectivamente: condições climáticas, especialmente escassez de chuva; condições da terra/relevo; falta de organização dos assentados, além do acesso a crédito e da falta incentivos governamentais. Já, os principais problemas enfrentados na comercialização do assentamento são respectivamente: a precariedade das estradas e do transporte; venda a atravessadores que diminui a margem de lucro; falta de organização dos assentados; desinformação sobre editais e chamada públicas de comercialização que acarretam um baixo valor agregado aos produtos. Foi relatado também que uma das principais dificuldades das famílias de acessarem as políticas públicas, é elas conseguirem entender o edital.

As principais formas de comercialização da produção do assentamento são: Atravessador, Cooperativa/Associação, PAA/PNAE e Venda direta ao consumidor. Ressalto aqui que as políticas públicas de comercialização da produção (PAA e PNAE, entre outras) na maioria das vezes são articuladas com as Associações e Cooperativas.

No que diz respeito ao quesito meio ambiente, o Assentamento Dandara ainda não possui licenciamento ambiental. Há remanescentes florestais, e Reserva Legal, que foi demarcada de forma individual e também coletiva. Existem também algumas áreas com erosões dos tipos, assoreamento e voçoroca, e as técnicas mais utilizadas pelos assentados para conservação e recuperação desse solo são, a realização do plantio em curva de nível, o pousio, a diversificação e consorciamento de culturais e também o SAF.

A comunidade faz manejo de produtos florestais e os principais tipos de produtos manejados são: frutas, madeira e sementes. Eles são utilizados especialmente para alimentação e no uso medicinal, entretanto, também são utilizados na construção e na confecção de artesanatos. Observa-se que no assentamento há uma tradição das famílias cultivares plantas medicinais. Também existem relatos de casos de intoxicação e doenças causadas pela manipulação de agrotóxico no assentamento.

As principais fontes de abastecimento de água do assentamento são por meio de Poço Artesiano ou semi-artesiano, açude e diretamente do rio e de nascentes que cortam os lotes. Não é feito nenhum tipo de tratamento na água para o consumo. Os dejetos são eliminados por intermédio das fossas sépticas e o principal destino do lixo é a coleta seletiva.

Em se tratando da utilização da água para produção e consumo animal, os tipos de irrigação mais utilizados pelos assentados é a aspersão e o gotejamento, e o acesso à água para a produção animal é feito de forma indireta, por meio de açudes e baias.

Diante dos fatos apresentados, é possível observar que mesmo com as políticas públicas e os investimentos na estruturação dos lotes – que foram muito superior aos

acessados em outras conjunturas, como, por exemplo, no surgimento do Assentamento Reunidas –, os assentados não conseguiram assegurar a estruturação necessária para as conseguirem se reproduzir exclusivamente da renda de suas terras, levando muitos assentados a buscarem outras fontes de recurso para complementarem a renda familiar. Deste modo, ainda há muito a ser feito em relação à estruturação do assentamento, por exemplo, foram implantados 3 poços artesianos que até os dias não entraram em funcionamento; os barracões comunitários ainda carecem do mínimo de estrutura para o funcionamento, pois, nem todos possuem água e energia elétrica; além das obras inconclusas, como a da construção do posto de saúde (LOPES, 2017). Como não existe posto de saúde no PA Dandara, os agentes de saúde comunitária atuam na comunidade fornecendo assistência as famílias diretamente em seus lotes. Os assentados que precisam de algum atendimento mais específico se dirigem ao postinho de saúde localizado na Agrovila Central do Assentamento Reunidas.

A singularidade desse assentamento está no fato de além de possuir uma cooperativa que vem se tornando referência na região quanto em virtude do sucesso que seus cooperados têm obtido na comercialização dos produtos agrícolas, e também, por possui em seu território uma CSA – Comunidade que Sustenta a Agricultura, que trataremos mais detalhadamente a seguir.

4.2 COPROCAM – Cooperativa dos Produtores Campesinos.

Pensando no fortalecimento do assentamento e do processo de produção e comercialização, e também no acesso às políticas públicas, as famílias do Assentamento Dandara começaram a se organizar coletivamente. Hoje no assentamento existem quatro associações: Associação dos Produtores Rurais da Agrovila Floresta (APRAF), Associação dos Produtores Rurais Orgânicos do Assentamento Dandara (APROAD), Associação Pequenos Produtores Esperança (APRES), Associação dos Produtores Rurais Renascer (APRREN) e duas cooperativas, a COOPER DOURADO e a Cooperativa Dos Produtores Campesinos (COPROCAM), que daremos destaque nesse capítulo.

A COPROCAM – Cooperativa Dos Produtores Campesinos foi fundada oficialmente em 04 de junho de 2013. A formação da cooperativa se deu quando três mulheres e um grupo de famílias que já participavam de uma associação do assentamento, se sentiram insatisfeitos com a atuação da mesma, e decidiram fundar uma nova cooperativa respaldada em experiências bem-sucedidas de cooperativas da Regional Sudoeste de São Paulo (LOPES,

2017), e também em processo que se findaram naquele território e passaram a ser consideradas como experiências não exitosas¹⁸.

Imagem 1 – Logo da cooperativa – COPROCAM



Fonte: Facebook da COPROCAM.

A cooperativa foi fundada com 23 famílias, e atualmente possui 47 famílias cooperadas, podendo atingir até o limite máximo de 50 famílias, de acordo com as próprias regras estabelecidas pela cooperativa. Deste modo, a COPROCAM surgiu com o objetivo de,

[...] congregar agricultores familiares, pecuaristas e pescadores de sua área de ação, realizando o interesse econômico dos mesmos através das atividades de produções hortifrutigranjeiros. Assim a cooperativa foi se organizando, se estruturando e adquirindo experiências em comercialização para mercados institucionais. Estando inserido no PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, operacionalizado pela CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento, e com experiências no PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolas, e PPAIS – Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social e o SAF – Sistema Agroflorestal, do Micro Bacias II e Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. (LOPES, 2017, p. 2013).

18 Quando falamos em cooperativas, a experiência mais representativa que tivemos na região foi a da COPAJOTA. O Estudo completo sobre esta cooperativa encontra-se na Tese de Doutorado de Mirian Cláudia Lourenção Simonetti “A longa caminhada: a (re) construção do território camponês em Promissão”. São Paulo, 1999.

Imagem 2 – Cooperados da COPROCAM – Dia de plantio coletivo na Mandala.



Fonte: Facebook da COPROCAM.

A cooperativa tem o importante papel de facilitadora no processo de escoamento da produção, desenvolvendo em seu trabalho organizacional uma espécie de ponte entre as informações – institucionais ou não – e seus cooperados. A gestão da cooperativa utilizasse de ferramentas de controles fiscais, contábeis e financeiros, fato que torna a gestão mais transparente e participativa. Há também um grupo de *Whatsapp* que abrange todos os cooperados e a direção da cooperativa, e é por meio deste grupo que eles se comunicação diariamente. Pelo grupo são repassados os informes mais importantes, marcadas as datas de recebimentos dos pagamentos, de reuniões, horários de entregas, entre outros.

A organização da cooperativa acontece através de reuniões mensais, que são compostas pela diretoria, majoritária de mulheres, e seus sócios-fundadores, correspondendo ao total de 10 mulheres e 5 homens, e também através da assembleia geral, que acontecem a cada dois meses, ou mediante a necessidade do encaminhamento de alguma pauta específica. Essa aproximação entre os cooperados e também entre eles e a presidência da cooperativa contribuí de forma substancial para a confiabilidade e continuidade da mesma. Uma estratégia adotada pela COPROCAM é aproveitar o dia de pagamento de seus cooperados para discutir algumas pautas e fazer os encaminhamentos pertinentes aquele período e dar continuidade aos projetos e a gestão da cooperativa de forma mais coesa e harmoniosa (LOPES, 2017).

O que a COPROCAM, através de sua diretoria tenta manter o mais claro possível todos os encaminhamentos e discussões, fazendo debates tanto internos da cooperativa, mas também a relação da cooperativa com o mundo, com as lutas sociais. Assim, participar das discussões e decisões no coletivo,

se educa e se conscientiza, tornando assim os cooperados mais autossuficientes e participativos. (LOPES, 2017, p. 215).

Desta forma, a COPROCAM é reconhecida por seus pares em virtude da sua gestão agregar integralmente os cooperados nos processos decisórios, no qual, todos os projetos que eles participam são intensamente debatidos e avaliados pela diretoria, e também encaminhados para a assembleia geral para novamente serem avaliados por todo coletivo, com o objeto de analisarem se o projeto contribuirá ou não com suas expectativas e se terão condições de arcar com os compromissos firmados naquele contrato, de modo que, a clareza das ações da cooperativa, fortificam o trabalho cooperado e é essencial para sua existência.

A COPROCAM também está se organizando na estruturação de uma mini-agroindústria para agregar mais valor os produtos processados ou semi-processados de seus cooperados. A primeira experiência foi a da ‘mandioca a vácuo’, e, recentemente eles conquistaram uma desidratadora, envasadora de líquido e seladora, além da máquina de embalar a vácuo e uma balança.

O assentamento como um todo tem ficado a deriva de assistência técnica por parte do INCRA. Na cooperativa é um pouco diferente, pois, os cooperados buscam formas coletivas de vencer essas barreiras técnicas que muitas vezes se deparam. Deste modo, outro ponto importante a ser destacado são os cursos – observe as fotos ao final desse subitem – e formações que os cooperados conseguem realizar via COPROCAM. Sabendo quais são as reais dificuldades dos cooperados com a produção e com o manejo dos produtos e insumos, a cooperativa consegue traçar estratégias e desenvolver parcerias como, por exemplo, ITESP, IBS, INCRA, e universidades em busca de alianças que contribuam com as práticas que estão sendo desenvolvidas pelos cooperados em seus lotes. Isto faz com que haja maior interesse de participação dos cooperados, pois, as formações contribuem efetivamente com a realidade que esses estão vivenciando e que, muitas das vezes, não conseguem obter um aporte técnico/científico para apoiá-los nesses momentos de maior incerteza e de tomada de decisões cruciais de seus processos produtivos.

Imagem 3 – Curso de capacitação¹⁹ – COPROCAM



Fonte: Facebook da COPROCAM.

Imagem 4 – Curso de capacitação “Manejo de pasto – COPROCAM



Fonte: Facebook da COPROCAM.

¹⁹ Entre os dias 23/05/2017 à 25/05/2017, a Cooperativa foi contemplada com mais um curso de Pastagem Ecológica Sistema de Pastoreio Racional Voisin. O curso foi realizado no lote 42, da Cooperada Maria Rosa e do seu esposo Sergio Eduardo.

Imagem 5 – Horta em formato de mandala.



Fonte: Facebook da COPROCAM.

Imagem 6 –Horta dos Cooperados

Imagem 7 –Produção de frutas no SAF do cooperado



Fonte: Facebook da COPROCAM.

Imagem 8 – Colheita e Pré processamento da Mandioca – COPROCAM



Fonte: Facebook da COPROCAM.

4.3 Relatos Orais: Presidente da COPROCAM e liderança do MST no Assentamento Dandara.

Para realizar a entrevista com a presidente da cooperativa que também é uma liderança do MST no assentamento, escolhi um momento em que não estivesse fazendo as entrevistas com os demais entrevistados, pelo cuidado de não colocar nenhum dos entrevistados em situação de constrangimento ou exposição.

Marcela, 42 anos, natural de Cafelândia/SP, assentada há 17 anos, casada, e possui ensino superior. O lote está em seu nome e no nome de seu esposo, lá moram 4 pessoas, destas, duas trabalham diretamente com o lote. Ela, é presidente da cooperativa a 7 anos, também é integrante da CSA, da Direção Estadual do MST/SP e também de outros Coletivos.

Sou, agricultora, pedagoga formada pelo PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária). Tenho dois filhos lindos. Que busco a cada dia ensinar para eles os valores do companheirismo, do respeito, da solidariedade, valores esses que em nossa população infelizmente estão se perdendo. Vim para o campo, por meio do MST.

Iniciei o depoimento perguntando se ela achava que existia diferença entre a produção e comercialização dos assentados vinculados a cooperativa daqueles que não são vinculados, e ela respondeu:

Sim, a produção dos cooperados são mais diversificadas. Na cooperativa temos outros canais de comercialização, além do Ceasa (Marcela).

Perguntei também sobre a contribuição da cooperativa para o aumento da produção dos assentados: “Você acha que a COPROCAM contribui para o aumento da produção e do escoamento dos produtos agrícolas? Por quê?”, e ela disse:

Sim, muito. Por ter outros canais de comercialização além dos programas governamentais. Incentivar a produção agroecológica (Marcela).

Questionei então se ela acreditava que a COPROCAM e outras cooperativas e associações contribuíam para a permanência dos assentados nos assentamentos de reforma agrária, e, ela me respondeu:

Sim, contribui. Por proporcionar além da renda, momentos de socialização dos conhecimentos, e de vida social através dos dias de campos, festa junina, mutirão. Agora estamos com mais dificuldades por causa da pandemia, mas as vivências sociais são muito importante também (Marcela).

Questionada sobre quais seriam os principais pontos que as cooperativas/associações deveriam desenvolver nos assentamentos de reforma agrária, ela salientou que as ações desenvolvidas por essas organizações precisam ir “além da comercialização, precisamos trabalhar uma formação social, política e ambiental, isso é de fundamental importância” (Marcela).

Sou quem sou, devido minha inserção no MST. Hoje produzimos uma alimentação saudável, pelo trabalho desenvolvido de conscientização e organização do Movimento. Buscamos a cada dia produzir uma alimentação saudável, tanto para nos agricultores como para a população em geral. Produzir alimentação saudável é produzir vidas de verdade. Vidas saudáveis! (Marcela).

Para compreender um pouco mais sobre o processo organizativo e social das cooperativas nos assentamentos, perguntei a ela “qual a importância da presença de associações e cooperativas nos assentamentos de reforma agrária?” e “Qual papel essas organizações cumprem nesses territórios?”, a presidente disse,

É super importante, pois, além de ajudar a organizar a produção e comercialização, ela ajuda os assentados a se organizar para reivindicar seus direitos, ajuda eles entenderem que têm direitos. E ajuda principalmente na cooperação interna entre os assentados (Marcela).

Ela destacou que trabalhando coletivamente na cooperativa os cooperados sabem que precisam um do outro, não adianta somente um se destacar, o cooperado pode até produzir

somente um tipo de produto, mas para ganharem as concorrências nos editais, eles precisam coletivamente produzir as quantidades e variedades estipuladas, deste modo, tem que existir o companheirismo, a ajuda, a troca de experiências, “*porque se o cooperado da minha cooperativa se sair bem, todos daquela cooperativa colhem os frutos*”, porque assim, eles conseguem competir com o mercado externo em qualidade e quantidade na produção.

Perguntei a ela então, especialmente sobre a cooperativa que eles presidente, “Qual papel cumpre a COPROCAM nos processos de escoamento da produção?”, e ela disse:

Ainda temos muito que avançar, mas a COPROCAM, vem cumprindo um papel muito importante, na produção e comercialização de alimentos saudáveis e um papel importante na renda das companheiras. Além de melhorar e ampliar os canais de comercialização, a cooperativa ajuda a agregar valor na produção e valorização dos produtos produzidos por nós cooperados (Marcela).

Questionei também se existiam na cooperativa elementos a serem melhorados por eles, ela me respondeu que sim, que tem muito a ser feito, e enquanto cooperativa:

Precisamos ainda melhoras a participação de todos os cooperados, melhorar ainda mais as relações existem dentro desse espaço. Melhorar a gestão da cooperativa e organizar melhor nossa produção (Marcela).

A presidente da cooperativa avalia que os assentados, de modo geral, conseguem sim estabelecer relações de cooperação para além das cooperativas e das associações do assentamento, não sendo essas relações de ajuda mútua algo presente apenas dentro dessas organizações, mas no cotidiano dos assentados. Deste modo, pedi que ela citasse alguns exemplos que cooperação que ela observada dentro no assentamento, e ela disse, “*Penso que as doações de alimentos, e os mutirões de plantio são bons exemplos*” (Marcela).

Complementando a resposta da entrevistada, perguntei “Então, aqui no assentamento existem relações de cooperação/ajuda mútua, relações que vão além das relações estabelecidas pelo dinheiro?”

Sim, pois, através dos processos de doações de alimentos, das atividades culturais e sociais, a gente vê que as relações vão além do financeiro (Marcela).

Finalizando as questões, pedi que ela me falasse um pouco sobre os 14 anos de governo PT e as políticas públicas de reforma agrária para os assentamentos nesse período.

Bom, sim, houve avanços. Poderia ter avançado muito mais. Mas é visível como os assentados estava desde sua produção até a comercialização no governo Lula. Hoje voltamos a ter dificuldades em acessar políticas públicas. Porém, penso que nas dificuldades aprendemos a buscar outras alternativas (Marcela).

4.4 Relatos Orais: Cooperados da COPROCAM.

Dando continuidade à pesquisa, selecionamos no assentamento Dandara quatro entrevistados que pudessem compartilhar as experiências vivenciadas tanto no que tange diretamente ao assentamento, quanto ao que diz respeito a cooperativa que eles estão vinculados, a COPROCAM. Abaixo você encontrará um pequeno perfil dos cooperados entrevistados desse subitem.

Roberto, têm 39 anos, natural da cidade de Rosana/SP, assentado há 23 anos, casado, concluiu o ensino médio e fez um curso técnico. O lote está em seu nome e no nome de sua esposa, lá moram 4 pessoas, destas, 3 trabalham diretamente com o lote. A família além da cooperativa, participa também da CSA.

Silvana, têm 49 anos, natural de Coroados/SP, assentada há 15 anos, casada, e possui ensino médio completo. O lote está em seu nome e no nome de seu esposo, lá moram e trabalham diretamente no lote 2 pessoas. A família além da cooperativa, participa também da CSA.

Rosa, têm 42 anos, natural de Altamira do Paraná/PR, assentada há 8 anos, casada, e possui o ensino fundamental completo. O lote está em seu nome e no nome de seu esposo, lá moram 6 pessoas, destas, 5 trabalham diretamente com o lote. A família além da cooperativa, participa também de uma associação.

Helena, 42 anos, natural de Lins/SP, assentada há 17 anos, casada. O lote está em seu nome e no nome de seu esposo, lá moram 4 pessoas, destas, 2 trabalham diretamente com o lote. A família além da cooperativa, é integrante também da CSA.

Iniciando as entrevistas, pedi para que os assentados cooperados me falassem sobre suas trajetórias de vida, ou seja, por onde eles tinham caminhado até chegarem ao Assentamento Dandara. Pedi para que me contassem como eram suas vidas anteriormente a luta pela terra e principalmente se havia alguma ligação com ela, nesse momento perguntei também a eles o porquê eles aderiram a luta pela terra, e eles me responderam:

A assentada Helena relatou,

Eu trabalhava em casa de Família, na qual sempre fui explorada, prometeram pagar meus estudos, porém não fizeram isso! Encontrei na luta pela terra, a oportunidade de ter um pedaço de terra para morar e também estudar (Helena).

Já o assentado Roberto, veio para o assentamento com seus pais, e destacou em sua fala que existia a “*necessidade de se alimentar e isso era feito através do trabalho dos meus pais*” (Roberto). Para a assentada Silvana, à vinda para o assentamento foi pela necessidade

de “*ter uma vida mais digna*” (Silvana). A assentada Rosa resgatou em seu depoimento as lembranças anteriores a sua vida para o assentamento e destacou que aderiu a luta pela terra “*porque amo a terra e, é da onde eu tiro o sustento para toda minha família*” (Rosa).

Na coleta dos depoimentos ficou evidente que esses assentados já tinham algum tipo de vínculo com a terra anterior à ida para o assentamento, seja por ter trabalho na roça ou pelas vivências e recordações compartilhadas pelas gerações anteriores. Deste modo, foi possível observar as falas a existência da vontade de retornar à terra e fazer dela morada e fonte de sustento.

Podemos enfatizar assim, que existia por parte desses entrevistados a vontade de retornar à terra, resgatando um modo de vida que eles já haviam vivenciado material ou imaterialmente. Deste modo, podemos introduzir a discussão sobre o território imaterial do campesinato que é caracterizado pelos saberes e valores culturais, e que carregam consigo uma herança agrária milenar, vale ressaltar que camponeses são todos aqueles que vivem na terra e do que nela produz, plantando e colhendo o alimento que alimente a sua e as demais famílias, preservando o modo de vida e os saberes que perpetuam gerações. De acordo com Lacerra (2019).

Esta perspectiva apresenta a sua capacidade de adaptação, de luta e de resistência, alicerçada em um conjunto de relações de produção não capitalistas e de ordem moral. Sendo assim, o modo de vida camponês compõe-se, justamente, destas relações de produção não capitalistas, baseadas no trabalho familiar e na terra. É no território (cultural e economicamente pensado como lugar de vida, trabalho e produção) que o camponês desenvolve formas de sociabilidade específicas, dentre as quais o trabalho familiar possibilita relativa autonomia econômica e cultural dessas comunidades. É no território que se estabelecem a subsistência, a produção, a habitação, a vida familiar, a troca de saberes, ou seja, é o território que propicia a existência de uma vida social intensa que caracteriza o modo de vida do campesinato como um gênero particular. (LACERRA, 2019, p. 13-14).

Buscando entender um pouco mais sobre os cooperados quis saber sobre a composição de renda familiar para compreender qual era a dinâmica econômica dos lotes. Indaguei também o que era produzido no lote para o consumo familiar e o que era produzido para comercialização.

O assentado Roberto tem a composição da renda familiar dividida entre o trabalho no lote, o trabalho em outros lotes, o trabalho na cidade e ainda complementa sua renda com programas assistenciais. A assentada Rosa também conta com duas divisões de renda entre o trabalho no lote e o trabalho na cidade. Já, as assentadas Silvana e Helena tem como fonte exclusiva de renda o trabalho no lote.

A família do assentado Roberto tem como foco a produção para venda de hortaliças e frutas, mas também produz algumas ervas para chás e temperos, além dessa produção, para o consumo da família são criadas algumas galinhas para obtenção dos ovos. A produção é comercializada via CSA, PAA, PNAE, Feiras Livre e caso tenha excedente, via atravessadores.

A família da assentada Silvana produz em seu lote para a comercialização, chás, temperos, hortaliças, frutas, grãos e cereais, e para o consumo da família possui algumas vacas e galinhas que fornecem o necessário de leite e ovos aos mesmos. A produção é comercializada via CSA, PAA, PNAE e para outros assentados.

A família da assentada Rosa possui uma grande variedade de alimentos tanto para consumo familiar como para venda, e não fazem muita distinção entre as duas coisas, deste modo, nesse lote eles produzem leite, ovos, chás, ervas e temperos, hortaliças, frutas, grãos, cereais, além disso, para complementar a renda também são produzidos alimentos derivados do leite (queijos, doces, etc.) e alimentos derivados de frutas (geleias, compotas, etc.), e outros alimentos como pães, biscoitos, tudo que for possível produzir e possua a maioria dos ingredientes extraídos do lote. A produção é comercializada via CSA, PAA, PNAE, PPAIS, Feiras Livres, venda livre na cidade e em bancas de comercialização, e também para outros assentados.

A família da assentada Helena produz para comercialização, ovos, temperos, chás e hortaliças, mas, para o consumo família existe uma maior variedade, abrangendo também a produção de leite, frutas, pães e outros alimentos que possuem a maioria dos ingredientes extraídos do lote, como doces e compotas de frutas. A produção é comercializada via CSA, PAA, PNAE e em Feiras Livres.

Dando sequência aos depoimentos, quis complementar as informações existentes perguntando aos assentados e cooperados, “Há quanto tempo você é cooperado a COPROCAM” e também, se eles já haviam participado de outras cooperativas ou associações, e caso, não tivessem permanecido nas mesmas perguntei “qual o motivo que fez você se desvincular da cooperativa/associação anterior a esta”.

Roberto é cooperado desde 2015, já havia participado de outra cooperativa, mas teve que se desvincular da mesma, pois, acabou o período de formação, ela era uma cooperativa escolar.

Silvana é cooperada desde 2013, também já havia participado de outra cooperativa, mas se desvinculou porque “*não estava gostando da atitude do presidente*”.

Rosa é cooperada desde 2018, também já havia participado de outra cooperativa, mas se desvinculou porque *“não concordava com a forma de trabalho deles”*, ainda se mantém vinculada a uma associação por acreditar que a mesma possui uma boa representatividade e compromisso com seus associados.

Helena é cooperada desde 2013 (a mais ou menos 8 anos), também já havia participado de outra cooperativa, mas se saiu porque assim como Silvana e Rosa, observou atitudes e práticas que de trabalho que não validava como justas, fazendo a mesma perder a confiança e credibilidade que tinha naquela organização. Em suas palavras, a cooperada afirmou *“[...] eu participei de outra associação, porém, ela não correspondia com minhas expectativas de como uma associação deveria funcionar”*.

Dando sequência a investigação, quis compreender se os assentados observavam alguma diferença na forma que comercializavam e organizavam sua produção antes e depois de estarem na cooperativa. Assim perguntei “Como você comercializava e se organizava para produzir e comercializar antes de entrar na cooperativa?” e “E agora com a cooperativa, o que mudou?”

O assentado Roberto relatou a dificuldade que tinha para conseguir comercializar seus produtos, e deste modo, só conseguia fazer a comercialização através de atravessadores, mas, entrando na cooperativa, *“[...] na comercialização mudou tudo, principalmente o preço das vendas das mercadorias”*, pois, como a venda é realizada de forma mais direta, a parte do lucro que se perdia para os atravessadores, agora permanece nas mãos da família que produziu os alimentos.

A assentada Silvana lembrou como era difícil enfrentar as dificuldades do dia a dia de quem lida com a roça sem muitas garantias de retorno, e, afirmou,

Eu quase não podia produzir porque não tinha aonde entregar, mas, como a cooperativa ajudou bastante, principalmente com os projetos de produção e comercialização e com o companheirismo (Silvana).

A assentada Rosa fazia sua comercialização através de atravessadores e algumas feiras livres que aconteciam esporadicamente na região, e reafirmou também as mesmas dificuldades já apresentadas acima. Ela também nos disse que o principal fator que faz com que ela permaneça vinculada é porque ali *“me sinto valorizada e respeito muito nessa cooperativa”*

A assentada Helena assim como os demais assentados tinha sua produção comercializada por meio de atravessadores e perdia muito com isso, e disse,

Agora eu planto sabendo para quem vou entregar, com preço justo, além de ter ajuda financeira em alguns momentos para plantar (Helena).

Em seguida, perguntei “Você acha que a Cooperativa contribuiu para o aumento da produção e do escoamento dos produtos agrícolas?” e “Por quê?”.

O Assentado Roberto alegou que sim, que a cooperativa contribuiu para o aumento de sua produção, e direcionou esse aumento

a necessidade de comercializar uma alimentação saudável para o mercado institucional (Roberto).

As assentadas Silvana e Rosa também afirmaram que com a cooperativa a produção aumentou e possuem falas complementares como justificativa, dizendo que

porque sozinha era ruim, e com o apoio, todos nós juntos somos mais fortes (Silvana).

porque lá todos se empenham pelo bem em comum (Rosa, 2020).

A assentada Helena também concorda com os demais assentados afirmando que a produção e comercialização aumentou após ela aderir ao trabalho cooperado, em suas palavras,

Sim, contribui. Porque, a cooperativa busca editais públicos, tem outras alternativas para o escoamento da produção. Ainda tem muito que melhorar, mas penso que a cooperativa está no caminho certo (Helena).

Complementando questionei os assentados “Você acha que a Cooperativa contribuiu para a permanência dos cooperados/assentados no assentamento Dandara? Por quê?”. Todos os entrevistados têm convicção que sim, que a participação em uma cooperativa contribui para a permanência dos assentando nos lotes. Os motivos destacados por eles foram

porque dá condições técnicas para produzir, e de vendas dos nossos produtos (Rosa).

você tem renda financeira, ‘cê’ tem estabilidade, até mesmo estabilidade social (Roberto).

Pois, ao ajudar na forma de se organizar e organizar sua produção e escoamento, ajuda na renda financeira, que é o que mantém muitas famílias no campo (Helena).

A fala de Helena reafirma as questões já apresentadas pelos demais cooperados, mas também nos apresenta uma nova percepção quando ela afirma que:

a cooperativa dá oportunidade de renda e isso interfere no lazer, ela dá uma nova forma de ver à terra, não como mercadoria e sim, um lugar bom para se viver, de gerar vida! (Helena).

Esta percepção também é encontrada no depoimento de Roberto quando ele reafirma que a estabilidade que eles adquiriram integrando a cooperativa não foi apenas financeira, mas também social, considerando assim, que as relações de dentro da cooperativa vão além do econômico, perpassando por redes de apoio, cooperação e sociabilidade.

A ajuda mútua, a solidariedade, o compartilhamento de trabalho e de saberes ampliam a proteção em relação aos mecanismos de mercado e à competição.

Assim, permitem um resgate de valores como solidariedade e confiança, geralmente ausentes nas relações de mercado. Constituem mecanismos de resistência e fortalecimento de autonomia, considerados por Polanyi (2012a, 2012b) como características de um contramovimento. (MATZEMBACHER & MEIRA, 2020, p. 417).

Tentando encontrar quais são os pontos de maior fragilidade, perguntei aos cooperados “Você, enquanto parte da cooperativa, acha que existem pontos que vocês precisam melhorar?” Por unanimidade a resposta foi sim, que existem muito pontos a serem melhorados. Pedi então que eles me apresentassem suas críticas. A cooperada Silvana foi a que respondeu de forma mais direta e material alegando que *“temos que comprar um caminhão”*, fala está extremamente justificável, visto que, nos últimos anos os cooperados tiveram muitos problemas com transporte das mercadorias porque o caminhão da cooperativa quebra muito e já não está em plenas condições de uso, já aconteceu dos cooperados terem que se reorganizar em carros de passeio, peruas, carretinhas, enfim, para conseguir cumprir com os compromissos da entrega das mercadorias ou para participar de feiras na região. A fala de Roberto vai de encontro com a de Silvana, ele destaca que os principais pontos a serem melhorados é o da organização na produção e da logística nas entregas de mercadorias.

Já para a cooperada Rosa o que mais é necessário melhorar na cooperativa são as participações dos cooperados. Esta observação da cooperada condiz com a de Helena que diz,

precisamos melhorar muito nossa forma de comunicação, de participação nas assembleias, e buscar organizar uma escala melhor da produção, e melhorar também na divulgação interna e externa da cooperativa (Helena).

Resgatando uma reflexão que já havia aparecido anteriormente, mas não havia sido desenvolvida com profundidade, direcionei as seguintes perguntas com o intuito de descobrir quais são as principais relações que permeiam aquele assentamento na visão dos cooperados. Deste modo perguntei “Você acha que no assentamento/cooperativa, existem relações que vão além das estabelecidas pelo dinheiro?” e “Se sim, quais você identifica por aqui?”

A resposta dos cooperados para essa questão foi também unânime alegando que sim, que tanto na cooperativa como no assentamento existem formas de se relacionar que ultrapassam as relações estabelecidas pelo dinheiro e citaram alguns exemplos em suas falas. A cooperada Silvana observa essas práticas através de ações relacionadas ao *“companheirismo com os demais assentados e cooperados”* (Silvana) e para Rosa essas relações ficam evidentes *“no respeito e no incentivo para com todos”* (Rosa).

Já o cooperado Roberto observa relações que vão além das estabelecidas pelo dinheiro, mas práticas tais como:

mutirão de colheita e plantio, rifas solidárias, festas juninas na comunidade, e também promovendo o bem-estar social das famílias cooperadas (Roberto).

A fala de Helena vai na mesma direção da anterior, mas introduz outros pontos,

Eu penso que sim. Pois, as atividades vão além da compra e venda. Temos que ter uma relação de confiança, tem também as atividades de lazer. A forma de produção através dos SAFs, CSA, os mutirões ajudam muito a quebra o mito de uma cooperativa com viés somente financeiro, nós cooperamos entre nós, nos ajudamos (Helena).

Perguntei para complementar as reflexões que estavam se desenvolvendo se “Os assentados conseguem estabelecer relações de cooperação e ajuda mútua para além das cooperativas?” e se eles teriam uma explicação para isso acontecer. Todos os cooperados disseram que sim, que os assentados estabelecem relações de cooperação e ajuda mútua porque:

nem todas as relações dentro do assentamento são baseadas em dinheiro, como já foi falado dos mutirões que nós fazemos (Roberto)

para permanecer na terra, nós precisamos uns dos outros e sempre nos ajudamos (Silvana)

porque nós acreditamos que coletivamente vamos mais longe (Rosa)

porque nós necessitamos dessa cooperação para nos fortalecermos no assentamento (Helena).

Nos relatos até aqui apresentados podemos observar algumas formas pela qual os camponeses estabelecem valores na troca, de forma que, se vizinho, ou compadre de alguém exercerá influência nas escolhas de como se troca, com quem se troca e, porque se troca um produto fruto de seu trabalho. Algo a se observar aqui também é a valorização da liberdade e a resistência à não subordinação de seu trabalho a um patrão que o diga o que, quando e onde determinadas ações devem ser feitas (WOORTMANN, 1990; LACERRA, 2019). Vale destacar, que embora muitos assentados devido a experiências não-sucedidas associem as cooperativas a uma espécie de subordinação do trabalho e perda do direito de escolha no processo produtivo familiar, as entrevistas não nos apresentaram esse caminho, tal explicação pode estar no fato da cooperativa trabalhar com um número reduzido de familiar, contendo todos a par dos acontecimentos e tomando as decisões de maior interferência na vida dos assentados sempre coletivamente, a fim de que, todos os cooperados possam se posicionar, apresentando suas opiniões, críticas e soluções.

Deste modo, a COPROCAM tem se mantido forte e conquistado a confiança cada vez mais de seus cooperados por seu trabalho administrativo transparente, no qual, não se deixa espaço para incertezas e desconfianças por parte de seus membros.

Imagem 9 – Mural de prestação de contas aos cooperados



Fonte: Arquivos cedidos pela COPROCAM.

A prestação de contas da cooperativa disponibilizada em um organograma com os fluxos dos rendimentos e investimentos, e a inserção dos documentos comprobatórios em um mural que fica exposto na sede da cooperativa. O contato cotidiano entre as questões administrativas e os cooperados, reforçam seus vínculos, e contribui para que os cooperados acompanhem cada vez mais trabalho administrativo contribuindo com o gerenciamento. Nas palavras da presidente da cooperativa, o que diferencia das demais experiências é a clareza e a linguagem com que é feita a comunicação com os cooperados, “[...] fazemos a prestação de conta, sempre certa, e é colocado no mural, isso facilita o entendimento do cooperado e traz transparência e credibilidade ao trabalho que estamos fazendo aqui” (Marcela).

Para finalizar as entrevistas, pedi para que eles avaliassem de modo geral a atuação da cooperativa em alguns quesitos. Os cooperados classificam como *boas* as “Orientações administrativas/burocráticas” fornecidas pela cooperativa, eles também acreditam que a cooperativa fornece uma *boa* “Orientação para disputar Editais/Licitações”, exceto a cooperada Silvana que acha *ruim*; os cooperados disseram que as “Orientações técnicas que ajudam no processo produtivo” são *boas*, exceto o cooperado Roberto que classificou como *ruim*; referente aos quesitos “Repasse dos pagamentos”, “Organicidade”, e “Escoamento de produção” os cooperados acreditam ser *bom*, exceto Silvana que diz ser *muito bom*. Quanto a “Comunicação entre os cooperados ocorreu uma divisão, em que, os cooperados Roberto e Rosa acham a comunicação *boa*, e, os cooperados Silvana e Helena que acham a comunicação

ainda *ruim*, e ressaltaram que é necessário que os cooperados consigam se comunicar mais e desta forma, encurtem as distâncias existentes no mundo rural.

4.5 Programas Institucionais: PAA, PNAE, PPAIS e as experiências coletivizadas.

Como já demonstramos, os governos Lula e Dilma tiveram um aumento expressivo dos investimentos em políticas públicas para o campo. Os programas como PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), e PPAIS (Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social), contribuíram para que os assentamentos conseguissem alavancar os processos de produção e comercialização, na medida em que, essas políticas públicas garantiram aos assentados a segurança de que a sua produção, ou, pelo menos, parte dela, seria comprada por meio desses programas institucionais.

Com o Assentamento Dandara e a COPROCAM não foi diferente, e foi possível constatar uma nítida mudança na produção e diversificação dos alimentos oriundos desse assentamento. Com o escoamento da produção, garantido às famílias passaram a investir cada vez mais, apostando até mesmo em uma produção maior que passou a ser comercializada nas feiras e através da venda direta ao consumir. É importante destacar que a certeza da venda da produção gera nos produtores a garantia do retorno do investimento empregado na lavoura, garante também sua reprodução material, e para além disso, estimula novas formas de comercialização que seriam arriscadas caso o produtor não tivesse uma renda garantida através dessas compras institucionais.

No ano de 2011, cerca de mil famílias de produtores rurais assentados na região de Promissão atingiram o marco de mais de R\$ 4 milhões em operações realizadas através do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, na qual, só a Associação Renascer, que é composta de 309 famílias dos assentamentos Dandara e Reunidas chegou a comercializar cerca de R\$ 1,3 milhão através desse programa. Atualmente o PAA é uma das políticas públicas de produção/comercialização com maior repercussão no país, no qual os alimentos produzidos nesses assentamentos chegam a 30 municípios da região.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Doação Simultânea, foi criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, e é de responsabilidade da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e têm como objetivos promover o acesso à alimentação, enquanto incentiva a agricultura familiar. Na resolutiva do programa se

estabeleceu que os alimentos devem ser comprados diretamente da agricultura familiar e encaminhados a rede socioassistencial e as pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social dos municípios. O PAA tem um diferencial em relação aos outros programas, em razão de valorizar a produção orgânica e agroecológica, além de, como os demais programas estimular o cooperativismo e o associativismo dos produtores. (BRASIL, 2015).

Em cada grupo de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

- I) os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, não havendo prioridade entre estes;
- II) os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003;
- III) os Grupos Formais (organizações produtivas detentoras de Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP Jurídica) sobre os Grupos Informais (agricultores familiares, detentores de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Física, organizados em grupos) e estes sobre os Fornecedores Individuais (detentores de DAP Física). (BRASIL, [2016], não paginado).

Já o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é o programa responsável por oferece à alimentação escolar a todas as etapas da educação básica das escolas públicas do país. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) através de recursos do governo federal repassa aos estados, municípios e escolas federais os valores destinados à compra da alimentação escolar, no qual 30% deste deve obrigatoriamente ser direcionado à compra direta de produtos da agricultura familiar de acordo com a Lei nº 11.947, de 16/6/2009.

Dentre as diretrizes do programa estão regulamentados alguns critérios de prioridade dentro das chamadas públicas, entre eles estão, os produtores do mesmo município da entidade executora da chamada, os assentamentos de reforma agrária, os produtores orgânicos e agroecológicos e associações e cooperativas. (BRASIL/FNDE, 2019). De forma que “[...] as cooperativas associações são prioritárias quando alcançam o percentual de 50% +1 de indivíduos prioritários em sua composição, determinando que aquela DAP Jurídica é de fato diferenciada das demais” (BRASIL, Cartilha II da Agricultura Familiar – PNAE, p. 7). Deste modo, a COPROCAM por ser uma cooperativa, localizada em um assentamento de reforma agrária e também possuir produção agroecológica, ela faria parte do grupo prioritário nas chamadas públicas, se comparando por exemplo, com projetos locais apresentados individualmente.

Referendando tanto o PAA como o PNAE no que diz respeito a sua importância para o desenvolvimento da agricultura familiar, principalmente no âmbito dos assentamentos rurais e pequenas propriedades, o governo do estado de São Paulo, por intermédio da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) criou através da Lei n. 14.591, de 14 de outubro de 2011, e regulamentou pelo Decreto Estadual n. 57.755, de 24 de janeiro de 2012, o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS), programa com muita semelhança com os que já foram apresentados aqui.

O objetivo do programa é estimular a produção da agricultura familiar contribuindo para a comercialização dos seus produtos, através das compras realizadas pelo estado, em que o estado se torna o principal comprador dos produtos da agricultura familiar gerando melhora significativa no processo de escoamento de produção.

Assim, de acordo com a normativa do programa, no mínimo 30% de todo recurso estadual destinado à compra de alimentos deve ser utilizado para adquirir produtos da agricultura familiar, sejam eles *in natura* ou pré-processados e utilizados para compor as refeições em órgãos estaduais paulistas como hospitais, escolas, presídios, entre outras instituições.

O projeto é voltado aos agricultores familiares tradicionais, assentados, quilombolas, indígenas e pescadores. Poderá ser beneficiado pelo PPAIS aquele que pratica atividades agrícolas, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II – utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III – tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV – tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definitiva pelo Poder Executivo; (redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011)
- V – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (CATI, 2017).

O programa quando foi iniciado em 2013 limitava o teto máximo por ano para cada unidade familiar no valor de R\$12.000,00. A partir do ano de 2015 a Comissão Gestora do PPAIS quase dobrou o valor de entrega por unidade familiar chegando a R\$22.000,00. Outra condicionante importante incluída no programa foi à inclusão de projetos apresentados por cooperativas, agroindústrias e empreendimentos coletivos da agricultura familiar. Vale destacar também que assim como o PAA e o PNAE, ele também faz uso de chamadas públicas para adquirir esses alimentos, dispensando os processos licitatórios (CATI, 2017).

Esses programas institucionais – PAA, PNAE e PPAIS – são acessados através de chamadas públicas que são divulgadas por meio dos sites governamentais, entre eles, os sites das prefeituras. Os produtores podem acessar individualmente a chamada e concorrer ao direito de compra de sua produção, ou, coletivamente através de uma associação ou cooperativa, tendo essas um papel estratégico no processo informativo e organizacional para o acesso dessas chamadas, visto que elas fazem a mediação entre os produtores e os programas, verificando, por exemplo, as chamadas públicas que estão disponíveis nos diários oficiais dos municípios próximos, verificando também os requisitos solicitados no edital e, alinhando a produção dos cooperados à demanda, de forma a orientar os produtores para plantação dos produtos listados no edital, além de elaborar o projeto coletivo que fará parte da chamada pública.

A cooperativa contribui para manter o agricultor no campo, fomentando a comercialização de seus produtos e fornecendo serviços a seus cooperados. Vários projetos são desenvolvidos dentro da cooperativa e oferecidos aos cooperados como o PAA e PNAE, que é um dos meios mais seguros de comercialização que conseguimos estabelecer. (Marcela).

O primeiro projeto que a COPROCAM participou foi de uma chamada pública do PNAE. Ela era uma cooperativa recém-formada e como ainda não tinha sua ata e seu estatuto registrado, concorreu a chamada na categoria individual inscrevendo 17 projetos individuais para seus cooperados que estavam com as documentações regularizadas legalizadas. Desses projetos inscritos apenas três não foram aceitos. Essa vitória inicial da cooperativa trouxe a seus cooperados um volume expressivo de frutas, legumes e verduras para serem entregues nas escolas de Catanduva/SP. A partir de 2013, ano após ano a COPROCAM vem concorrendo coletivamente as chamadas públicas, aumentando o número de projetos e cooperados. À vista disso, no ano 2013 ela tinha 25 cooperados e acessou o total de 155 mil reais, em 2014, já com 42 cooperados acessou 273 mil reais, e em 2015 com 44 cooperados a COPROCAM acessou 352 mil reais (LOPES, 2017).

Atualmente a COPROCAM continua vinculada ao programa institucional PNAE entregando parte da produção de seus cooperados para a alimentação escolar de Promissão/SP, mas, paralelamente eles também estão articulados em uma CSA onde semanalmente entregam cestas agroecológicas (LOPES, 2017).

4.6 Venda Direta: A Comunidade que Sustenta Agricultura – CSA.

As CSA's – Comunidades que sustentam a agricultura são organizações sociais que tem por objetivo promover a interação direta entre produtores e consumidores, articulando o campo e a cidade na promoção de uma alimentação saudável e de um modo de vida mais sustentável e solidário.

As CSA's cujo acrônimo em inglês é (*Community Supported Agriculture*) surgiram em oposição a convencional forma de produzir e distribuir alimentos que se baseiam no uso de agroquímicos, adubos, fertilizantes industriais e de outras técnicas provenientes da Revolução Verde, que intensificaram a mercantilização²⁰ da agricultura, sendo considerado, um modo de organização resistente a essa tendência vem ganhando cada vez mais adeptos no mundo. “Trata-se de um movimento que ressitua a produção agrícola pelos princípios do comércio justo e da agroecologia e uso de cadeias curtas que aproximam produção e consumo. O resultado é um alimento de qualidade nutritiva superior a preço acessível e justo” (MATZEMBACHER & MEIRA, 2020, p. 396).

As CSA's existem há mais de 40 anos e se estabeleceram de forma sólida e representativa em países como Japão, EUA, França, Alemanha e China. Hoje, no Brasil, existem 121 CSA's.

A Comunidade que Sustenta a Agricultura vem recebendo cada vez mais novos adeptos por todo o país. O funcionamento é simples: por meio de uma cota fixa mensal, famílias da cidade (co-agricultores) recebem uma caixa semanal ou quinzenal de produtos agrícolas, como frutas, verduras, legumes, ovos, leite e o que mais estiver combinado com seu agricultor e que esteja bom na safra do período. Em contrapartida, o produtor recebe uma renda mais estável e segura, além de uma conexão mais próxima com sua comunidade, enquanto os co-agricultores (antigos consumidores) se beneficiam com alimentos locais frescos, saudáveis e sustentáveis, sentindo-se mais conectados à natureza. Alimentar-se de forma saudável, sem agrotóxicos, nenhum tipo de conservante e ainda contribuir no sustento de quem tanto é colocado à margem: os agricultores familiares. Esse é o grande objetivo da CSA. (MEIRELES, 2019, sem paginação).

No Assentamento Dandara a Cooperativa dos Produtores Campestinos – COPROCAM tem desenvolvido uma experiência através de uma CSA que uni práticas agroflorestais com agricultura solidária. A Comunidade que Sustenta a Agricultura – CSA – Lins, como foi nomeada, é baseada no modelo de agricultura solidária, na qual o produtor deixa de vender

20 O debate sobre a mercantilização dos sistemas alimentares e os problemas decorrentes de uma economia que tentava se centrar no mercado como principal condutor das relações na sociedade pode ser aprofundado através das obras de Karl Polanyi 2012a, 2012b – ver referências bibliográfica.

seus produtos através de intermediários ou atravessadores e passa a entregar sua produção aos parceiros consumidores, denominados coprodutores, e esses, auxiliam tanto na organização da CSA, como no financiamento da produção de alimentos que receberão.

Imagem 10 – Logo da CSA – Lins.



Fonte: Arquivos cedidos pelas CSA – Lins.

O termo consumidor não é utilizado pela CSA e pelos cooperados, sempre que se referem a ele, usam a denominação de coprodutor. A explicação para tal alteração é que a CSA entende que consumidor é aquele que apenas consumo; comprar algo que foi produzido por terceiros a fim de satisfazer suas necessidades, entretanto, este não é o tipo de relação que é estabelecida na CSA, pois, o coprodutor não é um consumidor, ele é um parceiro do produtor, da cooperativa e do assentamento, o coprodutor financia a produção que receberá e divide com o produtor os frutos das colheitas, mas também, os prejuízos que podem ocorrer naquele ciclo agrícola.

No centro das disputas ideológicas apresentam-se tanto os produtores quanto os coprodutores. Não é apenas o produtor, pois o coprodutor exerce papel preponderante no processo de mudança social. Ele pode estimular a produção e distribuição de alimentos mediante os processos de mercantilização ou pode questionar essa lógica (Betti, Feniman, Schneider, & Nierdele, 2013). Há espaço para as pessoas participarem, há empreendedores cívicos com postura mais coletiva do que individual, que transformam projetos em realidade. O que realizam não pode ser explicado pela espera de um retorno sobre o investimento, pois a pressão por lucratividade não é determinante. Isso havia sido identificado por Laville (2001). De fato, há valores morais e de amizade envolvidos (Polanyi, 2012b). De alguma forma este tipo de relação estabelecida na CSA é capaz de atender a proposição de Polanyi (2012a) e de Porto-Gonçalves (2012) de impor limites ao mercado e não o dissociar da vida em sociedade e da dependência do homem em relação à natureza. (MATZEMBACHER & MEIRA, 2020, p. 418).

Vale destacar que a comercialização dos alimentos produzidos pela cooperativa e comercializados na CSA é um componente mercantil, mas, essa forma de comercialização possui diferenças em relação aos canais tradicionais de mercado. Através da CSA os cooperados conseguem fazer a venda direta de produtos agrícolas, eliminando os intermediários e atravessadores, além disso, se estabelecem relações diferenciadas entre as pessoas envolvidas, pois, todo esse processo organizativo que tem como consequência o encurtamento da cadeia, estreita os laços estabelecidos entre todos os membros desta comunidade.

Atualmente a CSA – Lins reúne mais de 15 famílias de produtores rurais do Assentamento Dandara e 60 famílias de coprodutores nas cidades de Lins e Promissão, e entrega todas as segundas-feiras a eles uma cesta com 11 variedades de produtos, composta de legumes, verduras, frutas, condimentos, temperos e chás. Na organicidade do CSA, “os produtores plantam os alimentos orgânicos ou agroecológicos e se responsabilizam por toda a parte relativa à produção” (Marcela), já os coprodutores comprometem-se com o pagamento mensal, por no mínimo seis meses e com a retirada semanal das cestas. Ou seja, formassem um grupo fixo de coprodutores se compromete a cobrir o orçamento anual da produção agrícola. Em contrapartida, os consumidores recebem os alimentos produzidos pelo sítio ou fazenda sem outros custos adicionais. Dessa forma o produtor sem a pressão do mercado e do preço, pode se dedicar de forma livre a sua produção. E os consumidores recebem produtos de qualidade, sabendo quem os produz e aonde são produzidos.

Segunda é dia de entrega de cestas na nossa Comunidade!

Após escolherem o que querem que componha suas cestas com base na lista de produtos disponibilizada todas as sextas-feiras por nossos produtores – inclusive extras como ovo, queijo, peixe, pesto, doces, requeijão, polpas de suco, etc –, os coprodutores consumidores retiram suas cestas nos locais previamente combinados em Promissão das 17h30 às 18h, e em Lins das 18h30 às 19h30.

É o momento em que os coprodutores consumidores novos podem conhecer de perto nossos produtores e os antigos podem bater aquele papo, tirar dúvidas – não raro, Weslen, Andreia, Eliezer, Érica, Joice estão com a família toda, inclusive filhos, fazendo a entrega. Nesse momento, nossa voluntária Rosana Rocha também está sempre presente para receber os pagamentos e auxiliar nas entregas.

Quer fazer parte dessa Comunidade, receber toda semana, legumes, verduras e frutas livres de agrotóxicos e adubos químicos, fomentar a produção da agricultura familiar local que cultiva com respeito à terra e seus ciclos naturais e fazer a economia local girar? (Facebook da CSA)

Abaixo podemos observar uma sequência de fotos que ilustram todo o processo, desde a colheita até o recebimento das cestas pelos coprodutores.

Imagem 11 – Dia de colheita no Assentamento Dandara



Fonte: Arquivos cedidos pela COPROCAM.

Imagem 12 – Separação e conferência dos alimentos que vão compor as cestas



Fonte: Arquivos cedidos pela COPROCAM.

Imagem 13 – Cestas no caminhão separadas com os nomes dos Coprodutores



Fonte: Arquivos cedidos pela COPROCAM

Imagem 14 – Entrega das cestas em ponto fixo na cidade



Fonte: Arquivos cedidos pela COPROCAM.

Imagem 15 – Cesta agroecológica fotografada por coprodutor em sua casa.



Fonte: Arquivos cedidos pela COPROCAM.

A COPROCAM tem criado a partir das cestas e da CSA uma proximidade cada vez maior e mais enraizada com os coprodutores urbanos, realizando atividades de campo, oficinas e recebendo grupos de estudantes no assentamento, de forma que, muitos desses passam a se interessar pela lógica de produção e comercialização desenvolvida pelo grupo, passando a se relacionarem enquanto coprodutores.

No Ensaio sobre a dádiva, Marcel Mauss (2012) observa que algumas sociedades realizam trocas sob formas e por razões diferentes da troca mercantil ao associar questões morais e valores éticos às transações. Aparece aí a reciprocidade como manifestação de certa coesão social, expressa na homogeneidade de valores e crenças. O mercado é um contrato mais geral e permanente, que vai além da simples troca de bens úteis. A reciprocidade, portanto, está associada a normas de comportamento social impostas por sistemas não econômicos. Entram aqui parentesco, amizade, associação ou cooperação (Polanyi 2012b). Os agentes não são estranhos entre si, a situação não corresponde à impessoalidade típica do mercado: “a reciprocidade assenta num padrão simétrico de organização” (Servet, 2009, p. 81). (MATZEMBACHER & MEIRA, 2020, p. 402).

Para difundir as experiências da comunidade e promover os valores como a solidariedade e a sustentabilidade, a CSA possui um perfil no Facebook, onde compartilhar suas ações e seus princípios com os produtores, coprodutores e demais apoiadores, os princípios norteadores da CSA: Solidariedade, sustentabilidade, reciprocidade, complementaridade, responsabilidade, integralidade, suficiência, diversidade e equidade.

Tabela 8 – Princípio de toda CSA.

Dez princípios subjacentes a toda CSA	
1	Não utilizar substâncias sintéticas no solo, nas plantas e nos animais.
2	O estrume para as plantas vem de animais; o ideal é uma combinação que inclua galinhas, cavalos, porcos, ovelhas e cabras, pois cada um gera estrume com qualidade e funções diferentes.
3	Nutrir os animais com a alimentação produzida na fazenda.
4	Buscar grande diversidade de plantas em combinação, numa rotação de culturas.
5	Reconhecer que a circulação do carbono ou das substâncias orgânicas, através do solo, das plantas e do ar, é a base para a fertilidade por meio do húmus.
6	Fortalecer a circulação de sílica no solo encorajando o processo macrobiótico.
7	Criar condições harmoniosas e balanceadas no solo, nas plantas, nos animais e na paisagem como uma base necessária para a produtividade.
8	A natureza destruída deve ser restaurada, pois ela é uma barreira natural contra a erosão e detém importantes funções no estabelecimento do equilíbrio da plantação.
9	Implementar um controle biológico de ervas daninhas e de pestes auxiliado por todos os passos anteriores, com destaque para a natureza restaurada, o uso de excrementos de qualidade e a rotação de plantas.
10	Estabelecer uma ordem rítmica conectada com a natureza, respeitando os ciclos de produção, do sol e da lua. Essa cadência é essencial para a sobrevivência atrelada à preservação.

Fonte: GROH & MCFADDEN (1997) apud MATZEMBACHER & MEIRA, 2020, p. 407.

Alguns dos pilares do crescimento de modelos CSA no Brasil e no mundo são a solidariedade, respeito ao meio ambiente e ao próximo e alimentação saudável. Assim, exercendo esses princípios a CSA juntamente a COPROCAM realiza doações de cestas de agroecológicas, tanto na cidade como no próprio assentamento. A exemplo, no início da pandemia do COVID-19, a comunidade lançou o *Projeto CSA Compartilhar Saúde!*. O Objetivo do projeto era distribuição das cestas agroecológicas as famílias de Lins e Promissão de maiores vulnerabilidade social²¹, e que seriam mais afetadas pela nova conjuntura. Foi organizada uma campanha de arrecadação de fundos via um site de financiamento coletivo, depósito bancário, e, também ocorreu uma intensa campanha junto aos coprodutores.

Garantir alimentação adequada é garantir vida, saúde e dignidade. É com essa convicção que apresentamos à comunidade a proposta de darmos continuidade ao projeto, mantendo o suporte às 45 famílias atendidas.

Para isso precisamos nos mobilizar para arrecadar mais doações.

21 As famílias beneficiadas pelo Projeto CSA Compartilhar Saúde! fazem parte do CadÚnico e foram selecionadas através das Secretárias da Assistência Social.

Para os membros da CSA sugerimos a doação mínima de uma cesta por mês, assim já garantimos 60 cestas por mês. Para participar, basta acrescentar R\$30,00 no pagamento da sua mensalidade.

Caso você possa colaborar com mais e ajudar mais famílias é só efetuar o depósito do valor desejado, lembrando que cada cesta custa R\$25,00 mais R\$5,00 de taxa de entrega.

Juntos, construímos o mundo que sonhamos. (Facebook da CSA – Lins).

Das cestas do *Projeto CSA Compartilhar Saúde*, 35 são destinadas as famílias de Lins e 10 as famílias em Promissão, totalizando 45 cestas entregues semanalmente. Além dos legumes, verduras, frutas que compuseram as cestas, ao longo do projeto as famílias beneficiadas também receberam leite, ovos e máscaras de tecido de proteção. Em 5 meses de projeto foram quase 600 cestas doadas com 3700 itens (frutas, verduras, legumes e leite) somando aproximadamente 2 toneladas de alimento!

Imagem 16 – Cestas do *Projeto CSA Compartilhar Saúde* aguardando a retirada das famílias



Fonte: Arquivos cedidos pela COPROCAM

Imagem 17 – Cesta entregue a família do *Projeto CSA Compartilhar Saúde*



Fonte: Arquivos cedidos pela COPROCAM.

Outra ação de solidariedade realizada em maio/2020 pelos agricultores do CSA – Lins e da COPROCAM teve como destino o próprio território, no Assentamento Dandara. “Essa ação de troca de alimentos dentro do próprio assentamento teve com tema *“Quem tem doa, quem não tem recebe”*”, afirmou *Marcela*. Foram doadas 20 cestas agroecológicas, com mais de 10 kg cada, fruto da Reforma Agrária, compostas por verduras, legumes e frutas às famílias assentadas que estavam passando por alguma necessidade devido à pandemia de COVID-19. De acordo com uma facilitadora da ação *“Essa ação solidária veio para que as famílias possam ter uma complementação com verduras, legumes, frutas, uma vez que nem todas as famílias produzem este tipo de alimento no assentamento, pois, muitos mexem mais com leite”*, disse *Marcela*.

Imagem 18 – Alimentos arrecadados no Assentamento – Ação “*Quem tem doa, quem não tem recebe*”



Fonte: Arquivos cedidos pela COPROCAM.

Imagem 19 – Entrega dos alimentos arrecadados com a ação das famílias do Assentamento Dandara.



Fonte: Arquivos cedidos pela COPROCAM

A CSA e a COPROCAM seguem articulando ações de doação e cooperação dos agricultores dentro do próprio assentamento, auxiliando outras famílias assentadas. Eles também se articulam para realizar a doação a instituições de caridade e de auxílio a pessoas em vulnerabilidade social, com, por exemplo, o Lar Vicentino de Lins. A ação acontece sempre que algum coprodutor não comparece para retirar sua cesta, sendo ela encaminhada para doação as instituições locais. Com isso a comunidade local recebe um alimento saudável, e o agricultor também pode ficar tranquilo, já que a união da CSA garantirá que o alimento seja escoado sem prejuízos e com garantia do recebimento.

Deste modo, as relações desdobram-se em ações de reciprocidade, de forma que até mesmo as decisões de produção são definições em conjunto, produtor e coprodutor. Segundo Sabourin (2009, 2011, 2014) esta aproximação entre produtor e coprodutor, constrói e reforçar laços de amizade, de respeito, de solidariedade, e do reconhecimento mútuo entre as partes envolvidas.

Além de tudo que foi explanado até aqui, é importantíssimo destacar que a CSA proporciona aos produtores uma situação financeiramente mais confortável que anteriormente, quando não tinham esse tipo de organização. Com a eliminação dos atravessadores e realizando a venda direta, o valor recebido pelos assentados passou a ser muito maior do que eles estavam acostumados a vender seus produtos. Mas, o valor agregado por ser um produto agroecológico e por ser realizada a venda direta, não são os únicos benefícios, o financiamento da produção e dos riscos compartilhados com coprodutores, a garantia do escoamento da produção, junto a garantia do recebimento do pagamento da produção de forma mensal e continua, alavancou a remuneração das famílias e forneceu a elas estabilidade e confiança para investirem nos lotes, nas hortas e em equipamentos para melhorarem a qualidade e aumentarem suas produções.

Como parte das interações entre produtores e coprodutores, a CSA realiza alguns encontros que são intitulados de vivência no campo. Esses encontros produzem momentos fundamentais para reforçar os valores da comunidade, compartilhar ideias e mostrar de perto o trabalho das famílias na produção de alimentos livres de agrotóxicos e, além disso, proporcionar a chance dos coprodutores participarem de forma ativa do plantio, colocando a mão na terra e se conectando ainda mais com esse universo que para muitos estava distante de seus cotidianos. Em novembro de 2020 foi realizada uma vivência, nomeada como “*Mutirão da CSA*”, em que, a proposta do encontro foi a de plantar em uma área com formato de uma mulher, que foi nomeada de Flora, alimentos de acordo com os benefícios para cada área do corpo humano. Logo veremos o resultado desse trabalho.

Imagem 20 – Cartaz de divulgação do mutirão com fotos de vivências anteriores.



SAVE THE DATE | **30
11** | Multirao na CSA



Fonte: Arquivos cedidos pela COPROCAM.

Imagem 21 – Construção coletiva da Flora – Mutirão novembro/2019.



Fonte: Arquivos cedidos pela COPROCAM.

De acordo com a CSA:

A CSA – Comunidade que Sustenta a Agricultura é um projeto que serve exatamente pra isso: fomentar agricultores locais, evitando o êxodo rural e fazendo girar a economia local, pois os agricultores também são consumidores de outros produtos e serviços; cuidar de nossa saúde e da saúde do meio ambiente local pelo cultivo e consumo de alimentos livres de agrotóxicos e adubos químicos; fazer a ponte entre cidade e campo, criando uma relação próxima entre pessoas de "mundos" diferentes, quebrando barreiras sociais de forma que todos reconheçam a importância de cada um na sociedade. E muito mais! (Facebook da CSA)

Segundo Polanyi (2012a; 2012b) é necessário modificar os princípios de regulação da vida econômica, tornando-a mais justa socialmente e também combinando diferentes padrões orientados por mercado, domesticidade, redistribuição e reciprocidade, pensando deste modo, em alternativas à mercantilização dos sistemas alimentares. Isto é o que o autor conceitua como contramovimento, mas, para que ele ocorra é necessário que se fortalece também outros princípios. Em suma, esta dinâmica do contramovimento através da pluralidade de princípios de regulação passa a ser uma estratégia à mercantilização desenvolvida pela comunidade.

O modelo convencional de lidar com os sistemas alimentares, que é hegemônico no capitalismo, realiza um movimento de mercantilização da agricultura que prejudica a coesão na sociedade. Essa mercantilização leva a uma perda de controle dos indivíduos sobre a sua reprodução material e social, quer estejam na condição de produtores rurais, quer estejam na condição de consumidores. Há uma dependência cada vez maior do capital financeiro e industrial para a realização das atividades agrícolas. A livre circulação de mercadorias estimula uma competição desleal que, ao contrário do que se propõe, reduz os valores pagos aos produtores ao mesmo tempo que eleva o preço pago pelos coprodutores, especialmente em decorrência da inserção de intermediários na cadeia de distribuição. (MATZEMBACHER & MEIRA, 2020, p. 421).

De acordo com Polanyi (2012a; 2012b), podemos inserir a CSA como parte integrante do contramovimento ao sistema de mercantilização da agricultura. Vale ressaltar que foi possível observar relações de troca e reciprocidade se concretizarem no circuito da CSA e a cooperativa como um todo, mas, não devemos considerar tais relações como antagônica ao sistema ao qual estamos inserindo, e sim, problematizar e destacar, as experiências desenvolvidas por esses, que embora estejam inseridos como todo nos dentro da mercantilização da agricultura, tentam estabelecer outras relações em seu território, mantendo uma distância crítica do mercado convencional e buscando estratégias de compra e venda diferenciadas, baseadas no princípio, por exemplo, do comércio justo e da alimentação de qualidade. Assim, a aproximação entre produtores e coprodutores possibilita a construção de relações que vão além das econômicas, respaldadas por laços de solidariedade e coesão social.

O modelo de agricultura que embasa a CSA é a agricultura solidária, ou seja, cria-se uma rede baseada na confiança, no compromisso e na solidariedade ou – em outras palavras – na saúde: saúde individual, com o acesso a produtos orgânicos de qualidade; saúde ambiental com uma agricultura que respeita a natureza; saúde social com o apoio a permanência no campo e ação coletiva; saúde econômica com preços justos e fomento a economia local; saúde cultural, que valoriza o cuidado e respeito a diversidade e saúde espiritual, reconectando-nos a natureza.

5 COOPERAÇÃO E COOPERATIVISMO NAS TERRAS DE PROMISSÃO: O ASSENTAMENTO DANDARA ENQUANTO DESDOBRAMENTO DAS EXPERIÊNCIAS COLETIVAS DESSE TERRITÓRIO.

Este quinto e último capítulo realizamos uma breve revisão bibliográfica da luta pela terra na região de Promissão/SP, especialmente sobre o surgimento e consolidação do Assentamento Reunidas, de modo a compreender quais foram as contribuições, e quais as influências que as experiências coletivas desenvolvidas no PA Reunidas exerceram sobre as realizadas posteriormente no PA Dandara. Destacamos de que forma a cooperação e o cooperativismo estão presentes nos assentamentos, discutindo aqui, as contradições, potencialidades e estratégias das famílias assentadas, para isso, realizamos também uma breve revisão da literatura sobre os conceitos citados acima, que auxiliaram a finalização das análises aqui desenvolvidas.

5.1 Formação e consolidação do Assentamento Reunidas.

A concentração fundiária no Brasil é uma das maiores do planeta, 31,6 % das terras agricultáveis do país pertencem apenas a 0,8% dos proprietários rurais, e 91,9% dos proprietários rurais possuem apenas 29,2% de terras agrícolas, estando em suas posses áreas inferiores a 200 hectares. A realização de uma reforma agrária que abarcasse uma política pública de desenvolvimento conjunta a uma política agrícola, de segurança alimentar e nutricional, e social, transformaria nosso território e promoveria a desconcentração da estrutura fundiária do país, beneficiando diretamente cerca de 2,5 milhões de famílias. Mas, observando nossa história, é nítida a compreensão de que essa realização não perpassa as intenções governamentais (OLIVEIRA, 2011).

Como já foi apresentado, o surgimento dos movimentos sociais de luta pela terra por todo país, pressionou o Estado a realizar a desapropriação e assentamentos de reforma agrária. Em uma dessas lutas na região de Promissão/SP, surgiu o Assentamento Reunidas, o primeiro na região, antecedendo o Assentamento Promissãozinha e o Assentamento Dandara, tanto territorialmente, como nas lutas, experiências e estratégias de permanência no campo.

O Assentamento Reunidas é fruto de uma luta iniciada em 1983, que reuniu trabalhadores rurais, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e também os sindicatos rurais. Muitos desses trabalhadores eram reflexos do êxodo rural e mediante as dificuldades

enfrentadas na cidade com o agravar da crise econômica e precarização das condições de vida, iniciaram a busca por alternativas para regressarem ao campo.

A desapropriação da Fazenda Reunidas foi realizada pelo Governo Estadual Montoro para fins de reforma agrária por ser considerada um latifúndio improdutivo e ocorreu em junho de 1986. A Fazenda pertencia a José Ferreira Ribas, que conseguiu adquirir essa quantidade de hectares em virtude da aquisição via compra e/ou expulsões com ameaças de morte de inúmeras famílias que possuíam pequenas propriedades que estavam ao redor das suas (PEREIRA, 2016; SIMONETTI, 1999).

Não obstante as reclamações dos sitiantes aos órgãos judiciais e policiais, o fato é que, em virtude da força e do medo impostos pelo fazendeiro, muitos sitiantes foram forçados a vender suas terras a preços mínimos, enquanto outros as abandonaram e fugiram da região. A pesquisa desenvolvida por Stela Lemos Borges recolheu vários depoimentos de pessoas que sofreram esse processo de tomada de terras dos sitiantes, sendo que alguns deles, nos finais da década de 1980, voltaram à fazenda. Ela estava sendo desapropriada por ter sido cadastrada como improdutiva, e eles, na condição de demandantes de terra, foram finalmente assentados lá. Os relatos acerca dessas estratégias, do medo, da destruição de plantações e moradias pelo fogo e das ameaças de assassinato atestam a violência utilizada naquela região. (SILVA, 2004, p. 30).

A área correspondente à Fazenda Reunidas foi na época o centro de uma disputa social pelas terras da região, sendo, cogitada a possibilidade de desapropriação da mesma em 1983, porém, tal ação só concretizou-se após a aprovação do I Plano Nacional de Reforma Agrária, sendo este, um dos primeiros assentamentos realizados na vigência do plano (SIMONETTI, 2011; SANTOS, 2007).

O processo de formação do Assentamento Reunidas é destaque na Tese de Doutorado de Simonetti (1999) intitulada “A Longa Caminhada: A (re)construção do território camponês em Promissão”, de acordo com a autora,

Em 30 de julho de 1986 o governo desapropriou 17.138 hectares da Fazenda Reunidas, através do decreto número 92.876, baseado no Plano Nacional de Reforma Agrária do Governo Federal. No dia 22 de agosto de 1987, as 44 famílias que estavam acampadas na BR 153 ocuparam a Fazenda Reunidas, objetivando forçar a emissão de posse sem a qual não seria possível a sua entrada na terra e implantação do assentamento. [...] No dia 02 de novembro de 1987, o grupo IV, com 350 famílias, ocupou uma área na rodovia BR 153, a Transbrasiliana, que corta uma grande extensão da Fazenda Reunidas, onde participaram do processo de (re)construção do território camponês na região. (SIMONETTI, 1999, p. 94).

Em março de 1988, após o decreto de desapropriação, começaram a adentrar na Fazenda Reunidas as famílias que ali seriam assentadas, sendo elas, as famílias inscritas e

selecionadas nos municípios da região e também um grupo de 44 famílias que estavam acampadas às margens da BR-153. Em junho de 1989, o INCRA iniciou a demarcação dos lotes e foi nesse mesmo período que o grupo de Sumaré/Campinas ocuparam outra área da Fazenda Reunidas para reivindicar novamente que essas famílias também fossem assentadas nessas terras, pois, até então o que se dizia era que não existiam terras para esse grupo que havia vindo de fora da região, porém, essa ocupação do grupo de Campinas foi vitorioso e todos eles foram assentados (PEREIRA, 2016; SIMONETTI, 1999, 2011; D'AQUINO, 2011;).

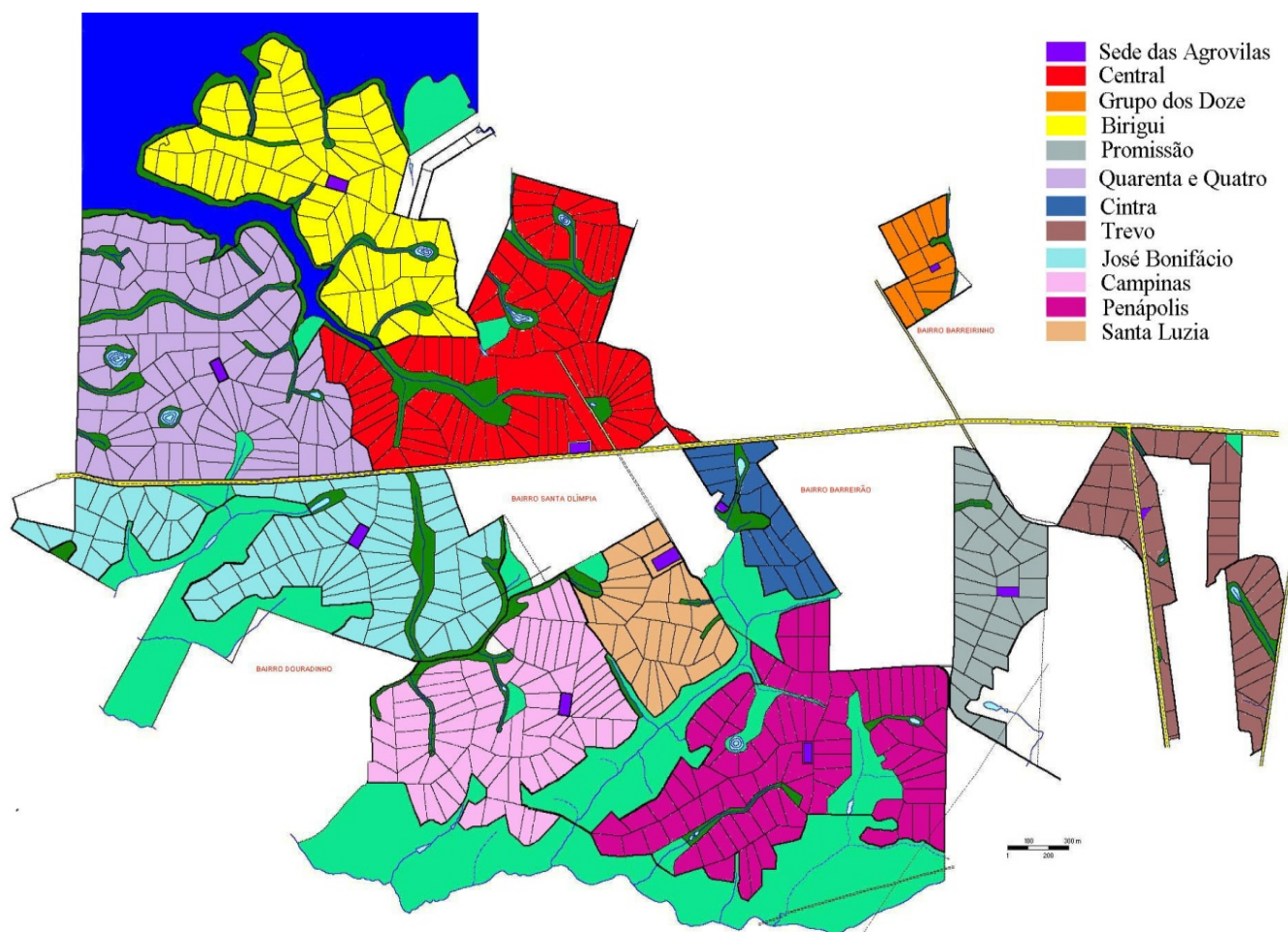
O Assentado Pedro, que participou de todos esses processos e luta, relatou com detalhes o acontecimento.

[...] foi assim, preparação de dois anos discutindo para onde vinha, pra que terra e no meio dessa história um pouquinho de mentira, porque na verdade o povo às vezes vem um pouco enganado, porque falavam que dentro de 3 dias estava com a terra nas mãos e tal e tal, daí foi aonde nos tinha que deixa o emprego, tinha que deixa a cidade, tinha que vir todo mundo. Daí deixamos o emprego e viemos pra cá, viemos pra cá dia 02 de novembro de 1987, estacionamos aqui na fazenda reunidas que já tinha outro grupo que era anterior a nós que foram os pioneiros daqui, que abriu a fazenda, tem até o nome, hoje é chamado do grupo dos 44, então essas 44 famílias na verdade foram elas que começaram todo o processo, e nós viemos depois, e até quando chegamos aqui nos encontramos um pouco de resistência com essas famílias do 44, porque na cabeça deles nós usamos da oportunidade deles, porque quando eles ocuparam ele convidaram e ninguém quis apostar com eles, depois caiu de paraquedas aqui 350 famílias aqui, mas tinha terra pra todo mundo e daí conforme foi a discussão chegamos num consenso e ficamos no processo, era uma terra grilada né, que era de um fazendeiro que na imagem de muita gente via 'ah o movimento está indo lá e roubando a terra dos outros' mas na verdade não é isso, é uma terra que é do Estado, que foi grilada que não pertencia a ele, na verdade só estamos recuperando o que não é dele, mas, mesmo assim, ele recebeu por isso aqui, recebeu até o valor de duas fazendas a mais do que isso aqui. E foi através de onde acontece a reforma agrária porque se fosse mesmo manter as terras de quem fosse dono então a reforma agrária não existiria, só existe porque é terra do governo, terra devoluta mesmo. Mas pra isso acontecer teve um grande processo, nós pista, o governo, prédios até chegar o momento, não sofremos despejo, eu acho que foi o único grupo que não teve despejo, o único 'despejo' que teve foi nós sair de onde a gente estava acampado pra vir onde a gente está hoje, por livre e espontânea vontade, porque na época chegaram na gente e disse que nós não tinha terra aqui, porque na verdade, quando nós ocupados os 350, a região aqui, o município pego e junto as famílias – colo eles descobriram que essa terra era mesmo pra reforma agrária – o prefeito da época, político, usaram até de má fé, foram pegando famílias que as vezes nem precisava de terra, gente bem, sitiante – reforma agrária é pra pessoas humildes que precisa, se você for ver mesmo, é pra recuperar as famílias que não tinham condições – e esses políticos foram dando um jeitinho aqui e ali se juntaram em 16 municípios e falou pra nós que nós não tínhamos direito a terra aqui, que se nós quiséssemos terra nós deveríamos ir para outra região. Só que assentou todo mundo, e o movimento descobriu que essa área aqui também era de reforma agrária e que não tinha ninguém pra assenta aqui, mas pra isso acontecer nós tínhamos que sair de lá e ocupar aqui, foi a hora que nós saímos de lá e viemos pra cá, nos mesmos medimos, pegamos uma corda, cada um pegou o seu pedaço e ficou, e com isso nós levamos não sei se foi sorte ou milagre, e o governo viu, e acho que quando foi com uns 3 meses o governo já desceu com obra e com os engenheiros e

corto as terras e onde nós estávamos ficamos, e daí pra frente foi só se organizar pro trabalho né. (PEDRO).

O Assentamento Reunidas é um assentamento consolidado e é também um dos maiores em extensão no Estado de São Paulo, possui 634 lotes de 17 hectares cada, onde vivem cerca de 3000 mil pessoas. Ele está dividido em dez agrovilas: Agrovila Central, Agrovila 44, Agrovila Birigui, Agrovila José Bonifácio, Agrovila Campinas; Agrovila Penápolis, Agrovila São João ou Promissão, Agrovila Cintra, Agrovila do Trevo e Grupo dos 12 (SIMONETTI, 1999, 2011). A maioria das agrovilas recebeu o nome da cidade de origem das famílias, a exemplo, Penápolis, Campinas, etc., mas outras foram nomeadas em virtude de alguma especificidade, a exemplo, agrovila Central, por estar localizada em uma área mais central do assentamento, e, a agrovila 44, que se formou atrás de um grupo de 44 famílias que acamparam juntas naquelas terras.

Mapa 7 – O Assentamento Reunidas dividido em Agrovilas



Fonte: SIMONETTI (1999).

O Assentamento Reunidas possui seis associações, sendo elas, Associação de Comunicação, Cultura, Esporte e Produção do Assentamento Reunidas (ACCEPAR), Associação dos Produtores Rurais da Agrovila Birigui (APRAB), Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Legumes, Frutas e Verduras do Município de Promissão (APROLEV), Associação União dos Produtores Rurais das Agrovilas Penápolis e Cintra (AUPRAPECI), Associação dos Produtores Rurais da Agrovila 44 (APRA) e Associação dos Produtores Rurais Unidos pelo Amanhã (APRUPAM) e duas cooperativas, Cooperativa de Produtores do Projeto Agrário Reunidas (COOPAR) e Cooperativa dos Produtores Familiares de Leite da Região Noroeste (COOPLENOR) (PEREIRA, 2016).

Para suprir a demanda educacional dos assentamentos, eles contam com: quatro escolas que estão localizadas no Assentamento Reunidas, nas agrovilas Penápolis, Central, Birigui, que atendem o Ensino Infantil e Fundamental 1; Campinas, onde já foi oferecido o Ensino Infantil e o Ensino Fundamental 1, e hoje atende apenas ao EJA – Educação de Jovens e Adultos; no Assentamento Promissãozinha, na Escola Comunidade Nossa Senhora Aparecida que atende o Ensino Fundamental 2 e Ensino Médio, mas, em virtude da distância de deslocamento dentro do assentamento até esta escola, parte dos alunos do assentamento também frequentam escolas na cidade e utilizam-se do transporte escolar gratuito para o deslocamento (PEREIRA, 2016).

É importante destacar que este assentamento foi realizado com precárias condições de infraestrutura, desde estradas, acesso à água e energia, até mesmo as moradias dos assentados e o acesso à saúde, educação e transporte, tiveram auxílio muito irrelevante se comparado com a estrutura que os assentados dos PA mais recentes conseguiram via políticas públicas assim que foram assentados.

Essas casas aqui foram do Governo Lula. É tudo do Governo Lula. Então quer dizer, se você vê uma moradia dentro desse assentamento é tudo do Governo Lula, porque do Governo Fernando Henrique nós não recebemos nada, não tinha objetivo nenhum, daí o Governo Lula liberou. Essa casa eu construí com o dinheiro próprio do Governo, tudo do Governo, essa casa não teve um centavo meu. Foi 9 mil reais do Governo dele, que ele implantou em habitação. Dos assentamentos novos mais ainda, porque como a gente era mais velho, ele implantou a reforma e pra quem não tinha condições foi construir e pros assentamento mais novo ele já fez um programa melhor além de dar à terra ele deu água encanada, deu casa, deu estrada, lote todo cercadinho, e mais um investimento de 25mil reais parece cada família, e mesmo assim cerca de 80% das famílias já venderam tudo, então, é aquela história, que fez uma coisa sem planejamento, porque se ele dá tudo isso, deu casa e tudo tudo, porque que o cara vende? Por quê? Porque na outra ponta não teve planejamento do que o cara ia plantar, no que o cara ia investir, não tinha uma indústria pra receber seu produto, não tinha onde vender, daí chega no final, que tudo que foi feito se perdeu. (Pedro).

Foram ações coletivas dos assentados do PA Reunidas que realizaram os primeiros poços para terem água limpa, que abriram as estradas em meio à mata, que construíram através de mutirões algumas estruturas, tais como, barracões e igrejas, que permitiriam que eles mantivessem espaços coletivos de partilha e socialização (LACERRA, 2019; PEREIRA, 2016; ARBAROTTI, 2014; POKER, 2011; SIMONETTI, 1999).

Santos (2007) faz uma sistematização da organização e desenvolvimento do Assentamento Reunidas, dividindo-o em etapas: de 1987 a 1993 – processo de implantação e execução das políticas de apoio inicial à formação do assentamento: recursos para fomento, custeio e abertura de estradas; de 1994 a 1999 – foco as políticas públicas para assentamentos de reforma agrária estavam voltadas para cumprir metas sociais, nesse período o assentamento se destaca como experiência de sucesso; de 2000 a 2006 – reforma agrária de mercado, com extinção de linhas de créditos especiais e específicas para assentamentos e transição para uma política voltada a sua função econômica e social, com o II Plano Nacional de Reforma Agrária (SANTOS, 2007); e de 2007 a 2016 – retomada das linhas de créditos e programas de incentivo a agricultura familiar e após a contra reforma e o incentivo cada vez maior ao agronegócio em detrimento da agricultura familiar (PEREIRA, 2016; SANTOS, 2007).

Daremos destaque ao período de 1994 a 1999, que foi a fase em que as políticas públicas de reforma agrária estavam voltadas para o cumprimento de metas sociais. Neste período nasceram algumas experiências coletivas de produção e comercialização nos assentamentos. O exemplo mais emblemático foi a Cooperativa de Produção Agrícola Pe. Josímo Tavares – COPAJOTA²², experiência desenvolvida e articulada pelo MST no Assentamento Reunidas e teve início em fevereiro de 1992, com 36 associados. A principal diferença dessa cooperativa foi a forma como ele foi estruturada, não existia apenas o trabalho coletivizado e sim uma experiência de coletividade total, que perpassava desde a divisão do trabalho até refeições comunitárias, e o cuidado com as crianças (SANTOS, 2007; SIMONETTI, 1999).

De acordo com a assentada Joana:

A COPAJOTA foi a 1º cooperativa de Assentamento no estado de SP.

A COPAJOTA surgiu depois de várias experiências com grupos coletivos e associações, do qual participei, com esses mesmos companheiros, e junto com os representantes do MST. No início do ano 1992, tivemos cursos de Laboratório de Campo, com palestras sobre a formação de uma cooperativa. O curso foi dado com os quadros de palestrantes baseados à cooperativa do Rio Grande do Sul, pois, vieram de lá específicos para dar

22 Para conhecer mais sobre a experiência da Cooperativa de Produção Agrícola Pe. Josímo Tavares (COPAJOTA) sugerimos a leitura da Tese de Doutorado de SIMONETTI, M. C. L.(1999).

aulas sobre cooperativa aqui. E assim foi feito esse Laboratório de campo com 40 famílias.

Em março de 1992 houve a formação da cooperativa cujo nome escolhido e aprovado pelos sócios de COPAJOTA, que quer dizer Cooperativa Agropecuária JOSÍMO TAVARES, que é o nome de nossa comunidade.

E aí, criou os setores: Infra-estruturas, Setor de máquinas (com terroristas capacitados, Cozinha Comunitária, Escritório, Creche para as mães poderem trabalhar também, Setor de agricultura, Pecuária leiteira para consumo e Horta para consumo. Cada setor tinha seu coordenador, que era responsável por marcar as horas trabalhadas do sócio, ou os dias perdidos. Porque o sistema da cooperativa era por horas trabalhadas.

Funcionava tudo muito bem, era super organizada, tínhamos visitas de apoios de toda a região. Foi mais uma experiência posta em prática, mais infelizmente teve 2 entraves e não teve como continuar.

O 1º entrave seria corrigir o regimento interno do qual foram feitas várias reuniões com os representantes e os cooperados, e todas com resultados negativos para uma correção; O 2º entrave ainda mais grave ainda, pois, a cooperativa não podia ser reconhecida perante a Lei, por ser sem fins lucrativos. E pra oficializar como as cooperativas tradicionais os impostos eram um absurdo q jamais ela conseguiria se manter.

Depois disso foi o começo do fim, daí 21 famílias que ficaram descontentes com essa situação, deram baixa no quadro de sócios; saíram.

As 19 famílias ficaram tentaram levar adiante, mais não por muito tempo; pois, o corpo administrativo da cooperativa tinha saído quase todos. Na época ficou um clima muito ruim, quer dizer não tinha nem clima., porque todos os sócios haviam construído suas casas na agrovila, onde situava a cooperativa. E daí, todos os que saíram da cooperativa tinham que ir trabalhar nos seus lotes, que eram longes de suas casas da agrovila, isso durou até os ex cooperados se reestruturarem novamente e construir suas casas agora em seus lotes junto com sua produção. E foi isso, até que um dia a Cooperativa decretou falência, e cada um foi trabalhar em seus lotes até se reestruturarem novamente. Olhando hoje parece o filme: Meia noite e um – Tudo pode acontecer. Hoje a gente até ri, mas na época era de chorar.

Hoje a amizade foi restabelecida, a amizade continua, e é como se nada tivesse acontecido. Tudo pareceu q foi um Sonho... Enfim... mais uma experiência!!! Não deu certo mais valeu a experiência... Depois de toda tempestade...Vem sempre uma bonança Joana).

Santos (2007) destaca que “o grande desafio para as experiências cooperativistas é a falta de cultura cooperativista, o excesso de força de trabalho, escassez de capital e capacitação técnica para gerenciamento da produção e financeira” (SANTOS, 2007, p. 51). Para além da produção, concordamos com Lacerra (2019), ao consideramos o Assentamento enquanto um território de reprodução da família camponesa, pois, onde antes existia a violência, o silêncio e a reprodução da monocultura, hoje está repleto de sujeitos, vozes, movimento e história.

Arbarotti (2014) também destaca que o assentamento gerou na região de Promissão uma reconfiguração territorial, mas, destaca que, as mudanças ocorridas naquele território

foram muito além da alteração da estrutura fundiária, abrangendo aspectos econômicos, sociais e culturais.

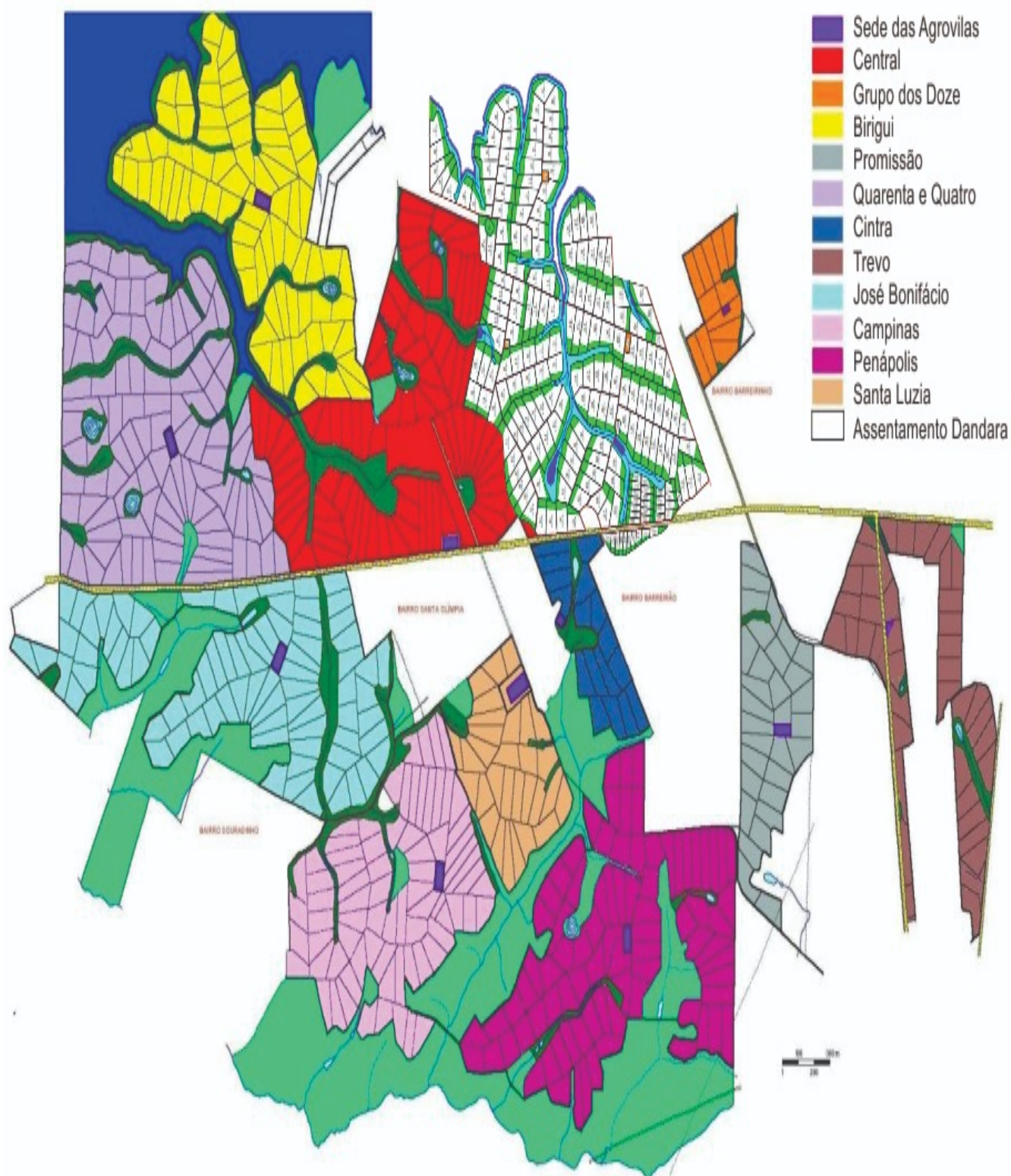
Homens e mulheres que se encontravam marginalizados e explorados tiveram a oportunidade de serem protagonistas e agora essa responsabilidade é passada para a segunda geração. A terra que foi [...] marcada por medo e destruição, agora é novamente revigorada em uma localidade onde histórias, trajetórias, vividos sonhos e esperanças reflorescem. (ARBAROTTI, 2014, p. 73).

Assim, esses assentados após todo o processo de luta e de conquistas das mínimas condições necessárias para viverem em seus lotes, iniciou-se no assentamento, uma nova batalha, a da permanência, que está totalmente relacionada a obtenção de condições socioeconômicas que corroborassem com uma melhor condição de vida e trabalho.

5.2 Relatos Orais: Experiências do PA Reunidas e suas contribuições para os Assentamentos.

Durante a realização da pesquisa de campo, emergiu a necessidade da incorporação do Assentamento Reunidas como parte das análises que seriam realizadas sobre aquele território, em virtude de sua massiva representatividade para o Assentamento Dandara, no que tange as temáticas de nossa investigação. Foi de extrema importância incorporar a análise deste assentamento na pesquisa, uma vez que, os assentados do Assentamento Dandara têm o mesmo com referência, quando o assunto é trabalho coletivizado e cooperação entre assentados, de modo que, os assentados do Assentamento Dandara se referenciam em vários momentos a experiências ditas “bem-sucedidas”, “inusitadas” ou até mesmo “fracassadas” deste outro assentamento.

Mapa 8 - Assentamento Reunidas e Assentamento Dandara.



Fonte: SIMONETTI, 1999; COPROCAM, 2020. Organização e Adaptação: Thaylize Goes Nunes Pereira.

É possível observar na imagem acima que o Assentamento Reunidas divide com o Assentamento Danara suas divisas territoriais, mas as relações estabelecidas por eles ultrapassam esses limites institucionais. Esses assentamentos estão entrelaçados por laços familiares, amizades, experiências e lutas compartilhadas. Sendo assim, foram selecionados quatro assentados que pudessem compartilhar as experiências vivenciadas por eles no que diz respeito a participação nos sistemas de cooperativa e associação. Abaixo você encontrará um pequeno perfil dos entrevistados do PA Reunidas.

Aparecida, têm 42 anos, natural de Mundo Novo/MS, assentada há 33 anos, casada, e possui pós-graduação. O lote que ela mora está no nome de sua sogra, mas seu pai também é assentado este mesmo assentado, tendo a entrevistada vivido neste assentamento desde sua infância. No lote moram 4 pessoas, ela, o esposo e os dois filhos, e são duas as pessoas trabalham diretamente com o lote. A família participa de cooperativa e de associação. A composição de renda da família vem do trabalho no lote e também do trabalho na cidade. No lote a família produz leite e hortaliças para venda que é feita para os programas PAA e PNAE e também para atravessadores e outros assentados, já para o consumo familiar a diversidade é maior, além do leite e hortaliças, a família também produz ovos, chás, temperos e frutas.

Joana, têm 64 anos, natural de Santa Albertina/SP, assentada há 29 anos, casada, e possui ensino fundamental. O lote que ela mora com seu esposo e sua mãe, está no seu nome e no nome de seu cônjuge. Duas pessoas trabalham diretamente com o lote e eles não participam mais de nenhuma cooperativa e de associação. A composição de renda da família vem do trabalho no lote e da aposentadoria. No lote a família produz hortaliças e frutas para venda que é feita para outros assentados e atravessadores. Para o consumo familiar, a diversidade é maior, além das hortaliças e frutas, eles possuem chás, temperos, e, são feitos alimentos de derivados de frutas, como doces, geleias, e também pães.

Fernanda, têm 27 anos, nasceu em Lins/SP, mas sempre morou no assentamento, é assentada desde que nasceu. Ela é casada, tem curso técnico agrícola e é graduanda em engenharia agrônoma em uma Universidade Federal. O lote que ela mora está no seu nome. Neste lote moram seis pessoas, e três delas lidam diretamente com o cultivo e produção no lote para obterem renda. A composição da renda familiar é obtida através da renda extraída do lote e também do trabalho em outros lotes e a família participa de uma cooperativa. No lote se produz para venda leite, queijos, doces derivados do leite, e também doces produzidos de frutas, como, geleias e compotas. Além dos alimentos produzidos para venda, a família também produz para consumo, ovos, hortaliças e frutas. A comercialização é realizada através de feiras, da venda livre na cidade e também por atravessadores.

Pedro, 49 anos, casado, nasceu no Paraná, já morou tanto no campo quanto na cidade, é assentado há 27 anos, possui o ensino fundamental. O lote está no seu nome e de sua esposa. Neste lote moram 5 pessoas, e 2 delas lidam diretamente com o cultivo e produção no lote para obterem renda. A composição da renda familiar é obtida através da renda extraída do lote e também do trabalho na cidade. A família não participa de uma cooperativa. No lote se produz hortaliças e frutas para venda que é feita para outros assentados e atravessadores. Para o consumo familiar, existe um canteiro com chás e temperos.

A importância de trazer logo no início desta reflexão um pouco da trajetória de vida dos assentados, é fruto da compreensão de que o Assentamento Reunidas foi construído através de uma pluralidade de sujeitos, sendo eles,

[...] ribeirinhos que migraram devido às pressões pela construção das usinas hidrelétricas, trabalhadores da região de promessa que eram participantes da CPT e dos sindicatos, o grupo de Campinas fortemente influenciado pelo MST e mais o grupo de famílias convocadas pelo INCRA, diversidade que confere ao assentamento uma grande riqueza de situações, formações e posicionamentos políticos. Esses fatores tornam possível verificar as várias práticas simultâneas relativas à reprodução social desses trabalhadores no interior do assentamento. (LACERRA, 2016, p. 58-59).

Para iniciar as entrevistas e entender um pouco mais do contexto das famílias, pedi para que me falassem o porquê aderiram à luta pela terra, e me contassem um pouco de suas trajetórias. A assentada Joana lembrou que na década de 1980, tivemos uma grande crise econômica no Brasil e esse foi um dos fatores que influenciou a de sua família para a luta pela terra. Em suas palavras:

Nos anos 80 a crise econômica era muito grande, a recessão era das mais bravas que já tínhamos vivido, as indústrias trocavam seus funcionários por máquinas e o desemprego era em massa. Por isso resolvemos mudar de campinas em busca de um pedaço de terra para nela tirar nosso sustento e criar nossos filhos (Joana).

Joana faz parte da 1ª Geração²³ de Assentados, aqueles que conquistaram à terra e deram início ao assentamento. A assentada Aparecida disse:

Minha família participa de movimentos sociais desde o início dos anos 80, estavam presentes nas organizações dos Assentamentos Sumaré I, Sumaré II e Porto Feliz. A vinda para o acampamento em Promissão era o quarto grupo organizado de famílias sem terra, do qual meus pais estavam envolvidos. Quando chegamos em Promissão, em 02 de novembro de 1987, éramos em 350 famílias oriundas de mais de 10 municípios da região de Campinas/SP. Sempre fomos parte da comunidade, aqui me formei em Economia, Mestre em Desenvolvimento Econômico pela Unicamp e MBA em Finanças

23 Para aprofundar a leitura sobre as Gerações nos Assentamentos de Reforma Agrária, indicamos a Dissertação de mestrado defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. Ver: ARBAROTTI, Alexsandro Elias. Encontros e desencontros nos assentamentos de reforma agrária: estudo sociológico sobre gerações e identidades. São Carlos, SP: UFSCar, 2014.

pela Unilins, além de juntamente ao meu marido, formamos nossa família com nossos dois filhos (Aparecida).

Vale destacar que a assentada veio para a assentamento ainda em sua adolescência acompanhada de seus pais são a 1ª Geração e faz parte da 2ª Geração de Assentados, e seus filhos dão continuidade a 3ª Geração que permanece no assentamento.

Já a assentada Fernanda faz parte de uma geração que nasceu no assentamento, ela é neta daqueles que conquistaram a terra.

Então, na verdade quem aderiu a essa luta pela terra foi os meus avós. Meu avô sempre foi filiado ao Partido dos Trabalhadores né. Então tinha contato direto com as pessoas dos movimentos sociais e como eu trabalhava com café na própria cidade de Promissão, em uma vila chamada Santa Maria do Gurupa, ele estava cansado de trabalhar para os outros que queria trabalhar para ele mesmo e daí surgiu a oportunidade de vir para o assentamento. E aí, é claro que a família veio junto, e as famílias foram casando e na verdade, quem ficou só com o lote foi meu pai. Então a gente vem, a luta pela terra na verdade foi feita por ele e nós somos uma conquista não somos uma sucessão familiar (Fernanda).

Assim, destacamos que Fernanda dá continuidade à luta iniciada por seus avôs e é a 3ª Geração da família que permanece no assentamento.

O assentado Pedro em seu depoimento disse,

Nós éramos camponês né, trabalhava lá na zona rural do Paraná, meu pai era sempre agricultor e meu pai resolveu se aventura na cidade, por volta de 1985 nós fomos pra cidade, só que na cidade naquele tempo tinha que trabalhar o mês e come, trabalha pra pagar o que comeu, então era dificuldade pagar aluguel não tinha casa própria não tinha nada, e meu pai enquanto a gente estava trabalhando de empregado, ele tirava os seus espaços e ia atrás de reforma agrária, foi na Bahia, no Mato Grosso, onde ele via ele ia atrás, onde ele via ação de reforma agrária ele corria atrás, até que ele foi na Bahia, lá ele até encontrou uma ação de reforma agrária que o estado dava terra, dava casa, só que ele chegou e não gostou, na verdade ele nem chegou a ir, porque quando ele chegou de voltar tinha duas meninas que eram militante do movimento que estava andando na região e trazendo essa proposta e cadastrando o povo para essa área que nós estamos hoje, e meu pai como nós estávamos no estado de São Paulo e não queria sair daqui, daí pra isso nos resolveu tomar informação antes de vir pra cá, dois anos na cidade, sempre se reunindo de mês em mês, daí juntava os 12 municípios da região, cada regional fazia o seu tipo de encontro pra quando chegasse o dia e a hora, todo mundo vim. Daí foi assim, preparação de dois anos discutindo pra aonde vinha, pra que terra, e no meio dessa história um pouquinho de mentira, porque na verdade, o povo as vezes vem um pouco enganado porque falava que dentro de 3 dias estava com a terra na mão e tal e tal, daí foi aonde nos tinha que deixar o emprego, tinha que deixar a cidade, tinha que vir todo mundo, daí deixamos o emprego e viemos pra cá, viemos pra cá dia 02 de novembro de 1987 [...] (Pedro).

O Assentado Pedro também pertence a 1ª Geração de assentados do Assentamento Reunidas. Ele também realiza esse resgate lembrando da experiência do pai que era camponês e resolveu se aventurar na cidade em busca de um futuro melhor, mas que essa experiência não foi bem-sucedida, e, desde então saiu pelo Brasil atrás de reforma agrária para voltar à terra.

Segundo Marques, ao se referir ao campesinato revela,

A ordem social moderna é organizada pelo mercado e pelo princípio de competição, tendo como valores o indivíduo e a razão. A relação dialética entre tradição e modernidade perpassa toda a cultura brasileira. Não há um destino pré-determinado para o campesinato na sociedade brasileira. O destino dessa classe social é definido ao longo de sua própria história pelas posições que ocupa no campo de lutas que se forma em torno da questão agrária. (MARQUES, 2002, p. 2).

Pelo exposto, devemos compreender que os camponeses formam uma categoria política que expressam uma identidade, valores e inúmeras possibilidades de organização social, que se materializa, por exemplo, através de suas lutas por permanência. Essa diferença na forma de organização do trabalho do camponês dos outros trabalhadores, está atrelada aos princípios da força de trabalho familiar, manutenção dos meios de produção, são os mecanismos que objetivam a reprodução de suas famílias e permanência no campo. Sendo assim, vale destacar, que o camponês recria, no decorrer dos anos diversas estratégias para poder permanecer no campo e se reproduzir através dele, lutando sobretudo, pelo controle político de seu território consolidando as relações sociais típicas do modo camponês de fazer agricultura.

Todavia, para analisar o campesinato é indispensável mantê-lo contextualizado historicamente, compreendendo as estruturas de sociedade onde ele se reproduz, pois, esses fatores são imprescindíveis e interferem nas formas de produção e na vida social (MARQUES, 2002). A saber, o campesinato está vinculado ao desenvolvimento desigual e combinado do capital, fato que nos traz a certeza que eles não são desconhecidos do capital, mas sim, instrumentos necessários para a reprodução dos mesmos.

[...] a lei do desenvolvimento desigual e combinado apontando uma nova perspectiva para a compreensão do modo de produção capitalista e a necessidade permanente de luta entre capital e trabalho nos diversos estágios de desenvolvimento do modo de produção capitalista. (LIMA, 2019, p. 274).

Ou seja, o desenvolvimento desigual e combinado desmistifica a teoria etapista presente no marxismo ortodoxo, e reafirma a premissa de que por sua própria natureza, o capitalismo é um condutor de desigualdades. De modo a ocorrer simultaneamente o desenvolvimento das forças produtivas com a luta de classes, em que, o processo histórico será definido pela somatória das realidades econômicas, sociais, políticas e culturais. “Contudo, embora ocorra a combinação de determinadas etapas no processo de acumulação de capital, esse processo será sempre desigual” (LIMA, 2019, p. 274).

De acordo com Lowy,

[...] sua importância é, acima de tudo, metodológica: elas mostram que Marx e Engels admitiam a possibilidade objetiva de uma ruptura na sucessão de tarefas históricas; que estas tarefas têm uma articulação complexa, dialética; e que o materialismo histórico – ao menos como praticado nos escritos de seus fundadores – não pode ser reduzido a um evolucionismo metafísico e economicista. (LOWY, 2015, p. 21).

A transformação da renda da terra em capital agrário e o uso da mão-de-obra assalariada foram fatores determinantes para o desenvolvimento do capitalismo no campo (GORENDER, 2004). De acordo com Oliveira (2007), podemos analisar esse processo por meio de três teses.

A primeira tese defende que as relações capitalistas de produção se expandem para a agricultura a partir da destruição dos camponeses e a modernização dos latifúndios. A segunda tese defende que existe um modelo dual baseado na dicotomia moderno-atrasado, de modo que, esses dois setores, urbano-industrial (moderno) e o campo (atrasado), entretanto, o setor atrasado que forneceria os trabalhadores assalariados para a indústria e manteria o exército industrial de reserva sempre crescente, fato que garante entre outros fatores os preços dos salários pagos aos trabalhadores. A terceira tese defende a existência de um processo dialético criado pelo capital que é responsável por destrói e recria constantemente tanto o campesinato quanto o latifúndio, ou seja, “[...] formas não capitalistas de produção são originadas no âmbito das contradições do próprio modo de produção, destruídas e recriadas de acordo com as necessidades de expansão e valorização do capital”. (LIMA, 2019, p. 282).

“[...] a agricultura desenvolve-se em duas direções: de um lado, a agricultura especificamente capitalista, baseada no trabalho assalariado e nos arrendamentos; de outro, a agricultura baseada na articulação com as formas de produção não-capitalistas”. (OLIVEIRA, 2007, p. 21).

Consequentemente, as relações de produção na agricultura passar a seguir dois caminhos: a formação de uma classe de trabalhadores livres e assalariados, e a formação de relações não-capitalistas no campo, criando um exército rural de reserva a espera das demandas do capital.

Em relação à agricultura, esta passa a ter adiantamentos financeiros e investimentos em melhoramento das plantas, bem como o crescente uso de máquinas e implementos agrícolas com reduzido uso de mão-de-obra assalariada. Quando existe uma total subordinação da produção agrícola ao capital, esta tende a elevar a composição orgânica do capital no campo em que o capital variável vai diminuindo à medida que o capital constante aumenta, permitindo a extração da mais-valia relativa. Esse processo concretiza-se com a expropriação e expulsão dos trabalhadores rurais dos latifúndios, originando outras categorias, tais como o boia-fria, e os sem-terra. Portanto, na mesma dimensão que o capital avança no campo,

intensifica-se o êxodo rural, a concentração fundiária e a pobreza. (LIMA, 2019, p. 282-283).

Os assentados também ressaltaram em seus depoimentos a realização de um sonho ao conquistarem à terra, seja por eles, ou pelas gerações anteriores que encamparam esta luta. Eles destacam a existência de um modo diferente de ver à terra, e as relações sociais em torno dela, deste modo, os depoimentos apresentam uma ênfase nos valores que o homem do campo possui e também o que foi se modificando com o passar dos tempos, principalmente em relação aos bens materiais, revelando algumas fragilidades nas relações estabelecidas com as gerações anteriores, de modo a questionarem o que de fato teria real importância para eles.

Resgatando a fala de Pedro destacamos que desde meados da década de 1990, em especial por causa da fundação da Via Campesina, o MST vem intensificando o uso do conceito de camponês²⁴ na formação de seus quadros, por isso, não nos causa estranheza a forma como o conceito aparece diversas vezes nas falas dos assentados, e principalmente das lideranças ligadas a ele. Compreendemos que o movimento atua no intuito de fortalecer a identidade dos assentados e do próprio movimento como sendo um movimento camponês, de modo a atribuir uma identidade correspondente para a produção de um discurso de mobilização em torno da luta pela terra, que muitas vezes não condizem com a realidade daqueles assentados, gerando inúmeros embates dentro do assentamento.

Indaguei os assentados se eles já haviam vivenciado alguma experiência com o trabalho cooperado, todos eles alegaram que já haviam participado de uma cooperativa e de alguma associação. Após essa resposta positiva, perguntei quais eram os motivos deles terem aderido a esse tipo de organização. Aparecida me respondeu que:

Através das organizações, cooperativas e associações consegue-se reduzir custos de produção por volume de compra de insumos e agregar valor ao produto final por volume negociado para vendas. A união das famílias produtoras é essencial na viabilidade econômica destas unidades produtivas, por isso participar de uma organização é essencial (Aparecida).

Já Fernanda respondeu:

nós aderimos a trabalhar em sistema de cooperativa, por conta que nós produzimos um pouco de leite né, e nós não éramos uma potência leiteira. Então com isso não conseguia preço. A cooperativa consegue coletar o leite de todos os produtores e vendendo, com a quantidade ela ganha valor né, é o valor agregado ao produto pela quantidade que ela produz, fora a facilidade que é pro produtor, porque foi distribuído alguns tanques perto dos cooperados que facilitou então esse transporte do leite e também a comercialização principalmente por conta da comercialização (Fernanda).

24 Para aprofundar a leitura sobre o tema indicamos a Tese de Doutorado defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos em 2019. LACERRA, B. S. A quantas anda o ethos camponês? Estratégias de reprodução social de jovens rurais.

É importante destacar que as duas assentadas são associadas/cooperadas apenas para a comercialização do leite, outros alimentos como hortaliças o escoamento delas é feito via atravessadores, assentados, editais do PAA e PNAE e em alguns casos diretamente na cidade.

O assentado Pedro, disse que considerava positiva a experiência, mas faz inúmeras críticas:

Positiva, positiva sim, porque eu coloco por mim, o que eu era e o que eu sou hoje, porque no começo, o que eu era a 12 anos atrás eu não tinha condições de compra uma bicicleta, daí as organizações foi montando associação, cooperativa, daí foi fortalecendo, daí as famílias foi melhorando, só que, quando o dinheiro entra a ganância [...] por isso que eu falo, as vezes a gente culpa o governo, mas não é tanto o governo é nos mesmos que mexe com os produtos que faz nossas próprias cagadas, vamos supor, eu tenho uma cooperativa, uma associação, o governo aposta nela, pois veja em 27 anos de assentamento, era pra gente ter pelo menos uma indústria aqui dentro, em 27 anos e nós não tem nada, tem umas ‘cooperativinhas’ umas associações pra “cata dinheiro” do governo e lava dinheiro em cima dos nossos produtores e meia dúzia de gente ganhando em cima disso, mas fala que tem uma indústria ‘oh meu filho vai fazer 18 anos e ele pode agregar sua mão de obra ali, que o retorno vai volta pra dentro do assentamento’, teve um avanço, mas daí o governo mata, e meia dúzia de gente começa a não querer levar o sonho disso acontecer e querer ver o seu umbigo, vê meia dúzia de gente ganhando, daí você vai desacreditando, fala ‘tô’ mandando dinheiro, to mandando mas não vejo resultado, mercadoria sai, é a maior produção de alimento, maior bacia leiteira, mas se você fazer uma pesquisa dentro das famílias você vai ver que a reclamação é grande, quer dizer, se é a maior bacia leiteira, se a maior produtiva de hortifruti granjeiro sai daí do assentamento, 100 toneladas e mais, porque que as famílias estão reclamando que não tem investimento, não tem isso não tem aquilo, alguma coisa ta errada não é verdade, esse dinheiro está entrando pra alguém não está entrando pra todos.

Dos quatro entrevistados, Joana foi a que deu a resposta mais curta, porém, nele estava embutido todo um pesar daquela experiência não ter seguindo adiante. Assim ela disse que entrou na cooperativa “*Por acreditar que juntos seríamos mais fortes*” (Joana). Aproveitando a oportunidade, perguntei “E vocês não foram mais fortes? Quais foram os motivos que fizeram você se desvincular?”, e ela respondeu:

Por motivos ideológicos, por achar que nosso regime interno, feito por nós mesmos estava ferrando nós mesmos (risos). Já ouviu falar na lei da Perestroica, os russos também há muitos anos atrás formaram uma lei que não funcionou. Já ouviu aquele ditado: “Que o feitiço virou contra o feiticeiro!!! (risos). Então na cooperativa o sistema era por horas trabalhadas, e só eram sócios os acima de 16 anos, sendo que, a maioria das famílias tinham até 6 pessoas na cooperativa, enquanto que uma minoria com crianças abaixo de 16 anos trabalhava o homem e a mulher e recebiam igual por hora trabalhada, evidentemente que as famílias que tinham 4 adolescentes acima de 16 anos levavam uma boa parte, tá entendendo o raciocínio? E daí começou a desigualdade e o descontentamento, na época foram feitas várias reuniões para que fosse corrigido, para dar continuidade na cooperativa, mas com a intervenção do MST na época não permitiu a tal correção, disseram que fugia das normas das cooperativas, então optamos por trabalhar somente com nossos filhos em nosso lote, retirando dali nossa renda familiar (Joana).

Para saber sobre o processo organizativo da produção no lote, perguntei, “Hoje em dia como você se organiza para produzir e comercializar a produção do seu lote?”. A assentada Aparecida respondeu:

No caso da produção de leite, que é através da cooperativa, toda orientação técnica e de qualidade do produto é realizada pela equipe que trabalha na cooperativa. Já no caso das hortaliças e legumes para o PAA e PNAE, tem um planejamento que é feito com a associação, para definir o produto, quantidade e período de entrega [...] A cooperativa é o instrumento de valorização da produção nos assentamentos (Aparecida).

A assentada Fernanda também tem a produção do leite como carro chefe do lote e faz todos os processos através de uma cooperativa, mas admitiu que esse ano foi mais difícil:

principalmente agora na época da seca. Esse ano faltou uma organização, uma melhor administração em relação à alimentação das vacas, né. Mas a gente organiza da maneira de produzir na temporada na época que as águas permitem colocar geralmente as vacas para criarem. Quando tem um pasto um pouco melhor, essas são as nossas estratégias aqui (Fernanda).

Questionei, “E se produção e comercialização fossem também vinculada com alguma cooperativa/associação era diferente?”, e ela respondeu:

Bom, no momento nós estamos vinculados a uma cooperativa (de leite) e não seria diferente porque hoje ela segue algumas normas de legislação, e ela tem de dar todo um suporte e apoio para os seus cooperados (Fernanda).

Entretanto, a assentada complementou que no caso da cooperativa de leite é diferente, que certamente se ela tivesse uma produção agrícola lidando com a plantação a forma de trabalho dela e da cooperativa seria totalmente diferente. Em suas palavras:

A minha visão é que as cooperativas de leite, elas se tornam mais fortes e mais idôneas digamos assim, têm uma maior credibilidade né, porque ela trabalha diretamente com um produtor, todos os dias, todos os dias ela trabalha como produtor! Não é uma vez ou outra, esporadicamente. O produtor tem que dar o seu melhor todos os dias e não só o produtor, mas, também quem “está cabeceando de frente” a cooperativa. Esse é um ponto né, o outro de porquê dar mais certo do leite que as outras. É infelizmente, as cooperativas da agricultura familiar de dentro do assentamento, pelo que eu vejo do assentamento Reunidas, elas são muito monopolizadas. Então, por exemplo, ficou muito fácil criar uma cooperativa. Então qualquer um faz qualquer uma cria uma cooperativa e fala “essa é a minha cooperativa” né. Aí já começa errado, porque é uma cooperativa de todos, não é minha individual, não é da minha família individual, e o que acontece na agricultura, na parte de hortaliças, de qualquer outra coisa a não ser do leite, é que as pessoas monopolizam essas cooperativas. Eles pensam assim “Ah não, eu tenho a menor produção e se eu pegar do outro, tipo vai encher muito” começa a pensar no individual, mas era pra ser no coletivo. “Eu vou entregar só a minha produção e o outro se vire”. A cadeia leiteira é diferente. Porque na cadeia leiteira você precisa de volume para poder brigar com preço né. Você precisa de volume para poder entrar em um laticínio senão vai entrar num laticínio produzindo 10 litros de leite. Você vai entrar num laticínio com todo mundo produzindo 10 mil né, é diferente. Agora as cooperativas individuais, eu chamo assim porque pra mim não é uma cooperativa, as pessoas monopolizaram muito sobre o PAA, PNAE, sobre as políticas públicas que poderiam ser acessadas por todos, ficaram na mão de poucos e então poucas pessoas tomam conta de algo que deveria ser para todos (Fernanda).

Joana que não participa mais de nenhuma cooperativa ou associação, entrega sua produção que já não é muito numerosa para outros assentados e para atravessadores, e relatou que a estratégia que eles utilizaram após sair da cooperativa foi o “*trabalho em famílias e a vendas diretas*” (Joana). Indaguei, “E antes, quando sua produção e comercialização era vinculada com alguma cooperativa/associação era diferente?”, e ela esclareceu:

Sim, porque no caso, era a cooperativa que vendia a produção, isso era vantajoso, facilitava muito para todos nós, mas por um outro lado, percebemos que você vendendo sua produção diretamente você acaba ficando com a diferença de terceiro, que no caso a cooperativa (Joana).

Ao perguntar se eles acreditavam que “as Cooperativas/Associações contribuem para o aumento da produção e do escoamento dos produtos agrícolas?”, as respostas foram unânimes,

Sim, extremamente! Através destes organismos é possível garantir capacitação, canais de compras e vendas, assistência técnica e acesso aos programas institucionais. Então, a cooperação é a essência da gestão produtiva e comercial para garantir as famílias assentadas no campo (Aparecida).

Sim, uma vez que ela escoando sua produção, sobra mais tempo para o agricultor se dedicar na sua produção, e produzir mais, diversificar (Joana).

A entrevistada Fernanda também acredita que a presença de cooperativas e associações no assentamento é de fundamental importância e disse:

a cooperativa, ela é de total importância no escoamento da produção por aqui, porque elas se tornam unificada. Ela é um só, digamos assim, que produz muito, porque se fossemos nós sozinhos para brigar com preço, com o laticínio (eu estou falando referente ao laticínio porque é a cooperativa que nós trabalhamos). Então se fosse para nós brigamos sozinho com preço e qualidade com o laticínio, seria, bom digamos que praticamente e humanamente impossível, praticamente impossível. Mas nós somos uma junção de pessoas e a gente sabe que quando as pessoas se juntam têm um poder muito importante e maior (Fernanda).

O assentado Pedro, disse que considerava positiva a experiência, mas faz inúmeras críticas:

Positiva, positiva sim, porque eu coloco por mim, o que eu era e o que eu sou hoje, porque no começo, o que eu era a 12 anos atrás eu não tinha condições de compra uma bicicleta, daí as organizações foram montando associação, cooperativa, daí foi fortalecendo, daí as famílias foi melhorando, só que, quando o dinheiro entra a ganância [...] por isso que eu falo, às vezes a gente culpa o governo, mas não é tanto o governo é nós mesmos que mexe com os produtos que faz nossos próprios rolos, vamos supor, eu tenho uma cooperativa, uma associação, o governo aposta nela, pois, veja quantos de assentamento, era pra gente ter, pelo menos, uma indústria aqui dentro, e nós não temos nada, tem umas ‘cooperativazinhas’, umas associações para “cata” dinheiro do governo e lava dinheiro em cima dos nossos produtores e meia dúzia de gente ganhando em cima disso, mas fala que tem uma indústria? Meu filho vai fazer 18 anos e ele pode agregar sua mão de obra ali, que o retorno vai voltar pra dentro do assentamento (Pedro).

Deste modo, perguntei “Qual é o papel que essas organizações cumprem nesses territórios, me referindo aqui aos assentamentos de reforma agrária?”.

As cooperativas e associações são forças que representam as necessidades e a viabilidade das unidades produtivas, pois otimizam todos os recursos necessários para a efetiva garantir da renda e permanência da família no campo (Aparecida).

Dentro da medida do possível ela cumpre seus deveres, que é de escoar a produção de seus sócios, e ainda é importante para os sócios ter como garantia de escoamento de sua produção (Joana).

A fala de Fernanda complementa as anteriores ao relatar,

Acho muito importante, hoje ela só cumpre o papel de estar escoando a produção, e com isso adquirir mais renda ao produtor, agregar mais valor, aí a cooperativa faz esse abatimento, do tanto que foi entregar nos laticínios e do tanto que foi retirado dos tanques (Fernanda).

Adentrando um pouco mais nas questões organizativas no assentamento, questionei, “quais são os principais eixos que as cooperativas/associações deveriam desenvolver dentro de um assentamento”. Fernanda disse que essa

É uma parte que é muito falha dentro do assentamento é essa da sucessão familiar, existem algumas propriedades que são muito bacanas, mas a maioria, sua “massa” maioria não tem essa sucessão familiar né. Então acaba tendo o êxodo rural muito grande principalmente os jovens nem. Para estar buscando uma vida melhor, então às cooperativas elas deveriam fazer esse trabalho né, de conscientizar para a sucessão familiar e também uma conscientização política que às vezes a própria classe trabalhadora acaba votando em pessoas que não apoiam a classe trabalhadora (Fernanda).

Aparecida elencou alguns caminhos que elas deveriam trilhar para ajudar efetivamente os assentados e disse:

Entender o processo produtivo de cada família envolvida, identificar os pontos de estrangulamentos e as potências, realizar um diagnóstico que possa apontar as ações prioritárias, emergenciais, conjunturais e estruturais, para que forme um plano de ações participativo, onde todos são realmente parte do problema e da solução (Aparecida).

Joana, por já ter tido algumas experiências em cooperativas e associações, respondeu a questão fazendo uma análise mais ampla.

Acima de tudo precisamos de uma política agrícola que daria um respaldo maior para o camponês, mas enquanto a política agrícola for só para os ricos, as cooperativas de assentamentos será sempre uma cooperativa de pobres (Joana).

O assentado Pedro disse:

pra mim é torna isso aqui empresa, tenta segura seus filhos aqui dentro, quando seu filho nasceu não pega eles e joga pra trabalhar lá fora, ter empresa aqui dentro, empresa do próprio assentamento, formar aqui, construir a partir da aqui, porque seus filhos não precisam ir lá pra multinacionais vender sua mão de obra, ele construí a sua mão de obra aqui, valorizar os seus, você entendeu [...] poderia ser empresa do governo, mas que seus filhos trabalhassem aqui no local, ter por exemplo, a sua produção, o alimento chegar lá no ponto final com o nome da empresa agricultora, não da agricultura chegar lá na multinacional, ela transformar e depois mandar, já transformar daqui do assentamento, agregar o valor daqui, daí sim você segura os filhos dos assentados no assentamento, agrega valor pros assentados, não deixa só o trabalho pesado pro

assentado fazer e o lucro ficar lá nas multinacionais, porque são eles que ganham, e o verdadeiro produtor está a cada dia mais miserável, cada dia mais pobre, e é ele que produz o alimento, e é ele que não tem valor (Pedro).

Reafirmamos aqui, que o campesinato faz parte do movimento desigual e contraditório do capitalismo, na medida em que ele se reproduz através de relações familiares e não capitalistas em meio à exploração do capital, mesmo estando inseridos no mercado. De acordo com Lacerra (2019), a luta pela terra cria possibilidades de recriação e a reprodução do campesinato, e, quando este se insere em um território de disputa com o agronegócio, recria também as possibilidades de transformação da realidade e das relações sociais no campo.

Continuando a investigação, quis analisar mais criticamente as relações existem dentro desses territórios, assim, pedir para que me apresentassem alguns pontos que precisariam melhorar nas cooperativas/associações de modo geral, pensando nas experiências que elas já tiveram no assentamento.

Fernanda aposta que na conscientização dos assentados e no respaldo técnico:

A minha visão crítica sobre é que deveria ter um trabalho de campo muito maior com os produtores de conscientização de uma melhor produção e de uma melhor higienização, de que o leite, ele é um alimento. Então ele tem que ser trabalhado como um alimento e também sobre o bem-estar animal tem um treinamento mesmo sobre alimentação na seca então ter um suporte técnico que infelizmente os outros órgãos, como ITESP e INCRA não estão trabalhando e não estão dando esse aporte para a cooperativa e enfim para os produtores (Fernanda).

Aparecida disse que:

Aqui nós tivemos a COPAJOTA, foi um marco inclusive ao setor de produção do MST. Depois dela foi necessário pensar a participação dos jovens, a participação das mulheres. Foi um marco também da divisão social do trabalho. Naquela época tínhamos o refeitório e a creche para liberar as mulheres e jovens. Foram feitos vários laboratórios e capacitações aqui. Inclusive a Rádio Camponesa, o curso de rádio foi aqui, e as das outras regionais nasceram aqui. (Aparecida).

Os desafios a serem pontuados estão realmente na gestão, pois, todos processos produtivos são uma engrenagem dentro de uma cadeia produtiva. Isso envolve diversos conhecimentos, habilidades e atitudes, então, o desenvolvimento humano no processo de gestão é o pulo do gato (Aparecida).

E concluiu,

A COPAJOTA bebeu da fonte das do Sul, e a partir da experiência da COPAJOTA que as vindouras foram avaliando novos métodos de trabalho. Todos aprenderam com os erros né, fizeram um observatório com a nossa experiência, bem isso. Mas é válido, é sim! (Aparecida).

A fala de Joana foi novamente a que me trouxe uma visão mais abrangente relacionando a questão a escassez de políticas públicas voltadas para esse público específico. Em suas palavras:

Sim, eu acho q foi modelo de incentivo para outras Cooperativas, mais todos que nos procuraram ficaram cientes do problema que tivemos, isso nós sempre falamos e sem queimar ninguém. Mas tem algumas experiências que deram certo, embora as que funciona eu nem sei como é o sistema correto que elas trabalham. A Cooplenor aqui perto de casa é do sistema tradicional de cooperativa. Tem também a do Dandara, dos agroecológicos, nunca ouvi algo que desabone eles, nunca soube nada de lá, acho q tá como associação e comercialização. Depois das experiências da COPAJOTA não soube de nenhuma mais com o mesmo problema que enfrentamos na COPAJOTA. A gauchada e o MST ficaram com medo e mudaram a forma. Depois q os do Sul tentaram dominar as parece q caiu por água a abaixo agora não produz mais junto, só gente junto. (Joana).

Falta uma política agrícola voltada para o campo, onde as cooperativas tinham mais recursos para investir os seus sócios. Acredito que haveria mais cooperativas funcionando, e o camponês teria mais fartura na sua mesa (Joana).

Fiz duas perguntas complementares aos assentados para compreender suas percepções sobre a existência ou não de relações de cooperação tanto no assentamento, quanto nos espaços regidos pelas cooperativas e associações, assim perguntei a eles, “Você acha que no assentamento existem relações de cooperação/ajuda mútua (que vão além das relações estabelecidas pelo dinheiro?)” e também, “Você acredita que os assentados conseguem estabelecer relações de cooperação para além das cooperativas?”.

A assentada Aparecida disse que um dos exemplos existentes no assentamento de cooperação e ajuda mútua são as comunidades, e para além delas, existe também “os grupos de mulheres e jovens” (Aparecida), e ressaltou que sim, eles conseguem estabelecer relações de cooperação para além das cooperativas porque “nós necessitamos dessa cooperação para nos fortalecermos” (Aparecida).

Joana e Fernanda disseram que infelizmente essa foi uma prática que se perdeu com o passar do tempo e também com a melhora das condições de vida dos assentados. Nas palavras de Joana, ao ser perguntada sobre a existência de relações de cooperação/ajuda mútua no assentamento, ela disse:

Não existe muito mais, isso ficou perdido no tempo (infelizmente). Quando chegamos aqui a necessidade falava mais alto, era comum ver mutirões para fazer poço, por exemplo, mas, na medida que todos foram se estabilizando perdemos de vista os mutirões, a ajuda mútua, a coletividade! (balançar de cabeça e um ar de tristeza e reprovação) (Joana).

A fala de Fernanda vai de encontro com essa, e ela exemplifica como eram as relações dos assentados nos tempos dos seus avós e até mesmo de seus pais.

Olha, infelizmente, não muito, isso colocando um comparativo em relação a região Sul, por exemplo. Infelizmente se perdeu né, com o passar dos anos foi perdendo isso, por exemplo, hoje você vem arrancar feijão na minha roça e amanhã eu vou catar milho na sua. Hoje é uma moeda de troca, e infelizmente hoje é tudo a base do dinheiro. Existe claro, um vizinho, por exemplo, tem uma camaradagem com um vizinho, uma ajuda e tal, mas acaba que tudo é voltado em troca de dinheiro, fora isso, também antigamente os vizinhos, por exemplo, os vizinhos davam alimentos, por exemplo, hoje um mato um

porco, eu levo metade do porco pro meu vizinho, eu levo um pedaço, mas eu sempre dava a melhor parte da carne pro meu vizinho. Hoje não existe mais isso, não existe mais isso. Então isso foi se perdendo com o passar dos anos. Hoje infelizmente a troca se existe é a base do dinheiro (Fernanda).

Algo importante a se destacar é que mesmo as duas entrevistadas tendo afirmado que já não existiam tantas relações de cooperação e ajuda mútua no assentamento, ao perguntar se elas acreditavam que os assentados conseguem estabelecer relações de cooperação para além das cooperativas, elas afirmaram que sim e como complemento das respostas disseram que *“para permanecer na terra, nós precisamos uns dos outros e sempre nos ajudamos, nos acreditamos que coletivamente vamos mais longe” (Joana)*, e que apesar das relações dentro daquele território terem se modificado muito é possível observar que *“nem todas as relações dentro do assentamento são baseadas em dinheiro” (Fernanda)*.

Questionando-os, se “os assentados conseguem estabelecer relações de cooperação para além das cooperativas”, obtive como resposta que:

Sim, principalmente através do coletivo de educação, de saúde e de cultura (Aparecida).

Fernanda acredita que é possível, mas é mais observado esse comportamento dentro as instituições religiosas, e relatou:

Olha, de cooperação eu acredito que só dentro das comunidades de cunho religioso né. Fora isso infelizmente não existe uma troca mútua ou uma cooperação. Até porque quase não se tem mais festas, nem quermesses, enfim (Fernanda).

Já Joana respondeu com ar de tristeza e desconforto:

Isso virou uma raridade por aqui, porque tudo o que se diz a respeito de trabalho tem seu preço (Joana).

Finalizando, pedi para que elas avaliassem os 14 anos de governo PT, dizendo se na visão delas ocorreu avanço ou retrocesso no que diz respeito às políticas públicas de reforma agrária para os assentamentos. Joana disse que:

Sim, foram os melhores anos para os agricultores, pois, foram permitidos créditos de financiamentos como: PROCERA, PRONAF, Crédito para custeio, PRONAF – MULHER, PRONAF – JOVEM, Crédito para construção. Para os novos assentados do Assentamento Dandara foi concedido poço artesiano e o Luz para todos. Tanto é que assim que tiraram a Dilma, a 1ª coisa que os canalhas fizeram foi cortar os créditos, para que o pobre não tenha voz e nem vez... Isso é o capitalismo! É foda! (Joana).

Fernanda se emociona e responde com muito entusiasmo:

Com o maior orgulho e prazer do mundo que eu vou falar isso, nos últimos 13 anos de governo PT foi o maior avanço que existiu dentro da reforma agrária sobre políticas públicas, sobre dignidade e sobre moradia. Teve uma política pública que permitiu aos assentados terem uma moradia de qualidade, a ter o seu lote uma melhor estrutura. Fora o preço das coisas né! Hoje o arroz é uma commodity né, ele não é um alimento, ele é uma commodity, mas, antes do governo PT ninguém sabia o que era comer carne todos os dias (risos). Hoje vai falar para um assentado que ele vai comer sem carne, por

exemplo né. O PT colocou a dignidade não só na mesa, mas na garra dos assentados. Infelizmente alguns assentados esqueceram o que foi esses 13 anos, e o que vivíamos antes desses 13 anos, infelizmente, a lembrança da população brasileira infelizmente é muito falha em relação a isso. Mas eu me lembro como se fosse hoje meu primeiro voto que eu dei aos dezesseis anos com muito orgulho foi no Lula. Então, eu vejo as pessoas falando e vejo, e a realidade é outra, eu vivi a realidade, eu vivi os 13 anos do governo. Eu sei o que é um pobre poder estudar né, de ter a dignidade, de ter o direito de estudar. Sabe aquela “Educação: Dever do Estado, Direito de todos” antes não se existia isso. Alimentação, né, moradia, né, saúde, é tudo dever do Estado e direito de todos, antes não tinha isso, e dentro do governo PT Lula Dilma, sim, houve muito isso, sim, muito mesmo. O pobre se viu representado né, o pobre se viu representado pela Presidência. Eu não vou entrar no assunto do atual presidente porque eu vou usar termos pejorativos a ele, e pra mim ele não merece nenhum adjetivo que venha sair pronunciado da minha boca. Mais é isso, pra mim o Lula Dilma foi o maior e melhor governo que esse país já teve, nosso país cresceu muito, se desenvolveu muito, o assentamento cresceu, se desenvolveu, abriu cooperativas, teve barracões de confraternizações, teve muita conquista na Era Lula Dilma (Fernanda).

Para o assentado Pedro:

Olha na verdade o governo lula de reforma agrária, na verdade o seguinte, pra nós aqui se a gente fosse somar o governo lula foi bom, de investimento deu um arranque, pra quem era assentado deu um arranque de qualidade, não tinha investimento, isso aqui bombou, bombou mesmo, investimento, dinheiro, você entrava no banco do Brasil e você era conhecido, só dava assentado só que não teve o tal do planejamento, daí a direita via como o governo lula tinha liberado essa potência de investimento nos assentamentos, [...] daí o Lula me sai e entra a Dilma, daí com 8 anos o governo jogou um monte de investimento e não teve planejamento e o assentamento invés de crescer de dar uma explodida entrou em dívida, foi a onde a Dilma agora não assentou quase ninguém, porque que jeito eu vou assentar uma família sem planejamento, que jeito eu vou fazer assentamentos sem dar condições, e eu acho que ela está correta, porque se for pra fazer assentamento do jeito que está aqui, não precisa fazer, porque é jogar o povo na marginalidade, porque simplesmente vai tirar o povo que está decaído na cidade pra esconder ele na zona rural, porque condições nenhuma, então eu acho que pra fazer reforma agrária tem que repensar tudo de novo. [...] é uma correlação de força, então era bonito o sonho, uma utopia, por isso que está aí e o movimento entrou na utopia do Lula e acho que ia acontecer mesmo, que achou que ia só assinar, meter uma caneta lá e fazer, e não é, não é isso, não pressionou, ficou em casa, foi no dia que ele ganhou mesmo me lembro até hoje, que o dia que o Lula subiu no palco ele falou assim, gente não é porque eu sou presidente que vocês têm que ficar dentro de casa, vocês tem que ir pra rua, têm que ir pra rua reivindicar o que você quer, porque aqui dentro os congressistas só faz as coisas com pressão, eles só vão fazer alguma coisa se pressionar, se você ficar dentro de casa eu não vou poder fazer nada, e foi o que aconteceu, ninguém foi pra rua, então ele só assinou o que sobrou dos congressistas.

A fala de Aparecida é mais pontual, mas também nos traz uma discussão pertinente sobre a falta de investimentos em políticas públicas para o campo que contemplem de fato os assentamentos rurais, assim, ela disse “Sim, houve avanços, porém, há muito por fazer, estamos engatinhando nos quesitos de políticas públicas com visão de desenvolvimento estrutural” (Aparecida). Ela ressalta também a formação política que os assentados possuem conseguindo ter um melhor esclarecimento sobre a realidade do nosso país.

5.3 Relatos orais: Contradições, potencialidades e estratégias nas relações de cooperação e cooperativismo.

O processo de expropriação dos trabalhadores rurais foi intensificado na medida em que ocorreu à expansão das relações capitalistas no rural brasileiro. No final dos anos 1970 e também nos anos 1980 essa população expropriada começou a se organizar e promover ações para retornarem à terra. Essas lutas se deram paralelamente com o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em 1984.

Minha família é de origem camponesa, mas não tinha terra e trabalhava na terra de latifundiários de forma explorada. Desde 1989 e mais especificamente, no início dos anos 1990, meus pais passaram por processo de conscientização política através de trabalhos pastorais da igreja (teologia da libertação), sindicato rural combativo, partido político, etc. que culminou no conhecimento do MST na região sudoeste de SP. Meus pais aderiram à luta pela terra junto ao MST em 1997. Eu tinha 16 anos no período e me inseri na luta junto com minha família (MARIA).

O relato acima é parte de uma entrevista realizada com Maria, ela é uma liderança estadual do MST e compõe o Setor de Formação. Ela tem 39 anos, é solteira, há 7 anos é assentada, e possui pós-graduação. O lote está em seu nome, e nele moram duas pessoas, ela e sua filha. O trabalho no lote é realizado apenas por ela, e é deste trabalho com a terra que ela obtém renda, sendo, a renda exclusiva da família. No lote são produzidos para comercialização, ovos, chás, temperos, hortaliças, frutas, alguns grãos e cereais, e alguns alimentos derivados de frutas, como, geleias e compotas. Para o consumo familiar, além do já citados acima, pães e outros alimentos que possuem a maioria dos ingredientes extraídos do lote e que contribuem para a alimentação familiar. O escoamento da produção é feito através de feiras, da venda livre pelas cidades e de bancas de comercialização.

Observa-se tanto na fala de Maria, quanto dos demais assentando, o resgate ao campo, aos valores, ao modo de vida camponês. Assim, em contraposição aos teóricos que pensam o fim do campesinato, concordamos com Lacerra (2019) Brandão (1999) e Ploeg (2006),

[...] os camponeses na atualidade possuem como identidade, a convivência entre o meio rural e urbano, a participação das lutas políticas junto aos movimentos socioterritoriais, a reprodução social em pequenas áreas de produção agrícola (baseados no trabalho familiar), visando o autoconsumo e a comercialização da produção nos mercados locais - mesmo que vendendo força de trabalho nas cidades como forma de complementar a renda para permanecerem inseridos em seu modo de vida, não sendo totalmente descaracterizados ou “expurgados” de seu modo de vida. Ora ressignificado pela luta, ora pela racionalidade do campo técnico da agricultura, observamos o modo de vida camponês como elemento central, articulador de resistências no cotidiano e nas relações construídas, tendo como referência o território, a temporalidade, a autonomia e os saberes específicos que estes

sujeitos mantiveram desde muito antes dos processos de reforma agrária, figurando como elemento de resistência e de luta. (LACERRA, 2019, p. 14).

Até esse período a luta dos camponeses era vista como inviável, na medida em que esta categoria gerada no processo de produção capitalista era essencialmente individual e familiar, de modo que, não atribuíam a ela a capacidade de atrelar-se a uma luta de ações e práticas coletivas (FABRINI, 2000).

No período de 1986 a 1992, intensificaram os debates a respeito da cooperação agrícola. Das análises feitas a partir das discussões, dos estudos referentes ao desenvolvimento da agricultura no capitalismo e dos desafios enfrentados, construíram a concepção a respeito das realidades que tinham que dar conta [...] Desse modo, foram elaborando as primeiras noções do modelo de cooperação agrícola que começaram a desenvolver. (FERNANDES, 2002, p. 178).

Dentre os inúmeros autores que abordaram esse aspecto, tomo como referência FERNANDES (2000), que para facilitar a compreensão do seu processo organizativo, estruturou a organização do movimento em três fases distintas, sendo elas, a gestação e nascimento do MST – 1979-1985; a territorialização e sua consolidação – 1985-1990; e a territorialização e institucionalização do MST – 1990-1999, de modo que, esta última fase seria a de organizar a produção através da formação de cooperativas enquanto orientação nacional para os assentamentos.

Ao questionar se “as Cooperativas/Associações contribuem para o aumento da produção e do escoamento dos produtos agrícolas?”

Sim, com certeza! Porque dispõem de maior estrutura e melhores condições de trabalho e comercialização, do que no lote individualizado ou na produção com a força de trabalho familiar apenas (MARIA).

A partir do primeiro mandato do Governo Lula ocorreu o aumento da produção e do escoamento dos produtos agrícolas em todos os segmentos da agricultura brasileira, que resultou numa melhora significativa da qualidade de vida nos assentamentos rurais em todo Brasil. Entretanto, a necessidade dos assentamentos não reside somente em sua função econômica e de produção, visto que os assentados também carregam consigo necessidades democráticas, de participação na política, de tomar decisões por si só e de se contrapor ao modelo estabelecido de escoamento de produção (FABRINI, 2000).

Em razão do exposto, questionei a representado do movimento sobre os fatores que vão além do econômico. E ela salientou:

A meu ver, a cooperativa propicia o espaço para a discussão sobre os problemas e ajuda a encontrar respostas para os desafios individuais dos cooperados, os quais muitas vezes são motivos de desânimo e desistência do lote (MARIA).

De acordo com Poker (1999) surge nos assentamentos uma nova proposta de produção no campo, associada à imagem de um homem novo, por meio de uma proposta que pensa uma nova forma de sociedade. No entanto, nas análises que tratam dessas temáticas relativas ao cooperativismo e as cooperativas, um dos principais erros cometidos é o de conceber esses dentro de uns aspectos doutrinários, utópicos, romantizados, com o olhar empresarial e também deixar de inseri-los dentro de um processo histórico adequado as realidades vivenciadas naquele território. Em virtude dessas considerações, destaco que a entrevista participa de uma cooperativa e uma associação, questionei-a perguntando o porque ela participava, e ela me respondeu:

Uma das formas de organização do trabalho e da produção, incentivada pela organização social que participo é a cooperação. Aderi à participação porque compreendo a importância da cooperação não só do ponto de vista econômico e político, mas sobretudo de desconstrução da lógica individualista da sociedade capitalista burguesa, e a construção de novos valores humanos como a solidariedade, o companheirismo, a ajuda mútua, entre outros (MARIA).

E complementa reforçando que se sua produção e comercialização fosse atualmente vinculada com alguma cooperativa/associação certamente seria diferente, em suas palavras:

Porque haveria planejamento produtivo, divisão de tarefas, investimento coletivo, discussões coletivas sobre as decisões a serem tomadas, etc. Na parte da comercialização facilitaria o acesso a créditos, formalização das vendas, definição de uma marca, estruturas de preparo e comercialização do produto, transporte, etc. (MARIA).

Acrescenta também que atualmente para conseguir se organizar para produzir e comercializar em seu lote, ela conta com a ajuda do irmão que contribui com ela nas tarefas, já que a mesma executar múltiplas funções sociais.

Eu sou mãe, militante, estudante, e para desempenhar mais uma função que é produzir no lote, eu estou contando com a ajuda de um irmão, que além de engenheiro agrônomo, também me ajuda no planejamento do lote e trabalha ajudando a cuidar das plantas (MARIA).

Algumas análises têm atribuído o cooperativismo aos primórdios da humanidade, sendo, que esse foi um movimento social que surgiu em consequência do liberalismo econômico século XIX, na tentativa de contribuir para a melhoria das condições de vida da classe trabalhadora, tornando a cooperativa um caminho prático e coletivo para se materializar tal necessidade (COSTA, 2007). No entanto, devemos compreender o cooperativismo, a cooperativa e a cooperação como processos sociais distintos, não havendo correlação direta entre os mesmos (SCOPINHO, 2007).

Segundo Pinho (1966), embora etimologicamente cooperação, cooperativa e cooperativismo derivem do verbo cooperar, de origem latina cooperari (cum e operari) que significa trabalhar com alguém, são conceitos distintos.

Enquanto a cooperação significa ação conjunta com vista ao mesmo objetivo, o cooperativismo, por sua vez, significa sistema, doutrina ou ideologia e, finalmente, a cooperativa seria uma entidade ou instituição onde as pessoas cooperam objetivando o mesmo fim. Desse modo [...] cooperativismo e cooperativa não são sinônimos:

Etimologicamente cooperação (do verbo latino *cooperari*, de *cum* e *operari* – operar juntamente com alguém) significa a prestação de auxílio para um fim comum. E cooperativismo é a doutrina que visa à renovação social através da cooperação. (COSTA, 2007, p. 58).

De acordo com Camargo (1960), Fleury (1983), Rios (1976), dá-se o nome de Cooperativa a um modelo de estrutura organizacional, constituída sob forma democrática e regida por princípios de igualdade que visam atender fins específicos. Enquanto o Cooperativismo deve ser entendido como um movimento social ou doutrina. Ele possui uma corrente hegemônica denominada rochdaleana, “[...] que se caracteriza pela preocupação política de transformação social aceitando a ideia de que a infraestrutura pode determinar mudanças na superestrutura social [...]” (SCOPINHO, 2007, p. 85).

No Brasil, não é de hoje que o cooperativismo rural tem sido visto como mecanismo de modernização da agricultura, estratégia de crescimento econômico ou instrumento de mudança social. Muitos autores se remeteram à dupla face – popular e institucional – deste movimento, colocando em questão o seu caráter de contestação ou de controle social (SCOPINHO, 2007, p. 85).

Pelo exposto, o cooperativismo se desenvolveu no campo brasileiro de modo mais intensivo em determinadas regiões e em alguns setores agropecuários, e teve como fundamento equalizar as dimensões econômicas, sociais e culturais que estão presentes em seu processo de desenvolvimento. Outro elemento importante a se destacar é que mesmo tendo sua fórmula organizacional repetida por todo o mundo, a cooperativa sempre será uma experiência única, onde cada uma delas possui especificidades e se desenvolverá a acordo com seu tempo histórico, seu regime econômico-político, e especialmente pela capacidade organizativa e política desprendida pelos seus membros. Deste modo, “[...] ao analisar as cooperativas, é necessário considerar o contexto sócio-histórico em que elas aparecem, porque conhecer o significado e as repercussões das diferentes experiências exige a análise das condições estruturais concretas da sociedade” (SCOPINHO, 2007, p. 86).

O cooperativismo típico, quando sobreposto a uma base produtiva desigual comandada pela ‘livre iniciativa’, tende a aprofundar as desigualdades existentes. Na verdade, o sistema opera dentro de um marco de mudanças ‘permitidas’ que, do ponto de vista estrutural, são necessariamente marginais. Por isso, continua utópico pensar-se que este cooperativismo individualista, inserido no contexto de uma formação social que tem no capitalismo o seu modo de produção dominante, atue no sentido de reverter a

dinâmica da expansão do capital e das forças sociais que sustentam este processo (SCHNEIDER, 1981, p. 31).

Pensando nos elementos destacados acima, perguntei a entrevistada “quais seriam os principais pontos que as cooperativas/associações deveriam desenvolver dentro de um assentamento”, e ela me disse que os principais pontos seriam:

Organização da produção com participação dos cooperados, planejamento coletivo, produção com base no trabalho manual e intelectual cooperado, inserção de mulheres e jovens. A criatividade na proposição de novas formas de organização e resolução de problemas. A melhoria de infraestrutura com investimento tecnológico com base na matriz tecnológica da agroecologia. A integração entre os membros associados/cooperados para além do aspecto econômico, mas integrar através de realização de atividades culturais na comunidade, entre outros (MARIA).

Em razão do exposto, observa-se que o MST através da institucionalização de cooperativas tem desenvolvido experiências no âmbito da cooperação e do cooperativismo e também na formulação de diretrizes e prática no desenvolvimento de uma economia popular. No entanto, é necessário que nossas análises estejam sempre condicionadas as possíveis contradições e potencialidades que estão presentes nessas relações de trabalho cooperado, especialmente com a proposta que o movimento busca concretizar nos assentamentos de reforma agrária, em que, como esta conformidade é possível observar um declínio das formas de cooperação que são tradicionais do rural brasileiro (SCOPINHO, 2007).

Do ponto de vista sociológico, cooperação é uma forma de integração social e pode ser entendida como ação conjugada em que pessoas se unem, de modo formal ou informal, para alcançar o mesmo objetivo. A cooperação, quando organizada segundo estatutos previamente estabelecidos, dá origem a determinados grupos sociais. Dentre tais grupos as cooperativas representam aqueles que visam, em primeiro lugar, a fins econômicos e educativos. A doutrina que deu base teórica às realizações cooperativistas constitui o cooperativismo. Portanto, cooperação e cooperativismo não são palavras sinônimas. (COSTA, 2007, p. 59).

A Cooperação deve ser entendida como uma ação social articulada entre pares que possuam obrigatoriamente objetivos comuns e se unem para solucionar problemas concretos. De forma que ela se distingue entre a cooperação enquanto ação-padrão e a cooperação enquanto ação espontânea. A cooperação enquanto uma ação-padrão é “[...] construída à luz de um código e desenvolvida no interior de cooperativas por sujeitos inseridos numa certa divisão social do trabalho, os quais têm objetivos comuns e compartilham benefícios ou prejuízos de forma equitativa” (SCOPINHO, 2007, p. 85), em que se coloca em prática o que estiver de acordo com o regimento interno.

O outro tipo de cooperação que se realiza enquanto uma ação espontânea é “[...] inerente a determinados grupos e derivada de suas tradições e costumes, pré-existente às instituições, fundamentada na reciprocidade adiada – a retribuição é feita quando for possível ou conveniente, ou instantânea – a retribuição é imediata [...]” (SCOPINHO, 2007, p. 85).

Salienta-se que não havia anteriormente uma relação positiva que conectasse as formas espontâneas de cooperação – sejam eles mutirões, troca de dias de trabalho e auxílios mútuos – com o cooperativismo, na medida em que não havia um sistema cooperativista, de modo que a cooperação espontânea estava presente em meio ao mundo rural, como auxílio para lidarem com as necessidades emergências e com a escassez a que estavam submetidos, não sendo atribuído a elas uma lógica cooperativista baseada estritamente no viés econômico (SCOPINHO, 2007).

No âmbito das relações de trabalho, a cooperação significa, por um lado, a ampliação da capacidade de sobrevivência econômica através da obtenção de renda monetária, direta e/ou indireta, maior (gerada, principalmente, pelo aumento da produtividade do trabalho e da redução dos custos de produção); o aprendizado de formas solidárias e agroecológicas de trabalhar a terra; a possibilidade de melhorar a infraestrutura produtiva, entre outras vantagens.

Por outro lado, o trabalho cooperado explicita ainda mais a diversidade sócio cultural e a heterogeneidade dos projetos de trabalho e de vida existentes, as divergências e a predominância dos valores individualistas e, na prática, não elimina as desigualdades e as relações de subordinação típicas do trabalho heterogerido. (SCOPINHO, 2007, p. 84).

Todavia, é no cotidiano das famílias, ou seja, fora das relações de trabalho, que a cooperação ocorre de maneira espontânea contribuindo para a melhoria das condições de vida, porém, vale ressaltar que no mundo rural, o trabalho e as outras dimensões da vida cotidiana muitas vezes não estão nitidamente delimitados. A Cooperação fortalece as redes de convivência social, de resistência e de permanência no campo, especialmente nos assentamentos de reforma agrária, de maneira que em alguns casos conseguem desenvolver um processo de assistência social interno a eles, e que é reforçado na medida em que se potencializam as más qualidades de vida nesses territórios (SCOPINHO, 2007).

Diante disso, quis saber se ela achava importante que em todos os assentamentos de reforma agrária exista a presença de associações e cooperativas,

Muito importante, uma vez que através do espaço produtivo (econômico, político e social), fazem com que o trabalhador e a trabalhadora tenham espaço de fala, de organicidade, de proposição, de empoderamento, além de propiciar a melhoria de renda e da qualidade de vida das famílias que fazem parte (MARIA).

Após esta resposta afirmativa, perguntei, “Qual papel essas organizações cumprem nesses territórios”? e “Qual papel cumpri uma cooperativa/associação nos processos de

escoamento da produção?”, pensando aqui em todo o processo, desde a disputa de editais até a organicidade da comunidade.

Do ponto de vista econômico/administrativo, cumpre com o papel de venda de sua produção (desde a divulgação da sua marca, disputa de licitação, preparo de um produto bom e saudável, embalagem, transporte, arcar com os custos financeiros da produção, pagar de forma justa os trabalhadores cooperados, assumir os ônus que por ventura surgirem e que acarretarem prejuízos, somar os saldos positivos e negativos e reinvestir numa nova produção (MARIA).

Do ponto de vista dos trabalhadores soma o capital humano necessário para realizar todos os objetivos propostos. A principal melhoria que se necessita é a liberação de créditos por parte dos órgãos federais e estaduais para capacitar/estruturar as cooperativas e associações a terem melhores condições de desenvolvimento na produção e comercialização de seus produtos. E assim, garantir melhor padrão de qualidade aos produtos, bem como melhor qualidade de vida a seus membros cooperados e à quem a ela se vincula e se relaciona (MARIA).

Apesar do que foi exposto pela entrevistada, compreendemos que existem nesses territórios também um sentido complexo e contraditório que é atribuído às cooperativas e a cooperação pelos assentados, de modo que cada vez mais estão sendo refutados os modelos organizacionais cooperativistas pelos assentados, no qual vem ocorrendo o processo de saída das instituições, sob a alegação que quanto mais às relações se burocratizam mais lhe são tirados a autonomia. Em contrapartida, vem desenvolvendo-se mais intensamente a aprovação de modelos de cooperação que contribuam para a comunidade não só na esfera econômica, mas sim societária, em que são retomadas as tradicionais formas de organização do trabalho baseado na cooperação espontânea, na medida em que compreendem que o ato de cooperar torna-se imprescindível para sua sobrevivência.

A análise e estudo da viabilidade da produção da cooperativa nos assentamentos não devem ser feitas exclusivamente a partir do aspecto econômico, pois, as cooperativas transformam-se numa retaguarda política para acumular forças na realização da reforma agrária e mudança da sociedade. Assim, a produção agrícola cooperativa nos assentamentos está articulada, sobretudo, às questões políticas e ideológicas. (FABRINI, 2000, p. 67).

Deste modo, para comprovar o potencial transformador existente na cooperação agrícola, resgatamos Lênin, que via nas cooperativas práticas que ultrapassavam os ganhos econômicos, compreendendo-as como um importante instrumento político na promoção da “revolução cultural no campo”, pois, mesmo que as cooperativas sejam fruto do capitalismo, de acordo com o direcionamento dado, elas podem fortalecer o sistema vigente, mas também podem se levantar contra ele. Por isso, a cooperação é entendida como detentora de um

importante fator político que contribui tanto com a unificação dos camponeses, como com a luta pela reforma agrária (POKER, 1999).

A fala de Maria destacou várias vezes que no assentamento existem relações de cooperação e ajuda mútua, que vão além das relações estabelecidas pelo dinheiro, e, também que os assentados de modo geral, conseguem estabelecer relações de cooperação para além das cooperativas, onde, destacando alguns trechos de sua fala, ela afirma que essa cooperação ocorre *“através de mutirões, pois, para permanecer na terra, nós precisamos uns dos outros e sempre nos ajudamos”* e destaca que, *“nem todas as relações dentro do assentamento são baseadas em dinheiro”* e conclui que, *“acreditamos que coletivamente vamos mais longe, nós necessitamos dessa cooperação para nos fortalecermos”* (MARIA).

Após essa fala, perguntei se ela teria algum exemplo cotidiano onde era possível observar que de fato os assentados conseguiam estabelecer relações de cooperação para além das cooperativas em suas práticas dentro do assentamento, e, ela me disse que eram muitos os exemplos cotidianos, como:

Mutirão para plantio de bosques, ajuda a um vizinho necessitado, doação de sangue no hemocentro da cidade, cursos de formação e capacitação, conserto em mutirão dos buracos da estrada, rodas de conversa, festas, partilha de comida, doação/intercâmbio de produção internamente entre a própria comunidade (MARIA).

Compreende-se assim, que as cooperativas não são como partidos políticos de forma a terem que traçar estratégias revolucionárias, no entanto, devem se manifestar politicamente, dado que,

As cooperativas, como os sindicatos no capitalismo, são instrumentos de luta dos direitos econômicos, sociais e políticos dos trabalhadores. Isto porque, por mais que uma cooperativa funcione e desenvolva nunca terá facilidades por parte do estado e dos monopólios tanto em termos de créditos, preços mínimos, escoamento da produção, etc. Por tanto a luta é de resistência à exploração do capital e das políticas governamentais sobre os trabalhadores. Por outro lado, a cooperação dentro do capitalismo deve ter um sentido estratégico, sem cair em desvios. Mas fazer com que os trabalhadores elevem seu nível de consciência a partir do desenvolvimento de experiências coletivas. Por tanto a cooperação, no capitalismo além de cumprir este papel de organizar os trabalhadores em torno da produção cumpre um papel fundamentalmente educativo. (CONCRAB, 1997, p. 49).

Por essa razão, uma das bandeiras defendidas pelo MST é a da criação de cooperativas agrícolas nos assentamentos, no entanto, essas não devem ter apenas objetivos econômicos, mas sim, estarem respaldadas de uma conscientização política de longo prazo, que seja capaz de fortalecer as lutas, e tendo em vista sempre a transformação de nossa sociedade (FABRINI, 2000, p. 71). Entretanto, um fenômeno cada vez mais presente nos

assentamentos é o do refluxo da articulação de movimentos coletivizados, na medida em que os trabalhadores saem do mundo da utopia vivenciado nos acampamentos e adentram ao mundo da produção agrícola.

Em face dos motivos apresentados, e da estreita relação que o movimento seguiu durante os 13 anos de governo PT, indaguei se ela acreditava que havia ocorrido avanço no que diz respeito às políticas públicas de reforma agrária, especialmente para organização e permanências dos assentados, e ela me respondeu:

Eu achava que não, mas agora vendo os desastres do governo Bolsonaro, eu acredito que os governos do PT avançaram nas políticas públicas de reforma agrária, especialmente nos programas PAA, PNAE, melhoria do Pronaf, assistência técnica, maior autonomia das mulheres (com a possibilidade de titulação do lote no nome da mulher), fortalecimento das cooperativas e associações, fortalecimento das entidades sociais do estado que adquiriam a produção do PAA, desde a Conab, os asilos, creches, escolas, centros de serviço social, entre outros. Havia nesta proposta o combate a fome da população brasileira. E hoje, além da destruição destas políticas, assistimos o retorno da fome e miséria. Mas penso também que os governos do PT poderiam ter feito mais e melhor. Não fizeram! (MARIA).

Assim, o acesso à terra coloca esse ex acampado em uma nova condição, a de produtor rural, corroborando para a dispersão das lutas e reivindicações, que agora se diferem das anteriores. Visto que essas tinham um caráter mais político do que econômico, e os assentados passam agora a se preocupar com questões relativas à produção, política agrícola, assistência técnica, investimentos, crédito, etc., passando o discurso dos assentados a apresentarem mais afinidades com o de outros pequenos produtores, do que com o dos acampados (COSTA, 2007).

Segundo o Caderno n.5, as cooperativas, da forma proposta pelo SCA, “se constituem em mais uma FERRAMENTA DE LUTA dos trabalhadores”. Através do SCA pode-se instaurar uma convivência baseada em novas relações sociais, aí incluídas as relações de gênero e as pedagógicas (entre pais e filhos), que levem os envolvidos a adquirir novos valores, baseados no humanismo e no socialismo, proporcionando a “construção do Homem Novo e da Mulher Nova”, que seriam “pessoas responsáveis, politizados, culturalmente desenvolvidos, solidários e fraternos uns com os outros”. (POKER, 2011, p. 114).

Segundo Abramovay (1994), nos assentamentos de reforma agrária as relações sociais, políticas, e, principalmente, econômicas, se modificam com o passar do tempo e adquirir novas formas que já não se enquadram mais naquelas presentes nos acampamentos e na luta pela terra, que já não faz mais parte do cotidiano desses trabalhadores, de forma que as ações coletivas não encontram o mesmo espaço, e “[...] estabelece-se o desencantamento do mundo, realidade da sociedade capitalista, onde você tem mercado, dinheiro, desigualdade,

despersonalização das relações econômicas e assim por diante” (ABRAMOVAY, 1994, p. 316). Desse modo, a continuidade de um modelo comunitário estabelecido na fase de acampamento não se materializou, permanecendo apenas no plano de uma cidadania utópica, em que o mundo encantado no qual se busca lutar por uma situação ideal fundamentada na igualdade se desfez (ABRAMOVAY, 1994). Ao passo em que começaram a enfrentar as condições desiguais de um mercado competitivo, os assentados vivenciam a descontinuidade entre o sonho de um projeto alternativo de vida e a realidade de se manterem em suas terras como agricultores.

O entendimento da direção do MST é de que não existe condições do assentado progredir econômica, social e politicamente através de produção individual/familiar. O modelo de produção capitalista inviabiliza esse progresso, e por isso, os assentados devem reconhecer no trabalho cooperativo a possibilidade de desenvolvimento, garantindo assim, a sua existência.

A intenção do assentado produzir individualmente no seu lote é entendida pelo MST como um “desvio” que deve ser combatido para evoluir e alcançar formas superiores de produção (cooperativa). A formação dessa consciência de individualidade seria fruto das relações de trabalho vividas no passado de cada assentado. (FABRINI, 2000, p. 72).

Gohn (1997) retrata que a produção através de cooperativas é uma alternativa de baratear não só os custos de produção, mas também pode representar saída a atual crise do sistema capitalista. As cooperativas experimentaram novas formas de produção e técnicas produtivas que foram descartadas no passado por serem consideradas ultrapassadas, na medida em que elas se sustentavam através de tradições, solidariedade, laços de amizade, que passaram aos poucos a serem novamente valorizados. Entretanto, é necessário enfatizar, que mesmo tendo ocorrido essa valorização das relações coletivas, ainda existe aversão ao trabalho cooperativo e coletivo de uma grande parte dos assentados, na medida em que a produção através da cooperativa não reproduzir o modelo familiar agrícola que está enraizado no ideário desses assentados que sempre desenvolveram atividades produtivas individualmente ou com sua família. Assim, “[...] a adesão dos assentados à cooperação não passa apenas pelas questões subjetivas (liberdade de escolha), mas, também por questões objetivas, como força de trabalho de cada família, técnicas e área de cultivo [...]” (FABRINI, 2000, p. 75).

Conclui-se que os assentados admitem que o trabalho cooperativo pode proporcionar resultados econômicos favoráveis, porém, mesmo assim não é aceito por muitos deles por não admitem de forma alguma perder a autonomia e a autossuficiência que tanto demoraram a conquistar, onde não existem regras rígidas, como, por exemplo, o estabelecimento de uma

jornada de trabalho com horários fixos. Assim, “[...] o móvel principal da luta pela terra que empreenderam foi a busca da efetivação do projeto de “ser colono”, ou seja, ver viabilizada uma forma de apropriação da terra e ter sobre seu controle a organização e os resultados da produção” (ZIMMERMAM, 1994, p. 208).

Os assentados vêm no trabalho coletivo uma ameaça ao seu projeto de ser colono, que é baseado na hierarquia; quando se manifesta um choque entre o projeto de igualitarismo não reconhecido pelos camponeses (proposta feita pelas lideranças preparadas e formadas politicamente pelos mediadores, neste caso o MST) e uma proposta de organização social baseada na hierarquia, estabelecida na valorização diferencial, com deveres, direitos e atribuições estabelecidos não necessariamente por critérios econômicos. (ROMANO, 1994:257). (FABRINI, 2000, p. 75).

Isto nos demonstra que muitos assentados não perderam o *ethos* camponês e possuem características marcantes relacionadas ao trabalho familiar, e, embora observemos resistência e oposição dos assentados a essa forma absolutamente coletivista, existe uma parcela desse segmento que ainda assim, por questões econômicas, adere a essas formas coletivizadas.

Porém, como o associativismo formal tem sido colocado pelo Estado como uma das condições para legalizar os assentamentos, geralmente, opta-se por organizar o que Schneider (1981, p. 31) chamou de “cooperativismo típico”, porque a cooperação entre os produtores não se dá no plano do processo de trabalho, mas da prestação de serviços necessários para produzir (assistência técnica, repasse de crédito, beneficiamento, comercialização), por delegação de responsabilidade dos associados à diretoria administrativa. (SCOPINHO, 2007, p. 85).

De acordo com Poker (1999), é necessário que os assentados optem massivamente pelo cooperativismo, entretanto, a importância desta ação não está no processo de como isto ocorrerá, mas sim no puro ato de cooperar (POKER, 1999), de modo que, a cooperação é uma estratégia para permanecerem assentados e viverem da terra, pois, manter-se isolado dificilmente ajudará o assentado a conseguir atravessar os momentos de crises mais intensas e sair fortalecido, mas unindo-se a outros através da cooperação e ajuda mútua existe uma maior possibilidade de superarem os problemas e dificuldades que surgirem para aquele coletivo.

Em virtude dos motivos aqui já apresentados, reafirmamos a importância dos assentados participem de experiências de cooperação, a fim de romperem o isolamento, fortalecerem suas produções, e acima disso, resgatando laços e vivências que eram muito característicos no início da luta e fortalecia-os enquanto coletivo, e, que com o passar do tempo foram isolando-os, seja por causa de experiências que não seguiram os rumos esperados pelo coletivo ou pelas relações sociais que estamos imersos, de valorização dos

méritos pessoais e de ações individualizadas de sucesso. Deste modo, enfatizamos que a forma de cooperação é uma escolha secundária nesse processo, o fundamental é o ato de cooperar, ele perpassa as relações estabelecidas nas cooperativas, mas não se limitam a elas, pois, abrangem não apenas o viés econômico que é essencial para a permanência nos assentados, mas, também as dimensões sociais e culturais que são igualmente importantes neste processo, tornando o ato de cooperar imprescindível para sua sobrevivência dos assentamentos, especialmente em momentos de crise.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tese aqui apresentada não tem a pretensão de ser conclusiva com relação às questões tão complexas. Tivemos por objetivo contribuir com alguns aspectos da análise da reforma agrária, com ênfase no período referente aos Governos Lula e Dilma. Analisamos o Assentamento Dandara, observando os rearranjos e estratégias das famílias assentadas para garantirem sua permanência, permitindo a continuidade do projeto de reforma agrária, mesmo num contexto de descontinuidade das políticas públicas voltadas aos assentamentos e de expressiva expansão do agronegócio e de sua lógica de produção. Tivemos por objetivo também a necessidade de compreender as disputas entre esses sujeitos sociais envolvidos nessa temática abordada, a saber, camponeses, assentados, agronegócio, governo, entre outros.

Nossa hipótese se confirmou, e pudemos observar que os rearranjos e estratégias criadas pelas famílias têm sido de fundamental importância para a reprodução do campesinato e da agricultura familiar diante da presença cada vez mais intensa do agronegócio e de seu modelo de produção nesses territórios. Desta forma, confirmamos que dentre as inúmeras estratégias utilizadas pelas famílias assentadas, a cooperação e o cooperativismo tem adquirido um lugar de destaque enquanto estratégia de unificação das forças individuais a favor de uma ação orquestrada coletivamente. Deste modo, constatou-se que mesmo diante da escassez de políticas públicas eficientes, e dos desafios existentes em virtude da territorialização do atual modelo de desenvolvimento do campo brasileiro, os assentados dão continuidade ao projeto de reforma agrária, desenvolvendo estratégias respaldadas em práticas diversificadas na policultura em seus territórios, permitindo que esses vivam dos frutos da terra e consigam ter uma maior estabilidade por trabalharem com diversas frentes de produção e comercialização.

Também confirmamos a hipótese de que o PA Dandara se constituiu em um momento no qual as políticas públicas voltadas para as famílias assentadas eram mais efetivas e os movimentos sociais estavam mais organizados. Além disso, o conhecimento pregresso das experiências realizadas do PA Reunidas, foram de fundamental importância para viabilizar o desenvolvimento das estratégias utilizadas no associativismo e no cooperativismo do PA Dandara, e tem sido essencial para a reprodução das famílias neste assentamento.

Partindo dos questionamentos já mencionados, analisamos as temáticas que surgiram no avançar nesta pesquisa e concluímos que, embora no Brasil a questão agrícola esteja superada, a questão agrária, e com ela, a reforma agrária, continua sendo um fator estruturante, que historicamente perpassou inúmeros governos, não sendo incorporada pelo

Estado enquanto uma demanda concreta e necessária, que, se concebida contribuiria substancialmente para o desenvolvimento do país. Dado o exposto, constatou-se que os avanços no entorno das políticas públicas de reforma agrária, estiveram presentes nas pautas dos governos mediante a pressão exercida pelos movimentos sociais de luta pela terra, e, que, apesar de terem ocorrido algumas tentativas de conciliação das políticas de reforma agrária, e que embora tenham corridos avanços, tanto o I PNRA, quanto do II PNRA, eles estiveram muito mais relacionados ao cumprimento de metas sociais do que de uma efetiva reestruturação agrária no Brasil.

Pelas análises realizadas compreendeu-se que no decorrer desses 14 anos de Governos PT – Lula e Dilma, foram nítidas as diferenças no que tange as políticas públicas de reforma agrária. Os depoimentos dos assentados também nos confirmaram essa conclusão, que, embora os investimentos desprendidos ao agronegócio sejam proporcionalmente incomparáveis em relação aos da agricultura familiar, este segmento conseguiu colher bons frutos de algumas políticas públicas que se tornaram fundamentais para o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária, tais como, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), entre outras. De modo que, foi possível observar um avanço estrutural nos assentamentos de reforma agrária, contribuindo tanto para o aumento da produção, quanto na qualidade de vida dos assentados. Entende-se que, mesmo com incentivos públicos cada vez mais escassos, a agricultura familiar consolidou-se como um segmento importante para a economia brasileira.

Observamos que cada um dos segmentos mencionados acima, a saber, o agronegócio e a agricultura familiar cumpre um importante papel no Brasil, em que podemos destacar a agricultura familiar como responsável pela maior porcentual de produção de alimentos no país, e o agronegócio por suas safras recordes de *commodities* que são destinados ao mercado externo trazendo maior equilíbrio a nossa economia.

Foi observado também nesta pesquisa, que na última década passamos por um momento de refluxo de suas lutas e um amplo processo de criminalização dos movimentos sociais. De acordo com Sauer (2010) as diminuições das lutas e mobilizações por terra no Brasil no período do Governo Lula foi consequência desse diálogo existente entre Lula e os movimentos sociais, principalmente com o MST, desmobilização essa que foi se intensificando ao longo dos anos (FIORINI, 2014).

A entrada de Lula na presidência do país em 2003 e, posteriormente, a sua reeleição, em 2006, representou, de acordo com Oliveira (2003), ‘um caleidoscópio de protestos, promessas, possibilidades, frustrações, insegurança, falta de horizontes’ para a classe trabalhadora do Brasil. Longe

de se posicionar como um governo ‘antineoliberal’, o governo do PT continuou o processo de ‘ajustamento constrangido’, em nome do ‘neodesenvolvimentismo’. (FIORINI, 2014, p. 52).

Concordamos como Azevedo (2012) que apesar do diálogo existente com este governo, não foi sua prioridade realizar ações que seriam marcos significativos para a questão agrária, como, por exemplo, a democratização da propriedade da terra, influenciando muitas famílias que estavam em ocupações a abandonarem a luta. Compreendemos também que a realização da reforma agrária no Brasil não será realizada através do Estado, ela só se concretizará se for fruto da mobilização da população impondo suas pautas sociais, políticas e econômicas.

Os assentados também enfatizaram que a realização de políticas tais como, o PAA e o PNAE, foram essenciais para que ocorresse mudanças e como elas melhorias na produção, comercialização e escoamento dos produtos agrícolas dos assentamentos de reforma agrária, entretanto, as políticas públicas relacionadas à reforma foram muito inferiores as que eles almejaram que seriam realizadas por esse governo. Conclui-se que, se por um lado, os assentados ressaltaram que no governo PT houve um olhar diferente para os assentamentos, garantindo acesso a créditos inexistentes em outros governos, de outro, restou sempre nas falas a confirmação de que esse poderia ter realizado muito mais, em relação à Reforma Agrária.

Somando-se a isso, temos também a figura de Lula, respaldada pela sua história de luta com os movimentos sociais e os menos favorecidos, que acarretava esperança em por fim a concentração fundiária brasileira e aos problemas decorrentes dela. Em virtude do que foi mencionado, concordamos com Gramsci, quando diz que o Estado representa “[...] todo o complexo de atividades práticas e teóricas com os quais a classe dirigente não só justifica e mantém o seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados” (GRAMSCI, 2000, p. 331).

Observou-se também que o Estado cumpriu o papel de desmobilizar as classes subalternas e os movimentos sociais, ação esta que foi denominada por Gramsci, “Transformismo”, que corresponde ao processo de absorção, pela classe dominante, de elementos ativos ou grupos inteiros, que pertenciam tanto à base aliada quanto a adversária. Conclui-se então, que em relação às demandas por políticas públicas de reforma agrária, ocorreu um afastamento dos embates hegemônicos travados pelas classes sociais antagônicas, pois, ao contrário do que era esperado pelos assentados, o governo não representou nenhuma

ruptura com a hegemonia neoliberal, afirmando uma política macroeconômica, que conseguiu cooptar e neutralizar os movimentos sociais.

Em virtude das análises realizadas, concluímos que o PT foi construindo em seu governo uma bandeira de governabilidade, que levou a classe trabalhadora, políticas estritamente defensivas, no qual seu transformismo contribuiu para o abandono da perspectiva de luta, assumindo este governo, o discurso hegemônico como o único possível (PEREIRA, 2016). Ele abandonou as bandeiras históricas da classe trabalhadora, desarticulou e deslegitimou as lutas populares, inclusive através da cooptação de dirigente e movimentos sociais. De acordo com Barata (2011), o esgotamento das lutas sociais contribuíram para maior passividade da massa trabalhadora desorganizada e também, criando uma situação política e ideológica francamente hostil às reivindicações democráticas e populares.

Resgatando Pereira (2016), a análise de uma assentada sintetiza nossa compreensão sobre o Governo PT e a possibilidade da realização da reforma agrária, ela diz:

A meu ver, sim o governo deixou esse sentimento de vazio de verdade, em algumas questões sim melhorou algo, mas foi igual aquela questão que o pessoal diz ‘pai dos pobres e mãe de ricos’, tipo dá às migalhas pra nós, para que calemos as nossas bocas, mas continua dando mais pros ricos, então é bem essa visão que eu tenho e que a grande maioria tem, que o pessoal mesmo tem, foi bastante decepcionante [...] (JANAINA, 2014 apud PEREIRA, 2016, p. 160).

Conclui-se que suas políticas realizadas por esse governo estiveram muito abaixo das expectativas com relação ao que se esperava, pois, em nada alteraram a questão agrária brasileira, e consequentemente a concentração fundiária. Assim, não houve reforma agrária, e nenhuma outra reforma estruturante. O governo PT teve condições para alterar as questões estruturais do modelo econômico atual, e de realizar a desconcentração fundiária no Brasil, e não o fez, optando pela realização de políticas públicas pontuais, tais como, o PAA e o PNAE, ao mesmo tempo, em que promovia a imagem desenvolvimentista do agronegócio.

Deste modo, mesmo diante da conjuntura internacional favorável ao desenvolvimento da economia nacional, o Governo PT e sua postura macroeconômica limitou o desenvolvimento do país, não cumpriu suas propostas eleitorais, intensificando seu diálogo e investimentos no agronegócio, em detrimentos da não realização da reforma agrária.

Os depoimentos dos assentados também nos mostraram que havia esperança para com a realização da reforma agrária, pois esse governo que representava as classes populares e tinha uma história de luta junto aos movimentos sociais. Ainda assim, os assentados, trouxeram em suas falas, elementos de aprovação a deste governo. O fato se explica, pela implementação de algumas políticas públicas neste período, que contribuíram para a produção e escoamento e consequentemente, para a melhorar as estruturas e condições de vida no

campo. Os assentados convergiram a classificar este governo como sendo o que mais investiu e trouxe conquistas para eles, pois, antes desse período o assentamento estava esquecido.

Por intermédio das referências bibliográficas que embasaram esta tese e das entrevistas realizadas, concluímos que a cooperação e o cooperativismo não são somente uma forma de organização dos assentados, elas também se apresentam como importantes estratégias de reprodução que contribuem para a permanência no assentamento. Observou-se, que dentre as diversas formas de produção e comercialização dos assentados, as respaldadas por ações coletivas, apresentaram resultados mais favoráveis a continuidade que as individuais. A exemplo destas experiências realizadas no Assentamento Dandara via COPROCAM, podemos citar as realizadas por vias institucionais, através dos Programas Institucionais, tais como, PAA, PNAE e PPAIS, ou pela venda direta realizada via CSA – Comunidade que Sustenta Agricultura.

Os assentados do Assentamento Reunidas também acrescentaram vários pontos a serem refletidos sobre as experiências daquele território. Problemáticas que vão desde os processos de conquista da terra até a estabilidade das famílias e do assentamento. Por detrás dos relatos, pude observar um sentimento de grande inquietude por parte dos assentados do PA Reunidas, pois, apesar de terem conquistando à terra, e fazerem parte de um assentamento consolidado, ainda não conseguiram avançar nas conquistas e na concretude de seus sonhos. Na avaliação dos assentados, as políticas públicas que garante a permanências dessas famílias no assentamento, deveriam ser incorporadas juntamente a distribuição da terra, isso traria uma vida mais digna para aqueles que por inúmeras razões deixaram a cidade e voltaram para o campo. De acordo como as falas, avaliamos que apesar de representarem uma parcela dos investimentos públicos incomparável aos destinados a outros setores da economia, não é esse o fator de fundamental relevância, e sim, a falta de planejamento de políticas públicas eficazes que possibilitem os assentados a progredirem em suas terras, desenvolvendo desses territórios.

Conclui-se também, que pelo fato do PA Reunidas ser o primeiro implementado na região, pertencer ao mesmo território e ser um assentamento já consolidado, ele contribui de forma direta e indireta com o Assentamento Dandara, seja por sua longa história de luta daquele território, pelas inúmeras mobilizações em busca de políticas públicas e crédito que subsidiassem os investimentos nos lotes, mas, também, pelas experiências coletivas desenvolvidas no PA Reunidas, como no caso da COPAJOTA até hoje é vista por eles como uma experiência fracassada, mas, que, posteriormente foi observada com um olhar diferenciado pelo PA Dandara. Diante disto, observamos que as experiências de cooperação e o cooperativismo do Assentamento Reunidas contribuíram significativamente para os

processos coletivos escolhidos pelas famílias do PA Dandara. Tendo essas experiências como referências, os assentados puderam analisar através delas, as contradições e potencialidades, e assim, refinar as estratégias que seriam adotadas por eles, no intuito de não repetirem os erros observados, e, também, acatarem e aprimorarem todas as ações que essas famílias assentadas julgaram pertinentes de outras práticas vislumbradas anteriormente.

Constatou-se diferenças fundamentais nesta cooperativa de outras experiências desenvolvidas anteriormente, sobretudo quanto à questão da divisão dos rendimentos entre os cooperados. O esclarecimento que mostra para o cooperado tudo que está sendo gasto, e onde está sendo investido o dinheiro, ou seja, a prestação de contas continua, contribui positivamente para que ocorra uma melhor administração, tronando esse, um dos alicerces da cooperativa.

Outra estratégia que faz a cooperativa se diferenciar de outras experiências é a forma como ela vai se adequando tanto a conjuntura econômica do período, bem como as necessidades dos cooperados. Comprovamos essa afirmação observando a diversidade de produção e de canais de comercialização que a cooperativa estabelece. Eles têm a clareza que não podem ficar em um único canal de comercialização, porque isso fragilizaria a segurança econômica dos cooperados. Um exemplo emblemático observado nos últimos anos, é o das comercializações via mercados institucionais, que ficaram extremamente difíceis, devido ao brutal corte econômico desta política pública no governo atual.

Até mesmo a pandemia da COVID-19 ajudou a comprovar que a estratégia utilizada por eles contribuem de forma substancial para a consolidação da cooperativa. Desde março de 2020, as escolas do Estado de São Paulo, sejam estaduais ou municipais, estão com as aulas presenciais suspensas, e tiveram seus contratos do PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, cancelados. Ou seja, se os cooperados tivessem como único meio de comercialização os mercados institucionais teriam passado por um momento de extrema crise do processo produtivo, mas, como eles estrategicamente possuem mais que um meio de comercialização, conseguiram atravessar esses longos meses de escassez da demanda institucional. Nesse período, a cooperativa intensificou os canais de venda direta, em especial, o da CSA. Como já foi mencionado, os cooperados criaram uma campanha de financiamento coletivo de cestas de alimentos agroecológico, que ajudou muitas famílias em situação de vulnerabilidade na cidade, mas que também possibilitou o escoamento da produção que seria destinada a outros canais interrompidos na pandemia.

A presidente também atribui o diferencial da cooperativa aos investimentos coletivos realizados e diz:

Final de anos, fazemos um balanço e a “sobra” de rendimentos teríamos que dividir... Mas como é pouco, fica para a cooperativa comprar implementos. Um pouquinho pra cada, vira nada, mas tudo junto já dá para comprar algo em benefício do coletivo [...]. A divisão dos rendimentos, sempre fica para compra de maquinários, na última compramos uma roçadeira, agora queremos comprar uma canteiradeira [...] a divisão de rendimentos seria a parte que fica para a cooperativa, ela sempre é transformada em investimento (Marcela).

Outro ponto de destaque é a produção ser organizada de forma individualizada, exceto em alguns casos, como quando ocorrem os mutirões para plantio do SAF, por exemplo, isso diminui os atritos na cooperativa, com relação à força de trabalho empregada e o tempo gasto em sua execução. Como já foi apresentado no depoimento de Joana, essa questão foi um dos pontos que contribuíram para o findar da COPAJOTA, pois, eles não conseguiram chegar a uma proposta de consenso, e também, sofriam fortes influências externas do movimento, travando as possibilidades de alterações estruturais.

Os dados apresentados até aqui, nos levam a concluir que cooperando apenas em fases ou setores que realmente tem menos domínio ou força, ou seja, grande parte das associações e cooperativas hoje tem como objeto de ação a compra de insumos coletiva e a venda da produção, ou a prestação de serviços específicos, e não mais a produção como em experiências anteriores. Observou-se que cooperativas que não passam pelos processos de divisão de trabalho e coletivização dessas individualidades do plantio, são as que conseguem se manter mais estáveis, como, por exemplo, as cooperativas de leite, em que somasse a produção de todos para se comercializar, mas todos recebem exatamente os respectivos valores referentes a sua produção.

Deste modo, apartando a relação e organização do trabalho, diminuem-se os elementos que serviriam de estopins para questões internas relativas ao processo produtivo. A experiência da COPAJOTA nos permite exemplificar que o nível de desenvolvimento das relações humanas não conseguem ser condizentes com um completo processo de cooperação e coletivização.

É imprescindível ressaltar que diante das reconfigurações essenciais para a permanência nas terras, não foi abandonada a tradição de ajuda mútua e a solidariedade, características específicas das famílias e do universo camponês, fortalecendo-os ainda mais sua pertença aquele território. É necessário também, pensar o processo de permanência no assentamento para além apenas do viés econômico, observando sua reprodução social, dos modos de vida, das identidades e da sociabilidade (LACERRA, 2019; WOORTAMANN, 1997).

Diante dos argumentos expostos nesta tese, conclui-se, que mesmo sem a presença de políticas públicas eficazes, os assentamentos de reforma agrária continuam resistindo à

territorialização do atual modelo de desenvolvimento do campo brasileiro, criando estratégias de reprodução e permanência, por vezes, compactuando com lógica de produção vigente, por outras, encampando um movimento de contra hegemonia no processo de comercialização.

Nas palavras de Oliveira (2007) “[...] a agricultura desenvolve-se em duas direções: de um lado, a agricultura especificamente capitalista, baseada no trabalho assalariado e nos arrendamentos; de outro, a agricultura baseada na articulação com as formas de produção não capitalistas” (OLIVEIRA, 2007, p. 21). Deste modo, a permanência marginal dos assentamentos de reforma agrária segue a lógica perversa do capital, em que, não se criam instrumentos para sua consolidação e desenvolvimento desses territórios, com o intuito de os manter submissos ao movimento da expansão capitalista no espaço agrário.

Cabe ainda destacar que as questões abordadas neste trabalho não se esgotam no findar destas páginas. O tema que nos propusemos analisar demanda maior aprofundamento e uma investigação mais ampla em virtudes das consequências políticas, econômicas e sociais, fruto da não realização da reforma agrária, que envolvem não só os movimentos sociais de luta pela terra, mas também resvalam no Estado e em toda sociedade civil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária. Agronegócio e Realidade Agrária no Brasil. **Revista ABRA**. Edição especial, p. 61-68, jun. 2013. Disponível em: <<https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2013/10/revista-abra-agronegocio-e-realidade-agraria-no-brasil.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2019.
- ABRAMOVAY, Ricardo. O mundo desencantado dos assentamentos. In: MEDEIROS et al. (Org.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1994. p. 313-320.
- ABRANCHES, Sérgio H. H. Presidencialismo de Coalizão: O Dilema Institucional Brasileiro. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 31, n. 1, p. 5-34, 2000.
- AGRA, Nadine Gualberto; SANTOS, Robério Ferreira do. **Agricultura Brasileira: Situação Atual e Perspectivas de Desenvolvimento**. 2007. Disponível em: <http://www.gp.usp.br/files/denru_agribrasil.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2019.
- ALONSO, Angela. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate** Lua Nova, São Paulo, 76: 49-86, 2009.
- ANATER – Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. 2018. <<http://www.anater.org/ascom/clipping/visualizar/arquivo/27.pdf>>. Acesso em: 24 mai. 2019.
- ANTUNES, R. **Uma esquerda fora de lugar: o governo Lula e os descaminhos do PT**. Campinas, SP: Armazén do Ipê; 2006.
- ARANDA, M. A. de M. A.; SENNA, E. **A articulação democracia e participação no PPA do Governo Lula: “Brasil de Todos: inclusão e participação”**. In: XXIII Simpósio Brasileiro de Políticas e Administração da Educação; Congresso Luso-Brasileiro de Políticas e Administração da Educação, 23, 2007, Porto Alegre. p. 1-17. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/268.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2017.
- ARBAROTTI, Alexsandro Elias. Encontros e desencontros nos assentamentos de reforma agrária: estudo sociológico sobre gerações e identidades. **Dissertação (Mestrado em Sociologia)**. Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP: UFSCar, 2014.
- ASSENCIO, S. **A análise habermasiana dos conflitos sociais: novos potenciais de protesto e apaziguamento da luta de classes?**. *Juris (FURG)*, v. 22, p. 135-152, 2014.
- BARREIRA, M. **Movimentos Sociais e Reforma Agrária: um balanço crítico**. In. *Revista Outubro*, n. 22, pp. 63-68, São Paulo: 02/2014.
- BERGAMASCO, S. M. P. P; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais?** São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BEZERRA, C. Gramsci e as lutas políticas. In: **Brasil de Fato: uma visão popular do Brasil e do Mundo**. 2013. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/12452>>. Acesso em: 22 jun. 2016.
- BOITO JR., Armando; BERRINGER, Tatiana. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. **Rev. Sociol. Polit.**

[online]. 2013, vol.21, n.47, pp.31-38. ISSN 0104-4478. <<https://doi.org/10.1590/S0104-44782013000300004>>. Acesso em: 03 jun. 2020.

BONNEMAISON, J.; CAMBREZY, L. Le lien territorial: entre frontières et identités. **Géographies et Cultures (Le Territoire)** n. 20 (inverno). Paris: L' Harmattan-CNRS, 1996.

BORGES, P. **Os donos da terra e a luta pela Reforma Agrária**. Rio de Janeiro: CODECRI – IBASE, 1986.

BRAGA, R. Movimentos sociais na Era Lula: Hegemonia às avessas, pequena política ou revolução passiva à brasileira? **Revista Cult.** 2010. Disponível em: <<http://revistacult.uol.com.br/home/2010/07/movimentos-sociais/>>. Acesso em: 19 mai. 2019.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O afeto da terra**: imaginários, sociabilidades e motivações de relacionamentos com a natureza e o meio ambiente entre agricultores e criadores sitiantes do bairro dos Pretos, nas encostas paulistas da serra da Mantiqueira, em Joanópolis. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1999.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O trabalho como festa: algumas imagens e palavras sobre o trabalho camponês acompanhado de canto e festa. In: GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (Org). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias. Construções identitárias e sociabilidades**. volume 01. São Paulo: Editora da UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural /NEAD, 2009. Vol. 1, p. 39-53.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Secretaria de Política Agrícola. **Informativo de Economia Agrícola**. Ano 06. Volume 01. Setembro de 2013.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. **Plano Agrícola e Pecuário 2017-2018** / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Política Agrícola. – Brasília: MAPA/SPA, 2017.

_____. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA. **Política Agrícola**. 2014. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/acs/PAP20132014-web.pdf>. Acesso em: 5 set. 2019.

_____. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA. **Medida Provisória propõe nova fase da reforma agrária no País**. 2016. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/medida-provis%C3%B3ria-prop%C3%B5e-nova-fase-da-reforma-agr%C3%A1ria-no-pa%C3%ADs>> Acesso em: 28 abr. 2019.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Decreto nº 91.766, de 10 de Outubro de 1985. **Plano Nacional de Reforma Agrária**. Brasília, 1985. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/servicos/publicacoes/pnra>> Acesso em: 30 mar. 2019.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. **II Plano Nacional de Reforma Agrária**. Brasília, 2004. Disponível em: <http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf> Acesso em: 12 mar. 2019.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. **Lançamento Plano Safra 2019/2020**. 2019. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/com-r-22559-bilh%C3%B5es-plano-safra-20192020-%C3%A9-lan%C3%A7ado>> Acesso em: 25 out. 2019.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. **70% dos alimentos vem da agricultura familiar**. 2017. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/brasil-70-dos-alimentos-que-v%C3%A3o-%C3%A0-mesa-dos-brasileiros-s%C3%A3o-da-agricultura-familiar>> Acesso em: 12 set. 2019.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. **Agricultura familiar é a 8ª maior produtora de alimentos do mundo**. 2018. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/economia-e-financas/2018/06/agricultura-familiar-brasileira-e-a-8a-maior-produtora-de-alimentos-do-mundo>> Acesso em: 12 set. 2019.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Decreto nº 91.766, de 10 de Outubro de 1985. **Plano Nacional de Reforma Agrária**. Brasília, 1985. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/servicos/publicacoes/pnra>> Acesso em: 30 mar. 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. **Vinte anos do PRONAF, 1995 – 2015: avanços e desafios** /Valter Bianchini. Brasília: SAF/MDA, 2015. p. 113. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/PRONAF_20_ANOS_VALTER_BIANCHINI.pdf> Acesso em: 04 ago. 2019.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Cartilha II da Agricultura Familiar – PNAE**. Brasil, DF, 2017. Disponível em: <<https://www.fn-de.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-sobre-o-pnae>>. Acesso em: 5 set. 2019.

_____. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. **Modalidade PAA – Compra Institucional**. Brasil, DF, [2016]. Disponível em: <<http://mds.gov.br/compra-da-agricultura-familiar/perguntas-frequentes/>>. Acesso em: 5 set. 2019.

_____. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA**. Brasil, DF, 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/seguranca-alimentar/compras-governamentais/programa-de-aquisicao-de-alimentos>>. Acesso em: 5 set. 2019.

_____. Presidência da República. **Medida Provisória** n. 2.183-56. Brasília, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2183-56.htm> Acesso em: 20 nov. 2018.

_____. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 12 mai. 2019.

_____. Presidência da República. **Dispõe sobre o Plano Plurianual do Governo Federal para o período de 2004-2007**. Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004. Brasília, 2004.

_____. Presidência da República. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Plano Plurianual “Brasil de todos: inclusão e participação”**. Brasília. 2003. Disponível em: <http://www.planobrasil.gov.br/texto_base.asp?cod=1> Acesso em: 12 mai. 2019.

_____. **Presidente (2003 – Lula)**. Discursos selecionados do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

_____. **Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.** Disponível em: <www.planalto.gov.br/legislacao> Acesso em: 17 jul. 2018.

_____. **Lei Nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8171.htm>. Acesso em: 27 ago. 2019.

_____. **Lei Nº 11.952, de 25 de junho de 2009.** Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal; altera as Leis nos 8.666, de 21 de junho de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 26 de junho de 2009.

_____. SECRETARIA DO GOVERNO. **Plano Safra da Agricultura Familiar.** 2015. Disponível em: <<http://www.secretariadegoverno.gov.br/iniciativas/internacional/fsm/eixos/inclusao-social/plano-safra-da-agricultura-familiar>> Acesso em: 21 abr. 2019.

_____. SENADO FEDERAL. **Sancionadas regras para regularização fundiária rural e urbana.** Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/07/12/sancionadas-regras-para-regularizacao-fundiaria-rural-e-urbana>> Acesso em: 21 abr. 2019.

_____. AGROSTAT – **Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro.** Disponível em: <<http://indicadores.agricultura.gov.br/index.htm>> Acesso em: 12 mai. 2019.

BRITO, B.; BARRETO, P. **Primeiro ano do Programa Terra Legal: avaliação e recomendações.** Belém: Imazon, 2010.

CALDART, R. S. et al. (Org.). **Dicionário de educação do campo.** Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CAMARGO, L. C. (1960). **Cooperação e cooperativismo:** Vol. 4. Cadeira 20. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo.

CAMPOS, C. S. S. **Campesinato autônomo:** uma nova tendência gestada pelos movimentos sociais do campo. Revista Lutas & Resistências, Londrina: UEL, n.1, 2006.

CANUTO, A. Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade. **Revista Nera.** a. 7, n. 5 – ago/dez de 2004.

CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. 2019. Disponível em: <<https://www.cdrs.sp.gov.br/portal/>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

CERQUEIRA, K. C. **História do Pensamento Econômico do PT:** As Propostas Econômicas do Partido dos Trabalhadores nas Eleições Presidenciais de 1989 a 2002. Jun. 2007.

_____. **As Propostas de Política Econômica do PT entre 1989 e 2006:** Um Exame sob o Referencial Teórico das Coalizões de Defesa. 2010. 190f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

CHONCHOL, Jacques. **Soberania Alimentar.** São Paulo, Estudos Avançados, v.19, nº55, set/dez. 2005.

COGGIOLA, O. **10 anos de governo do PT – Frente Popular.** 2013. Disponível em: <<http://marxismo21.org/10-anos-de-governos-do-pt-natureza-de-classes-e-neoliberalismo>> Acesso em: 23 jul. 2019.

_____. **Governo Lula:** da esperança à realidade. São Paulo: Xamã, 2004.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. 2019. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/graos/boletim-da-safra-de-graos>>. Acesso em: 13 jul. 2020.

CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda. Caderno de Cooperação Agrícola n.5. Sistema Cooperativista dos Assentados. 1997.

COSTA, L. S. O cooperativismo: uma reflexão teórica. **Revista Ciências Sociais em Perspectiva**. (6) 11: 2º sem. 2007.

COUTINHO, C. N. As Categorias de Gramsci e a Realidade Brasileira. **Crítica Marxista**, Roma: Editora Riuniti, n. 5, ano 23, p. 35-55, 1985.

CUBAS, Tiago. Estudo da Contribuição da Imprensa na Representação dos Camponeses e Ruralistas no Pontal do Paranapanema de 1998 a 2008. Presidente Prudente, SP, 2009. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Departamento de Geografia da FCT-UNESP.

D'AQUINO, T. A casa, os sítios e as agrovilas: uma poética do tempo e do espaço no assentamento das terras de Promissão-SP. In: SIMONETTI, M. C. L. (Org.). **Assentamentos rurais e cidadania:** a construção de novos espaços de vida. Marília: Laboratório Editorial, 2011. p. 15-52.

DAHER, Rui. Carta capital. **As grandes empresas estrangeiras do agronegócio nacional**. 2018. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/opiniaao/as-grandes-empresas-estrangeiras-do-agronegocio-nacional/>> Acesso em: 25 nov. 2019.

DANTAS, R. Ideologia, hegemonia e contra-hegemonia. In: COUTINHO, E. G. (Org) **Comunicação e contra-hegemonia:** processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008, p. 91-118.

DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra. **RELATÓRIO DATALUTA BRASIL – 2010**. NERA-FCT/ UNESP: Presidente Prudente, São Paulo. Outubro de 2011. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/rededataluta/relatorios/brasil/dataluta_brasil_2010.pdf> Acesso em: 26 de out. 2019.

DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra. **RELATÓRIO DATALUTA BRASIL – 2011**. NERA-FCT/ UNESP: Presidente Prudente, São Paulo. Outubro de 2012. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/rededataluta/relatorios/brasil/dataluta_brasil_2011.pdf> Acesso em: 26 de out. 2019.

DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra. **RELATÓRIO DATALUTA BRASIL – 2016**. NERA-FCT/ UNESP: Presidente Prudente, São Paulo. Dezembro de 2017. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/rededataluta/relatorios/brasil/dataluta_brasil_2016.pdf> Acesso em: 26 de out. 2019.

DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra. **RELATÓRIO DATALUTA BRASIL – 2017**. NERA-FCT/ UNESP: Presidente Prudente, São Paulo. Dezembro de 2018. Disponível em: <https://www.fct.unesp.br/Home/Pesquisa/dataluta4780/relatoriodataluta/relatorio_dataluta_2017_final.pdf> Acesso em: 26 de out. 2019.

DELGADO, G. **Alta de alimentos está ligada ao agronegócio, dizem especialistas**. 2013. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/node/12767/>> Acesso em: 15 set. 2019.

_____. Questão Agrária hoje In: Questão Agrária e Desigualdades no Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. Ano 35 v. 01 n. 02, Out. 2014.

_____. Costa; DA CONCEIÇÃO, Júnia. Políticas de preços agrícolas e estoques de alimentos: origens, situação atual e perspectivas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD**, n. 108, p. 25-32, 2011.

DUPONT PIONEER. Disponível em: <http://www.pioneersementes.com.br/Media-Center/Pages/Detalhe-do-Artigo.aspx?p=165> Acesso em: 19 de out. 2016.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Pesquisa, desenvolvimento e inovação para o agronegócio brasileiro: Cenários 2002-2012**.

_____. 2018. Disponível em: <http://apps.agr.br/wp-content/uploads/2018/11/Serie-doc-223-2018.pdf> Acesso em: 30 ago. 2019.

_____. Secretaria de Gestão e Estratégia. - - Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2003. Disponível em: <http://www.embrapa.br/publicacoes/institucionais/titulos-avulsos/cenarios1.pdf> Acesso em: 30 ago. 2019.

ENGELMANN, Solange I. A questão agrária no Brasil: a política agrária do governo Lula e a relação com o MST. **Revista Geográfica de América Central do V Congresso Brasileiro de Geografia**. Curitiba: AGB, p. 206-214, 2011.

FABRINI, João Edmanson. **A cooperação agrícola nos assentamentos**: uma proposta política. Geografia, Londrina, v. 9, n. 1, p. 67-78, jan./jun. 2000.

FAO. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. **A fome no mundo cai, mas existem ainda 805 milhões de pessoas que sofrem de desnutrição crônica**. 2014. Disponível em: <http://www.fao.org/news/story/pt/item/243923/icode/> Acesso em: 17 out. 2019.

_____. **El estado de la inseguridad alimentaria en el mundo**, 2017. Disponível em <http://www.fao.org/3/a-i4646s/index.html>. Acesso em 12 de outubro 2017.

_____. **Aumenta a fome na América Latina e no Caribe**: 42,5 milhões de pessoas estão subnutridas. 2017. Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1037785/> Acesso em: 17 out. 2019.

_____. **Fome aumenta no Mundo e afeta 821 milhões de pessoas**. 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/fao-fome-aumenta-no-mundo-e-afeta-821-milhoes-de-pessoas/> Acesso em: 17 out. 2019.

FARIAS, F. P. O Governo Lula e as Relações de Classes. **Revista de Ciências Sociais - Política & Trabalho**. n. 39, p. 370-378, Out. 2013.

FERNANDES, B. M. **MST: formação e territorialização**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Os usos da terra no Brasil**: debates sobre políticas fundiárias /– 1. ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica: Unesco, 2014. (Vozes do campo).

_____. A reforma agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita. In: SADER, E. (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil 2013, p. 192-206.

_____. A territorialização do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **Revista Nera**. Presidente Prudente, v. 1, n. 1, p. 1-44, 1998.

_____. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. **Revista Currículo sem Fronteiras**, v. 3, n. 1, p. 11-27, jan./jun. 2003.

_____. Formação e territorialização do MST no Brasil. In: CARTER, M (Org.) **Combatendo a desigualdade social: O MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 161-197.

_____. **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

_____. **MST: formação e territorialização em São Paulo**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo, Cortez Editora, 2001.

FERNANDES, B. M.; LEAL, G. M. Contribuições teóricas para a pesquisa em geografia agrária. In: IV Encontro Nacional de Pós-graduação em Geografia. São Paulo: ANPEGE / USP, 2002. 39 p.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. **Modelos De Desenvolvimento Em Conflito: O Agronegócio E A Via Camponesa**. 2004. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/CCModelosdedesenvolvimentoemconflitooagronogocio.pdf>> Acesso em: 13 jul. 2019.

FERREIRA, Gustavo Henrique Cepolini. O agronegócio no Brasil e a produção capitalista do território. **GEOGRAFIA EM QUESTÃO**. V.05 N. 01, 2012. pág. 66-82.

FERREIRA, João. Entre a história e a memória: João Goulart. In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel. **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FILGUEIRAS, L; GONÇALVES, R. **A economia política do governo Lula**. Rio de Janeiro, Editora Contraponto. 2007.

FLEURY, M. T. L. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo, SP: Global. 1983.

FREITAS, Bernadete Maria Coelho. **Expansão Da Fronteira Agrícola Capitalista E Disputas Territoriais Na Chapada Do Apodi, Ceará**. In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. 2012.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

_____. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo, Loyola, 2012.

_____. **Sociologia dos Movimentos Sociais.** São Paulo: Cortez, 2013.

_____. **Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos.** São Paulo: Edições Loyola, 1997.

_____. **Os sem-terra, Ongs e Cidadania.** São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Teoria(s) da ação social na análise dos movimentos sociais.** 31o Encontro Anual da ANPOCS. 22-26 outubro de 2007 - Caxambú/MG. 2007.

_____. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GONÇALVES JUNIOR, Dorival. Reformas na indústria elétrica brasileira: a disputa pelas 'fontes' e o controle dos excedentes. 416p. Tese (Doutorado em Energia) Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia da Universidade de São Paulo, 2007.

GORENDER, Jacob. **O Escravidão Colonial.** São Paulo: Ática, 2004.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

_____. **Cadernos do cárcere.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **Cadernos do cárcere.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. v. 2. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000.

GRUPPI, L. **O conceito de hegemonia em Gramsci.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

GUIMARÃES, Elian. **Agricultura familiar já responde por metade da produção de alimentos no país.** 2018. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/agropecuario/2018/05/07/interna_agropecuario,956711/agricultura-familiar-metade-da-producao-de-alimentos-mesa-brasileiros.shtml> Acesso em: 24 set. 2019.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como ideologia.** Lisboa: Edições 70, 1987.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **Territórios alternativos.** 3.ed. São Paulo: contexto, 2012.

HEINEN, M. O plano nacional de reforma agrária do governo Lula. Antecedentes. O plano. Possibilidades e limites de sua execução. Conferencia do PNRA Governo Lula jun.2004. Disponível em:<<http://xa.yimg.com/kq/groups/17929366/1990100000/name/O+plano+nacional+de+reforma+agr%C3%A1ria+do+governo+lula.pdf>> Acesso: 24 out. 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estrutura territorial.** 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios.html?=&t=o-que-e>> Acesso em: 26 de out. 2019.

_____. **Censo Agropecuário: resultados preliminares/Rio de Janeiro: v. 7, p.1-108, 2017.** Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3093/agro_2017_resultados_preliminares.pdf> Acesso em: 25 de out. 2019.

_____. **Censo Agropecuário:** segunda apuração, 2006. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2006/segunda-apuracao>> Acesso em: 25 de out. 2019.

_____. **Censo Agropecuário 2006.** Agricultura Familiar Primeiros Resultados Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro, p.1-267, 2006.

_____. **Censo Agropecuário 2017.** Agricultura Familiar Primeiros Resultados Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Censo AGROPEC., Rio de Janeiro, v. 7, p.1-108, 2017.

_____. **Censo Agropecuário 2018.** Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br> Acesso em: 26 de out. 2019.

INCRA. **Área Incorporada ao Programa de Reforma Agrária.** 2012. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/numeros-da-reforma-agraria>> Acesso em: 25 de out. 2019.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA. 2016. **O comportamento sociotrabalhista da Raízen na colheita da cana de açúcar nas Fazendas: Da Serra, Unidade Ibaté/SP, Usina da Serra e Santa Rosa, Unidade Ipaussu/SP, Usina Ipaussu.** Instituto Observatório Social, São Paulo:[s.n], 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. 2013. <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent&ordering=5&limitstart=9730&limit=10&Itemid=20> Acesso em: 24 set. 2017.

JORNAL ESTADO DE SÃO PAULO, 1º Caderno, 05/07/2005. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/>> Acesso em: 18 jun. 2016.

JULIBONI, Márcio. **As 10 das maiores empresas de agronegócio do Brasil.** 2016. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/negocios/as-10-maiores-empresas-de-agronegocio-do-brasil>> Acesso em: 22 set. 2019.

LACERRA, B. S. A reprodução social nos assentamentos de reforma agrária: os desafios e perspectivas dos jovens do Assentamento Reunidas em Promissão/SP/ Bruno Lacerra de Souza. – Marília, SP, 2016. 119 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe).

_____. A quantas anda o ethos camponês? Estratégias de reprodução social de jovens rurais. São Carlos, SP: UFSCar, 2019. 236 p. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-graduação em Sociologia.

LEHER, R. O governo Lula e os conflitos sociais no Brasil. **OSAL, Observatorio Social de América Latina**, n. 10, p. 81-129, 2006. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal10/regionsur.pdf>> Acesso em: 03 jun. 2018.

LIEBSCHER, P. **Quantity with quality?** Teaching quantitative and qualitative methods in a LIS Master's program. *Library Trends*, v. 46, n. 4, 1998, p. 668-680.

LIMA, Eduardo Sales de. **Decepção com a política agrária**. In: Brasil de Fato. 15 de janeiro de 2013.

LIMA, Maria Messias Ferreira. Agricultura familiar camponesa no semiárido cearense: o desenvolvimento rural desigual e combinado como corolário da expansão capitalista no campo. **Revista NERA**, v. 22, n. 49, p. 270-296, 2019. <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/5986/4916>> Acesso em: 25 out. 2020.

LLEWELLYN, S.; NORTHCOTT, D. **The “singular view” in management case studies qualitative research in organizations and management**. An International Journal, v. 2, n. 3, 2007, p. 194-207.

LOPES, F. J. Ocupar, Resistir e Produzir: a crise e a luta do MST pela reforma agrária no governo Collor e o desenvolvimento da cooperação agrícola nos assentamentos. In: **Assentamentos rurais e cidadania: a construção de novos espaços de vida**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2011.

LOWY, Michael. **A Política do desenvolvimento desigual e combinado: a teoria da revolução permanente**. (Tradução Luiz Gustavo Soares). São Paulo: Sundermann, 2015. 175p.

LUCIA SILVA, E.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4 ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

MACHADO, E. Governo Lula, neoliberalismo e lutas sociais. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, n. 21/22 – 2º sem. 2009.

MAGGI, Blairo. **10 das maiores empresas de agronegócio do Brasil**. 2018. Disponível em: <<https://www.brasilagro.com.br/conteudo/forbes-10-das-melhores-empresas-de-agronegocio-do-brasil.html>> Acesso em: 05 ago. 2019.

MALUF, R; MATTEI, L. Elementos para construção de uma agenda de políticas públicas para o enfrentamento da pobreza rural. Em Miranda C, Tiburcio B (Orgs.). **Pobreza Rural: concepções, determinantes e proposições para a construção de uma agenda de políticas públicas**. Edição Especial Série Desenvolvimento Rural Sustentável. 2011. Vol. 1. IICA. Brasília, Brasil. pp. 15-26.

MARÉS, Carlos Frederico. **O que o governo Dilma fez e não fez pela reforma agrária**. INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA. 2016. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/o-que-o-governo-dilma-fez-e-nao-fez-pela-reforma-agraria>> Acesso em: 29 ago. 2019.

_____. **A função social da terra**. Porto Alegre, Sergio Antônio Fabris Ed., 2003.

MARQUES, M. I. M. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. In: XIII Encontro Nacional de Geógrafos, 2002, João Pessoa. Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos (cdrom), 2002.

MARQUES, R. M.; MENDES, Á. O social no governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal. **Rev. Econ. Polit.** [online] v. 26, n. 1, p. 58-74, 2006.

MARTINS, J. S. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STEDILE, J. P. (Org.) **A reforma agrária e a luta do MST**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

_____. Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a História possível. **Tempo soc.** [online] v. 11, n. 2, p. 97-128, 1999.

MARTINS, G. A. Estudo de caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisas no Brasil. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 2, n. 2, Jan./Abr., 2008, p. 9-18.

MATOS, Patricia Francisca; OLIVEIRA Rosiane Mendes de; **A Territorialização do Agronegócio da Cana de Açúcar na Microrregião de Ituiutaba (MG): análises das metamorfoses Sociais e Econômicas**. Universidade Federal de Uberlândia, 2012.

MATZEMBACHER, D. E., & MEIRA, F. B. (2019). **Sustainability as business strategy in community supported agriculture**: Social, environmental and economic benefits for producers and consumers. *British Food Journal*, 121(2), 616-632. doi:10.1108/BFJ-03-2018-0207

MEDEIROS, L. S. de. **Reforma Agrária no Brasil**: história e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

MEIRELES, Taís. Comunidade que Sustenta a Agricultura: semente para o futuro. 2019. <https://www.wwf.org.br/?72582/Comunidade-que-Sustenta-a-Agricultura-semente-para-o-futuro>.

MELUCCI, Alberto. 1980. "The New social Movements: A Theoretical Approach". **Social Science Information**. N.19.P199-226.

MENDES, Carlos. **Começou a colheita da safra 2018/19 de soja no Brasil**. 2018. Disponível em: <<https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/soja/226983-comecou-a-colheita-da-safra-201819-de-soja-no-brasil.html#.XLug6IlKjIU>> Acesso em: 17 set. 2019.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

_____. A nova hegemonia do patronato agrário brasileiro: da Organização das Cooperativas Brasileiras à Associação Brasileira de Agrobusiness. **Revista Antítese**, Goiânia, n. 2, p. 11-29, 2006.

MESSIAS, Fernanda Targa. A consolidação do agronegócio como política agrária nos governos Lula e Dilma e sua representação por meio das charges de Carlos Latuff. 100 fls. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

MINAYO, M. C. S. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST. **Nossa História**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/nossa-historia/84-86>> Acesso em: 29 jun. 2017.

_____. **Cartilha Programa agrário do MST**. 2013. Disponível em: <<http://www.mst.org.br>> Acesso em: 10 jul. 2019.

_____. **Proposta de um Projeto de Reforma Agrária Popular** (Parte 1 e 2) 2010. Disponível em: <<http://base.d-p-h.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-8238.html>> Acesso em: 24 ago. 2019.

NAVARRO, Z. O mundo rural no novo século (um ensaio de interpretação). In.: VIEIRA FILHO, J. E. R.; GASQUES, J. G.; CARVALHO, A. X. Y de. (org.). [et al.]. **Agricultura, transformação produtiva e sustentabilidade**. Brasília: Ipea, 2016.

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, set./dez. 2001. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000300015>> Acesso em: 12 set. 2019.

_____. **A “Não Reforma Agrária” do MDA/INCRA no Governo Lula**. Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural - CIRADR-FAO, Porto Alegre-RS, 2006.

_____. **A Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labor Edições, 2007.

_____. A Sem enfrentamento, não há reforma agrária: entrevista. [2 de maio, 2007]. São Paulo: **Correio da Cidadania**. Entrevista concedida a Valéria Nader. Disponível em: <http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=239&Itemid=47> Acesso em: 30 set. 2018.

_____. **Gênese e Desenvolvimento do MST**. Caderno de Formação Nº 30. São Paulo: Editora Perez, 1998.

_____. **Agricultura, Território e Movimentos Sociais** (Palestra). USP/FFLCH, Dezembro de 2005.

_____. A inserção do Brasil no capitalismo monopolista mundial. In: **Geografia do Brasil**. 2.ed [S.l: s.n.], 1998.

_____. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991. – (Coleção Caminhos da geografia).

_____. **A Medida Provisória 422 do governo Lula e a legalização da grilagem das terras públicas na Amazônia**. Conlutas, 28 out. 2008. Disponível em: <www.conlutas.org.br>. Acesso em: 23 jun. 2019.

_____. **Não Reforma Agrária e Contra Reforma Agrária no Brasil do governo Lula**. Dinámica de los Espacios Rurales y Sustentabilidad: Articulaciones del espacio rural. In: Observatorio Geografico America Latina. 2013. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal13/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricaria/04.pdf>> Acesso em: 24 jul. 2016.

_____. **A política agrária do governo Lula valorizou o agronegócio**. São Paulo, 2011. Página do MST. Disponível em: <<http://antigo.mst.org.br/Politica-agraria-do-governo-Lula-valoriza-o-agronegocio>> Acesso em: 06 mar. 2019.

_____. O uso da terra, movimentos sociais e transformações no campo. In: FEITOSA, A. M. A; ZUBA, J. A. G.; CLEPS JUNIOR, J. (Org.). **Debaixo da lona: tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e reforma agrária no Brasil**. Goiânia: UCG, 2006. p. 29-78.

_____. **A mundialização da agricultura brasileira**. XII Colóquio Internacional de Geocrítica, Bogotá, 2012.

_____. **Modo de Produção Capitalista e Agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

_____. **Lula dá adeus à Reforma Agrária**. (entrevista). 2008. Disponível em: <<https://mst.org.br/2008/12/29/lula-da-adeus-a-reforma-agraria/#:~:text=Assim%2C%20como%20tenho%20afirmado%20a,expans%C3%A3o%20do%20agroneg%C3%B3cio%20no%20Brasil>> Acesso em: 30 ago. 2020.

OLIVEIRA, F. (Org). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

ONDEI, Vera; SANTIAGO, Darlene. **Os 100 nomes mais influentes do Agronegócio**. 2014. Disponível em: <<https://www.dinheirorural.com.br/secao/especial/os-100-nomes-mais-influentes-do-agronegocio>> Acesso em: 02 jul. 2019.

PEDON, Nelson R. MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS: Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica. (Tese de Doutorado.). Pres. Prudente: UNESP, 2009. 240f.

PEREIRA, T. G. N. O MST e as políticas de reforma agrária no Governo Lula: relatos orais da luta pela conquista e pela permanência na terra no Acampamento Argentina Maria e Assentamento Reunidas. Dissertação (Mestrado em Geografia) UNESP – Marília, 2016. 173 f. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe – Universidade Estadual Paulista.

_____. et al. **Uso das tecnologias da informação e comunicação pela agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Reunidas**. In: ENCONTRO COMPETÊNCIAS DIGITAIS PARA AGRICULTURA FAMILIAR, 5., 2018, Tupã; Presidente Prudente; Belém. Anais [...]. Tupã: CoDAF, 2018. p. 55-80. Disponível em: <http://dadosabertos.info/events/ecodaf/vecodaf.4.pdf>. Acesso em: 5 set. 2019.

PEREIRA FILHO, I. A.; CRUZ, J. C.; ALBUQUERQUE FILHO, M. R. de. **Cultivo do milho**. Sete Lagoas: Embrapa Milho e Sorgo, 2009. (Embrapa Milho e Sorgo. Sistema de produção, 3).

PHILCARTO. <http://philcarto.free.fr/>

PINHEIRO, M. **O governo petista como operador político da burguesia no Brasil**. In: Correio da Cidadania. Disponível em: <http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8580:submanchete070613&catid=72:imagens-rolantes> Acesso em: 15 mar. 2016.

PIRES, M. C. **Economia Brasileira: da colônia ao governo Lula**. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

PLOEG V. D. J.D. O Modo de Produção Camponês Revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Organizador). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p.13-54.

_____. **Camponeses e impérios alimentares: Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre, RS: UFRGS. 2008.

POKER, José Geraldo Bertoncini. Reinventando a vida. Uma análise da metodologia empregada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para implementar formas de cooperação nos assentamentos. (Tese de Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas-USP. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. São Paulo, 1999.

_____. A dimensão econômica e a organização nos assentamentos rurais MST: as modalidades e o método de implementação da cooperação nos assentamentos. In: **Assentamentos rurais e cidadania: a construção de novos espaços de vida** / Mirian Cláudia Lourenção Simonetti, organizadora. – São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília : Oficina Universitária, 2011, p. 107-124.

POLANYI, K. **A grande transformação: As origens da nossa época** (2a. ed.). Rio de Janeiro, RJ: Elsevier. 2012a.

_____. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto. 2012b.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PROMISSÃO. Reforma Agrária. São Paulo, [2019]. Disponível em <https://www.promissao.sp.gov.br/portal/servicos/39/reforma-agr%C3%A1ria/>. Acesso em: 5 set. 2019.

QUEIROZ, M. I. P. de. **Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)**. São Paulo: Vértice, 1988.

_____. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

_____. **Relatos Orais: do indizível ao dizível**. In: Ciência e Cultura, 1991.

QUEIROZ, T. C. da N. As lideranças do movimento sem terra na Paraíba: ambigüidades e aproximações identitárias. **Revista Política & Trabalho**, João Pessoa, v.16, p. 11-23. set. 2000.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS FILHO, E. da S., **Questão agrária atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003-2006)**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2008.

REVISTA EXAME. **Ranking traz as 400 maiores do agronegócio brasileiro 2017**. 2017. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/revista-exame/400-maiores-do-agronegocio/>> Acesso em: 25 nov. 2019.

RICCI, R. A coalizão presidencialista. **Revista Espaço Acadêmico**. n. 83. 2008. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/083/83ricci02.htm>> Acesso em: 22 fev. 2016.

_____. **Os desafios dos movimentos sociais hoje**. Entrevista ao site <www.ihuonline.unisinos.br>. Movimentos sociais. Perspectivas e desafios, edição 324 da IHU On-Line, 19 abr. 2010.

RIOS, G. S. L. Cooperativas agrícolas no nordeste brasileiro e mudança social. Dissertação de Mestrado não-publicada, Programa e Pós-Graduação em Economia Rural, Universidade de São Paulo, Piracicaba, SP. 1976.

ROSSET, Peter. **Soberania Alimentar: manifesto global dos movimentos campesinos**. Institute for Food and Development Policy, Food First Backgrounder, 2003. Tradução Livre.

ROUSSEF, Dilma. **Discurso de Posse**. 2011. (Cons. 24/04/2011). Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/poder/853564-leia-integra--do-discurso-de-posse-de-dilma-rousseff--no-congresso.shtml> Acesso em: 14 ago 2019.

SABOURIN, E. **Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula?** Sociedade e Estado, v.22, n.3, p , set./dez. 2008.

_____. **Camponeses do Brasil: Entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro, RJ: Garamond. 2009.

_____. **Sociedades e organizações camponesas:** Uma leitura através da reciprocidade. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2011.

_____. **Acesso aos mercados para a agricultura familiar:** Uma leitura pela reciprocidade e a economia solidária. *Revista Econômica do Nordeste*, 45(supl. Esp.), 18-30. 2014.

SAMUELS, D. A democracia brasileira sob o governo Lula e do PT. In: ANGELO, V.; VILLA, M. (Org.). **O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006)**. São Carlos: Edufscar, 2009. p. 239-271.

SANTOS, S. A. dos. **A trajetória do assentamento Reunidas:** o que mudou? 2007. 133 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

SANTOS, B. S. **Para uma revolução democrática da justiça**. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

_____. Poderá o direito ser emancipatório?. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 65, p. 3, 76, 2002.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. 1. ed., 2. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

_____ et al. **Território e territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão popular, 2007.

SCHERER-WARREN, I. **Movimentos sociais:** um ensaio de interpretação sociológica. 3. ed. Florianópolis: UFSC, 1989.

SCHNEIDER, J. E. O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: O caso brasileiro. In M. R. Loureiro (Ed.), **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil** (pp. 11-40). São Paulo, SP: Cortez. 1981.

SEAD – Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <<http://siater.mda.gov.br/>> Acesso em: 07 ago. 2019.

SECCO, L. **História do PT**. São Paulo: Editora Ateliê, 2011.

SILVA, C. L. Política brasileira: embate de projetos hegemônicos. *Revista Tempos Históricos*. p. 395-402, 2006. Disponível em: <e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/download> Acesso em: 30 abr. 2016.

SILVA, E. L. da. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores**. São Paulo, 2002.

SILVA, M. A. de M. **A Luta pela Terra:** Experiência e Memória. São Paulo: Editora UNESP, 2004. (Coleção Paradidáticos; Série Poder).

SIMONETTI, M. C. L. **A (in)sustentabilidade do desenvolvimento:** meio ambiente, agronegócio e movimentos sociais. Marília: Laboratório Editorial, 2011.

_____. **A Longa Caminhada:** a (re)construção do território camponês em Promissão. 1999. 200 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

_____. (Org.) **Assentamentos rurais e cidadania:** a construção de novos espaços de vida. Marília: Laboratório Editorial, 2011.

_____. Entre o Local e o Global: O Movimento dos Sem Terra, a Via Campesina e a Agricultura Brasileira. In: **Economia, Sociedade e Relações Internacionais:** Perspectivas do Capitalismo Global. Londrina: Editora Práxis, 2006.

_____. Territorialidades em tensão: movimentos sociais, agronegócio e políticas de reforma agrária no Brasil entre 1985 a 2010. In: CORSI, F. L. (et al.) (Org.). **Economia e Sociedade:** o Brasil e a América Latina na conjuntura de crise do capitalismo global. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

SINGER, André; LOUREIRO, Isabel. **As contradições do Lulismo:** a que ponto chegamos? São Paulo: Boitempo, 2016.

SOARES, Savia Bona Vasconcelos. Estudo do processo de institucionalização da Educação do Campo p.121 (UnB-GEA, Mestre, Política e Gestão Ambiental e Territorial, 2015). Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação em Geografia

SOUZA ESQUERDO, Vanilde Ferreira de; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira **Balanco sobre a reforma agrária brasileira nas duas últimas décadas** Interciencia, vol. 38, núm. 8, agosto, 2013, pp. 563-569.

SOUZA FILHO, H.M.; BUAINAIN, A.M.; GUANZIROLI, C. **Metodologia para estudo das relações de mercado em sistemas agroindustriais.** Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2007.

STEDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil:** o debate tradicional – 1500-1960. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.

_____. Entrevista com João Pedro Stédile à revista Estopim. 2012. In: **O Diario.info.** Disponível em: <<http://www.odiario.info/?p=2586>> Acesso em: 09 ago. 2019.

_____. **Questão Agrária no Brasil.** São Paulo: Atual, 2011. SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. Psicol. Soc. [online]. 2007, vol.19, n.spe, pp.84-94. ISSN 1807-0310. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000400012>> Acesso em: 15 nov. 2018.

TEIXEIRA, G. **O agronegócio é ‘negócio’ para o Brasil?.** 2013. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/O%20agroneg%C3%B3cio%20%C3%A9%20neg%C3%B3cio%20para%20o%20Brasil%20-%20Gerson%20Teixeira.pdf>> Acesso em: 10 out. 2019.

TELLES, Ana Carolina Veronico Coquemala; TELLES, Renato. Planos agrícolas e pecuários e suas implicações na bovinocultura de corte brasileira. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 11, n. 1, 2011.

THOMAZ JR., A. Trabalho, Reforma agrária e soberania alimentar. Scripta Nova: **Revista Geocrítica**, Barcelona, v. 11, n. 245, 2007.

TOURAINÉ, A. **Crítica da modernidade.** Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **Production de la Société.** Paris: Seuil, 1973

VANDEN, H. E. “Sem-Terra” Brasileiros marcam sua Posição. In: SIMONETTI, M. C. L. **Assentamentos rurais e cidadania:** a construção de novos espaços de vida – São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2011.

VIA CAMPESINA. **Posição da Via Campesina Brasil sobre a questão dos territórios:** camponeses, indígenas, quilombolas e pescueiros!. In: Terra de direitos: organização de direitos humanos. Disponível em: <<http://terradedireitos.org.br/biblioteca/notas/nota-posicao-da-via-campesina-brasil-sobre-a-questao-dos-territorios-camponeses-indigenas-quilombolas-e-pesqueiros/>> Acesso em: 28 ago. 2018.

WANDERLEY, M. N. B. Alcances e limites das políticas de desenvolvimento rural para o combate a pobreza. Em Miranda C, Tiburcio B (Orgs.) **Pobreza Rural:** concepções, determinantes e proposições para a construção de uma agenda de políticas públicas. Edição Especial Série Desenvolvimento Rural Sustentável. 2011. Vol. 1. IICA. Brasília, Brasil. pp. 105-107.

WOORTMANN, Klaas. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. Anuário Antropológico 87, pp.11- 73. Brasília: UNB, 1990.

YIN. R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 3 ed., Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZANELLI, J. C. Pesquisa qualitativa em estudos da gestão de pessoas. Estudos da Psicologia, n. 7, 2002, p.79-88.